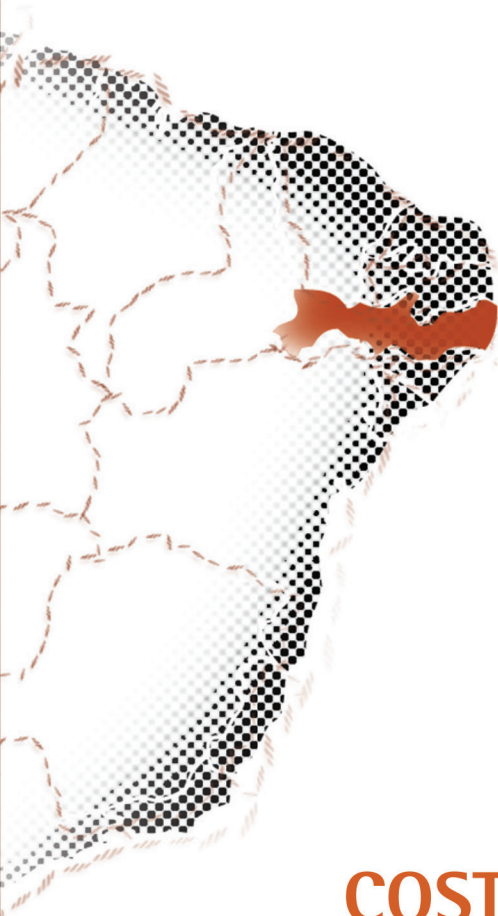


Vitória Régia Fernandes Gehlen
Pilar Carolina Villar Lainé
[organizadoras]



COSTURANDO COM FIOS INVISÍVEIS:

A Fragmentação do Território Rural

SEGUNDA EDIÇÃO REVISADA E AMPLIADA

Editora  UFPE

Vitória Régia Fernandes Gehlen
Pilar Carolina Villar Lainé
[org.]

COSTURANDO COM FIOS INVISÍVEIS: A FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO RURAL

Segunda Edição

Editora
Universitária  UFPE

Recife – 2014

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Vice-Reitor: Prof. Sílvio Romero Marques

Diretora da Editora UFPE: Prof^a Maria José de Matos Luna

Editora associada à



Comissão Editorial

Presidente: Prof^a Maria José de Matos Luna

Titulares: Ana Maria de Barros, Alberto Galvão de Moura Filho, Alice Mirian Happ Botler, Antonio Motta, Helena Lúcia Augusto Chaves, Liana Cristina da Costa Cirne Lins, Ricardo Bastos Cavalcante Prudêncio, Rogélia Herculano Pinto, Rogério Luiz Covalleski, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque, Vera Lúcia Menezes Lima.

Suplentes: Alexsandro da Silva, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Edigleide Maria Figueiroa Barretto, Eduardo Antônio Guimarães Tavares, Ester Calland de Souza Rosa, Geraldo Antônio Simões Galindo, Maria do Carmo de Barros Pimentel, Marlos de Barros Pessoa, Raul da Mota Silveira Neto, Silvia Helena Lima Schwamborn, Suzana Cavani Rosas.

Editores Executivos: Afonso Henrique Sobreira de Oliveira e Suzana Cavani Rosas.

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO | Diogo Cesar

REVISÃO GERAL | Maria Etienne C. de Moura

IMPRESSÃO E ACABAMENTO | EDUFPE

Catálogo na fonte:
Biblioteca Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

C842 Costurando com fios invisíveis : a fragmentação do território rural [recurso eletrônico] / organizadoras : Vitória Régia Fernandes Gehlen, Pilar Carolina Villar Lainé. – 2. ed. – Recife : Editora UFPE, 2014.

Inclui referências.
ISBN 978-85-415-0578-9 (online)

1. Posse da terra. 2. Divisões territoriais e administrativas. 3. Políticas públicas. 4. Desenvolvimento sustentável – Brasil. I. Gehlen, Vitória R. F. (Vitória Régia Fernandes) (Org.). II. Lainé, Pilar Carolina Villar (Org.).

306.349 CDD (23.ed.)

UFPE (BC2014-155)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

AUTORES

Amália Leonel Nascimento

Nutricionista e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

Amanda Roberta Souza da Silva

Assistente Social pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Mestre em Serviço Social pela UFPE. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Políticas Públicas GRAPp/CNPq/UFPE. Assistente Social do SESC/Surubim – PE.

Carlos Wendell Pedrosa dos Santos

Assistente Social formado pela UFPE. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento em Políticas Públicas – GRAPp/CNPq/UFPE. Mestrando em Serviço Social/UFPB.

Cicera Maria dos Santos Gomes

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas – GRAPp/CNPq/UFPE. Membro da rede internacional WATERLAT.

Denis Antônio de Mendonça Bernardes (*in memoriam*)

Historiador. Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da

Informação da UFPE. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Práticas Sociais – NUPEPS. Redator da Revista Estudos Universitários.

Diana Lan

Geógrafa, mestre e doutora em geografia pela Université de Montreal, Canada, e Universidad Nacional de La Plata, Argentina respectivamente. Professora e Pesquisadora da Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNCPBA). Membro da Rede Latinoamericana de Geografia e Gênero.

Edson Hely Silva

Professor Doutor no Centro de Educação/Colégio de Aplicação da UFPE, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e de Campina Grande. Leciona no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena na UFPE/Caruaru. Participa na FIOCRUZ/Aggeu Magalhães do Grupo de Pesquisa Saúde e Ambiente Xukuru.

Edvania Tôrres Aguiar Gomes

Graduada em Ciências Geográficas pela Universidade Católica de Pernambuco, mestre e doutora em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco e pela Universidade de São Paulo respectivamente. Professora Titular da Universidade Federal de Pernambuco e Professora convidada da Universität Innsbruck, Institut für Geographie na Áustria.

Emmanuele Ribeiro de Mendonça

Licenciada em Geografia pela UFPE. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento em Políticas Públicas – GRAPP/CNPq/UFPE. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFPE.

Fabiano de Oliveira Bringel

Geógrafo. Mestre em Agriculturas Familiares Amazônicas pela UFPA. Doutorando em Geografia pela UFPE.

Flaviane Andressa Carvalho

Graduada em Serviço Social pela UFPE. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento em Políticas Públicas – GRAPp/CNPq/UFPE.

Gilvana Pessoa de Oliveira

Pedagoga, Mestre em Serviço Social/UFPE. Professora Assistente II/ UFPI – Campus de Parnaíba. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE. Membro do GRAPp/CNPq/UFPE.

Helena Lúcia Augusto Chaves

Professora Doutora da Universidade Federal de Pernambuco/ Departamento de Serviço Social/UFPE. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Política Pública e Sociedade – GEPPS/UFPE. Colaboradora do Projeto “Observatório do Desenvolvimento: Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas” (Edital MCT/CNPq/MDA nº 05/2009 – Gestão de Territórios Rurais), desenvolvido pelo GRAPp/CNPq/UFPE.

Leônio José da Silva Alves

Bacharel, Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Pós-Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (2011). Professor Adjunto de Direito Civil da Faculdade de Direito do Recife – UFPE. Professor colaborador de Direito Ambiental do Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFPE.

Lourdes Bandeira

Professora Titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília-UnB. Doutora em Antropologia pela Université René Descartes – Paris V, e Pós-Doutora em Sociologia dos conflitos pela École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS, Paris.

Luciana Ramos Cantalice

Graduada em Turismo, Especialista em Gestão de Negócios Públicos (UFCG), Mestre e doutoranda em Recursos Naturais no Programa de Pós Graduação em Recursos Naturais da UFCG. Diretora Técnica da Fundação Universidade Camponesa. Pesquisadora do GEPAD – Grupo de Pesquisa Análise de Desempenho em Políticas Públicas.

Maria Magaly Colares de Moura Alencar

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestra em Serviço Social pela UFPE. Pesquisadora do Projeto “Observatório do Desenvolvimento: Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas” (Edital MCT/CNPq/MDA nº 05/2009 – Gestão de Territórios Rurais), desenvolvido pelo GRAPp/CNPq/UFPE.

Maria Rita Ivo de Melo Machado

Geógrafa, mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco e doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Foi professora concursada do ensino médio do Estado de Pernambuco (2007 a 2009) e professora substituta da Universidade Federal de Pernambuco (2008 a 2009). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Márcio de Matos Caniello

Professor Associado de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Doutor em Sociologia (UFPE/PPGS) e Mestre em Antropologia Social (UFRJ/Museu Nacional/PPGAS). Coordenador da Célula de Acompanhamento e Informação do Território da Borborema – PB e Diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (UFCG/Campus de Sumé).

Marx Prestes Barbosa

Professor Doutor dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola e de Recursos Naturais da UFCG. Professor do Programa DINTER/CAPES/UFCG/UTFPR. Coordenador do Grupo de Estudos dos Desastres Naturais – GEDEN/UFCG. Membro da

DesertNet International. Colaborador do Projeto “Observatório do Desenvolvimento: Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas” (Edital MCT/CNPq/MDA nº 05/2009 - Gestão de Territórios Rurais), desenvolvido pelo GRAPp/CNPq/UFPE.

Mónica Colombara

Coordenadora do Centro de Atividade e Inovações Educativas do ISFD 41 e membro da Equipe Técnica Regional da Diretoria de Capacitação Educativa da Província de Buenos Aires. Diretora da Fundação Propuesta, Argentina.

Óscar Emerson Zúñiga Mosquera

Engenheiro Agrônomo pela Universidade Nacional da Colômbia, Bogotá. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente e doutorando em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisador no Grupo Sistemas Agroalimentares e Educação na Ruralidade SAER – IFPE.

Pedro Israel Cabral de Lira

Professor Doutor, Titular do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco, Coordenador do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição – Cecan NE-I / CGPAN/MS e Consultor Ad-Hoc da CAPES e CNPq.

Pilar Carolina Villar Lainé

Advogada, mestre e doutora em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de Ciências do Mar da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista. Especialista em Políticas e Instrumentos de Gestão Ambiental pelo Instituto de Estudos Europeus da Universidad San Pablo CEU – Espanha. Pesquisadora da rede internacional Waterlat. Membro do GRAPp/CNPq/UFPE. Pesquisadora do Projeto “Observatório do Desenvolvimento: Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas”

(Edital MCT/CNPq/MDA nº 05/2009 – Gestão de Territórios Rurais), desenvolvido pelo GRAPp/CNPq/UFPE.

Rosa Maria Cortês de Lima

Professora do Departamento de Serviço Social-UFPE, Doutora em Planejamento Urbano e Regional-IPPUR/UFRJ, Mestre em Serviço Social – UFPE, Assistente Social, pela UFRN. Coordena o Núcleo de Pesquisa em Habitação e Saneamento Ambiental-NEPHSA/UFPE. Pesquisadora e desenvolve trabalho na área de extensão universitária.

Rosa Ester Rossini

Geógrafa, Professora Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Bolsista 1A do CNPq e em 2004 recebeu a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico na condição de Comendadora concedida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia do Governo Federal.

Rosiglay Cavalcante de Vasconcelos

Assistente social e geógrafa pela UFPE. Especialista em Psicologia na área de Violência Doméstica pela Universidade de São Paulo, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA (UFPE). Professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Núcleo Recife/PE). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPE.

Sandra Regina Maia

Mestre, Economista do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco.

Tarcísio Augusto Alves

Sociólogo, mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco e doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Coordenador do Núcleo de Estudos Educação, Sociedade e Meio Ambiente (NESMA/UFRPE).

Thiago Antônio Pereira dos Santos

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Assistente Social da Prefeitura Municipal de Ipojuca – PE. Mestrando em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais e Direitos Sociais (NEPPS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas GRAPp/CNPq/UFPE.

Valério Veríssimo de Souza Bastos

Cientista Social e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/CH/PPGCS). Pesquisador do GEPAD – Grupo de Pesquisa Análise de Desempenho em Políticas Públicas e do GPDSA – Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Sustentável do Semiárido.

Vitória Régia Fernandes Gehlen

Formada em História, mestre em História pela Universidade Patrice Lumumba – Moscou/URSS (1972). Bacharel em Administração Pública (SUESC-RJ). Bacharel em Serviço Social (FSS- RJ). Doutora em Planejamento e Desenvolvimento de Políticas Públicas pela University College London; pós-doutora em Developement des Politiques Publiques pela Université de Marseille (França); Professora Convidada da Universität Kassel: Internacional Fraulein Universität – IFU für Gender and City (2000); Pós-doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de São Paulo (2009-2010). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas GRAPP/UFPE. Pesquisadora do CNPq. Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFPE e do Programa Pós-Graduação de Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFPE.

APRESENTAÇÃO¹

Vitória Régia Fernandes Gehlen

Pilar Carolina Villar Lainé

Costurando com fios invisíveis: a fragmentação do território é resultado da realização do I Seminário Internacional Novas Territorialidades e Desenvolvimento Sustentável, promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Raça, Gênero, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco (GRAPp/CNPq/UFPE) e outros parceiros, nos dias 9 e 10 de junho de 2011. Destaca-se o apoio fundamental da Agência de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, principal financiadora do evento (PAEP nº. 1907/2011-25). Os contatos estabelecidos permitiram a articulação de diversos pesquisadores, o que possibilitou o intercâmbio de experiências e realidades.

Esta coletânea foi fruto desse encontro e consolida os principais temas debatidos na ocasião. Três anos após a sua primeira edição, o GRAPp teve a oportunidade de reapresenta-la, com revisões e em formato digital. A internet é uma poderosa ferramenta na democratização do conhecimento e permitirá a ampla divulgação dos artigos aqui apresentados, contribuindo para promover a discussão sobre os problemas e formas de enfrentamento dos principais desafios do rural.

O GRAPp/CNPq/UFPE foi criado em 1991 e vem aprofundando o conhecimento sobre as relações estabelecidas entre território rural, meio ambiente e os distintos atores sociais envolvidos, dedicando

¹ Gostaríamos de registrar nossa homenagem ao colega Prof. Dr. Denis Antônio de Mendonça Bernardes, cuja obra e inspiração continuam presente entre nós, apesar de sua partida antecipada.

especial atenção as questões de gênero e raça. O grupo é composto por diversos profissionais de várias áreas do conhecimento. O território rural é investigado sob o olhar de várias ciências, tendo a abordagem interdisciplinar como uma constante metodológica. Tal opção deriva do reconhecimento de que a vida do homem em sociedade agrupada em espaços, sejam rural ou urbano, promoveram, historicamente, novas relações e condições sociais na cidade. Isto, como ressaltou Henri Lefebvre, provocou a substituição da cidade da sua condição de obra coletiva à condição de produto. Tal mudança vem exigindo do Estado iniciativas no sentido de ordenar o desenvolvimento, seja urbano ou rural, para equacionar os problemas daí resultantes, implicando no planejamento dos territórios e promovendo, através dos polos de desenvolvimento, o fortalecimento da interligação rural-urbana.

Como salienta Tarlet, nos meados do século XX na França, desenvolveu-se uma perspectiva de planejamento – o *aménagement du territoire*, que buscava ir além da funcionalidade urbana, afim de designar intervenções coletivas no espaço geográfico que considerava a representação política de ordenamento e gestão do território. Tal perspectiva modernista era revestida de certa ambiguidade por não constituir uma noção clara de intervenção no espaço.

No caso brasileiro, tal política de *aménagement du territoire* não se desenvolveu com tal significado. Predominou no Brasil um planejamento do espaço com ênfase no desenvolvimento econômico em detrimento das condições e qualidade de vida das populações, seja rural ou urbana. Observou-se uma preocupação do Estado e da elite no poder na organização econômica do território e sua inserção no mercado mundial. Dentro desta perspectiva, o ambiente natural foi tomado e considerado como recursos naturais disponíveis à apropriação e à reprodução econômica. Assim, com fios invisíveis, foi-se tecendo a trama da fragmentação do território.

Este livro congrega artigos dos membros do GRAPp/CNPq/UFPE e pesquisadores de universidades nacionais e internacionais de prestígio na comunidade acadêmica. Retoma, assim, o projeto iniciado com o a publicação da obra *Tecendo a Trama do Território: Terra, Trabalho e Questão Socioambiental* (2011), organizado pela Profa. Vitória Gehlen e a doutora Valdenice J. Raimundo.

No primeiro livro da série, o GRAPp/CNPq/UFPE pretendeu divulgar os trabalhos desenvolvidos pelo grupo que analisavam o território rural pernambucano e as consequências da aplicação de uma política neoliberal, excludente e globalizada pautada pela divisão territorial do trabalho e a precarização da existência das pessoas trabalhadoras. Neste livro teve-se a intenção de apresentar alguns dos trabalhos realizados pelo grupo a fim de fomentar o diálogo com outros pesquisadores. Busca-se, desta forma, aproximar-se das transformações que vem ocorrendo no meio rural, nacional e internacional. Assim, pretende-se visibilizar as consequências do avanço das mãos invisíveis do mercado sobre o território rural.

A agropecuária vem passando por mudanças significativas, o que permitiu a acumulação do capital, sem proporcionar a melhoria da qualidade de vida das pessoas do campo (SANTOS, 1994). A globalização da economia e a reestruturação produtiva permitiram o estabelecimento de um novo modelo técnico, econômico e social da produção agropecuária, denominado por Santos (2000) de “agricultura científica”. Esse novo modelo vem provocando alterações no modo de produção agrícola, no meio ambiente e nas relações sociais.

A análise do desenvolvimento socioambiental rural e a participação dos atores tem se centralizado no estudo do território e suas dinâmicas. O território pode ser entendido como:

[...] um espaço determinado por relações de poder, definindo, assim, limites ora de fácil delimitação (evidentes), ora não explícitos (não manifestos), e que possui como referencial o lugar; ou seja, o espaço da vivência, da convivência, da co-presença de cada pessoa. E, considerando ainda, o estabelecimento de relações, internas ou externas, aos respectivos espaços com outros atores sociais, instituições e territórios (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 106).

A formação territorial de um local revela os arranjos de poder nele estabelecidos. Os arranjos territoriais produtivos se impõem conforme a atuação dos mercados e dos fluxos de capital (ELIAS, 2006; GEHLEN, 2011). Dessa forma, o território rural é construído segundo os interesses

dos centros de poderes, que em muitos casos transcendem o local e envolvem outras escalas de poder. A mão invisível dos mercados não apenas controla a economia, mas é um fator determinante na constituição do território rural.

Segundo Andrade (1987), as preocupações regionais levaram os gestores das políticas públicas a formular conceitos e estabelecer delimitações de regiões (urbanas, rurais, extrativistas, entre outras). Atualmente, nas políticas para o desenvolvimento dos territórios rurais brasileiros vêm prevalecendo critérios baseados mais em variáveis humanas do que em variáveis físico-naturais. A regionalização do território brasileiro vem sofrendo vários impactos, como a criação de novas unidades político-administrativas e o relacionamento com o Mercosul, cujo impacto se visualiza através da implantação de grandes empresas transnacionais que vem se instalando e expandindo sua influência na América Latina e no Brasil, em particular.

Neste cenário, Andrade (2001) questiona como as regiões tradicionalmente produtoras de açúcar, como o Noroeste da Argentina e o Nordeste do Brasil, vão se desenvolver frente à concorrência de regiões tecnologicamente mais avançadas, como o Centro-Oeste e o Sudeste brasileiros, aonde numerosas usinas vêm sendo implantadas e outras ampliadas. Com a evolução acelerada da tecnologia e com a globalização do sistema de relações internacionais, o processo de transformação regional pode e tende a acelerar-se, demandando reflexões e estudos mais detalhados.

A globalização vem costurando com fios invisíveis, tentando unificar o espaço geográfico e estimulando novas diferenciações. E isto vem possibilitando novas formas de regionalizações e de transformações no território, gerando o surgimento de uma nova fase com novas características (ANDRADE, 2001).

Desta forma, a abordagem territorial “aparece como uma noção que permitiria explicar o papel do contexto e do espaço social como fator de desenvolvimento” (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 100). O enfoque territorial tem sido amplamente utilizado nas políticas públicas que transformam o território em uma “unidade de observação, atuação e gestão do planejamento estatal”. O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), do

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), exemplifica essa afirmação. Em contrapartida, o território também pode ser entendido como a projeção espacial do poder, e, consequentemente, do capital (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 100).

A análise territorial da sustentabilidade socioambiental rural e das relações dos atores é o foco principal deste livro que se divide em quatro eixos temáticos: a) Políticas Socioambientais, Território e Interligações do Rural Urbano; b) Políticas Públicas e Gênero no Rural: A Busca pela Igualdade; c) Conflitos Socioambientais e o Território Rural; e d) Desafios para a Sustentabilidade no Rural.

A primeira parte dessa coletânea, *Políticas Socioambientais, Território e Interligações do Rural Urbano*, procura fomentar a discussão teórica sobre o território, a relação rural-urbana e as políticas públicas destinadas a promover o desenvolvimento territorial rural. O desenvolvimento rural se focaliza em duas dimensões: a primeira refere-se “a dinâmica das formas sociais de trabalho e produção”. Ela inclui “os mecanismos socioeconômicos de reprodução da agricultura familiar e o lugar geográfico onde transcorrem os processos de mudança social rural”. Já a segunda diz respeito aos “processos de organização social e participação política” (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004).

Ainda no âmbito das políticas públicas, a segunda parte, *Políticas Públicas e Gênero no Rural: A Busca pela Igualdade*, aborda a forma como a questão de gênero se posiciona no meio rural e as iniciativas existentes para enfrentar as desigualdades e buscar uma melhora na qualidade de vida dos grupos excluídos e oprimidos. As mulheres são particularmente mais sensíveis nesse contexto. Os estudos empíricos apontam para uma divisão sexual da precariedade, onde as mulheres são mais numerosas que os homens nos trabalhos informais ou nos trabalhos por tempo indeterminado cujas condições laborais sejam precárias (HIRATA, 2009; GEHLEN, 2010). A introdução da perspectiva de gênero no estudo sobre desenvolvimento rural, trabalho e saúde pode ser realizada através do processo de socialização de valores que determinam os comportamentos de homens e de mulheres, e a forma em que se produzem os espaços feminilizados no território rural e no mercado de trabalho.

Na sessão *Conflitos Socioambientais e o Território Rural*, entende-se que a discussão desses conflitos é um elemento chave para a

compreensão das diversas contradições existentes no atual modelo de desenvolvimento global, ancorado, predominantemente, no modo de produção capitalista. A integração das questões ambientais e sociais permite uma análise das relações contraditórias, assim como dos processos que determinam os diferentes modos de uso e apropriação da natureza. Pretende-se dessa forma, analisar a produção social do espaço e os conflitos socioambientais com suas dimensões e contradições e entender a conversão do uso da terra e suas implicações na dinâmica do espaço rural-urbano.

Por fim, “*Desafios para a Sustentabilidade no Rural*” busca pautar os novos desafios contemporâneos causados pelas transformações agrícolas, desafios estes que ameaçam a própria continuidade do modelo de produção e apresentam consequências que ultrapassam o território que gerou tais transformações. Longe de defender um determinismo ambiental, a degradação ambiental causada pela agricultura científica ameaça os recursos naturais fundamentais que permitem o próprio desenvolvimento agrícola e agrava a situação de miséria do campo.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, M. C. **Brasil: Globalização e Regionalização**. Sessão de Abertura do Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, março de 2001.
- ELIAS, D. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. *Scripta Nova*, Barcelona, v. X, n. 218 (03), p. 1-17. 2006
- GEHLEN, V. **Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas de Superação das Desigualdades de Gênero: impactos das condições socioeconômicas e ambientais e de saúde no trabalho da mulher na agricultura familiar**. Projeto de Pesquisa. CNPq: Recife, 2010a.
- GEHLEN, V. **Do Rural ao Urbano: A conversão do uso da terra na Zona da Mata Sul de Pernambuco**. Relatório de Pesquisa: CNPq, Recife, 2010b.
- GEHLEN, V. Para Além dos Limites do Urbano. **Caderno CERU** (USP), v.21, p.145-161, 2011.
- HIRATA, H. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 29-41, jan/jun 2009

SANTOS, M. **Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec. 1994. 190p

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.308 p.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 01 e 02, p. 99–116, jan./dez. 2004

PREFÁCIO¹

Vitória Régia Fernandes Gehlen.

Caro leitor, gostaria de contar um pouco sobre a história deste livro. Sua elaboração não teria sido possível sem o apoio do IPEA/CAPES, que me atribuíram à Cátedra sobre Desenvolvimento, por meio do projeto “Novas Territorialidades e Desenvolvimento Sustentável” na Chamada Pública 001/2010, tendo como Patrono o Prof. Manuel Correia de Andrade. A escolha desse patrono se deve ao desejo de prestar uma homenagem ao Prof. Andrade, meu mestre nos inícios de minha educação com quem tive a honra de lecionar conjuntamente a disciplina Desenvolvimento e Sustentabilidade no Brasil na Pós-graduação sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente do PRODEMA/UFPE. O Prof. Manuel Correia de Andrade tinha uma visão reconhecida da estrutura social e econômica do Brasil e da Região Nordeste, mais especificamente Pernambuco.

Como patrono, ele permitiu uma leitura fundamentada na teoria materialista e dialética da história, com base nos fatos históricos dos polos de crescimento regionais que determinaram um desenvolvimento desigual e a subordinação entre as regiões brasileiras. Sua humanidade, sua dedicação às questões teórico-metodológicas que devem nortear o arcabouço intelectual do estudioso, sua competência, sua seriedade e seu respeito à liberdade de pensamento, como essencial ao diálogo com aqueles de quem divergem é a justificativa de tê-lo escolhido como patrono. Essa experiência profissional proporcionou um forte estímulo

¹ Este texto está baseado na fala da Mesa de Abertura do I Seminário Internacional Novas Territorialidades e Desenvolvimento Sustentável - Cátedra Desenvolvimento IPEA/CAPES. Proferida no dia 9 de junho de 2011, no Centro Ciências Sociais Aplicadas – UFPE.

à reflexão crítica do tendencial aprisionamento da pesquisa nos espaços urbanos metropolitanos, em detrimento do espaço rural.

Como docente e pesquisadora do Departamento e da pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, e como docente desde a fundação do Programa de Pós graduação sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFPE, muito me alegro ver nesta obra a convergência das temáticas ambientais e de serviço social alicerçadas em uma visão interdisciplinar. Os problemas econômicos, políticos e socioambientais, segundo Andrade, exigem soluções que só podem ser encontradas na ciência, pelo estudo e pesquisa das condições materiais em que as regiões e os territórios se desenvolveram, através da investigação histórica e geográfica que explica o porquê de se haver o desenvolvimento econômico neste ou naquele sentido, neste ou naquele território. A temática retratada neste livro possui grande importância para os estudos e pesquisas sobre território e desenvolvimento sustentável num momento no qual predomina uma política neoliberal, excludente e globalizada, aonde a divisão territorial do trabalho vem precarizando a existência das pessoas trabalhadoras, homens e mulheres, que vivem no espaço rural.

A restrição temática da produção científica na área do Serviço Social sobre o espaço e território rural pode ser explicada pela concentração de recursos e população no espaço urbano, a concentração dos institutos de pesquisa e a relevância atribuída a orientações teóricas que privilegiam a vida e o trabalho na cidade, entre outros.

Mas, essas possíveis explicações não podem servir de justificativas para o recuo dos pesquisadores e pesquisadoras diante das potencialidades que vêm desestabilizando a análise do fenômeno urbano e que é próprio das atuais condições técnico-administrativas da produção capitalista face aos movimentos de uma nova divisão social e territorial do trabalho, que se reflete nas mudanças - inscritas nos processos de modernização - das relações e interligações entre campo-cidade, como tão bem observa Henry Lefebvre, David Harvey e Milton Santos.

Ao dar uma ênfase quase exclusiva de pesquisas e estudos sobre desenvolvimento na produção do espaço urbano pode significar desistir da compreensão dos papéis exercidos pelos lugares, podendo com isso afetar ou distorcer a compreensão dos processos que atualizam

as relações sociedade-espço, a estruturação das relações de classe e os pactos de poder restringindo os investimentos no efetivo trabalho interdisciplinar.

Para uma compreensão dos projetos de modernização da sociedade brasileira, que incluem aqueles que objetivam a regionalização tão somente aos interesses privados, é indispensável reunir informações a partir de parâmetros históricos e teóricos que orientem a pesquisa sobre espaço como totalidade em movimento; valorizando os contextos, os sítios e os lugares; resguardando memórias e reconhecendo diferenças, particularmente relevantes numa conjuntura marcada por fortes processos de desenraizamento, desterritorialização das relações sociais e das perdas de referências culturais.

Neste contexto, não falta às pessoas trabalhadoras do espaço rural, homens e mulheres, a percepção destas mudanças. Contudo, o sistema socioeconômico vigente não lhes permite ter uma perspectiva de inserção neste processo. Sem o reconhecimento das singularidades dos lugares, perde-se a possibilidade de aproveitar os atuais estímulos ao desenvolvimento local que, quando corretamente concebidos, é exigente no que concerne a mudanças nas teorias econômicas e à sua abertura para um efetivo diálogo com as teorias críticas do espaço e com os saberes técnicos preservados na vida cotidiana dos lugares.

Sem a paciência e o tempo necessários, é impossível reconhecer a força do homem lento (Santos, 1996), compreender o homem comum (Ianni, 1975) e tratar da vida social do homem simples (Martins, 2011) e seu cotidiano (Lefebvre, 1991) tornando-se difícil conceber um projeto que permita a afirmação do espaço banal, que é de todos, como disse Milton Santos (1996), sobre o espaço dos fluxos e das mercadorias.

Como bem salienta o prof. Manuel Correia de Andrade (1980) a análise da terra e do homem *‘é um problema que não é só geográfico como também histórico, social e, sobretudo, econômico’*. A história dos espaços e dos territórios é uma história reiniciada cada vez que os homens e as mulheres, que labutam na terra começam de novo a consertar a teia danificada do desenvolvimento que deve sustentar toda ação significativa das pessoas trabalhadoras do meio rural.

As discussões apresentadas ao longo deste livro pretendem elaborar uma compreensão adequada da realidade das pessoas trabalhadoras

do mundo dito rural, incluindo os aspectos socioambientais, culturais, econômicos e políticos do desenvolvimento sustentável aplicada a cada uma das noções em questão inerente aos demais grupos temáticos como a cultura, a identidade, as políticas públicas e relações sociais de gênero no espaço rural.

A dinâmica do fio condutor da temática deste livro fundamenta-se na nova territorialidade e sustentabilidade procurando nas interligações entre o rural e o urbano um valor das sociedades contemporâneas, o que vem indicando que está em curso uma mudança importante na forma em que as pesquisas, os formuladores de políticas e os atores sociais percebem e agem no espaço rural. E a implicação mais imediata que decorre desta mudança é de caráter cognitivo, pois os indivíduos e as organizações começam a modificar suas concepções passando a buscar novas referências e orientações que ainda não estão inteiramente consolidadas.

Na contemporaneidade, o debate sobre desenvolvimento e meio ambiente, nele incluindo as novas territorialidades, parece se encontrar neste estágio e as referências e definições do passado ainda continuam presentes na mente dos analistas e estudiosos, pois é difícil perceber a limitação que temos para lidar com as múltiplas transformações que a sociedade contemporânea vem trazendo à luz. Mudar de perspectiva é sempre difícil e as mudanças ocorrem de forma lenta e gradual, mas aos poucos vão transformando os paradigmas científicos, que são as estruturas mentais, teóricas e metodológicas com as quais se constroem os conhecimentos em uma determinada época, já que neste rural feito território, existe uma imensa diversidade de valores e potencialidades, bastando a nós preservar e valorizar.

Mas quais são os fatores que estão causando a desestabilização e a lenta superação dos modelos cognitivos, conceituais, práticos e políticos, até recentemente aceitos e legitimados sobre o tema da produção do espaço rural e sua relação com o meio ambiente? Quais são as propostas que têm surgido e de que modo elas propõem suplantar os problemas que afetam as perspectivas que estão em crise? Estas são perguntas de difícil resposta, pois exigem um longo caminho para diagnosticar as perspectivas que estão em crise e superação e localizar aquelas que oferecem respostas de tipo novo. Mas temos a convicção de que uma

mudança está em curso, e o fato de que a pesquisa e estudo sobre a produção do espaço feito território e a sustentabilidade são temas que vem sofrendo tentativas de atualização e alteração, não apenas no domínio acadêmico e analítico, onde a busca pela renovação de enfoques é quase uma constante.

O que chama atenção é o fato de que os domínios da política, entendido como o campo de atuação das relações e disputas do poder, em sua esfera institucional e organizacional, e o domínio das práticas sociais, entendidas como as ações e interações cotidianas para viabilizar a produção e a reprodução entre os seres humanos e a natureza, também estão buscando novas referências que orientem seus modos de agir e fazer. Esta afirmação pode ser observada e exemplificada através da ampliação dos programas governamentais e as ações de agências e organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, que estão operando a partir de referenciais que têm em comum ideias como *territorialidades* como sendo heterogêneas e não está circunscrita as atividades agrícolas nos *territórios*, que são espaços rurais pertinentes que permitem refletir sobre a articulação entre as escalas regionais e locais e a globalização.

No entanto, é a teia do *desenvolvimento com seus fios invisíveis* que coloca em rede e interconecta territorialidades e sustentabilidades. Este desenvolvimento precisa levar em conta não apenas questões econômicas, produtivas e tecnológicas, mas também as culturais e as relacionadas com os recursos naturais, procurando traduzir o lento processo da mudança, em efeitos rápidos e práticos como melhorias da renda e qualidade de vida que venha a incidir sobre as mentes dos atores envolvidos e capaz de ser assimilado pelas instituições coletivas. Mas a mudança de pensamento e concepção em curso sobre *território e desenvolvimento sustentável*, que neste livro serão discutidas, pode ser entendida como uma tentativa dos pesquisadores, estudiosos, políticos e atores de buscar respostas aos desafios condicionantes impostos pelos processos mais gerais de transformação das sociedades contemporâneas.

Também é preciso reconhecer que a globalização econômica e comercial exerce seus efeitos sobre as interações humanas e espaciais, e vem redefinindo a forma e as funções da divisão social do trabalho, e como salienta Milton Santos, uma nova divisão territorial do trabalho.

O moderno desenvolvimento técnico, científico e informacional também vem alterando as interações sociais, os limites de espaço-tempo e a forma de produzir e trabalhar. Muitos são os condicionantes e fatores causais, o difícil é se chegar a um consenso sobre o peso relativo de cada fator.

O que vale salientar aqui é que a reflexão e os trabalhos apresentados sobre territorialidades e desenvolvimento sustentável vêm procurando pesquisar e descrever um conjunto de mudanças que estão ocorrendo em cada um destes domínios, e perceber em que medida a retórica ou a perspectiva dos direitos humanos, também entendidos como direito do cidadão e da cidadã marca presença. É preciso compreender que há diferentes visões e percepções sobre cada um deles. E que a questão a ser respondida refere-se ao modo do como as mudanças de concepções e entendimentos sobre espaço rural, interligações rurais urbanas, territórios e desenvolvimento sustentável se constroem a partir de uma interface com a dimensão espacial ou territorial da ação socioambiental e econômica.

Quero acrescentar e sugerir que o Serviço Social mantivesse como indissociável do estudo sobre a Questão Social, a importância na contemporaneidade de desenvolver estudos e pesquisas relacionados à Questão Ambiental, ou seja, procurasse disseminar e interligá-la como uma Questão Socioambiental. Falo a vocês, colegas, pesquisadores e pesquisadoras, de uma posição particular no espaço e no tempo que compartilho com outras pessoas.

Não é minha intenção avaliar com justiça as teorias que serão apresentadas neste encontro a partir de uma perspectiva de autoridade isenta. Meu projeto é pessoal, a saber, cogitar até resolver um problema concreto imediato. Que nos cabe fazer agora? Qual é a compreensão adequada da situação do ‘desenvolvimento sustentável’ ou da ‘agricultura familiar’ face às novas territorialidades que nutrirá a prática ou o referencial empírico das pesquisas? A questão não é fazer um catálogo de erros, mas aprender a possuir o passado, a lembrar como pensávamos de determinado modo, e continuar pensando, e a dificuldade que tínhamos em agir pensando daquele modo. Essa é, parece-me, a única maneira de aprender a ser o passado e ao mesmo tempo não ser, pois cada novo esforço cria um novo passado e um novo futuro, e isto sempre foi

defendido pelo prof. Manuel Correia de Andrade, o Patrono da Cátedra de desenvolvimento e deste livro. A lição a apreender dos trabalhos, das publicações e do pensamento do prof. Manuel Correia de Andrade é de que devemos questionar, sempre, pois o conhecimento é irresistível! Esse foi o espírito que fundamentou a construção do livro, que está em suas mãos.

Referências

- ANDRADE, M.C. de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- IANNI, O. **Sociologia e Sociedade Brasileira**. São Paulo, Alfa Omega, 1975.
- LEFEBVRE, H. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991b.
- MARTINS, J. de S.A **Sociabilidade do homem simples**. Editora Contexto: São Paulo, 2011.
- RIBEIRO, A.C.T. “O desenvolvimento local e a arte de ‘resolver’ a vida”. In: LIANZA, S.; ADDOR, F. (Org.). **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- SANTOS, M. 1994, **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. SP, Hucitec.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. SP: Hucitec, 1996.

**POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS,
TERRITÓRIO E INTERLIGAÇÕES DO
RURAL URBANO**

INTERLIGAÇÕES DO RURAL-URBANO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Rosa Ester Rossini

1. INTRODUÇÃO

Este texto reflete as preocupações do patrono do I Seminário Internacional Territorialidades e Desenvolvimento Sustentável, o Prof. Manuel Correia de Andrade, que através da Chamada Pública – Cátedras IPEA/CAPES para o Desenvolvimento, foi concedida a honra à Profa. Vitória Gehlen a responsabilidade por esta Cátedra. No atual período técnico-científico e informacional, a globalização vem se acelerando e trazendo consigo uma exclusão sócioeconômica, cuja tônica se caracteriza pelo desemprego. As grandes corporações transnacionais que degradam o meio ambiente incorporam à sua lógica progressiva concentração de números de empresas enquanto o contrato formal de trabalho é gerado em número cada vez menor.

A terceirização e subcontratação de pessoas assumem proporções significativas. O número de pessoas desempregadas e sub-ocupadas tem aumentado fortemente. Há ausência de direitos formais como férias, descanso semanal remunerado, previdência social para parte da classe trabalhadora, sendo as mulheres as maiores vítimas. A grande esperança para mudar esta situação reside na convicção de que os obstáculos poderão ser transpostos através da solidariedade (SANTOS, 1996; ANDRADE, 1994, 1998).

Segundo Elias:

No período Técnico Científico-Informacional todos os lugares participam, mesmo que de forma indireta, de uma ordem econômica mundial... reestruturando a produção e o território de todos os países... propiciando mundialização do mercado, do capital, das firmas, do consumo, dos gostos e, até mesmo, da mais-valia e dos modelos de vida social (2003, p. 36).

Santos por sua vez afirma que:

O próprio processo de internacionalização agora tem direito a outro nome. Trata-se, de fato, de uma globalização que deixa de ser uma simples palavra para se tornar um paradigma do conhecimento sistemático da economia, da política, da ciência, da cultura da informação e do espaço (1993, p. 11).

A organização do espaço geográfico se dá pela relação de troca entre o ser humano e a natureza. A intervenção das pessoas sobre a natureza é construída por essa interação. A expansão do meio técnico-científico-informacional se dá com o aumento no espaço de fixos artificiais (técnicas), como aeroportos, estradas, centros de pesquisa, bancos, etc. construídos a partir do trabalho e fluxos de matéria e de informação - inerentes à produção e consumo modernos.

Acrescente-se ainda o fenômeno da simultaneidade que ganha, hoje, novo conteúdo (SANTOS, 1998). Por exemplo, um acontecimento no Japão ou na Argentina imediatamente é sintonizado no mundo e pode provocar queda ou aumento das bolsas. Para M. Santos, fixos e fluxos são os grandes estruturadores do espaço. Com o advento da globalização, os lugares se tornam cada vez mais distintos uns dos outros. A título de exemplo, cita-se as modificações ocorridas no espaço pela ação do Complexo Industrial Portuário de SUAPE, Pernambuco. É por meio do lugar que o mundo é empiricamente conhecido/percebido. Assim é que, ganha lugar, consistência e visibilidade, o conjunto de trabalhos desenvolvidos pelo GRAPP (Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas), sob a coordenação da Profa. Vitória Gehlen, pela Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA – assim como pela Pós-Graduação em Serviço Social.

Em todos os estudos as questões de gênero se tornam evidentes com demonstração das especificidades nos lugares onde foram realizadas as pesquisas. Tanto as evidências das desigualdades de uso do território são denunciadas em todos os trabalhos como também a constatação de desastres ecológicos ficam patentes. A presença de sistemas de engenharia de produção e de consumo assume e marcam os lugares. Em outras palavras, esses sistemas de engenharia equipam os territórios para possibilitar aos capitais especulativos a sua instalação nos lugares (SANTOS, 1998).

A multiplicação de pesquisas científicas associadas aos programas de mestrado e de doutorado estão entre os resultados altamente positivos no sentido, não só da produção do conhecimento, como da melhor distribuição das pesquisas pelo País, realizadas por pessoas que conhecem o “chão de terra”, isto é, o lugar e os lugares. Esta nova realidade é vista no Brasil como um todo e o exemplo mais próximo é o dos trabalhos realizados por estudantes e pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco com a orientação da Profa. Vitória Gelhen.

Como exemplo, vejamos os trabalhos produzidos sob forma de dissertação ou tese em 2010 e 2011, dos quais participei como membro de banca examinadora:

- Conflitos sócio ambientais e participação social: uma análise dos conflitos sócio-ambientais no complexo industrial portuário de SUAPE, de Karla Augusta Silveira;
- Controle social nas políticas ambientais locais, de Tatiana Santana de Souza;
- Análise das políticas públicas de gestão de resíduos sólidos urbanos e seus impactos socioambientais no Cabo de Santo Agostinho – PE, de Ruy Azevedo Parayba Junior;
- Trabalho precário: impactos na saúde dos trabalhadores e meio ambiente ocasionados pelas lavanderias de jeans do Polo Industrial

de Confecções, de Toritama – PE, de Amanda Roberta Souza da Silva;

- A negritude da pobreza no espaço urbano: um olhar sobre a dinâmica vivida pela juventude negra moradora de áreas segregadas no Estado de Pernambuco, de Valdenice José Raimundo;
- Território e identidade: conflitos socioambientais na comunidade quilombola Onze Negras – Cabo de Santo Agostinho – PE, de Elielton Alves de Albuquerque;
- Pescador de ilusões: o trabalho de pesca artesanal e a sustentabilidade do desenvolvimento em comunidades pesqueiras nos municípios de Pão-de-Açúcar e Olho d'Água do Casado no Baixo São Francisco alagoano, de Ana Carolina Beltrão Peixoto;
- Segurança alimentar e os impactos socioambientais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF – no município de Cabo de Santo Agostinho – PE, de Maria José Pereira da Silva;
- A (re)produção do espaço e as interligações rural-urbano: uma análise das políticas públicas de desenvolvimento sócioespacial no município do Cabo de Santo Agostinho – PE, de Aliceana de Almeida Vieira.

2. REFLEXÕES TEÓRICAS: GLOBALIZAÇÃO, NOVAS TERRITORIALIDADES E NATUREZA

Para melhor compreendermos o momento atual, convém esclarecer que o termo globalização, que guarda forte conteúdo econômico, é utilizado de maneira geral em vários campos do conhecimento (geografia, sociologia, economia, serviço social, etc). A ideia de globalização nos faz pensar em uma imagem de homogeneização, levando à pressuposição do

igual, porém eliminando as especificidades. Essa ideia é falsa, pois não atinge igualmente a todas as pessoas e a todos os lugares. Há, entretanto, uma homogeneização do capital para a elite e uma homogeneização da pobreza com aumento da miséria acirrando, inclusive, a exclusão social. Na realidade, a característica dos tempos atuais é a fragmentação. A exemplo, temos da formação de blocos econômicos ou de resistência (grupos religiosos fundamentalistas) (HAESBAERT, 1998).

A globalização da atividade econômica (capitalista) acelera o crescimento dos fluxos do capital financeiro de caráter volátil ou fictício (movimento de papéis sem a contrapartida em ouro ou equivalente). Torna-se mais evidente, conforme se acelera a velocidade da circulação, a simultaneidade da informação mediada pela técnica e estabelecida em redes. Manuel Castells (1996) a denominou de sociedade-rede e Santos (1985, 1994) de meio técnico-científico-informacional.

O território é uma construção social que envolve sociedade e espaço geográfico (que, de alguma forma, é natureza). O espaço, portanto, tornado território pela apropriação (uso político), se estabelece em redes, como um instrumento de domínio. (RAFFESTIN, 1993). “O lugar pode ser entendido como o espaço da unidade, da contiguidade e da continuidade do acontecer histórico” (SANTOS, 1996, p. 132). Para simplificar, resumizamos que o território pode ser entendido segundo as dimensões jurídico-política, cultural (humanística) e econômica (ANDRADE, 1995).

2.1 Território, Política e Meio Ambiente

A natureza e sociedade são indissociáveis em toda definição de espaço geográfico e território. Cada território – lugar oferece recursos diferentes e desigualdades moldadas por divisão territorial do trabalho, apresentando identidades específicas. Vejamos o caso das reservas naturais e os patrimônios culturais da humanidade como forma de garantir a história-memória, a cultura e preservação da natureza como legado e sobrevivência à população.

O novo Código Florestal serve para tornar claras as diferenças entre os produtores rurais, que querem mais produção e mais renda, os políticos,

que se definem como ambientalistas, e a sociedade civil. O econômico fica em primeiro plano e depois as questões sociais e culturais (para os desastres ninguém discute as responsabilidades).

Os avanços tecno-científicos têm colaborado tanto para o aumento da produção e da renda, como da qualidade da produção – mas em muitos casos têm comprometido a vida através do uso abusivo de inseticidas, pesticidas acelerando a poluição que degrada o ambiente. Esses problemas ocorrem com o apoio financeiro de empresas que se apropriam da natureza como ingredientes de marketings e, ao mesmo tempo, procuram influir na burocracia do Estado para impor à sociedade sua visão restrita de mundo.

A votação de normas ambientais no Congresso deixa a desejar e as alterações que têm sido feitas atendem a pressão de interesses, em sua maioria, privados. A legislação vigente foi criada ou modificada por decretos e portarias, decididas sem transparência e longe dos olhos da sociedade. Como exemplo, pode-se citar as obras como Usina do Jirau no Rio Madeira (RO), Belo Monte no Rio Xingu (PA) e as Obras de Complexo Industrial Portuário de SUAPE (PE), promovendo problemas de impactos sócio ambientais.

Como consequência do uso do território com objetivos puramente econômicos, assistimos ao aumento do número de pessoas desalojadas, propriedades “confiscadas” – com indenizações abaixo do valor real. Os prejuízos socioambientais para as populações indígenas, pequenos proprietários de terra e para o meio ambiente são e serão enormes e as ações realizadas pelos detentores do capital não serão capazes de suavizar os problemas causados à natureza e à sociedade. O beneficiário é o capital, pois os interessados se eximem de responsabilidade, cabendo ao Estado – quando o faz – “remendar” os problemas e enterrar os mortos.

Para o Conselho Nacional do Meio Ambiente, impacto ambiental é definido como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio-ambiente; a qualidade de recursos ambientais.

Associados ao desmatamento acontecem outros problemas propiciados por uso indevido no trato com a agricultura, como a poluição por agrotóxicos, as queimadas e a destoca e práticas inadequadas de manejo do solo, além da mudança micro-climática. Acrescente-se ainda o surgimento de pragas pelo desequilíbrio de ecossistema onde provavelmente existiriam predadores naturais, comprometendo a qualidade ambiental (ELIAS; SAMPAIO, 2002). Merece destaque o alerta para o uso abusivo de agrotóxico na agricultura comprometendo tanto a qualidade da água, um bem que requer muita atenção por ser finito, assim como, a saúde de pessoas e de animais.

No dia 5 de junho comemora-se o Dia Mundial do Meio Ambiente e não só neste dia, mas o ano todo, a sociedade - em especial as mulheres preparadas/educadas - devem estar alertas objetivando transformar-se, através da solidariedade, em agentes capazes de dar a volta e contribuir para um mundo melhor. Esse futuro, para se tornar presente, só será possível com o desenvolvimento de uma nova consciência (sem lei de Gerson ou “de exportar é o que importa”), e implica uma formação ética a qual pode propiciar aos jovens, em casa e na escola, a transformação das possibilidades em realidade.

O controle da natureza, ligado às técnicas e ao crescimento das forças produtivas, submetido unicamente às exigências do lucro, conduz à destruição da natureza. A modernização tecnológica, que para muitos se confunde com o econômico, com frequência não leva em conta os impactos sociais e ecológicos negativos, que esta modernização pode acarretar. Estamos conscientes que ainda há muita coisa a ser feita e que é preciso sonhar o impossível para torná-lo possível (SANTOS, 1996).

2.2 Novas Territorialidades

A construção do território é o resultado da articulação material e simbólica. A primeira ligada à esfera político-econômica e a outra vinculada à cultura. Dentre as novas territorialidades em gestação cabe destaque àquela que envolve a escala-mundo: o controle político de fluxos, especialmente de capitais, assim como o das reservas naturais e patrimônios da humanidade. Surge com isso uma consciência global:

ecológica, econômica, político-militar, médico-sanitária (HAESBAERT; LIMONAD, 2007). As novas territorialidades estão em contínua produção e são resultados das decisões do estado ou de sua permissão.

Segundo Rückert (2005):

Os lugares que contêm tecnologia e riqueza tenderão a aprofundar sua hegemonia em experiências de desenvolvimento em que o poder local não será, necessariamente mais sinônimo de governo local, mas sinônimo de organização corporativas com capacidades de planejamento e de investimento em projetos estratégicos em associação com os governos central e locais, que podem ser facilmente capturados pelos poderes locais e regionais privados, o que aponta para uma rápida privatização do público (p. 81),

Essa situação se exemplifica com o caso do Complexo Industrial Portuário de SUAPE - PE.

3. A CIDADE E O CAMPO – O URBANO E O RURAL

No período técnico-científico-informacional, a cidade se torna lugar da atividade agropecuária moderna, ponto de interação entre verticalidades (sistemas urbanos) e horizontalidades (áreas produtivas: regiões agrícolas, cidades, os conjuntos urbano-rurais, o teatro do cotidiano) (ELIAS, 2003).

As cidades têm sua unidade em virtude, principalmente, da inter-relação com o campo, com as atividades agrícolas e agroindustriais. A modernização do campo promoveu intenso processo de urbanização, capitalização do campo, migração, retorno ao campo, desocupações, possibilitando o desenraizamento. Para as cidades que criam as “boas” condições técnico-científicas para as agroindústrias poderiam, no dizer de Milton Santos, chamá-las de cidades do campo. Surgem também nas cidades o drama da moradia e no campo o drama da falta de trabalho ou a falta de terra de trabalho.

A intensificação dos movimentos sociais, pela quase ausência de Políticas Públicas de apoio, promove a fartura de carências. Um dos problemas mais gritantes que exige maior atenção por parte

do Estado são os ambientais: lixo, esgoto doméstico, falta de água tratada e encanada e de qualidade, poluição do solo e dos aquíferos, desmatamento, comprometimento dos mananciais, poluição do ar atmosférico, queimadas, etc (BRUNDTLAND, 1991). A educação das mulheres no caso, voltadas para o meio ambiente e desenvolvimento sustentável, tem muito a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população (GADOTT, 1998).

4. EQUIDADE DE GÊNERO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os principais movimentos sociais da virada do século XX para o século XXI dizem respeito às articulações em torno das questões ambientais também no campo do feminino e das mulheres. A aproximação com o debate sobre gênero e desenvolvimento sustentável tem incluído, nesse contexto, temas como agricultura familiar, desmatamento, sistemas de abastecimento de água, dentre outros, considerando que são as mulheres que ainda preservam as habilidades necessárias aos diferentes tipos de cultivos, tanto da alimentação básica como das ervas e plantas medicinais. São as mulheres que possuem mais experiência na condução de um processo de desenvolvimento humano de lugar sustentável, pois têm mostrado através do cotidiano que são gestoras de recursos, produtoras de alimentos, pois são elas que mais contribuem para a biodiversidade no pequeno lote de terra (TORQUIST, LISBOA; MONTYSUMA, 2010).

Acrescente-se ainda que a desigualdade social atinge, em especial, as mulheres pobres e as leva a serem as primeiras vítimas da crise ecológica e da deterioração do meio ambiente, ao mesmo tempo que são elas as maiores responsáveis pelo sustento das unidades domésticas.

Pensar em desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero implica em formular propostas de intervenção com base na equidade de gênero, prover instrumentos de intervenção para propostas de mudança político-industrial com objetivos mais igualitários e democráticos (TORQUIST, LISBOA; MONTYSUMA, 2010).

Quanto aos programas de financiamento para as mulheres no campo, no Brasil, há o Programa de Fortalecimento da Agricultura

Familiar – PRONAF, criado em 1995 e o PRONAF – ECO (Semeando o Verde), com início em 2000, previstos na política de desenvolvimento da agricultura familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Destaca-se que a disponibilidade de crédito para as mulheres é inferior ao valor disponibilizado para os homens. Outro caminho que as mulheres têm trilhado é o da organização em cooperativas como alternativa de sobrevivência. Os exemplos são os de reciclagem de produtos sólidos como latas de alumínio e papéis com resultados altamente satisfatórios. Acrescente-se ainda a forte organização de mulheres na elaboração e venda de produtos artesanais.

A luta das mulheres contra os preconceitos de classe, gênero, raça/etnia vem proporcionando novas possibilidades para a ação política, enriquecendo a discussão, tanto da gestão de gênero como das mulheres em face das situações de desastres socioambientais e outros problemas de interesse à sociedade como um todo. O caminho a ser trilhado para a mudança aponta para a educação e para a pesquisa que permitem a visibilidade dos problemas, sugerindo e recomendando a formulação e implementação de políticas públicas de interesse para a sociedade.

5. RECOMENDAÇÕES PARA UM FUTURO COM QUALIDADE DE VIDA

1. Necessidade de formação e atuação de novas configurações institucionais (espaços organizativos compostos por organizações sociais, políticas e econômicas que orientam a construção de políticas públicas para territórios específicos). Estas configurações são Fóruns, Conselhos e Consórcios que se somam com objetivo de aglutinar atores de setores diversos com o papel de realizar a gestão social do desenvolvimento (TORNQUIST, LISBOA; MONSTYSUMA, 2010).
2. Desenvolvimento de trabalhos e ações sistemáticas de resgate e valorização dos recursos cultural, natural e histórico do lugar.
3. Valorização, realização e implementação de projetos de desenvolvimento sustentável – projetos agro-ecológicos; recuperação

de áreas degradadas, criação de roteiros integrados de turismo rural, cultural e ecológico e programas de educação/escolarização e educação patrimonial e ambiental.

4. Estabelecimento de parcerias com o Ministério de Desenvolvimento Agrário e com os movimentos sociais e organizações não governamentais no sentido de implementar experiências de territórios rurais sustentáveis. “É no lugar vivenciado onde todos os confrontos se explicitam e se individualizam, onde o poder se exercita”. (SANTOS, 1994, p. 277).
5. Fortalecimento de agricultura familiar ensejando a expectativa de sustentabilidade através de dinâmicas comuns: agroecologia, produtos orgânicos, feiras de distribuição/comercialização dos produtos agrícolas e artesanais nas cidades.
6. Considerar as novas formas de controle de territórios em que as pessoas estão submetidas às múltiplas determinações do capitalismo global e, ao mesmo tempo, das ativações das potencialidades e das riquezas dos recursos (KATUTA; SILVA, 2007).
7. Valorizar o patrimônio sócio cultural, estabelecendo mobilização dos recursos e das competências através das atribuições de responsabilidades sociais, por meio de processos participativos.
8. Avaliar e valorizar o desenvolvimento em áreas periurbanas entre o campo e a cidade para que se expandam e cresçam com qualidade.
9. Considerar que no atual período técnico-científico e informacional a cidade comanda o desenvolvimento agroindustrial através das atividades nela realizadas. Por exemplo, em uma atividade rural há mais pessoas empregadas na cidade que no campo para viabilizar a produção, a circulação e o consumo (ELIAS; PEQUENO, 2006).
10. Apoiar e incentivar os movimentos sociais na sua capacidade de espacializar e territorializar as suas lutas motivadas, no *campo*,

pela expropriação que provoca conflito pela perda do território e se manifesta na luta pela reconquista ou novo acesso à terra, na *cidade*, o conflito se estabelece à necessidade de criar um território, manifestando-se por acesso a trabalho e moradia (BECKER, 1995).

11. Considerar que ainda é insuficiente a concessão de várias formas de apoio que tem sido implementadas pelo Estado às famílias carentes, apesar de já ser evidente o aumento do consumo e a melhoria da qualidade de vida.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. C. **Modernização e pobreza**: a expansão da agroindústria canaveira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: UNESP. 1994. 250p.
- _____. **A questão do território no Brasil**. São Paulo-Recife-Hucitec/IPESPE. 1995. 135p.
- _____. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: Santos, M.; Souza, M.A.A.; Silveira, M.L. (orgs). **Território: globalização e fragmentação**. 4 ed. São Paulo: Hucitec – ANPUR. 1998. p. 213-220
- BRUNDTLAND, G. H. (Coord.), 1991. **Nosso futuro comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV. 1991. 430p.
- BECKER, B. **Organização territorial e produção do quadro ambiental brasileiro**. MCT – Ilhéus. 1995.
- CASTELLS, M. 1996. **A sociedade em rede**: a era da informação. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra. 617p.
- ELIAS, D. **Globalização e agricultura**: a região de Ribeirão preto – SP. São Paulo: Edusp. 2003. 401 p.
- ELIAS, D.; SAMPAIO, J. L. F. (Orgs.). **Modernização excludente**. Fortaleza – CE: Edições Demócrito Rocha. 2002. 159 p.
- ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Orgs.). **Difusão do agro-negócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 2006. 483p.
- GADOTT, M. Ecopedagogia: pedagogia para o desenvolvimento sustentável. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA, 1, 1998, Florianópolis. **Anais do 1 Congresso Internacional de**

- Educação de Santa Catarina. Florianópolis: Secretaria de Educação. 1998. p. 29-59.
- HAESBAERT, R. (Org.). **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. Niterói: Ed. UFF. 1998. 307 p
- HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Espaço, Tempo e Crítica** – Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas, v.1, n. 2 (4), p. 39-56. 2007.
- KATUTA, A.M.; SILVA, W.R. (Orgs.). **O Brasil frente aos arranjos espaciais do século XXI**. Londrina: Edições Humanidades. 2007. 360p.
- LEFEBRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell. 2001. 454p.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática. 1993. 236p.
- RÜCKERT, A. Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. **Geosp. Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 17, p. 79-94. 2005
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel. 1985. 88 p.
- _____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec. 1993. 157 p
- _____. **Técnica, espaço, tempo**. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec. 1994. 190p.
- _____. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec. 1998. 332 p.
- _____. **A natureza do espaço**. Técnica e Tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec. 1996. 308p.
- TORNQUIST, C.S, LISBOA, T.K; MONTYSUMA, M. Dossiê Mulheres e meio ambiente. Apresentação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 865-940, dec. 2010.

TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE, NOVAS TERRITORIALIDADES: FACES E CONTRAFACES

Rosa Maria Cortês de Lima

1. INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre o território, a territorialidade e as novas territorialidades, tendo como palco de observação as faces e contrafaces da realidade da cidade do Recife, constituída no intrínseco processo da relação campo-cidade e da formação do urbano calcada nas relações estabelecidas entre o uso território e sociedade no processo histórico.

Nessa perspectiva, este estudo agrega discussões referenciadas nesta cidade, para propiciar um percurso de exame de conceitos expressos e articulados às particularidades do acesso à habitação e à terra de habitação pelos pobres e as indicações da instituição de novas territorialidades. Territorialidades resultantes das ações do universo dos atores sociais, que conformam a cidade, sejam proprietários fundiários, setores imobiliários, frações das classes abastadas, sejam das ações dos homens lentos, sujeitos desse processo, valendo-se da perspectiva analítica de Milton Santos, sejam, ainda, decorrentes de intervenção do Estado, por meio de políticas públicas, em resposta as necessidades dos segmentos populares.

No transcurso da ocupação do território recifense foram sendo delineadas territorialidades e consolidando novas territorialidades no intenso processo envolvendo esses diferentes atores sociais, que no tempo dos diferentes acontecimentos vividos pela população local, firmaram, paulatinamente, confrontos, lutas sociais, numa conjunção entre riqueza e pobreza, traduzidas nas diferenças socioespaciais permeadas pelas

desigualdades sociais, econômicas, jurídicas, ambientais assinaladas pela estreita relação de poder na disputa e domínio desse território.

2. CIDADE E URBANO

Pobreza e inadequação das moradias mostram os resquícios de uma cidade, uma aglomeração instituída num tempo determinado e durável, de raízes agro-exportadora, que desde o final no século XIX, e intensificada no século XX, em especial a partir da terceira década deste século, foi progressivamente recebendo contingentes populacionais deslocados do campo, e assumindo feições diversas no que diz respeito à atividade econômica. Ora acendeu como polo comercial, administrativo exportador, ora acolheu no seu território a atividade industrial, em especial, a têxtil para nos dias atuais caracterizar-se como um polo de serviços em diferentes áreas da economia.

Pode-se pensar que a cidade refere-se ao território que não inclui a população cujas atividades estão centradas no campo, contudo, também a quantificação dos seus habitantes torna-se frágil para caracterizar a cidade. Nesse caso, outros componentes são acionados incluindo-se a dimensão histórica de sua formação e constituição.

Convém assinalar a contribuição de Lefebvre para a discussão sobre a cidade, ao afirmar que “A cidade, desde, os alvares da era agrária, foi uma criação humana, a obra por excelência [...]” (2008, p. 81). A essa discussão adiciona-se um conjunto de conceito, analisado pelo autor, assim:

[...] a cidade é um objeto espacial ocupando um sítio e uma situação que é preciso estudar, enquanto objeto, com diferentes técnicas e métodos: econômicos, políticos, demográficos etc. Como tal, a cidade ocupa um espaço específico bem distinto do espaço rural. [...] a cidade é uma mediação entre uma ordem próxima e uma ordem distante. A ordem próxima é aquela do campo circundante que a cidade domina, organiza, explora extorquindo-lhe sobretrabalho. A ordem distante é a sociedade no seu conjunto (escravista, feudal, capitalista etc). Enquanto mediação, a cidade também é o local onde

as contradições da sociedade considerada se manifestam, como, por exemplo, aquelas entre o poder público e os diferentes grupos sobre os quais esse poder se estabelece [...] Lefebvre (2008, p. 82).

Ainda em relação à conceituação de cidade acrescenta o mesmo autor:

[...] a cidade é uma obra no sentido de uma obra de arte. O espaço não apenas organizado e instituído. Ele também é modelado, apropriado por este ou aquele grupo, segundo suas exigências, sua ética e sua estética, ou seja, sua ideologia (2008, p. 82).

Prosseguindo na sua condução analítico, Lefebvre (2008, p. 83) mostra que cidades tradicionais despedaçaram-se, diferentemente do seu sentido. Nessa perspectiva, diz: “A indústria surgiu efetivamente como a “não-cidade” e a “ante-cidade” (2008, p. 83). Isto porque, passou a se instalar segundo os recursos naturais, fontes de energia e mão-de-obra disponíveis, assim, destruindo as cidades produzindo gigantesco crescimento. Ademais, a indústria propiciou a troca de mercadorias, ao mesmo tempo em que “O uso e o valor de uso quase desapareceram inteiramente [...]” (2008, p. 83). Como consequência, dessa intensa troca de mercadoria, ocorre uma íntima convivência da compra e da venda do solo como mercadoria. Por conseguinte, “[...] o espaço indispensável para a vida cotidiana, se vende e se compra”.

Recorre-se novamente ao autor, quando este distingue os conceitos de cidade e urbano, ao situar essa distinção em razão do urbano explicitar a explosão da cidade, da seguinte forma:

O urbano, isto é, a sociedade urbana, ainda não existe e, contudo, existe virtualmente; através das contradições entre o habitat, as segregações e a centralidade urbana que é essencial à prática social, manifesta-se uma contradição plena de sentido (2008, p. 84).

Há, na perspectiva de Lefebvre, o reconhecimento de uma questão estreitamente relacional entre o urbano e à sociedade capitalista industrial.

Procurando explicar a urbanização brasileira, Oliveira (1982) mostra as características que lhe são específicas, assinalando que a emergência dessa urbanização não se reduz ao processo de intensificação da economia industrial datada no período do pós 1930. Isto porque anteriormente as cidades brasileiras organizavam-se como sede do capital comercial. Ai situavam-se os aparelhos burocráticos do Estado e aqueles que instituíam as ligações entre a produção brasileira e o circuito internacional de mercadorias. Período marcado, de um lado, por uma rede urbana pobre e, por outro, uma rede polarizada entre grandes e poucas cidades. Ademais, até as duas décadas iniciais do século XX, o padrão de urbanização existente foi se reproduzindo, mesmo que de modo incipiente, desde o período colonial.

Assim sendo, diversamente da expansão capitalista nos países centrais onde a industrialização alicerçou-se na divisão do trabalho entre cidade e campo, no Brasil no momento em que a industrialização passou a engendrar a expansão capitalista, “[...] ela tem que ser simultaneamente urbana, e tem que ser fundamentalmente urbana porque não pode apoiar-se em nenhuma pretérita divisão social do trabalho no interior das unidades agrícolas” (OLIVEIRA, 1982, p. 42).

Essa industrialização produziu elevadas taxas de urbanização que se mostraram acima do crescimento da força de trabalho empregada na indústria e, ao mesmo tempo, o urbano se expande sem dispor de condições em termos de infraestrutura, equipamentos urbanos, acesso à habitação para a população que se instalava nesse território. Acrescenta-se que a concentração da terra urbana, originando uma questão fundiária que restringe ou mesmo impede o acesso à terra para habitação, por expressiva parcela da população – os pobres.

Examinando a urbanização brasileira, Santos (2008, p.10) procura mostrar que “A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres”. E nessa direção acentua: “A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial”.

Maricato (2001, p. 18) na busca de identificar os fatores vinculados as raízes da urbanização no Brasil aponta:

[...] a importância do trabalho escravo (inclusive para a construção e manutenção dos edifícios e das cidades), a pouca importância dada à reprodução da força de trabalho mesmo com a emergência do trabalho livre, e o poder político relacionado ao patrimônio pessoal (p. 18).

Subsidia ainda essa discussão as interpretações de MONTE-MOR (2006, p. 7) ao afirmar que:

Cidade e campo, elementos sócio-espaciais opostos e complementares, constituem a centralidade e a periferia do poder na organização social. As cidades garantem a diversidade e escala da vida social bem como a competição e cooperação características da vida humana contemporânea. Os campos, por sua vez, tão diversos entre si, garantem também diversidades dentro das suas homogeneidades extensivas e escalas de produção quando tomados de forma abrangente. Contêm também processos de competição e cooperação, mesmo gerenciados pelas cidades e limitados pela auto-suficiência relativos que ainda mantêm.

O acelerado processo de urbanização no Brasil registrado a partir dos anos de 1930 esteve relacionado a ações políticas destinadas à modernização do país com a adoção de medidas econômicas e sociais lastreadas, sobretudo, em vigorosos investimentos no setor industrial. Associam-se a isso a atração pela cidade como lugar de lazer, as transformações sociais que fortaleceram a mobilização e o deslocamento de parcela da população residente em espaços rurais impulsionando-a em direção à cidade, na busca por trabalho e melhores condições de vida, entre outros fatores. No entanto, ocorre que as atividades industriais e a econômicas construídas nesses espaços no processo histórico foram incapazes de absorver a mão-de-obra que para aí se deslocava e se instalava.

Na sua dimensão histórica, esse urbano vai paulatinamente se desenhando, ampliando a densidades de pessoas no território gerando fluxos e atividades econômicas, gestando lutas sociais e conformando-se como lugar privilegiado de disputas de poder entre diferentes atores sociais. Nessa perspectiva insere-se o Recife.

3. TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E AS NOVAS TERRITORIALIDADES

Raffestin (1993, p. 143) considera que “Espaço e território não são equivalentes”. E assevera:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço (p. 143).

Na mesma obra “Por uma Geografia do Poder”, Raffestin, dialogando com Lefebvre, aponta para o mecanismo indicado por este autor que mostra a passagem do espaço para o território. Nesse sentido, ensina Lefebvre:

A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas de rotas aéreas, etc. (*apud* RAFFESTIN, 1993, p.143).

Dessa forma, apreende-se que o território materializa o espaço onde se delineia o trabalho nas suas múltiplas formas, portanto desvela relações marcadas pelo poder. Assegura Raffestin que o “[...] poder constrói malhas nas superfícies do sistema territorial para delimitar campos operatórios (1993, p. 149). Quando o autor afiança que o território decorre de uma produção a partir do espaço, ressalta que os atores demarcam, edificam, devastam, modificam os territórios em face de algum objetivo. É, pois, no território que se expressam diferentes relações de poder, espelhando malhas, redes e centralidades. Tais aspectos criam ora vizinhanças, acessos, ora permitem disjunções, rupturas e distanciamentos.

Em Milton Santos e Claude Raffestin, a concepção de território aponta para uma convergência conceitual ao se referirem à produção do espaço ou do território, visto que o território é produto dos atores sociais, pois são os homens, por intermédio da apropriação (dominação) do espaço – ecossistema natural – que produzem o território. A noção de territorialidade formulada por Raffestin (1993, p. 158) subsidia a reflexão analítica deste estudo referente ao acesso à habitação pelas camadas populares e concebe que a territorialidade:

[...] adquire um valor particular, pois reflete a multiplicidade do ‘vívdo’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais (1993, p.158-159).

Essas relações, segundo a perspectiva analítica do autor, apreendem um universo vivo composto de relações existenciais ou produtivas. Ainda para o mesmo autor: “A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas”. [...] É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores”. Isso porque a “[...] produção do sistema territorial determina ou condiciona uma consumação deste. Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também, disjunções, rupturas e distanciamentos [...]”. E prossegue, “Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem”. Nessas circunstâncias, significa dizer que a territorialidade, é a materialização do poder, e “[...] se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder” (1993, p. 161-162).

Em consonância com a concepção do autor, a análise referente à territorialidade conduz a apreender as relações sociais na dimensão concreta de sua existência, e na dimensão espaço-temporal historicamente situada.

O território usado é definido pela inclusão dos sujeitos sociais, construtores desse espaço. Afirmam Santos (2004, p. 26): “[...] a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual”. Dessa forma, “[...] cada momento da ação social inclui a terra e os homens sobre os quais tal ação se realiza”. Assim sendo, a ação teria outra perspectiva “[...] se outros fossem o território e seu uso” (SANTOS, 2004, p. 26).

Quer dizer, no território usado, no território praticado, o homem exerce suas experiências de vida diária, torna-se produtor do espaço, da cultura e da sociedade. Fatores que particularizam a leitura do território usado. Segundo essa proposta conceitual, a vivência no território é também praticada pelo homem pobre que, em face da imperar a luta sucessiva por sua existência, é o homem ativo. Conforme Santos (2001, p. 132) explica “a pobreza é uma situação de carência, mas também de luta, um estado vivo, de vida ativa, em que a tomada de consciência é possível”.

Pobreza é uma noção que perpassa a obra de Santos. Assevera o autor que o homem pobre não se restringe a ser pobre na esfera do consumo, porém situa-se como o homem comum e lento, em relação à velocidade dos fluxos da globalização. Destarte, mesmo sem acesso às técnicas conta com um pragmatismo existencial, e, nesse contexto, exerce o domínio, ao mesmo tempo em que regula as práticas localizadas na esfera do seu conhecimento. Trata-se, portanto, esse homem, do homem do território usado, do território praticado.

Essa noção de território praticado defronta-se com a abstração dos fluxos, que comanda as circulações financeiras na escala do planeta, na atualidade, que para Santos traduz a mais alta abstração já vivida pela humanidade, dominada pela globalização desprovida de territorialidade.

O território usado, ao conter possibilidades latentes, instiga disputas, contradições. Nesse sentido, conduz a oportunidades para a conquista de liberdades. Tal concepção de território atrai o uso de conceitos-chaves, dialeticamente concebidos e trabalhados por Santos (2001) – escassez e abundância. A escassez, como um elemento entre o mundo e o cotidiano vivido e explica-se por intermédio da abundância, ou seja, por meio da riqueza concentrada entre poucos. Dessa feita, a

escassez é um produto da racionalidade hegemônica. Diz respeito às relações sociais territorializadas, como: fome, desemprego, desabrigo, que se explica no modo como a abundância é organizada e retida pela racionalidade hegemônica.

Ainda de acordo com o autor, os homens lentos contrapõem-se aos homens rápidos. Mesmo considerando que ambos encerram capacidade de ação, estão situados em escalas diferenciadas, resultando em intervenções distintas na vida social.

A moradia constitui o lugar e abrigo da família e expressa às condições que viabilizam o acesso dos pobres que habita no território, à terra de habitação, ao trabalho, aos equipamentos coletivos, à mobilidade e aos serviços indispensáveis à manutenção e a realização da vida, além do acesso às políticas públicas. Nesse contexto, gestam-se e geram-se novas territorialidades. Porquanto, é na dimensão do território, do lugar da habitação, expressão das condições de moradia em que ficam patentes as desigualdades sociais, econômicas, políticas, jurídicas, ambientais traduzidas nas condições de acesso e direito à cidade.

4. DA CENA URBANA À LEGISLAÇÃO

Dados do Censo de 2010 (IBGE) mostram que do universo da população pesquisada, o país contabiliza 190.732.694 milhões de pessoas, dos quais 84% desses brasileiros vivem em áreas urbanas. No estado de Pernambuco o conjunto da população residente somou 8.796.448, dos quais 1.744.238 residem na área rural, enquanto 7.052.210 residem em áreas urbanas. O Recife, capital do estado de Pernambuco, com um território de 218,7 km², é ocupado por uma população de 1.537.704, apresentando uma densidade demográfica 7.037,61, caracterizado como um território exclusivamente urbano.

A concentração da população em espaços urbanos concorreu para o aprofundamento da questão da habitação nas cidades do país. Realidade que afeta diretamente a parcela mais pobre da população, ao vivenciar cotidianamente uma luta incessante por acesso à habitação, à terra de habitação, à infraestrutura e aos equipamentos de uso coletivo, ao trabalho e à renda. Ademais, essa parcela da população situada fora das

regras do mercado está impossibilitada de assegurar sua moradia pela ausência de renda solvável. Trava-se de uma luta intensa pelo direito à cidade (LEFEBVRE, 2001) e pelo direito à moradia digna.

Com a criação do Estatuto da Cidade, Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001, ficam regulamentados os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, como parte do capítulo sobre a política urbana. No Estatuto está previsto um conjunto de instrumentos para assegurar, no domínio do município, o direito à cidade, à defesa da função social da cidade e da propriedade e a democratização da gestão urbana.

Os avanços registrados no plano da legislação representaram conquistas decorreram de lutas direcionadas para a inclusão no texto constitucional de instrumentos que conduzissem a instauração da função social da propriedade no processo de construção das cidades. Nessa direção, era retomada a agenda da Reforma Urbana, pautada por esse movimento e trabalhada como parte das lutas empreendidas nos primeiros anos de 1960.

Convém mencionar que o texto da Carta Magna requeria a instituição de lei específica de âmbito nacional, de modo a possibilitar a implementação dos princípios e dos instrumentos expressos na lei maior. Além do mais, se tornava necessário ser estabelecida a obrigatoriedade de planos diretores que absorvessem as definições referentes aos municípios com uma população acima de 20.000 habitantes.

Saliente-se que a perspectiva universalizante disposta na Constituição de 1988, no que concerne ao acesso às políticas públicas, mostrou-se frágil nos anos de 1990, uma vez que no âmbito federal registraram-se a ausência de políticas de habitação consequentes, de programas e projetos habitacionais para os segmentos de baixa renda, traduzida nas insuficientes respostas as demandas desses segmentos.

No contexto da década de 1980, fortaleceu-se o argumento, sustentado em dados, que apontavam para a crise fiscal do Estado brasileiro com características eminentemente financeiro aparecendo com maior magnitude no setor público federal, mesmo que com desdobramentos das demais instâncias do poder público.

Agrega-se a essa realidade a ampliação da concepção liberalizante, com simultânea tendência à redução do poder de ação do Estado e aumento da ação do mercado. Tendência com repercussões mais

vigorosas no poder central que passou a dividir com as demais instâncias federativas papéis e atribuições que detinha em décadas precedentes. Tais fatores terão repercussão no arrefecimento da presença do Estado, frente ao financiamento das políticas habitacionais nesse período.

Na primeira década do século XXI, registram-se, portanto, avanços referentes à institucionalização – aos arranjos institucionais –, à definição de instrumentos jurídicos e à criação de condições para a retomada da intervenção pública no âmbito da habitação para os segmentos populares – faixa de interesse social. Avanços, que resultaram de amplas lutas sociais e, também, apareceram como formas de respostas do Estado frente a essas lutas.

O cenário dos primeiros anos dessa década escreve a criação do Ministério das Cidades, em 2003, que “[...] passa a ser o órgão responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano e, dentro dela, pela Política Setorial de Habitação” (BRASIL, 2006, p. 12), superando a caminhada errante, quando na década precedente, a Política de Habitação apresentava uma mudança constante e sua localização no centro do arranjo institucional do Estado, portanto, caracterizando-se mais como uma não política. Seguem-se a implantação do Conselho das Cidades e a aprovação da Política Nacional de Habitação, em 2004, priorizando a faixa de interesse social; além da criação do Sistema e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social SNHIS/FNHIS, Lei 11.124/05; e o Plano Nacional de Habitação, em 2009.

Os novos instrumentos voltavam-se para a integração entre as instâncias federativas possibilitando ações articuladas e, simultaneamente, descentralizadas considerando o planejamento, as fontes de financiamento e a otimização dos investimentos para as habitações de interesse social. Firma-se, nesse cenário, a retomada da política de habitação para os segmentos mais pobres da população.

5. DO TERRITÓRIO DA OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O RECIFE

A dimensão territorial é inseparável da questão da habitação e atribui à noção de acesso – à habitação, à terra habitação (terra urbana) e à cidade

– e, nessa perspectiva, assume um caráter político-espacial traduzido em acentuados processos de desigualdade e de exclusão social. Na tradição das lutas populares do Recife, dirigidas ao acesso à terra, bem como à moradia que ganharam força nas grandes cidades do País a partir de meados dos anos de 1970, também indicaram a resistência dos pobres para permanecerem na cidade, instituem territorialidade e criam novas territorialidade.

A moradia quando acessada pelos pobres em contraposição ao aparato jurídico instituído e à margem das regras do mercado, toma dimensão política, passando ao campo de ação do Estado via políticas habitacionais. Dois ângulos da questão se articulam no acesso à moradia: as reivindicações explícitas e intensas dos movimentos populares e, simultaneamente, política pública de habitação popular.

O fluxo migratório campo-cidade no país e, no Recife, marcou o século XX e mostrou-se com maior intensidade entre as décadas de 1930 a 1970. No caso do Recife, as terras de mangue, situadas na planície alagada ou alagável, absorvem inicialmente a população pobre, visto que eram terras fora da relação de mercado, desprovida de interesse imobiliário. À proporção que essas terras ganhavam valor de mercado, essa parcela da população passou a ser deslocada para as áreas de morro, a partir dos anos de 1930, que também de forma densa absorve o fluxo migratório. Nessas circunstâncias, são as encostas, os morros que absorvem o alargamento do território para as moradias dos pobres urbanos.

A primeira década do século XXI aponta ainda que aproximadamente metade da população do Recife enfrenta uma busca contínua por alternativas de acesso à moradia. Dados levantados e contabilizados pela URB-Recife/FADE (2001) – realizada em 1998 – mostram que aproximadamente 660 mil pessoas (46.3%) da população recifense moram em 154.280 unidades habitacionais, correspondendo a 40.6% do total, e dos 3.357 hectares ocupados por áreas pobres no Recife, 57.6% se localizam nos morros, 37.4% na planície e 5% nos alagados.

Situação retratada no solo urbano que revela um território fragmentado, esquadrinhado em múltiplos quinhões, estabelecido numa correlação de força e no exercício do poder pelos diferentes atores sociais. Para os pobres urbanos, os denominados homens lentos, segundo

Santos (2004), significa a procura cotidiana para assegurar um lugar para erguer sua moradia. O que acarreta, simultaneamente, aglomerações de favelas; habitações precárias, inadequadas, improvisadas; assentamentos populares, e situações de conflito, de contradições e de desigualdades.

Essa questão passa a requerer política do Estado, por meio de políticas sociais, para o seu enfrentamento e, assim, viabilizar o acesso à moradia dos segmentos populares situados fora da faixa do mercado. Situação decorrente dos baixos salários, da concentração da terra urbana, da especulação imobiliária, ou seja, de um conjunto de fatores econômicos, sociais, políticos e jurídicos.

A Política Nacional de Habitação, nos dias atuais, definida pelo Ministério das Cidades, institui diferentes linhas de ação, incluindo-se os instrumentos de reforma urbana dirigidos para um maior ordenamento e controle do uso do solo, no intuito de criar possíveis barreiras à retenção especulativa da terra para habitação e, ao mesmo tempo, assegurar o acesso à terra urbana e o direito à moradia digna da população. Nessa caminhada, volta-se para propiciar a integração urbana dos assentamentos precários, por meio da urbanização, da regularização da terra, priorizando alternativas para o encaminhamento da questão habitacional.

Informações colhidas no Recife a respeito da política, dos programas, projetos e ações de habitação demonstram a existência uma Política Habitacional operada por diversas instâncias do poder público nas áreas pobres, já consolidadas, ou seja, pelo estado e pelo município, articulada a Política Nacional.

O Recife foi palco no século XX de fortes processos de ocupação de terras, de forma lenta e pacífica (MOURA, 1990), até a década de 1950, quando tais áreas despertavam pouco interesse imobiliário, para tornarem-se paulatinamente conflituosos, a partir de então, gerando lutas sociais na disputa de poder pela ocupação do território, entre as diferentes classes sociais. Ressaltam-se as lutas empreendidas pelos pobres, praticantes do território, Santos (2004), no sentido de assegurar um lugar de habitação e, assim, definindo territorialidades.

Marcadamente, a intervenção pública no campo da habitação, no país e no Recife, espraiando para a Região Metropolitana ocorreu no período de 1964 a 1986, sob coordenação do Banco Nacional de

Habitação (BNH), órgão de dimensão nacional que embora sendo criado para atuar na questão habitacional da população situada na faixa de até três salários mínimos, mostrou, um atendimento reduzido para esse segmento. Contraditando, portanto, a emergência das necessidades habitacionais dos segmentos populares com a ação do Estado.

Todavia, estudos apontam as falhas desse órgão em diferentes aspectos, mas mostram também que com a sua extinção deixou a moradia popular sem direção, passando nos anos subsequentes por diferentes ministérios e secretarias, tornando clara a ausência de um padrão de políticas públicas nesse campo e, igualmente, mostrando a ausência de políticas consequentes.

Assinala-se, na primeira década do século XXI, na cidade do Recife a implementação de 14 programas habitacionais, distribuídos espacialmente pelo território, contabilizou-se 85 projetos, ainda insuficiente para responder as necessidades habitacionais da população pobre. Recife, capital do estado de Pernambuco e cidade núcleo da Região Metropolitana do Recife (RMR), conta com uma área de 218.7 km² (IBGE, 2010), que congrega 94 bairros, registra 67¹ Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), 421 áreas pobres (URB-Recife/FADE, 2001). Todavia, algumas dessas áreas foram removidas e a população reassentada por meio de programas governamentais, entre elas: Arlindo Gouveia (Madalena) e João Holanda (Torre), em 2004, Vila do Vintém II, reassentada no Cordeiro, em 2005 (LIMA, 2012), e Abençoadá por Deus, (Iputinga) em 2009.

Outras áreas vivenciam, no presente, processo de remoção e de reassentamento, em consequência do Projeto Via Mangue (Boa Viagem), em fase de execução, para conjuntos habitacionais, padrão esse predominante no Recife. De outra parte, o Programa Prometópole, já

1 Em 2013 foi instituída mais uma ZEIS no Recife após anos sem esse registro. A Lei Nº 17.930/2013, altera o zoneamento da cidade, instituindo como Zona Especial de Interesse Social I - ZEIS I, a Área Denominada Chié. Art. 1º Fica instituída como Zona Especial de Interesse Social I - ZEIS I, CHIÉ, a área poligonal localizada entre as ruas: Avenida Governador Agamenon Magalhães, Rua Guaianases, Rua Guaicurus, Rua Esberard, Rua Luis Correia de Brito, localizada no bairro de Campo Grande, nesta cidade. Parágrafo Único - Esta ZEIS I está delimitada no anexo I em coordenadas UTM, no sistema de referencia SIRGAS/2000, e demonstra em planta constante do anexo II, desta lei. Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Recife, 04 de novembro de 2013.

concluído e desenvolvido na bacia do rio Beberibe, caracterizado como programa de infraestrutura, gerou, em decorrência de sua instalação, o reassentamento de população para áreas situadas nas proximidades.

Entretanto, verifica-se que a relocação de famílias provoca processos de desterritorialização, de quebra de identidades, e, igualmente, da constituição de novas territorialidades, dessa feita, pela ação do poder público. Mas, convém mencionar que novas territorialidades também se conformam pela ação continua da população pobre, por intermédio, de ocupações lentas e constantes, agregando-se as territorialidades já existentes, ampliando-as, ou, ainda gerando novas territorialidades. Indicativo da “multiplicidade do ‘vivido’ territorial”, conforme advoga Raffestin (1993).

Muitos desses Programas e Projetos implicam remoções de parcela ou do total da população da área. Muito embora exista um compromisso dos governos com a população local no sentido de que as relocações e reassentamentos ocorram para espaços situados na mesma área do projeto ou para localidades situadas nas imediações. Com essas ações o Estado interfere na constituição de novas territorialidades via políticas públicas.

Entretanto, tais compromissos, por vezes, deixam de ser cumpridos em face de uma soma de fatores, entre eles: a correlação de força e de poder envolvendo os diferentes atores sociais situados no território; a disponibilidade de terreno compatível com o orçamento do projeto, a pressão imobiliária, a escassez de terrenos no Recife por se tratar, nos dias atuais, de um território de dimensões limitadas, cortado por corpos d'água, densidade elevada, além das disputas decorrentes dos interesses capital imobiliários. Fatores, portanto de ordem estrutural e determinantes, e de ordem conjuntura e condicionantes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhece-se que no Recife, o exercício do poder pelos diversos atores sociais na ocupação do território mostrou-se intenso, gerando conflitos e, nos dias atuais, emerge de forma constante, mas assumindo característica contínua e persistente, registrada pela instalação dos

pobres, consolidando territorialidades existentes e criando novas territorialidades em fluxo contínuo pelo alargamento daquelas já existentes, ampliando o território praticado e vivido pelos pobres.

De outra parte, constata-se também que a intervenção pública no campo da habitação popular envolvendo as diferentes instâncias federativas – União, estado e município – gera novas territorialidades e interfere nas territorialidades constituídas no tempo histórico. Algumas dessas territorialidades foram sendo construídas quando do movimento migratório campo-cidade, passando essa população a habitar áreas precárias, sem infraestrutura e desprovida da regularização fundiária.

No tempo histórico conquistas foram obtidas cotidianamente e perpassadas de lutas e resistências. No entanto, constata-se também os múltiplos desafios a serem enfrentados para propiciar os pobres um lugar adequando para habitar a cidade e enfrentar a sua composição enquanto urbano.

7. REFERÊNCIAS

- IBGE. Censo Demográfico: resultados preliminares, 2010.
- BRASIL. Congresso. Estatuto da Cidade, Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 31 ago. 2011.
- _____. Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui o Conselho Gestor do FNHIS, **Lei Nº 11.124, de 16 de junho de 2005**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm>. Acesso em: 17 mar. 2011.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação**, criada em 2004. Coleção cadernos MCidades v. 04. Habitação. Brasília, 2006.
- _____. **Plano Nacional de Habitação**, criado em 2009. Brasília: Ministério das Cidades; Secretaria Nacional de Habitação, Brasília: 2010.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- IBGE. **Censo Demográfico**: resultados preliminares, 2010.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. 192p.
- _____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. 144p.

- _____. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 178p.
- _____. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1991. 216p.
- LIMA, R. M. C. **A cidade Autoconstruída.** Editora Universitária da UFPE, 2012. 446p.
- MARICATO, E. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001. 214p.
- _____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000. 192p.
- MOURA, A. S. **Terra do Mangue:** invasões urbanas no Recife. – Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990. 164p.
- MONTE-MÓR, R. L. M. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Texto para Discussão, nº 281.** Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2006. 14p.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião:** sudene, nordeste, planejamento e conflito de classe. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993. 137p.
- _____. O Estado e o Urbano no Brasil. **Espaço e Debates.** São Paulo, v. n. 6, 36-54 p., jun/set 1982.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo, Ática, 1993. 236p.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 5 ed., 1. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 176p.
- _____. **Território e Sociedade:** Entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.
- _____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 308p.
- _____. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308p.
- _____. **Pobreza Urbana.** São Paulo, Recife: Editora Hucitec/UFPE/CNPQ, 1978. 120p.
- URB-Recife/FADE. Cadastro das Áreas Pobres do Recife, 2001.

ESTADO, POLÍTICA PÚBLICA E SOCIEDADE NO BRASIL: A RELEVÂNCIA DO PLANEJAMENTO NA GESTÃO POR RESULTADOS

Helena Lúcia Augusto Chaves

INTRODUÇÃO

O planejamento no Brasil na atualidade constitui-se em importante marco referencial na trajetória da política pública brasileira, tendo sido inserido nesse contexto a gestão por resultados, a transparência nos processos de intervenção, a participação popular no planejamento e elaboração das políticas e a garantia dos direitos sociais constituídos como dever do Estado e direito do cidadão. Estas características resultam da conquista da Constituição Federal de 1988, atualmente em vigor, na qual é esboçada uma nova perspectiva de cidadania e de compromisso estatal. A legislação referente às políticas sociais também foi introduzida a partir da citada Constituição e possui reconhecimento mundial pelo seu potencial protetivo e organizativo.

No entanto, essas conquistas advindas das lutas sociais não se realizam plenamente devido aos entraves na sua operacionalização, visto que com a redução da função de proteção social preconizada pelo neoliberalismo, o Estado vem se limitando a cumprir programas piloto na implementação de políticas, ao tempo em que subsidia e incentiva a criação de organizações sociais com, o objetivo de atender as demandas decorrentes da crescente desigualdade social gerada no capitalismo como resultante da crise do capital.

No marco regulatório da política social brasileira, destacam-se o Plano Plurianual, a Política Orçamentária e a gestão por resultados como estratégias de organização da política social, projetando esta importante

área da intervenção estatal para uma posição de credibilidade e legitimidade governamental.

Novos conceitos são introduzidos na compreensão das demandas sociais, que se constituem em público alvo da política social e algumas ênfases direcionam tanto a elaboração como a execução dessas políticas. A questão da diversidade fundamentada nas noções de identidade cultural e respeito às diferenças; a discussão da territorialidade na localização e enfoque das ações e a noção de desenvolvimento sustentável configuram a política pública brasileira com um conjunto de leis, decretos, estatutos, estratégias e sistemas operacionais que projetam as conquistas da sociedade brasileira no âmbito da luta pelos direitos sociais, incluindo além das áreas prioritárias de sobrevivência, dignidade e cidadania, a melhoria da realidade socioambiental como condição para a possibilidade de garantia desses direitos.

1. PLANO PLURIANUAL E POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA: ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E LEGISLAÇÃO

A elaboração e execução de políticas públicas implicam na definição de política, legislação, plano, programa, estratégia e depende de destinação orçamentária para financiar os programas governamentais referentes às políticas setoriais. No Brasil, o orçamento público compreende a elaboração e execução de três leis: o Plano Plurianual – PPA; a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; e o orçamentária anual – LOA, que em conjunto materializam o planejamento e a execução das políticas públicas. Por meio de decretos, o governo dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício anual.

O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a unificação dos orçamentos anuais (Fiscal, Seguridade Social e de Investimento das Estatais) no Orçamento Geral da União (OGU) foram instituídos pelo artigo 165 da Constituição Federal de 1988.

A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e metas da administração

pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de natureza continuada (Art. 165, § 1º).

O PPA é concebido para abranger o lapso de tempo que vai do segundo ano de um mandato presidencial ao primeiro ano do mandato subsequente (art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). A LDO é delineada para fazer a articulação e o ajustamento conjuntural do PPA com o orçamento. LDO e orçamentos anuais deverão ser compatíveis com o que dispõe o PPA, bem como todos os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição ou quaisquer outros instituídos durante um período de governo.

A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (Art. 165, § 2º).

O primeiro PPA deveria ser elaborado pelo governo que ganhasse as eleições de 1989, ano seguinte à promulgação da Constituição Federal, e deveria vigorar de 1991 a 1995. Em vez disso houve uma simplificação político-administrativa com a fusão de órgãos importantes de planejamento e de ministérios, significando um retrocesso em relação à lei instituída.

O segundo PPA, quadriênio 1996-1999, sob a responsabilidade do governo empossado em 01/01/1995, também não incorporou as possibilidades contidas no planejamento público como instrumento imprescindível ao processo de governar. Embora a Constituição de 1988 tenha determinado que uma lei complementar deva estabelecer as normas para “*a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual*” (Art. 165, § 9º, 2), essa meta não foi cumprida pelo poder executivo. Nesse sentido, após uma década de legislação vigente, a elaboração dessa modalidade de planejamento de médio prazo ainda

não estava embasada por uma teoria e uma metodologia própria de um conceito definidor de plano plurianual. No entanto, ao longo dessa década, a luta pela efetivação dos direitos sociais conquistados na Carta Magna continuou sendo evidenciada no âmbito de atuação da sociedade, que utilizando mecanismos variados de reivindicação pressionou o campo governamental pela efetivação dos direitos instituídos na legislação em vigor.

O resultado dessa luta vai se configurando em ações governamentais e implementação de políticas de orientação nacional, contemplando os sentidos, a especificação e a complexidade das reivindicações, expressas em itens definidores da política, como por exemplo, a questão da territorialidade e da diversidade.

Nessa trajetória, o alcance dos objetivos estatais implica em assegurar garantias mínimas às maiorias excluídas do mercado de trabalho e conseqüentemente da possibilidade de prover a sua subsistência, tornando o papel do Estado preponderante e de importância crucial na oferta de condições de participação dessas populações no bem-estar social, “[...] entendido como os bens que os homens, através de um processo coletivo, vão acumulando no tempo” (LIMA Jr., 2001, p. 23).

Segundo PEREIRA (2001), a partir do século XX o Estado capitalista regulador ou intervencionista, rotulado de Estado de Bem-Estar (*Welfare State*) ou Estado Social, “[...] viu-se cada vez mais envolvido com a garantia, a administração e o financiamento do seguro social e de atividades afins, para usar a expressão de *Beveridge* (1943)” (PEREIRA, 2001, p. 31). Dessa forma, a atualidade pode ser considerada como a “*era dos direitos*”, uma vez que os direitos humanos e sociais são reconhecidos e considerados válidos como prerrogativas do ser humano.

No Brasil, a Constituição Federal em vigor expressa a conquista de garantias as reivindicações históricas do povo brasileiro, sendo também conhecida como constituição cidadã pela incorporação de direitos de cidadania, antes não reconhecidos pelo Estado e, portanto, sem possibilidade de consideração no âmbito da gestão estatal. A inclusão dos direitos de cidadania no texto constitucional implica em elaboração de estratégia de intervenção para pautar a ação governamental e em criação de sistemática de gestão compatível com a tramitação dos processos de execução na agenda governamental.

De acordo com MORAES (2002), uma vez que a Constituição Federal proclama o direito à vida, cabe ao Estado assegurá-lo em sua dupla acepção, sendo a primeira relacionada ao direito de continuar vivo, de ter acesso as condições de subsistência e a segunda de se ter vida digna quanto a essa subsistência. Essa constatação já seria suficiente para fundamentar um intenso planejamento, visando uma perspectiva de continuidade dos processos de intervenção e de um sistema de retroalimentação em sistemas avaliativos como ocorre nos PPAs.

Nesse processo, o terceiro PPA 2000-2003 (Lei nº 9.989, de 24 de julho de 2000) e o quarto PPA 2004-2007 (Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004) começam a ser pensados nos moldes da legislação em vigor, constituindo-se em diferencial em relação aos planos anteriores. No PPA 2008-2011 (Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008) há uma diferenciação entre programa e ação. Programa é definido como “instrumento de organização da ação governamental que articula um conjunto de ações, visando à concretização do objetivo estabelecido” (Art. 4º, inciso I). Esses programas são classificados como “*Programa Finalístico*”, (Art 4º, inciso I, alínea a), no qual os bens e serviços são ofertados diretamente à sociedade, gerando resultados passíveis de aferição por indicadores e “*Programa de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais*” (Art 4º, inciso I, alínea b), que se refere à gestão de políticas e ao apoio administrativo como serviços ofertados ao Estado.

O chamado terceiro setor encontra nessa forma de programa mais um mecanismo de fortalecimento de sua estrutura, ou seja, as Organizações Não Governamentais – ONGs passam a fazer parte do aparato estatal na implementação da política. A ação é definida no PPA 2008-2011 como “*instrumento de programação que contribui para atender ao objetivo de um programa*” (Art. 4º, inciso II). Essa ação pode ser orçamentária ou não orçamentária.

A ação orçamentária classifica-se, conforme sua natureza, em: i) Projeto, ii) Atividade e iii) Operação Especial. Projeto e Atividade são instrumentos de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações. No Projeto essas operações são limitadas no tempo, resultando em produto que contribui para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo. Na Atividade as operações se realizam de modo contínuo e permanente,

resultando em produto necessário à manutenção da ação do governo. A ação denominada de Operação Especial designa “despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo federal, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.” (Art. 4º, inciso II, alínea c da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008

A Lei Orçamentária Anual (LOA) estima as receitas que o governo espera arrecadar durante o ano e define as despesas que o governo espera realizar com esses recursos, conforme aprovado pelo Legislativo. A LOA contém três orçamentos, previstos na Constituição Federal: o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social (previdência, assistência e saúde) e o orçamento de investimentos das empresas estatais. O orçamento anual tem duas fases: a de elaboração e a de execução. Cada uma das fases tem etapas definidas. Na fase de elaboração as etapas constituídas são compostas por sete percursos, sequenciados da seguinte forma:

Projeto de Lei¹; Relatório da receita²; Parecer preliminar³; Emendas⁴; Ciclo setorial⁵; Ciclo geral⁶; Autógrafos⁷ e Leis.

Essa sequência de percursos é encerrada com a publicação da parte não vetada do autógrafo pelo Presidente da República, que pode vetar o autógrafo, total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento. Nesse caso, comunicará ao Presidente do Senado os motivos do veto. A parte não vetada é publicada no Diário Oficial da

-
- 1 O Projeto de lei orçamentária é elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e encaminhado para apreciação do Congresso Nacional pelo Presidente da República até 31 de agosto de cada ano. Compõe-se de texto da lei, quadros orçamentários e anexos dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Empresas Estatais. O projeto é publicado, após recebimento pelo Congresso Nacional e encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO. A tramitação legislativa do orçamento é regulada pela Resolução nº. 01, de 2006 – CN. O debate e a avaliação da proposta apresentada são realizados pela CMO em audiências públicas com autoridades governamentais e representantes da sociedade.
 - 2 O Relatório da receita é um documento que deve conter, entre outros assuntos, o exame da conjuntura macroeconômica e do impacto do endividamento sobre as finanças públicas, a análise da evolução da arrecadação das receitas nos últimos exercícios e da sua estimativa no projeto, o demonstrativo das receitas estimadas e os pareceres às emendas apresentadas.
 - 3 O Parecer preliminar estabelece os parâmetros e critérios a serem obedecidos na apresentação de emendas e na elaboração do relatório pelo relator-geral e pelos relatores setoriais. Define, também, a composição da Reserva de Recurso a ser utilizada para o atendimento das emendas apresentadas. Ao relatório preliminar podem ser apresentadas emendas por parlamentares e pelas Comissões Permanentes do Congresso Nacional.
 - 4 As emendas à despesa são classificadas como de remanejamento, de apropriação ou de cancelamento. Emenda de remanejamento é a que propõe acréscimo ou inclusão de dotações e, simultaneamente, como fonte exclusiva de recursos, a anulação equivalente de dotações constantes do projeto, exceto as da Reserva de Contingência, que é “*uma dotação global não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais*”. (http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/atribuicoes_01.asp). Emenda de apropriação é a que propõe acréscimo ou inclusão de dotações e, simultaneamente, como fonte de recursos, a anulação equivalente de valores da Reserva de Recursos ou outras dotações definidas no Parecer Preliminar. Emenda de Cancelamento é a que propõe, exclusivamente, a redução de dotações constantes do projeto.
 - 5 No Ciclo setorial, o projeto de lei orçamentária anual é dividido em 10 áreas temáticas, com o objetivo de dar atenção às particularidades dos diversos temas que permeiam a proposta, como educação, saúde, transporte, agricultura, entre outros. Para cada área temática é designado um relator setorial, que deve avaliar o projeto encaminhado, analisar as emendas apresentadas e elaborar relatório setorial com as suas conclusões e pareceres.
 - 6 No Ciclo geral, após a aprovação dos relatórios setoriais, é tarefa do Relator Geral compilar as decisões setoriais em um único documento, chamado Relatório Geral, que será submetido à CMO. O papel do relator geral é verificar a constitucionalidade e legalidade das alocações de recursos e zelar pelo equilíbrio regional da distribuição realizada.
 - 7 Autógrafo é o texto do projeto ou do substitutivo aprovado definitivamente em sua redação final assinado pelo Presidente do Congresso, que será enviado à Casa Civil da Presidência da República para sanção.

União como lei. O veto deve ser apreciado pelo Congresso Nacional. Essa publicação encerra o ciclo de elaboração do orçamento anual.

As etapas que constituem o processo de execução da LOA são três, a Execução da Despesa Fiscal e Seguridade, a Programação Financeira/Contingenciamento e a Execução da Receita. A execução do orçamento fiscal e orçamento da seguridade social realizam-se em três estágios: empenho⁸, liquidação e pagamento.

A articulação do Plano com as Diretrizes Orçamentárias e com o Orçamento Anual é de fundamental importância para a execução da política. Ou seja, o êxito na implementação da política resulta de dotação de recursos orçamentários para realização de ações efetivas, que busquem a erradicação dos problemas sociais.

3. TERRITORIALIDADE, DIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRA

A territorialidade, a diversidade e o desenvolvimento sustentável⁹ são conceitos estruturadores dos principais programas componentes da política pública brasileira. Esses programas vinculam-se aos Ministérios e as Secretarias Especiais criadas para executar as políticas instituídas.

Os Programas vinculados ao Ministério da Assistência Social visam à promoção da emancipação e inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade social, priorizando os recortes de etnia e gênero; a eliminação da prática do trabalho por menores de 16 anos; o atendimento a crianças, adolescentes e jovens até 24 anos; a promoção e valorização da pessoa idosa e a prestação da assistência a pessoas portadoras de deficiência.

Os programas vinculados ao Ministério da Educação visam criar oportunidade de alfabetização a todos os jovens e adultos; garantir

⁸ Empenho é a reserva de recursos para uma determinada despesa.

⁹ Desenvolvimento Sustentável é entendido como o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

o acesso e a permanência de todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos na Educação Básica; ampliar o atendimento à Educação Infantil de crianças de até 3 anos de idade e ampliar a oferta da educação profissional, tecnológica e da educação superior. Segundo BUCCI (2006), o Estado tem o papel de organizar as informações, criar mecanismos regulatórios para propiciar a melhoria da qualidade da educação e utilizar esses mecanismos para realizar a regulação à medida em que amplia o acesso.

Os programas do Ministério da Cultura visam preservar a cultura e a memória afro-brasileira e produzir, difundir e dar acesso aos bens e serviços culturais às populações carentes. No Ministério da Justiça destacam-se dois programas direcionados aos povos indígenas visando garantir o pleno exercício dos direitos sociais básicos dos índios e a preservação do patrimônio cultural das sociedades indígenas; e garantir e proteger a integridade do patrimônio territorial e ambiental das sociedades indígenas. No Ministério do Desenvolvimento Agrário o destaque é para o programa de Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais.

No Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão destaca-se o programa de inclusão digital. Os programas vinculados ao Ministério do Esporte buscam incentivar a prática das modalidades esportivas de criação nacional e de identidade cultural e contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social.

No Ministério do Trabalho o destaque é para os programas de Erradicação do Trabalho Escravo e do Primeiro Emprego. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres apresenta os programas de Combate à Violência Contra as Mulheres; Gestão da Política de Gênero e Igualdade de Gênero nas Relações de Trabalho. Na Secretaria Especial dos Direitos Humanos, destacam-se os programas de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas; Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei; Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Programa Nacional de Acessibilidade; Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Promoção

e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência; e Proteção da Adoção e Combate ao Sequestro Internacional.

O Programa de Combate à Violência contra as Mulheres, vinculado a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, refere-se à diversidade das relações humanas e promove a redução das desigualdades de gênero através de projetos educativos e culturais de prevenção à violência contra as mulheres, como também abriga mulheres em situação de risco, garantindo a sua segurança. Prevenir e combater, de forma sistemática, as diferentes formas de violência contra as mulheres (física, sexual, doméstica, psicológica e violência simbólica) e dar suporte àquelas em situação de violência ou risco são os objetivos do programa. Na legislação específica sobre as questões que envolvem as mulheres, destacam-se três Leis: a Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985, a qual cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, dentre outros da Secretaria Especial de Política para as Mulheres e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, a qual cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do Art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

A “Lei Maria da Penha” possibilitou um avanço no encaminhamento das questões referentes à violência contra as mulheres e significa um avanço na exaustiva luta das mulheres por reconhecimento, igualdade, respeito e direitos sociais. O Programa Combate à Violência contra as Mulheres apresenta muitas interfaces com os demais nos aspectos da transversalidade, pois a identidade múltipla das mulheres com sobreposição de ocupações e envolvimento nas mais diversas atividades alocadas no âmbito da reprodução social situa essa luta e o seu respectivo enfrentamento numa posição de articulação com as demais. Ou seja, a mesma mulher atendida no programa pode ser a mãe de uma criança

contemplada no PETI, a pessoa que chefia e sustenta financeiramente sua família e a pessoa que tem a responsabilidade dos afazeres domésticos. Aqui se verifica a transversalidade tanto no aspecto dos direitos sociais em questão como da necessária articulação da política com a complexidade que envolve os problemas relacionados às mulheres.

O Programa Bolsa Família também constitui uma atuação de destaque, que vem se consolidando no âmbito das ações governamentais. Trata-se de UM programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa integra a estratégia denominada Fome Zero, que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome. De acordo com Silva *et al.* (2004) esse programa gera impactos sociais muito positivos.

O Bolsa Família atende mais de 12 milhões de famílias em todo território nacional. O valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 32 a R\$ 242, conforme reajuste anunciado em 1º de março e em vigor a partir dos benefícios pagos em abril de 2011, dependendo da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos. A gestão do Bolsa família é descentralizada e compartilhada pela União, estados, Distrito Federal e municípios. Os três entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do Programa, instituído pela Lei Nº 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto Nº 5.209/04. A lista de beneficiários é pública e pode ser acessada por qualquer cidadão.

No Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS destaca-se, como uma das principais ações do governo no âmbito da política pública na atualidade. o Plano Brasil sem Miséria, instituído pelo Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, com a finalidade de superar a situação de extrema pobreza¹⁰ da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações. Os objetivos do Plano Brasil Sem Miséria são: elevar a renda familiar per

10 No Decreto é considerada como extrema pobreza aquela população com renda familiar per capita mensal de até R\$ 70,00 (setenta reais).

capita da população em situação de extrema pobreza; ampliar o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços públicos; e propiciar o acesso da população em situação de extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda, por meio de ações de inclusão produtiva.

O órgão responsável pela coordenação das ações e gestão do Plano Brasil sem Miséria é a Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza, tendo como principal foco de atuação os 16 milhões de brasileiros cuja renda familiar per capita, é inferior a R\$ 70,00 mensais, visando sua inserção social. Por compreender que a realidade no campo é diferente da cidade, configurando formas de miséria específicas, o Plano prevê ações nacionais e regionais baseadas em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos. No campo, o objetivo central será aumentar a produção dos agricultores; Na cidade, qualificar a mão de obra e identificar oportunidades de geração de trabalho e renda para os mais pobres. Simultaneamente, o Plano Brasil sem Miséria propõe garantir maior acesso da população mais pobre à água, luz, saúde, educação e moradia.

Baseado no modelo de Desenvolvimento Territorial, que concilia combate à pobreza, segurança alimentar e nutricional, proteção ambiental e geração de renda, o MDS tornou prioritárias regiões e localidades com baixo índice de desenvolvimento. O território torna-se um novo espaço de construção de projeto e articulação de políticas públicas em parceria com estados, municípios e sociedade civil. Os Territórios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad)¹¹, os Acampamentos e Pré-Assentamentos¹² da reforma agrária, as regiões metropolitanas, os

11 Os Territórios Consad foram criados para reorganizar as regiões com baixos índices de desenvolvimento, fortalecendo e ampliando as ações de segurança alimentar e promovendo a inclusão social e o desenvolvimento local.

12 Nos acampamentos e pré-assentamentos da reforma agrária são realizadas ações em conjunto com governos estaduais, universidades e entidades públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos para a produção de alimentos.

Territórios da Cidadania¹³ e o Semiárido¹⁴ são regiões que sofrem com a falta de políticas públicas permanentes.

Os projetos voltados para a agricultura familiar, apoiados pelo MDS, são implementados nos 40 territórios Consads destacados pelo seu baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e que abrangem 585 municípios. Entre eles, destacam-se as unidades de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (Pais). A tecnologia Pais é uma nova alternativa de trabalho que possibilita o cultivo de produtos mais saudáveis para consumo e comercialização.

Outras ações desenvolvidas pelo MDS priorizam famílias de acampados e pré-assentados da reforma agrária. Boa parte dessas famílias vive em situação de insegurança alimentar por não possuírem terra própria para a subsistência. Para esse público, o Ministério investe em criação de pequenos animais, hortas comunitárias, campos de sementes crioulas, canteiros de ervas medicinais e pequenas unidades de beneficiamento e processamento. Já para as regiões metropolitanas, o MDS desenvolve o programa Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) a fim de estimular a produção orgânica de alimentos nas grandes cidades. A intenção é que áreas antes inutilizadas tornem-se canteiros verdes, com o plantio de hortas, criação de pequenos animais e instalação de mini agroindústrias. O programa estimula também a instalação de feiras livres para comercialização dos produtos. Para atendimento ao Programa Territórios da Cidadania, criado por meio do Decreto de 25 de fevereiro de 2008, o MDS apoia, por intermédio da SESAN, a implantação de Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar, com o objetivo de auxiliar a distribuição e a comercialização dos gêneros alimentícios dos agricultores familiares, buscando garantir o abastecimento das Redes de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição, de Proteção e Promoção Social e Escolar.

13 Para promoção do desenvolvimento dos Territórios da Cidadania, o MDS desenvolve o Programa de implantação de Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar, com o objetivo de apoiar a logística e o abastecimento social regional por gêneros adquiridos da agricultura familiar.

14 O Semiárido cobre quase 8% do território nacional. As chuvas são bastante irregulares e o solo não armazena água, ocasionando a sede, a fome e problemas de saúde para os sertanejos.

Outra área geográfica priorizada pelo MDS é o Semiárido. Essa região sofre com os longos períodos de estiagem, quando o sertanejo fica até sem água para beber. A ação de acesso à água vem mudando essa realidade, com a construção de tecnologias sociais – como a cisterna – para armazenamento de água da chuva, visando promover o acesso à água para consumo humano e produção agropecuária a famílias de baixa renda. Além do acesso à água, também é estimulado o programa de feiras livres para comercialização direta. Essas ações e programas visam integrar os territórios nacionais com políticas públicas que possibilitem a mudança da situação de miséria a que é submetida essa população.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), instituída pelo Decreto Nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, reconhece esses povos como grupos culturalmente diferenciados, que possuem formas próprias de organização social e desde então a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais é presidida pelo MDS. Esses grupos ocupam e usam, de forma permanente ou temporária, territórios tradicionais¹⁵ e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Para isso, são utilizados conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição.

Entre os PCTs do Brasil, estão os povos indígenas¹⁶, os quilombolas¹⁷, as comunidades de terreiro¹⁸, os extrativistas, os ribeirinhos, os caboclos, os pescadores artesanais, os pomeranos¹⁹, dentre outros.

Para promover o desenvolvimento sustentável desses povos, a integração de ações de diferentes políticas torna-se necessário, o que

15 Territórios Tradicionais são os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.

16 O programa Carteira Indígena apóia a implantação de hortas comunitárias, agricultura de subsistência, criação de animais, artesanato e construção de equipamentos de alimentação em comunidades indígenas.

17 Programas como PAA, Cisternas e projetos como a instalação de cozinhas comunitárias em comunidades quilombolas são algumas das ações do MDS voltadas para esse grupo específico.

18 O MDS desenvolve um mapeamento das comunidades de terreiro em quatro regiões metropolitanas do País, coletando dados específicos com foco em segurança alimentar e informações socioeconômicas.

19 Etnia descendente de tribos eslavas e germânicas, que migraram para o Brasil no Século 19.

pode ser exemplificado na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, na qual está prevista como diretriz a ampliação e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional para povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais. Essa integração é resultado de conquista obtida na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O apoio de projetos específicos, realizado pelo MDS e definidos por meio de editais públicos, auxiliam as famílias a produzirem alimentos de qualidade, com regularidade e em quantidade suficiente para seu autoconsumo. Também são desenvolvidas oportunidades de trabalho e geração de renda. Nesse sentido, foram destinados mais de R\$ 27 milhões para atender cerca 46 mil famílias desde 2007. A ampliação do acesso desses povos inclui ações como acesso à água e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).

O Programa Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas vincula-se ao Ministério da Justiça e baseia-se nos anseios de lideranças, professores e anciãos indígenas ouvidos durante os levantamentos e diagnósticos realizados no decorrer de 2001 e 2002 pela Coordenação Geral de Educação. O programa tem como público-alvo as sociedades indígenas e apresenta como objetivo “garantir o pleno exercício dos direitos sociais básicos dos índios e a preservação do patrimônio cultural das sociedades Indígenas”. A Lei nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967, autoriza a instituição da Fundação Nacional dos Índios, que executa o programa em questão, no qual um dos fatores de dificuldade é a situação de fragilidade e risco social das comunidades indígenas espalhadas por toda a extensão do território nacional. A Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, dispõe sobre o Estatuto do Índio e fundamenta-se no Art. 231 da Constituição.

O Programa Brasil Quilombola, coordenado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir²⁰), integra um conjunto de ações de vários órgãos²¹ federais para garantir os direitos das

20 A Seppir é um órgão de assessoramento direto e imediato ao Presidente da República na coordenação de políticas para proteção dos direitos dos indivíduos e grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra, vítimas de discriminação e demais formas de intolerância.

21 Os órgãos do governo federal envolvidos nessa ação conjunta são: o Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, entre outros ministérios vinculados ao Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

comunidades quilombolas. O Ministério do Desenvolvimento Agrário participa desse Programa desenvolvendo uma ação integrada de seus órgãos, sob a coordenação do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia. Melhorar as condições de vida e fortalecer a organização das comunidades remanescentes de quilombos por meio da promoção do acesso aos bens e serviços sociais necessários ao desenvolvimento, considerando os princípios sócio culturais dessas comunidades, é o objetivo do programa. A metodologia utilizada nas ações visa possibilitar o desenvolvimento sustentável dos quilombolas em consonância com as especificidades históricas e contemporâneas, garantindo os direitos à titulação e a permanência na terra, à documentação básica, alimentação, saúde, esporte, lazer, moradia adequada, trabalho, serviços de infraestrutura e previdência social, entre outras políticas públicas destinadas à população brasileira.

O conceito de quilombo designa os territórios onde se organizavam negros africanos que se insurgiam contra a situação de escravidão, instalada no processo de colonização portuguesa. Portanto, são territórios de resistência cultural habitados por grupos étnicos raciais remanescentes desse contexto, que reivindicam essa identidade. O avanço da luta pela promoção da igualdade racial e da luta quilombola pelo direito a terra é fruto das pressões protagonizadas por esse segmento social, que associada aos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro por meio de tratados e convenções internacionais resulta na inserção dessa reivindicação no campo das políticas públicas e na legislação específica sobre o assunto. Nessa legislação, destaca-se a Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003, na qual foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos e o Estatuto da Igualdade Racial, cujo Projeto de Lei foi aprovado pela Câmara de Deputados em 9 de setembro de 2009.

A Política Pública brasileira, embora seja bem delineada, em alguns casos com legislações e sistemas operacionais que são considerados modelo em nível mundial, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Sistema Único de Saúde, ainda há muito desconhecimento em relação

ao acesso aos programas governamentais como direito de cidadania e a compreensão de que os investimentos proporcionados pelo Estado constituem-se em dever para com a sociedade e não em favor, a ser trocado por voto.

CONCLUSÕES

O avanço da política social brasileira na atualidade é notável, principalmente no que se refere à concepção da política e a elaboração de estratégias de intervenção. Paradoxalmente, nesse mesmo período o ideário neoliberal demanda para o Estado brasileiro uma diminuição de sua função de proteção social, delegando a execução das políticas sociais a entidades não governamentais.

Essa realidade desfigura de certa forma o que está preconizado em lei e provoca um desmonte da política, na medida em que as ações não são implementadas a contento e os resultados não alcançam as metas propostas. Assim a perspectiva de erradicação de problemas sociais ainda não foi alcançada, visto que os impactos da implementação da política só se tornam visíveis em longo prazo.

Outro fator que provoca diminuição do potencial da política são os fenômenos sociais configurados nesse contexto como, por exemplo, o analfabetismo funcional, que se refere à incapacidade de compreensão cognitiva dos conteúdos, embora haja avanço nos níveis de escolarização. Esses problemas, surgidos no âmbito da implementação da política, suscitam a elaboração de estratégias de enfrentamento e geram uma redução dos índices esperados. Portanto, embora tenha havido um empenho do governo brasileiro em reduzir as desigualdades sociais, ainda há muita miséria e exclusão social no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**, Ministério da Educação, 1988, 298p.
- _____, **Lei de Diretrizes Orçamentárias** (Lei Nº 10.707/Lei Nº 10.934/Lei Nº 11.178/Lei Nº 11.439). Disponível em www.planejamento.gov.br
- _____, **Lei Orçamentária Anual** (Lei Nº 10.837/Lei Nº 11.100/Lei Nº 11.306/Lei Nº 11.451). Disponível em www.planejamento.gov.br

- _____, **Plano Plurianual 2000-2003** (Lei Nº 9.989, de 24 de julho de 2000).
Disponível em www.planejamento.gov.br
- _____, **Plano Plurianual 2004-2007** (Lei Nº 10.933, de 11 de agosto de 2004).
Disponível em www.planejamento.gov.br
- _____, **Plano Plurianual 2008-2011** (Lei Nº 11.653, de 07 de abril de 2008).
Disponível em www.planejamento.gov.br
- BUCCI, M. P. D. (org.) **Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**,
São Paulo: Saraiva, 2006.
- LIMA JUNIOR, J. B. **Os Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais**.
Rio de Janeiro: Renovar, 2001. 292 p.
- MORAES, A. de. **Direito Constitucional**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2002. 836 p.
- PEREIRA, P. A. P; BRAVO. M. I. S. (orgs.) **Política Social e democracia**, São
Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- SILVA, M. O. S., YAZBEK, M. C., GIOVANNI, G. **A política Social Brasileira
no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda**,
São Paulo: Cortez, 2004.

POLÍTICA TERRITORIAL INTEGRAL: UMA ABORDAGEM SOBRE A RELAÇÃO RURAL- URBANO E A QUESTÃO AMBIENTAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA.

Rosiglay Cavalcante de Vasconcelos

Leônio José da Silva Alves

1. Introdução

A abordagem trabalhada na área de política territorial busca compreender a ação do Estado sobre a produção do espaço e do território, destacando o contexto histórico e os princípios da legislação que rege a sociedade na questão urbana/rural. A relação entre política territorial e a política social remete a uma concepção de política pública que abrange o aspecto social, quando evidencia a integração rural-urbano, e também quando destaca a política ambiental, na produção e contextualização histórica da organização social e produtiva. No contexto de reorganização do sistema capitalista e, ao mesmo tempo, no momento de luta pela garantia dos direitos sociais, a gestão ambiental significa a possibilidade de participação política dos indivíduos na luta por uma sociedade mais justa e democrática.

Esse estudo, ao contemplar a política territorial integral, tem como finalidade destacar a relação entre política social e ambiental como condição para estabelecer a política territorial integral, já que a política urbana é parte da política de desenvolvimento territorial na sociedade brasileira.

Essa visão de política integral decorre do momento em que as relações sociais exigem uma atuação, por parte do Estado, nas áreas rurais. Com

isso, objetivou-se, com esse estudo, analisar a interligação rural-urbano e a problemática ambiental na formação social brasileira, evidenciando o modo de produção coletivo e o processo de fragmentação territorial com a colonização europeia.

Nessa perspectiva, a investigação desse estudo apresenta como pressuposto teórico a dialética, numa abordagem crítica e relacional, ao destacar o contexto histórico nas relações sociais de produção. A contemplação da interdisciplinaridade, como parâmetro de compreensão dessa análise, possibilita estabelecer o diálogo entre os saberes como uma das condições fundamentais para melhor compreender a problemática social e ambiental.

2. POLÍTICA TERRITORIAL E FORMAÇÃO HISTÓRICA DO ESPAÇO BRASILEIRO

Compreender a relação sociedade-natureza requer uma análise do modo como o homem enxerga o mundo e a sociedade da qual ele faz parte. Essa relação reflete a organização social que se estabelece a partir do modelo de cultura e da ação política legitimada pela interação dos homens entre si, e destes com os recursos ambientais. É desta forma que o homem ao atuar sobre o espaço através de sua prática social, evidencia a concepção política e organizacional da sociedade, colocando em destaque a ação política do Estado. Nesse caso, a sociedade pode estar organizada para a cooperação ou para a competição.

Nesse caso, a sociedade pode estar organizada para a cooperação ou para a competição. A ação do Estado sobre a transformação do espaço, segundo Bitoun (2009), representa o que na atualidade se chama de políticas territoriais, isto é, a intervenção do Estado na transformação de uma área, caracterizada como território, através da legislação que regulamenta o seu uso. É importante ressaltar que a política territorial é a ação a partir de programa, projetos e políticas públicas sobre o referido território.

Com isso, o espaço pode ser caracterizado como anterior ao território, já que este se forma a partir da organização do espaço. Raffestin (1993) resalta que o território conduzido por um ator

sintagmático¹ em qualquer nível que ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, “territorializa” o espaço, e nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, que por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O que pode ser destacado é que o espaço marcado por uma relação de poder se configura como um território que faz referência a uma noção de limite e exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. Esses limites são organizados tanto na questão econômica, social como também cultural.

As políticas territoriais, desta forma, emergem no cenário mundial a partir do fortalecimento do Estado capitalista no espaço, na primeira metade do século XX, quando essas políticas de regionalização foram colocadas como respostas à crise do liberalismo econômico (BITOUN, 2009).

Na sociedade brasileira, atualmente, a concepção de políticas territoriais que se estabelece na relação rural-urbano abrange a condição de política social. Isso reflete a institucionalização da Constituição de 1988, ao priorizar as questões sociais a partir da ação do Estado. Para Bitoun (2009), as ações políticas do Estado compreendem a questão rural e urbana de forma integral e de acordo com sua especificidade. Isso porque, as políticas territoriais da cidade estão voltadas para os investimentos públicos por meio de instrumentos de gestão urbana e de implantação de um modelo de desenvolvimento urbano mais inclusivo para a maior parte da população.

No caso da política territorial rural, o autor acima citado ressalta sua importância ao destacar que o objetivo principal é fortalecer a agricultura familiar e implementar os direitos à terra dos assentados, indígenas e quilombolas. Essa condição faz com que seja garantida a diversidade cultural do país e, consequentemente, a soberania alimentar, uma vez que esses segmentos sociais são responsáveis por uma parte importante da produção de alimentos.

Essa concepção de política interacionista rural-urbano abordada coloca em questionamento o projeto de colonização europeia nas

1 Há dois tipos de atores coletivos: aqueles que realizam um programa e que Greimas chama sintagmáticos, e aqueles que surgem de uma classificação, de uma repartição, sem integração num processo programado e que o mesmo autor chama de paradigmáticos. O ator sintagmático manifesta, com precisão, a ideia de processo e de articulações sucessivas no interior do processo, segundo Raffestin (1993).

Américas, quando estabeleceu a divisão entre o campo e a cidade e intensificou a degradação dos recursos ambientais com a produção e transformação do espaço para atender prioritariamente ao capital. Para Porto-Gonçalves (2006), a descoberta da América foi decisiva para a consolidação da hegemonia europeia no mundo, e isso a preço da servidão, etnocídio e genocídio de povos indígenas e da escravização, para fins de produção mercantil, de negros trazidos da África, com a consequente desorganização das sociedades originárias e a exploração de seus recursos naturais por todo lado.

A colonização brasileira, desta forma, se dá com o processo de fragmentação do território, que se firmou ainda no período colonial, quando ocorreu a separação entre cidade e campo. Nesse sentido, a economia, voltada para o mercado externo e para a degradação dos recursos ambientais para alimentar o comércio capitalista, fez estabelecer uma sociedade marcada pela divisão social de classes. A economia exportadora nordestina centrou-se nas terras úmidas do litoral e, imediatamente, criou a sua periferia de onde recebia animais de tração para alimentar uma população submetida a um regime de trabalho escravo. Enquanto a economia de exportação garantia sua rentabilidade, a pecuária extensiva da periferia assumia a forma de economia de subsistência (FURTADO, 1989).

A separação entre o litoral exportador e a periferia de subsistência ocasionou a dependência do campo em relação à cidade no decorrer do processo histórico. Isso evidencia a determinação política da predominância do desenvolvimento econômico urbano em detrimento do modo de vida do homem do campo e dos recursos ambientais. Para Moraes (2005), a sociedade gestada na colônia tinha, na conquista territorial, um forte elemento de identidade, à ótica dilapidadora do processo extensivo e intensivo de uso do solo. Esse ordenamento é o berço da motivação da conquista do espaço, em que a apropriação de novos lugares com suas populações, riquezas e recursos naturais era o móvel básico da colonização.

Essa sociedade estruturada sobre a dominação e exploração do capital, a partir da divisão social de classes e gestada no sistema capitalista, prevalecerá no decorrer de todo processo histórico, e se acentuará cada vez mais com a reorganização do capital através da política neoliberal do

Estado capitalista. Nessas circunstâncias, o processo de fragmentação territorial representado pela dominação do urbano sobre o campo significa, na realidade, a política de separação sociedade-natureza que se acentua com o desenvolvimento econômico empresarial, priorizando o lucro em detrimento ao modo de vida do homem do campo.

3. A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO BRASILEIRO, A PREDOMINÂNCIA DO URBANO SOBRE O RURAL E O PROCESSO DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL.

A produção do espaço tem na representação do contexto histórico, cultural e político o fundamento da organização social das diferentes sociedades que se desenvolvem a partir das relações sociais de produção; como é o caso da sociedade indígena brasileira, que corresponde ao modo de sociedade coletiva. Para Andrade (1984), o índio vivia ainda em um modo de produção comunitário primitivo, utilizando-se daquilo que dispunha, vivendo da caça, da pesca e da coleta de alimentos. Essa organização social sofre modificação com a chegada do colonizador português, que após modificar a madeira da tinta, produziu açúcar; e para isto, destruiu florestas, importou escravos negros e fundou engenhos. É o que se pode dizer da hegemonia da cultura européia sobre o modo de vida coletivo.

Isso mostra que esse fato provocou grande mudança não só em relação ao espaço utilizado pelo homem; quando modificou os ecossistemas, mas no modo de organização social coletiva, onde a dominação de uma classe sobre outra fez emergir a competição e a individualização entre os homens. Surge assim, uma sociedade capitalista regida pelos ideais do capitalismo mercantil, com a apropriação da terra pelo grupo dominante.

Esse capitalismo se aprofundou com o processo de globalização neoliberal, principalmente, no seu lado mais perverso, caracterizado com a globalização da exploração da natureza no momento em que a livre circulação de bens e mercadorias representa um Estado mínimo para a maioria da população. Segundo Porto-Gonçalves (2006), a

globalização emerge das lutas sociais e da problemática ambiental, que se inscreve como parte dessas lutas sociais, onde a política e a profunda revolução tecnológica visam à reprodução das assimetrias sociais e de poder, no mundo sem fronteiras.

É dessa relação que emerge a predominância do urbano sobre o rural, e com isso, o planejamento urbano realizado pelo Estado capitalista para atender prioritariamente o capital. O papel do Estado, ao se intensifica após a Segunda Grande Guerra Mundial, tem como finalidade preparar o espaço para a produção do lucro, como bem coloca Porto-Gonçalves (2006):

No período que se configurou após as duas Grandes Guerras mundiais, considerado para além do fordismo, a importância do Estado no planejamento do desenvolvimento ganha corpo tanto à escala dos Estados Nacionais como de organismos multilaterais com um novo padrão internacional de poder (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 34).

Nessas condições, a organização do espaço neoliberal surge após a primeira metade do século XX marcada pela expansão e reorganização da economia capitalista e pela concepção de um Estado tecnicista e financiador das estruturas do capital. No que se refere à produção do espaço capitalista e a condição das classes subalternas, assim como, a posição do Estado como planejador urbano e ambiental, compreende-se que a problemática ambiental que se instaura nas cidades capitalistas evidencia as condições precárias de vida e de moradia das classes excluídas; assim como, a transformação das áreas rurais com a industrialização do capital e a exclusão e expulsão do trabalhador do campo para os grandes centros urbanos.

Essas são as condições da região Nordeste, ainda no período da Primeira República, quando essa localidade passa por um processo de transição caracterizado pela substituição progressiva dos engenhos de açúcar pelas usinas. É a decadência da antiga aristocracia da cana-de-açúcar e o nascimento de uma nova camada empresarial ligada ao desenvolvimento do capital financeiro (PERRUCCI, 1973). Esse período representa a transformação do capitalismo local em relação com o global, a partir do capitalismo mundial, como bem coloca Gomes (2007):

A segunda metade do século XIX acena com reflexos da expansão mundial do capitalismo definindo expressivas mudanças na economia, pautada pela industrialização do capital, e nas relações de Trabalho. O século XIX é marcado pelo liberalismo econômico norteado para uma sociedade engajada na criação de um sistema de mercado, apoiada no Estado burocrático (GOMES, 2007, p. 104).

O planejamento urbano, desta forma, se estabelece numa concepção de planejamento do desenvolvimento econômico, através das ações do Estado liberal. Com isso, a política urbana funciona para atender predominantemente a cidade do capital em detrimento da organização social no campo, que tem como base a agricultura familiar. Já na primeira metade do século XX, com a aplicação generalizada do modelo de substituição de importações que fechava as economias, deu-se caminho livre à aplicação de esquemas orientados para o crescimento de centros urbanos e desenvolvimento industrial. Permitiu-se, assim, a criação de estruturas com incentivos assimétricos entre os setores básicos da economia rural diante dos novos setores industriais de caráter urbano (ECHEVERRI, 2005).

As políticas públicas, neste caso, direcionam as atenções para o processo de urbanização, fazendo emergir a ruralização da cidade, a migração e a pobreza nos diferentes centros urbanos. Esse fato representa transformações sociais e políticas, principalmente nos países da América Latina², já que o capitalismo introduzido na primeira etapa da globalização, com a expansão comercial europeia, industrializa-se e transforma-se, na segunda etapa desse processo, no sistema global. É diante desse contexto de uma política liberal marcada pela divisão social de classes e pela fragmentação territorial entre o rural e o urbano, que se faz necessário evidenciar a degradação ambiental a partir da exploração dos homens entre si, e destes com os recursos ambientais.

Para Sánchez (2008), A compreensão de degradação ambiental não está associada apenas à emissão de poluentes, mas também à

2 A urbanização da América Latina tem sido induzida por modelo de desenvolvimento que privilegiou a urbanização e a industrialização, sinônimo de progresso, de desenvolvimento e de modernidade. Associando a ruralidade com esquemas pré-modernos e atrasados de desenvolvimento, foram impostas visões de longo prazo nos quais se concebiam as sociedades latinas como urbanas e modernas (ECHEVERRI, 2005).

alteração de uma paisagem. Com isso, a degradação significa a perda ou deterioração da qualidade do ambiente com a alteração adversa dos processos, funções ou componentes ambientais. Essa degradação tem como consequência o impacto ambiental negativo sobre o meio. Desta forma pode ser constatado que, a degradação ambiental significa a transformação do modo de vida e a sobreposição da área urbana sobre a organização rural, quando modifica os recursos ambientais e submete a população rural ao processo de ruralização urbana, expropriando-os do seu modo de vida.

4. A REFORMA URBANA E A INTERAÇÃO ENTRE URBANO-RURAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA.

A política territorial integral, no âmbito de uma gestão ambiental que integra o urbano e o rural, surge a partir da reforma que se inicia com a Constituição de 1988, quando no Título da ordem Econômica e Financeira, destaca-se a concepção da política urbana e agrícola e a questão da reforma agrária. Uma questão fundamental nessa reforma urbana, é a institucionalização de instrumentos de gestão da política urbana que visa implementar princípios que contemplem a questão urbana, rural e ambiental de forma integrada e complementar, como é o caso da institucionalização do Estatuto da Cidade³.

Esse Estatuto representa a possibilidade de gestão na sua forma integral, quando evidencia nos seus princípios fundamentais a integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência. Miranda (2009) coloca que, a partir dos princípios de integração, faz-se necessário não se separar estratégias territoriais das estratégias de desenvolvimento urbano ao se conceberem políticas públicas. Tal fato realça a necessidade de fortalecer o diálogo entre a política de desenvolvimento urbano e as políticas de

3 Estatuto da Cidade é uma lei Federal nº 10.257/2001 que foi criada para regulamentar o capítulo original sobre política urbana aprovado pela Constituição Federal de 1988 (arts. 182 e 183) para dar suporte jurídico ao planejamento urbano (FERNANDES, 2008).

desenvolvimento territorial. Isso representa uma inovação quando se percebe os limites do intraurbano e surge uma concepção de política urbana para a dimensão regional e suas relações com as dinâmicas territoriais que o envolvem, como é o da área rural. Isto é, pensar o urbano é pensar a relação da cidade com o campo como processo dinâmico integral e complementar.

Nessas circunstâncias, Fernandes (2008) coloca a dimensão fundamental do Direito Urbano que se dá com o Estatuto da Cidade, através da consolidação e ampliação da proposta básica da Constituição Federal de 1988, quando estabelece a necessidade dos municípios participarem da integração do planejamento urbano e ambiental a partir da gestão urbana. É importante registrar o reconhecimento da competência municipal para a gestão integrada do território municipal, apesar das dificuldades enfrentadas com a gestão dos investimentos públicos.

Segundo Miranda (2009) o município é o ente com a melhor condição para planejar o desenvolvimento local sustentável, a partir da compreensão das interfaces das questões urbana, agrária e regional. A referida autora chama a atenção para a importância dessa integração urbano-rural quando coloca que as atribuições constitucionais, inclusive as de competência comum, como proteger o meio ambiente, fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar, cuidar da saúde e da assistência social não estão restritas à área urbana.

O município deve contemplar a totalidade do seu território e de sua população para efeito de planejamento e gestão territorial, bem como implementação de políticas públicas. O sistema de planejamento municipal deverá então ser constituído por órgãos administrativos que abranjam também a área rural e sejam capazes de articular interfaces com as questões regionais. Na concepção de Fernandes (2008), essa integração significa a relação entre planejamento, legislação e gestão urbana, de forma a democratizar o processo de tomada de decisões, e assim, legitimar plenamente uma nova ordem jurídico-urbanística de natureza social. Entende-se que uma nova forma de gestão urbana deve integrar assim as três dimensões: gestão político-institucional, gestão político-social e gestão político-administrativa. Essa modificação decorre de um novo princípio sobre a função social da propriedade

urbana. É o que se pode tratar do direito de propriedade imobiliária urbana, que mesmo esse direito sendo assegurado, a propriedade privada tem como condição fundamental cumprir sua função social.

A gestão urbana democrática é possível ao modificar o direito de propriedade imobiliária no âmbito individualista do Direito Civil e colocá-lo no âmbito social do Direito Urbanístico, para que o direito coletivo ao planejamento das cidades seja materializado. Como também, ao modificar o tratamento jurídico da gestão urbana restritivo do Direito Administrativo para colocá-lo no âmbito mais dinâmico do Direito Urbanístico, de tal forma que ocorra o direito coletivo à gestão participativa das cidades (FERNANDES, 2008).

Uma questão que deve ser evidenciada são as zonas periurbanas, que segundo Miranda (2009), foram fortemente impactadas pelas políticas de desenvolvimento urbano implementadas pela dinâmica centro-periférico marcado por um contínuo deslocamento da mancha urbana para as áreas rurais e os espaços naturais e pela acumulação de fortes desigualdades socioespaciais. A política de desenvolvimento urbano é parte da política de desenvolvimento territorial do Brasil que abrange a cidade e o campo. O estudo dessas políticas públicas implica tanto a dimensão humana, com participação das pessoas nas decisões coletivas e as reais possibilidades de escolhas; como também a dimensão da sustentabilidade, que remete à promoção de valores e de respeito à natureza. (BITOUN, 2009).

Atualmente há importantes mudanças nos padrões de expansão urbana, quando observa-se a descentralização do crescimento urbano para áreas não metropolitanas. Associada a essa situação há um novo conjunto da questão social ao incorporar ao debate a questão ambiental. É na redefinição do papel econômico do Estado na valorização ainda mais das relações de mercado, que se coloca em questão os desafios da política de integração.

5. OS DESAFIOS DA POLÍTICA TERRITORIAL INTEGRAL E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

A nova forma de produção do espaço e de relações sociais de produção para superar a crise ambiental pela qual vive a humanidade, segundo Foster (2005), está na superação dos problemas colocados pela sociedade capitalista, o que representa criar uma estratégia revolucionária que rompendo com esse sistema de produção e distribuição que ocorre, segundo o tempo de trabalho e a determinação das relações de produção, dê lugar a uma distribuição segundo As necessidades humanas genuínas.

A superação da dicotomia entre a cidade e o campo só poderia ser alcançada através da combinação de agricultura com as indústrias manufatureiras. É o que vem a ser o metabolismo humano com a natureza, isto é, o processo de trabalho numa relação harmônica da produção do espaço pelo homem com os recursos ambientais; É a interação metabólica da natureza com a sociedade (FOSTER, 2005). Esses desafios podem ser destacados a partir da ação do Estado sobre as políticas territoriais que abrangem o urbano e o rural que se dão numa estrutura de sociedade dividida por classes sociais e marcada pela relação de poder dos donos dos meios de produção.

Para Foladori (2005), a problemática ambiental é perceber a degradação ambiental como um processo dinâmico que tem suas raízes na estrutura de classes da sociedade capitalista. Ele ressalta que o resultado é que a degradação da natureza humana se acelera com a acumulação e concentração do capital, de maneira que, os poucos avanços da sustentabilidade ecológica são ultrapassados por crises sociais:

En definitiva, es necesario um cambio radical que limite las fuerzas del mercado modificando las relaciones sociales de producción, para poder establecer una relación más benigna al interior de la sociedad humana y con la naturaleza externa (FOLADORI, 2005, p. 21).

Ao colocar que o desenvolvimento de uma sociedade sustentável só acontece de fato e interessa, quando a sustentabilidade social gera a sustentabilidade ambiental e não quando acontece por si mesma,

Foladori (2005) evidencia que a relação entre sustentabilidade ambiental e a justiça social são integradas e forma uma unidade fundamental como condição de superar a problemática da degradação dos recursos e da exploração humana.

Nessas circunstâncias, para compreender a problemática ambiental na organização do espaço se faz necessário analisar as relações sociais e de poder que se estabelecem entre os principais atores que compõe esse espaço: o Estado, a classe hegemônica e a população. Com isso, a política territorial integral representa a transformação na concepção cultural da relação sociedade-natureza e a mudança do espaço social a partir da luta de classes que se dá com a organização social coletiva por uma sociedade mais justa, democrática e ambientalmente respeitada.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dessa análise, constatou-se que a política territorial integral compreende uma política social, à medida que a ação do Estado sobre a produção do território abrange tanto a questão urbana como rural, e com isso contempla sua ação na organização da produção e do modo de vida da população local. Essa condição de política social pode ser compreendida também através da concepção de sustentabilidade ambiental, quando apresenta como pressuposto a sustentabilidade social.

Nessa perspectiva, é importante destacar que mesmo com o processo histórico de colonização que ocasionou a fragmentação territorial e política do território, gerando a sobreposição da área urbana sobre a rural e destruindo quase todo o modo de vida coletivo; o território rural é onde se destaca a agricultura familiar, que representa um modo de vida, de luta e resistência à destruição exacerbada pelo capital neoliberal.

Essa organização social rural dá continuação à diversidade cultural e garante a soberania alimentar do país. É esse segmento social do Brasil que se consagra o respeito aos recursos ambientais e trabalha a partir de uma concepção coletiva, mesmo que em alguns casos já exista o modo de produção capitalista. Diante de uma sociedade que vivencia um momento político marcado pela reorganização do capital e a dominação

do modo de vida coletivo, evidencia-se desse modo a importância da política territorial a partir de uma gestão participativa, onde se luta por uma sociedade mais justa e democrática na garantia de uma política territorial integral.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. C. de. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco- Editora Massangana, 1984. 132p.
- BITOUN, J. Tipologia das cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para reflexão. In: BITOUN, J; MIRANDA, L. **Desenvolvimento e Cidades no Brasil**. Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais. Recife: FASE: Observatório das Metrôpoles, 2009. p.17-44.
- ECHEVERRI, R; RIBEIRO, M. P. **Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável**: visão de território na América Latina e no Caribe. Tradução de Dalton Guimarães. Brasília: IICA, 2005. 195p.
- FERNANDES, E. Do código civil ao estatuto da cidade: algumas notas sobre a trajetória do Direito Urbanístico no Brasil. In: VALENÇA, M. M. **Cidade (i)legal**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 43-62p.
- FOLADORI, G. **Por una sustentabilidad alternativa**. México: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2005. 106p.
- FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 420p.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1989. 352p
- GOMES, E. T. A. **Recortes de Paisagens na cidade do Recife**: Uma abordagem geográfica. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007. 356p.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 20 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 110p
- _____. **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. 244p
- MIRANDA, L. I. B.de. A reforma urbana, as políticas territoriais e a questão urbana-rural: uma integração necessária. In.: BITOUN, J; MIRANDA, L. **Desenvolvimento e Cidades no Brasil**. Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais. Recife: FASE: Observatório das Metrôpoles, 2009. p. 151-173.

- MORAES, A. C. R. **Meio Ambiente e Ciência Humanas**. 4 ed. São Paulo: Annablume, 2005. 162p.
- PERRUCCI, G. A cidade do Recife (1889-1930): o crescimento urbano, o com comércio e a indústria. **VII Simpósio da Associação Nacional dos Professores Universitários de História**. Belo Horizonte, 1973. p. 5-17.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 420p.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993. 268p.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334p.
- SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 495p.

ANÁLISE DE DESEMPENHO DO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA: A EFICIÊNCIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2008 NO TERRITÓRIO DA BORBOREMA-PB¹

Márcio de Matos Caniello

Luciana Ramos Cantalice

Valério Veríssimo de Souza Bastos

1. INTRODUÇÃO

O Programa Territórios da Cidadania foi instituído pelo governo federal visando ampliar os resultados positivos do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), criado em 2003, primeiro ano do governo Lula, pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), também criada naquele ano.

De acordo com o decreto que instituiu o programa em 2008, essa política pública tem por objetivo “promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável”, sendo implementada a partir de três eixos de atuação: ação produtiva, cidadania e infraestrutura. Esses eixos orientam a elaboração de Matrizes de Ações Anuais, com recursos previstos no

¹ Projeto de Pesquisa Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Evolução e Qualidade dos Resultados do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR no Território da Borborema (Paraíba). Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais Nº. 05/2009 (CANIELLO, 2009).

Plano Plurianual e no Orçamento Geral da União, nas quais os órgãos envolvidos (22 Ministérios e Secretarias), sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, definem as ações que pretendem desenvolver em cada território.

Os Territórios da Cidadania são conjuntos de municípios unidos pelo mesmo perfil econômico e ambiental, que possuem uma identidade comum e coesão social e cultural. Em cada Território é constituída uma instância deliberativa formada por representantes da sociedade civil (associações, sindicatos, ONGs, cooperativas, etc.) e dos governos federal, estadual e municipal, denominada Colegiado ou Fórum. É no âmbito dessa instância que as Matrizes de Ações Anuais são discutidas de maneira viabilizar, através de projetos aprovados pela plenária, a efetivação do seu Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), elaborado por instituições ou organizações contratadas para esse fim e homologado pelo próprio Colegiado Territorial.

Atualmente há 120 Territórios da Cidadania implantados no Brasil, abrangendo 1.852 municípios, os quais abrigam 46% da população rural brasileira, isto é, 13 milhões de pessoas. Segundo o MDA², o Programa beneficia cerca de dois milhões de agricultores familiares (46% do total), 525 mil famílias de assentados da reforma agrária (67%), 210 mil pescadores (54%), 810 comunidades quilombolas (66%) e 317 terras indígenas (52%). A região Nordeste possui cinquenta e seis territórios (47% do total), o Norte vinte e sete (23%), o Sudeste quinze (13%), o Centro-Oeste doze (10%) e o Sul dez (8%).

A Paraíba conta com sete territórios rurais homologados pelo MDA, sendo que seis deles fazem parte do Programa Territórios da Cidadania – Borborema, Cariri Ocidental, Curimataú, Mata Norte, Mata Sul e Médio Sertão. No Estado, o Programa contempla mais de 80.000 famílias.

De maneira a dar transparência à execução do Programa, que em três anos destinou mais de 63 bilhões de reais para os Territórios da Cidadania, a SDT/MDA disponibiliza ao público informações detalhadas e atualizadas sobre a aplicação dos recursos no Portal da Cidadania³, bem

2 <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/file-storage/download/5-Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20o%20Programa%20Territ%C3%B3rios%20da%20Cidadania?file%5fid=2333703>. Acesso em: 10/03/2011.

3 <http://www.territoriosdacidadania.gov.br>

como informações estatísticas dos territórios no Sistema de Informações Territoriais (SIT)⁴. A Secretaria também desenvolveu o Sistema de Gestão Estratégica (SGE)⁵, que é uma ferramenta disponibilizada para que os Colegiados Territoriais e os diferentes gestores dessa política pública qualifiquem seu próprio desempenho a partir da gestão de informações e de processos de comunicação.

Este trabalho tem seu foco na análise de desempenho na aplicação de recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário no desenvolvimento de ações no Território da Borborema, considerando as informações dos relatórios de execução atualizados em 31/10/2010 (BRASIL, 2010) referentes aos projetos aprovados no âmbito das Matrizes de Ações do ano de 2008 (BRASIL, 2008), o primeiro ano do Programa⁶. A escolha deve-se ao fato de que apenas os recursos do MDA são objeto de deliberações do Colegiado Territorial da Borborema, ao passo que os recursos destinados por outros Ministérios são “carimbados”.

2. A ABORDAGEM TERRITORIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL

A segunda metade do Século XX foi uma época de grandes mudanças no Brasil em decorrência da opção por uma estratégia de desenvolvimento baseada na industrialização e na urbanização, fruto do chamado “desenvolvimentismo cepalino”, que propunha que a industrialização apoiada pela ação do Estado seria a forma básica de superação do subdesenvolvimento latino-americano (COLISETE, 2001).

Se a transformação do país nestes moldes trouxe muitos benefícios – como a diversificação da economia nacional e a modernização da sociedade brasileira – também provocou a chamada “modernização conservadora” no meio rural brasileiro (GUIMARÃES, 1977), isto é, o aprofundamento da concentração fundiária, a agudização da miséria no campo e, em decorrência disso, um forte êxodo rural a partir dos anos

4 <http://sit.mda.gov.br>

5 <http://sge.mda.gov.br>

6 Documentos disponíveis no Portal da Cidadania. <http://www.territoriosdacidadania.gov.br>

1960. De fato, a população rural no Brasil despencou de 54,92% do total em 1960 para apenas 15,64% em 2010, de acordo com dados do IBGE.

Embora o Estatuto da Terra (Lei 4.504/1964) estabelecesse que o desenvolvimento rural deveria contemplar duas vertentes, a modernização do empreendimento agrícola patronal, caracterizado historicamente pelo latifúndio, e a reforma agrária como via para redistribuição fundiária, justiça social e desenvolvimento econômico para os trabalhadores rurais e agricultores familiares, durante o regime militar prevaleceu, inequivocamente, a vertente do “desenvolvimento agrícola” em detrimento da “reforma agrária” (LEITE *et al.*, 2004).

Num contexto de forte retração econômica resultante das políticas macroeconômicas neoliberais empreendidas desde a ditadura militar até o governo de Fernando Henrique Cardoso, o chamado “processo de modernização do campo”, associado à escassez de políticas públicas para os trabalhadores rurais e agricultores familiares, continuava expulsando os camponeses de suas terras ao privilegiar o agronegócio como praticamente a única alternativa produtiva para o meio rural brasileiro.

A falta de acesso a terras de qualidade, assistência técnica e crédito para os pequenos produtores viabilizarem os altos investimentos necessários para a promoção de uma agricultura mecanizada e bastante dependente de insumos industriais como fertilizantes e agrotóxicos – praticamente a única financiada pelos governos de então – inviabilizava o empreendimento rural familiar e forçava os trabalhadores a buscar alternativas de vida nos grandes centros urbanos. Assim, enquanto a pobreza grassava no campo, inchava a miséria nas favelas e cortiços das cidades.

A dispendiosa agricultura capitalista que, sem dúvida, contribui muito para os resultados positivos da balança comercial brasileira e do próprio Produto Interno Bruto, não traz apenas consequências sociais negativas, mas produz também fortes impactos ambientais, exaurindo os solos com sua busca frenética pela alta produtividade, poluindo as fontes de água pelo uso de defensivos químicos e o ar pela queima de combustíveis fósseis para as máquinas agrícolas, além de destruir as paisagens rurais com a monotonia das monoculturas e das pastagens.

Diante dessa realidade contraditória, que afeta também os países desenvolvidos, nos anos 1990, acende-se o debate sobre os dilemas da agricultura capitalista e o papel da agricultura camponesa no contexto do Mundo moderno, especialmente no que tange à promoção do chamado “desenvolvimento sustentável”.

Na Europa, a crise agrícola havia sido enfrentada por meio de estratégias para o desenvolvimento rural fundamentadas nas teses da “produção sustentável” que, em suma, destacam a qualidade como o grande diferencial da agricultura camponesa, considerando-se os produtos saudáveis oferecidos aos consumidores, o uso de tecnologias de baixo impacto ambiental e alto desempenho em termos de emprego de mão de obra e o seu papel na preservação do meio-ambiente e das paisagens rurais.

Um dos resultados mais relevantes dessa nova estratégia foi o estabelecimento das chamadas “denominações de origem controlada” para vinhos, queijos e outros produtos agrícolas, considerando-se a localização geográfica e os métodos tradicionais de produção. Na França, isso ocorreu inicialmente com o *Champagne*, vinho espumante que só pode ter esta denominação se produzido e engarrafado seguindo normas técnicas tradicionais e sob estrito controle de qualidade, na região do mesmo nome. Hoje há vários vinhos com denominação de origem controlada na França, ocorrendo o mesmo com queijos suíços e franceses, bem como com o vinho verde e o azeite de oliva produzido em Portugal, por exemplo.

A associação do produto ao território em que é produzido tradicionalmente através de um selo de qualidade provocou uma verdadeira revolução no meio rural europeu. Por um lado, ampliou enormemente a gama de produtos de qualidade garantida para os consumidores e, por outro lado, revitalizou o empreendimento camponês ao elevar significativamente a renda dos pequenos produtores, em sua imensa maioria organizados em cooperativas e associações, trazendo excelentes repercussões econômicas, sociais e ambientais.

Diante desses resultados e do debate acadêmico sobre eles, a chamada “abordagem territorial” foi adotada pelo governo Lula como base da estratégia para o desenvolvimento rural brasileiro, o que se efetivou com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial

(SDT) no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), este criado em 1993, pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, com o intuito de se encarregar oficialmente pela promoção da reforma agrária e do desenvolvimento da agricultura familiar, ficando o Ministério da Agricultura responsável pelo fomento do chamado “agronegócio”. Conforme Oliveira (2008):

O enfoque territorial é uma abordagem integral de espaços e sociedades, que configuram uma unidade heterogênea e única, com elementos de coesão social e espacial formados em um processo histórico de construção de identidades. Procura acionar mecanismos de integração interna e externa, articular políticas públicas e iniciativas coletivas que contribuam para a sua revitalização e reestruturação progressiva, assim como a adoção de novas funções e demandas” (p.1).

É o que Wanderley (2000, p. 115) denominou de uma “nova abordagem, o *desenvolvimento territorial*”, identificando-a como uma das facetas da “nova ruralidade” emergente das transformações do mundo rural dos países de capitalismo avançado nos anos 1990. Para Diniz (2007), essa estratégia tem promovido um inovador “experimentalismo institucional” no Brasil, ao fomentar a ampliação de espaços e de decisões coletivas numa prolífica relação entre o Estado e a sociedade civil, tendo por objetivo estimular uma gestão participativa de base local que permita soluções de “sustentabilidade” para o desenvolvimento das regiões interioranas por meio da implementação de políticas públicas voltadas para a transformação de sua realidade socioeconômica.

3. A AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

Uma dupla questão norteia a avaliação do desempenho de um programa governamental. Por um lado, é preciso saber se ele atingiu os seus objetivos, isto é, quais foram os impactos do programa sobre o público que se pretendia beneficiar. Por outro, inquire-se se os

recursos humanos e materiais mobilizados para a sua execução foram devidamente empregados. No primeiro caso, procura-se avaliar a eficácia desse programa de governo, ou seja, se os seus fins foram atingidos; no segundo, procura-se avaliar a eficiência de sua execução, isto é, se os meios empregados para atingirem-se as metas planejadas foram os mais adequados. Se a eficácia é uma questão de resultados, a eficiência é uma problemática de gestão.

No caso do Programa Territórios da Cidadania, há duas variáveis fundamentais para a avaliação da sua eficiência. Primeiramente, temos que considerar o nível de democracia e de participação dos atores sociais na organização, no planejamento e na tomada de decisões do colegiado acerca das ações e projetos empreendidos no Território e, por outro lado, o grau do “controle social” empregado no acompanhamento e fiscalização da execução dessas ações e projetos. Isto porque o programa é fundamentado no chamado “ciclo de gestão social”, que é uma forma cíclica e dinâmica que envolve planejamento, organização, coordenação e controle social (CANIELLO *et al.*, 2011), o que reflete a efetivação daquilo que os cientistas políticos chamam de “democracia direta” ou “democracia participativa” (BOBBIO, 2000; LYRA, 1998). Em segundo lugar, é preciso verificar se e como as metas físicas e financeiras estabelecidas nos projetos e ações foram executadas, pois a eficiência é um dos princípios requeridos constitucionalmente para a gestão de recursos públicos (Art. 37 da Constituição Federal). Ademais, nossa Carta Magna estabelece que:

prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária (Art. 70, parágrafo único).

Neste trabalho, não trataremos da eficácia do Programa Territórios da Cidadania no território da Borborema, nem analisaremos a eficiência do Colegiado Territorial no que se refere ao ciclo de gestão social, mas tão somente a eficiência na execução físico-financeira de projetos e ações desenvolvidos no território com recursos da União descentralizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para o território em 2008.

4. O TERRITÓRIO DA BORBOREMA

O Território da Borborema abrange uma área de 3.341,70 km² e é composto por 21 municípios: Alagoa Nova, Algodão de Jandaíra, Arara, Areia, Areial, Borborema, Campina Grande, Casserengue, Esperança, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Montadas, Pilões, Puxinanã, Queimadas, Remígio, São Sebastião de Lagoa de Roça, Serra Redonda, Serraria e Solânea. Esses municípios, separados uns dos outros por distâncias que variam entre 10 e 20 quilômetros, estão localizados na Mesorregião do Agreste Paraibano, de forma mais precisa em cinco microrregiões: Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental, Esperança, Brejo Paraibano e Campina Grande (CANIELLO, 2009).

A região é marcada pela importância do tecido urbano, pela desigualdade da divisão demográfica, pela pobreza rural e por uma agricultura predominantemente familiar. Segundo dados do último censo do IBGE (BRASIL, 2011), a região conta com uma população de 671.244 pessoas, mais da metade delas habitando no perímetro urbano de Campina Grande e apenas uma pessoa de cada cinco mora na área rural, embora seja importante ressaltar que a economia, a cultura e a sociedade locais mantêm suas raízes profundamente imersas no *ethos* rural. De fato, mais de 140 mil pessoas habitam o espaço rural deste pequeno território e, excetuando-se Campina Grande, todos os municípios possuem pelo menos 1/4 de população rural, sendo que doze deles (57%) apresentam coeficientes de população rural variando de 44,42% (Serraria) a 84,2%, no município de Matinhas, maior produtora de tangerina do Nordeste.

A pobreza no meio rural, apesar de conhecer um notável processo de redução desde o primeiro governo Lula, ainda é expressiva no território da Borborema, onde existem 158.090 domicílios, o que equivale a 18,4% do total do Estado, sendo que 42,51% destes são classificados como domicílios pobres. É necessário observar que quando retiramos o município de Campina Grande dos cálculos, esse percentual médio aumenta vertiginosamente, mostrando assim a influência deste polo regional no desenvolvimento do Território. De fato, em 2000, o IDH da região se encontrava numa faixa média de 0,60, enquanto que no Estado da Paraíba esse índice alcançava 0,71 e na cidade de Campina Grande chegava a 0,72 (PNUD, 2001).

5. A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2008 NO TERRITÓRIO DA BORBOREMA

No ano de 2008, foram previstas 70 ações para o Território da Cidadania da Borborema, com um investimento de cerca de 300 milhões de reais. Desse total, havia 20 ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário, totalizando mais de 23 milhões de reais (BRASIL, 2008). Até 31 de outubro de 2010, o Portal da Cidadania tinha recebido informações sobre 68 ações, com o valor executado de aproximadamente 227 milhões de reais, isto é, 75,67% do total previsto, sendo que da matriz do MDA foram executadas 17 ações (85%), parcial ou integralmente, com um total de recursos empenhados na ordem de R\$ 12,4 milhões (53,21% do previsto) (BRASIL, 2010).

Segundo o Relatório publicado na página eletrônica do MDA, em 31/10/2010 havia três ações concluídas nas quais há perfeita equivalência entre as metas físicas e financeiras planejadas, como se verifica na Tabela 1 abaixo

TABELA 1 - AÇÕES COM METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS EQUIVALENTES

AÇÃO	EXECUÇÃO		INVESTIMENTO		META FÍSICA			EXECUTANTE
	FÍSICA	FINANC.	PREVISTO	REALIZADO	PREVISTA	EXECUT.	UNIDADE	
REESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS	100%	100%	447.987,83	447.987,83	300	300	Famílias	UTE-PB
ELABORAÇÃO DO PTDRS	100%	100%	81.263,00	81.263,00	1	1	Plano Territorial	SDT/MDA
APOIO À GESTÃO DO PTDRS	100%	100%	151.000,00	151.000,00	50	50	Membros do Colegiado capacitados	Vinculus Cooperativa
GARANTIA SAFRA	56,71%	56,71%	528.985,65	299.970,00	4.809	2.727	Segurados atendidos	SAF/MDA
CRÉDITO PRONAF	42,03%	47,94%	14.475.811,00	6.939.886,00	7.317	3.075	Contratos firmados	SAF/MDA
TOTAL			15.685.047,48	7.920.106,83				

Fonte: BRASIL, 2008.

A meta Reestruturação de Unidades Produtivas Financiadas pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária, gerida pela SRA/MDA e executada pela UTE-PB, atendeu 300 famílias a um custo de R\$ 447.987,83. Por seu turno, a meta *Apoio à Gestão dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável*, gerida pela SDT/MDA e executada pela ONG Vínculus, capacitou 50 membros do Colegiado Territorial a um custo de 151 mil reais. Finalmente, a ação Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável, gerida e executada pela SDT/MDA, produziu participativamente o PTDRS do Território ao custo de R\$ 81.263,00 (BRASIL, 2010). Nesta categoria podemos enquadrar também duas outras ações, o Garantia Safra e o Crédito PRONAF, que embora não tenham atingido 100% das metas planejadas nos projetos, apresentaram equivalência na execução físico-financeira realizada.

O Garantia Safra, ação executada pela SAF/MDA, que tinha um orçamento inicial de R\$ 528.985,65 para atender 4.809 segurados, foram aplicados R\$ 299.970,00, atendendo 2.727 segurados, o que representa 56,71% das metas física e financeira. O gestor dessa ação comentou que o número de aderidos nesse território superou a marca da meta física, mas nem todos os municípios tiveram perda de safra por seca ou excesso hídrico (BRASIL, 2010).

No que concerne ao Crédito PRONAF, embora as metas físico-financeiras não tenham atingido 100% do planejado, observa-se uma equivalência relativa em termos proporcionais, com uma discrepância de apenas 5,91% entre elas, margem admissível em função da natureza creditícia da ação. Isto é, 42,03% das metas físicas foram atingidas com a aplicação de 47,94% do orçamento, num total 3.075 contratos firmados a um custo total de R\$ 6.939.886,00 (BRASIL, 2010).

Em três ações, a meta física foi atingida com a aplicação de menos recursos do que o planejado, como se vê na Tabela 2.

TABELA 2 – AÇÕES COM METAS FÍSICAS MAIORES QUE AS METAS FINANCEIRAS

AÇÃO	EXECUÇÃO		INVESTIMENTO		META FÍSICA			EXECUTANTE
	FÍSICA	FINANC.	PREVISTO	REALIZADO	PREVISTA	EXECUT.	UNIDADE	
PROGRAMA NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL (PNDTR)	100%	80,77%	295.180,74	238.407,29	19	19	Mutirões	MDA/DFDA, INCRA/SR, EMATER, SSP/PB e Mov. Sociais de Mulheres
PROGRAMA ARCA DAS LETRAS	110%	100%	5.882,37	5.882,37	10	11	Bibliotecas	ELETROBRÁS
ATER/ AGRICULTORES FAMILIARES	64,16%	0%	2.418.862,36	910.324,00	8.245	5.290	Famílias	EMATER/PB
TOTAL			2.719.925,47	1.154.613,66				

Fonte: BRASIL, 2010.

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), executado por MDA/DFDA, INCRA/SR, EMATER, Secretaria de Segurança Pública e Movimentos Sociais de Mulheres, utilizou R\$ 238.407,29, o que representa 80,77% dos recursos previstos, para realizar os 19 mutirões planejados. O Programa Arca das Letras, executado pela ELETROBRÁS, por seu turno, instalou 11 bibliotecas a um custo total de R\$ 5.882,37, atingindo 110% da meta física com o dispêndio do valor inicialmente planejado (BRASIL, 2010).

Caso interessante desta categoria é a ação ATER – Agricultores Familiares, gerida pela SAF/MDA e executada pela EMATER, pois embora tenham sido empenhados R\$ 910.324,00 para o Território da Borborema, o que representa 37,63% do orçamento previsto, 64,16% da meta física foi executada, propiciando assistência técnica a 5.290 famílias. Entretanto, nenhum centavo foi efetivamente pago (BRASIL, 2010).

Segundo o MDA (BRASIL, 2010), isto ocorre porque há riscos e restrições para ação, como a inadimplência das instituições, dificuldades com sistemas SICOFIN e SICONV e o não credenciamento como entidades de ATER. Assim, embora os recursos encontrem-se empenhados, estes só serão pagos quando as instituições estiverem regularizadas junto ao MDA e não estiverem em inadimplência.

Assim, em 2008 foram empenhados R\$ 103.022.455,80 em 44 projetos, atendendo a um total de 469.162 famílias em todo o Brasil, em virtude da parceria com os governos estaduais (BRASIL, 2008). Contrariamente aos casos da categoria anterior, o relatório de execução dos recursos orçamentários de 2008 pelo Território da Borborema aponta sete ações em que a meta financeira realizada é maior do que a meta física atingida, conforme demonstrado na Tabela 3.

TABELA 3 - AÇÕES COM METAS FÍSICAS MENORES QUE AS METAS FINANCEIRAS

AÇÃO	EXECUÇÃO		INVESTIMENTO		META FÍSICA			EXECUTANTE
	FÍSICA	FINANC.	PREVISTO	REALIZADO	PREVISTA	EXECUT.	UNIDADE	
PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO	166,67%	201,09%	792.000,00	1.592.632,75	36	60	Famílias	UTE/PB
INSUMOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	99,93%	193,66%	260.129,57	503.775,00	11.203	11.195	Famílias	EMBRAPA
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS NOS TERRITÓRIOS RURAIS	0%	71,99%	1.152.000,00	829.270,00	3	0	Projetos	UEPB PMSSLR Arribaçã
FORMAÇÃO DE AGENTES DE DESENVOLVIMENTO FORM. ESPECÍFICA	1,67%	100%	35.000,00	35.000,00	60	0	Agentes capacitados	Vinculus Cooperativa
FORMAÇÃO DE AGENTES DE DESENVOLVIMENTO FORM. COMPLEMENTAR	2,50%	100%	35.000,00	35.000,00	40	0	Agentes capacitados	Vinculus Cooperativa
FORMAÇÃO EM COOPERATIVISMO E COMERCIALIZAÇÃO	0%	100%	25.300,00	25.300,00	35	0	Inter-câmbios realizados	ONG Arribaçã
APOIO A EMPREENDIMENTOS COOPERATIVOS E ASSOCIATIVOS	0%	100%	260.166,00	260.166,00	2	0	Empreendimentos apoiados	ONG Arribaçã
TOTAL			2.559.595,57	3.281.143,75				

Fonte: BRASIL, 2010.

A ação Programa Nacional de Crédito Fundiário - Subprojeto aquisição de terras, executada pela UTE/PB, tinha como meta física atender 36 famílias com um orçamento de R\$ 792.000,00 e atendeu 60 famílias, executando o montante de R\$ 1.592.632,75. Estes números equivalem a 166,67% da meta física e 201,09% da meta financeira, discrepância que pode ser explicada pela virtual variação de preços na aquisição das terras, uma vez que o planejamento nestes casos pode, na prática, variar em função de uma série de fatores (BRASIL, 2010).

Quanto à ação Disponibilização dos Insumos para Agricultura Familiar, estava previsto um investimento de R\$ 260.129,57, mas o recurso executado foi de R\$ 503.775,00. Entretanto, ao contrário do crédito fundiário, o número de famílias atendidas (11.195) foi menor do que o planejado (11.203), o que significa que embora os recursos despendidos tenham praticamente duplicado, a meta física atingida foi de 99,93% (BRASIL, 2010). O gestor da ação (EMBRAPA/IPA) comentou que por dificuldades no transporte das sementes não foi possível viabilizar sua distribuição integral no território, mas resta a questão: por que foi gasto o dobro do recurso planejado para atender a mesma população?

A ação Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais engloba três projetos, a saber: (1) Construção de Escola Família Agrícola, no valor de R\$ 494.370,00, tendo como executante a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); (2) Núcleo de Beneficiamento de Forragem, no valor de R\$ 194.087,00, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Sebastião de Lagoa de Roça; e (3) Ações de Apoio à Base de Serviço de Comercialização, no valor de R\$ 141.810,00, sob responsabilidade da ONG Arribaça. Segundo o relatório de execução, atualizado em 31/10/2010, os executantes informaram que os projetos não haviam sido iniciados, encontrando-se “em fase de contratação” (Brasil, 2010).

Quanto às ações Formação de Agentes de Desenvolvimento – formação específica e Formação de Agentes de Desenvolvimento – formação complementar, num valor de R\$ 35.000,00 cada uma, sob a responsabilidade da ONG Vínculus, foram atingidas apenas 1,65% e 2,5% das metas físicas, respectivamente, embora o relatório de execução registre as ações como “executadas”. Com efeito, o total dos

investimentos previstos para as duas ações, R\$ 70.000,00, foram pagos (BRASIL, 2010).

Caso semelhante é o das ações Formação em Cooperativismo e Comercialização, no valor de R\$ 25.300,00, e Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos, no valor de R\$ 260.166,00, ambas executadas pela ONG Arribaça. O relatório de execução informa que a totalidade dos recursos foi liberada e paga, mas que 0% das metas físicas foi executado. A executante informou que os recursos foram liberados com atraso significativo, o que acarretou o atraso na execução das metas, mas assegura que serão “concluídas a contento”.

Há casos em que as metas físicas não foram totalmente atingidas pela própria natureza da ação, como os recursos reservados para o lançamento de editais, conforme demonstrado na Tabela 4:

TABELA 4 - METAS FÍSICAS NÃO ATINGIDAS OU PARCIALMENTE ATINGIDAS
PELA PRÓPRIA NATUREZA DA AÇÃO

AÇÃO	EXECUÇÃO		INVESTIMENTO		META FÍSICA			EXECUTANTE
	FÍSICA	FINANC.	PREVISTO	REALIZADO	PREVISTA	EXECUT.	UNIDADE	
EDITAL ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS	100%	43,20%	100.000,00	43.201,98	1	1	Projetos	AACADE
EDITAL ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) PARA MULHERES RURAIS	0%	0%	303.240,00	0	2	0	Projetos	Não houve projetos selecionados
EDITAL ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) QUILOMBOLAS	0%	0%	100.000,00	0	2	0	Projetos	Não houve projetos selecionados
ASSISTÊNCIA SOCIAL, TÉCNICA E JURÍDICA ÀS FAMÍLIAS ACAMPADAS	100%	32,59%	18.704,84	6.096,80	167	167	Famílias	MDS CONAB
TOTAL			521.944,84	49.298,78				

Fonte: BRASIL, 2010.

Há ações em que as chamadas públicas foram publicadas, mas ou não houve propostas, ou as propostas apresentadas não cumpriram os critérios necessários, o que teria ocorrido na generalidade dos Territórios, de acordo com o comentário geral do MDA no Relatório de 2008. No Território da Borborema isso ocorreu em três ações: Organização Produtiva das Mulheres Trabalhadoras Rurais, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres Rurais e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Quilombolas. No caso das duas últimas nada foi empenhado, mas no caso da primeira ação, 43,2% dos recursos planejados foram empenhados e o Relatório de Execução 2008 registra que as metas físicas do projeto selecionado e executado pela AACADE foram plenamente executadas, atendendo a 300 mulheres quilombolas dos municípios de Serra Redonda, Areia e Pilões.

Caso similar é o da ação Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas Rurais, para a qual foi utilizado 32,59% do orçamento planejado (R\$ 6.096,80). Tal como o caso do Seguro Safra, essa é uma assistência que depende de ocorrências efetivas de conflitos agrários, os quais não são muito frequentes atualmente no Estado da Paraíba.

Finalmente, há que se registrar que o Programa de Aquisição de Alimentos, que disponibilizou R\$ 1.827.221,83 para o Território da Borborema em 2008, não foi executado. Segundo o MDA (BRASIL, 2010) por ser uma ferramenta de regulação de preços e mais uma opção para comercialização dos produtos da agricultura familiar, o PAA torna-se atrativo ao agricultor e suas organizações em situações em que o preço de mercado estiver em baixa. Para o Ministério, alguns fatores contribuíram para os riscos ou restrições de acesso ao programa em 2008, entre os quais: a alta dos preços dos alimentos até meados do segundo semestre do ano, o que tornou os preços de mercado mais atrativos e, portanto, resultando na diminuição do acesso ao PAA nesse período; a falta ou fragilidade das organizações dos agricultores familiares (cooperativas e associações), nos Territórios da Cidadania; e a falta de informações acerca do programa. Para isso, foram realizados seminários para divulgação do PAA nos Territórios da Cidadania, os quais tiveram continuidade em 2009. Além disso, a construção e articulação das redes temática de ATER, através da Rede de Apoio a

Comercialização, tem estimulado os agricultores familiares a acessarem o programa. Tais iniciativas visam atingir resultados a médio e longo prazos. Na Tabela 5, apresentamos o resumo da execução orçamentária de 2008 no Território da Borborema.

TABELA 5 - RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2008 (TERRITÓRIO DA BORBOREMA)

SITUAÇÃO	PREVISTO	EMPENHADO	TOTAL EMPENHADO	METAS FINANCEIRAS EXECUTADAS
META FÍSICA = META FINANCEIRA	15.685.047,48	7.920.106,83	63,85%	50,49%
META FÍSICA > META FINANCEIRA	2.719.925,47	1.154.613,66	9,31%	42,45%
META FINANCEIRA > META FISICA	2.559.595,57	3.281.143,75	26,45%	128,19%
AÇÕES NÃO REALIZADAS OU PARCIAIS EM FUNÇÃO DE SUA NATUREZA	521.944,84	49.298,78	0,40%	9,45%
AÇÕES NÃO REALIZADAS	1.827.221,83	0	0,00%	0,00%
TOTAL	23.313.735,19	12.405.163,02	100,00%	53,21%

Fonte: Elaboração própria com base em BRASIL, 2010

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se que foram executados apenas 53,21% dos recursos disponibilizados pelo Tesouro Nacional para o Território da Borborema no ano de 2008 (Tabela 5), concluímos que o desempenho territorial no aproveitamento das oportunidades de investimento para beneficiar a população foi, tão somente, regular naquele ano. De qualquer maneira, 22.814 famílias camponesas foram beneficiadas com a execução dos projetos e ações homologados pelo Colegiado Territorial, entre os quais destacamos o investimento em crédito (3.075 famílias), insumos (11.195 famílias), assistência técnica (5.290 famílias) e garantia safra (2.727 famílias). Contudo, não podemos negligenciar o fato bastante negativo de que o Programa de Aquisição de Alimentos (PPA), política pública

das mais estratégicas para o desenvolvimento dos territórios rurais, que representava 7,84% do orçamento disponível, não teve sequer um centavo aplicado na compra de produtos da agricultura familiar no Território da Borborema em 2008.

Embora pouco mais da metade das metas planejadas tenham sido atingidas, observamos uma boa eficiência na realização destas, pois em 73,16% do orçamento efetivamente executado houve estrita equivalência entre as metas físico-financeiras planejadas e executadas (63,85%) ou as metas físicas superaram as metas financeiras (9,31%). Por outro lado, entretanto, em 26,45% dos recursos empenhados ocorre o contrário, havendo inclusive várias ações que foram pagas sem a execução das metas planejadas. Esta é uma constatação bastante grave que, entretanto, deve ser investigada com mais profundidade entre os seus executantes, arrolados na Tabela 3. Seja como for, diante desses dados, concluímos que houve uma baixa eficiência na execução de mais de $\frac{1}{4}$ dos recursos disponibilizados pela União para o Território da Borborema em 2008.

Assim, concluímos que é num panorama de avanços e entraves que se situa o desempenho do Programa Territórios da Cidadania ao analisarmos o caso do Orçamento 2008, executado pelo território da Borborema, na Paraíba. Em nossa opinião, isto impõe um aperfeiçoamento nos meios utilizados para a aplicação dos recursos financeiros da União para melhorar a eficiência do Território em sua execução, indo desde uma melhor qualificação do processo de planejamento e execução até um controle social mais efetivo por parte do Colegiado Territorial.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 7ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 2000.
- BRASIL. **Territórios da Cidadania – Matriz de ações 2008: Território da Cidadania Borborema (PB)**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2008. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/>. Acesso em: 10 de março de 2011.

- _____. **Territórios da Cidadania – Relatório de Execução 2008: Ações executadas no Território da Cidadania Borborema (PB)**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2010. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/>. Acesso em: 10 de março de 2011.
- BRASIL. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Brasília, IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/>. Acesso em: 10 de março de 2011.
- CANIELLO, M. M. **Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Evolução e Qualidade dos Resultados do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR no Território da Borborema (Paraíba)**. Projeto de Pesquisa. Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais Nº. 05/2009.
- CANIELLO, M.M.; BASTOS, V.V.S.; CANTALICE, L.R.; MARTINS, M.F.; NUNES, T.L. Análise de desempenho do Programa Territórios da Cidadania: o caso do orçamento 2008 do Território da Borborema-PB. In. Seminário Internacional Novas Territorialidades e Desenvolvimento Sustentável, 1., 2011, Recife. **Anais do Iº Seminário Internacional Novas Territorialidades e Desenvolvimento Sustentável**. Recife, UFPE, 2011.1 CD.
- COLISETE, R. P. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n 41, p. 21-34, 2001.
- DINIZ, P. C. O. **Da experimentação social ao ‘experimentalismo institucional’ – trajetórias de relações entre Estado e sociedade civil: experiências no Semi-árido**. 2007. 271f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFCG/ CH/ /PPGS. Campina Grande, 2007.
- GUIMARÃES, A. P. O complexo agroindustrial. **Revista Reforma Agrária**, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.
- IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 06 de abril de 2011.
- LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural: São Paulo: Editora da UNESP [co-editora e distribuidora]. 2004. 392p.

LYRA, R. P. Teorias clássicas sobre a democracia direta e a experiência brasileira.

Revista de Informação Legislativa. Brasília: Senado Federal, 1998, out./dez., n.140, p. 11-16.

OLIVEIRA, J. H. Programa ‘Territórios da Cidadania’: uma estratégia de desenvolvimento territorial e garantia de direitos sociais voltados para as regiões de maior fragilidade socioeconômica. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN, 8., 2008, Buenos Aires, **Anais do XIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración.** Buenos Aires: CLAD. 2008. p. 1-14.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** 2001.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o ‘rural’ como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, 2000

**POLÍTICAS PÚBLICAS E
GÊNERO NO RURAL:
A BUSCA PELA IGUALDADE**

CONTRIBUIÇÕES À INSERÇÃO DE GÊNERO NAS INTERLIGAÇÕES RURAL-URBANO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Lourdes Bandeira

1. INTRODUÇÃO

Tratar do tema *Interligações rural-urbano, gênero e desenvolvimento sustentável* é um grande desafio uma vez que envolve uma variedade de situações e atores sociais tanto das áreas rurais como das urbanas. Assim, limito-me a apresentar algumas reflexões sobre a importância de incorporar a perspectiva de gênero no domínio da produção de conhecimento e da pesquisa que recobre os estudos sobre as áreas rurais (as comunidades camponesas, de pescadores, de marisqueiras, de ribeirinhas, entre outras), assim como em relação aos grupos sociais nos territórios urbanos.

Esse artigo desdobra-se em três partes, a saber: a) o significado de incorporar a perspectiva de gênero nas pesquisas que incidem sobre os cenários e interligações rural-urbano; b) a abordagem de gênero e sua inclusão na formulação de políticas públicas voltadas à área de desenvolvimento sustentável, apresentadas no II Plano Nacional de Política para as mulheres, e c) sistematização de alguns ganhos e desafios a partir da incorporação de uma abordagem de gênero.

2. O SIGNIFICADO DE INCORPORAR A PERSPECTIVA DE GÊNERO NESSES CENÁRIOS -INTERLIGAÇÕES

Na Declaração sobre Meio ambiente e Desenvolvimento (Rio/1992), o Princípio 20 informa:

As mulheres desempenham papel fundamental na gestão do meio-ambiente e no desenvolvimento. Sua participação é plena, e, portanto, essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável. RIO/92 –OEA-ONU.

A Agenda 21 é um programa de desenvolvimento sustentável a partir das proposições da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Eco-92, em aplicação no Brasil, assim como em diversas partes do mundo. Encontram-se em destaque os requisitos de justiça social, da participação comunitária e da melhoria das condições de vida das mulheres e das minorias (DRUMMONT, 1999). Ações propostas na Agenda 21 completam vinte anos com a realização da próxima Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, isto é, a Rio + 20. A Conferência propõe como eixo temático, a tríade: *desenvolvimento ambiental, econômico e social*, propõe como novidade paradigmática o fato de que já não se pode mais prescindir da incorporação do *Social*.

Ainda que, segundo alguns autores (DRUMMONT, 1999, VIOLA, 1998), o conceito de sustentabilidade impõe a exigência de ser tratado holisticamente, em sua totalidade, pode ser conceitualmente dividido e articulado em quatro componentes: sustentabilidade ambiental, e sustentabilidade sociocultural e política. Tal divisão em nada melhora a dimensão polêmica do tema ou da categoria de desenvolvimento sustentável, uma vez que há uma heterogeneidade de interpretações, assim como afirma Drummont (1999):

É fácil perceber que um conceito com tal amplitude não tem uso como instrumento de pesquisa científica. Na verdade, é algo que está muito mais próximo de uma formulação normativa derivada de uma utopia pós-socialista do que de um conceito científico. Creio que seja essa a origem da pouca efetividade de boa parte dos textos produzidos [...]; o conceito gera muitas discussões teóricas e ideológicas, mas não parece gerar pesquisa (p. 2).

Mais do que um conceito ou do que uma categoria, a sustentabilidade deve se constituir em um princípio – político e ético – protagonista e articulador do conjunto de planos de gestão que, não deve ser

objeto de disputa. Ao contrário, deve respeitar os diversos papéis que cada entidade ou instituição tem nas diversas instancias públicas ou privadas. Ao mesmo tempo, envolver a diversidade de atores sociais em suas múltiplas configurações, seja pela condição de gênero, racial, sócioeconômica, regional, entre outras.

Nesse contexto, para fins puramente de referencia, uma vez que não se trata aqui de discutir a categoria de sustentabilidade, nem de seu questionamento, para essa análise nos referenciamos no conceito proposto pela ONU, publicado no Relatório Brundtland de 1988, que definia o desenvolvimento sustentável como sendo “o desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades¹”. Em outras palavras, a definição articula requisitos de ordem social com requisitos de ordem econômica, política, cultural e biofísica, como salienta Drummont (1999):

o que significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais (p. 4).

No universo dos estudos sobre espaço rural-urbano, a partir do enfoque de desenvolvimento sustentável ou de sustentabilidade, torna-se recorrente incorporar a “perspectiva de gênero” uma vez que se considera – como pressuposto de referência – que a condição de gênero é estruturante de toda a realidade social, ao mesmo tempo em que todas as relações ou dinâmicas sociais são organizadas a partir da condição de gênero. Ainda, quando se fala da incorporação da perspectiva de gênero, tal incorporação altera-se de acordo com os contextos e as diversas territorialidades; ou seja, de como cada espaço-território

1 Desenvolvimento sustentável é um conceito sistêmico que se traduz num modelo de desenvolvimento global que incorpora os aspectos de desenvolvimento ambiental. Foi usado pela primeira vez em 1987, no Relatório Brundtland, um relatório elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criado em 1983 pela Assembleia das Nações Unidas.

apresenta dinâmicas de gênero próprias seja nos espaços urbanos, rurais ou comunidades tradicionais, indígenas ou quilombolas, por exemplo.

As lógicas de gênero são múltiplas e em cada território adquirem performances específicas ou próprias. Tomando-se como referência boa parte dos estudos já realizados no Brasil sobre as mulheres, nas áreas rurais sempre tendeu-se a considerá-las a partir de um lugar “fixo” dentro da unidade de produção familiar ou não focalizando sua condição de trabalhadora-ajudante, portanto, não remunerada e com baixa valorização (SILVA; SCHNEIDER, 2010).

O reverso desse imaginário se constitui, na crença, ainda presente, de que as jovens mulheres do meio rural, ao migrarem para os centros urbanos, teriam melhores condições de acesso ao mundo do trabalho, educação, saúde etc, contrariando sua condição de “inferioridade” no meio rural. No entanto, é interessante registrar o salto qualitativo que se deu na década de 1980, com o surgimento dos “novos movimentos sociais” envolvendo uma boa parte das populações rurais, não apenas no sentido das várias mudanças que ocorrem no âmbito das relações de trabalho e na agricultura familiar mas, sobretudo, com a emergência de outros atores – os diversos grupos femininos – como visibilidade política na esfera produtiva (SOUSA- MARTINS, 1998).

Da perspectiva sociológica, muitas foram as novas questões apontadas por essas mudanças; no entanto ainda, a Sociologia se defronta com dificuldades na questão relativa a manter a separação campo-cidade (surgindo categorias tais como *rurbano*); e, simultaneamente, com a inevitabilidade da incorporação de outras dimensões, tais como, a condição de gênero e raça/etnia articuladas a desigualdade e violência as quais, conjuntamente, transversalizavam a dicotomia campo-cidade ou rural-urbano (SILVA, 2004).

Na verdade, os ordenamentos de sentidos da organização desses espaços em pauta, embora internamente em nada sejam homogêneos, estão constituídos por homens e por mulheres, cuja dinâmica das relações de poder e das configurações e papéis de gênero, no interior ou exterior das relações familiares estabelecidas, estão associados a estrutura econômica vigente. Por sua vez, as características de sociabilidades, assim como a divisão sexual das tarefas que se desenvolvem, e os valores e rituais que são compartilhados na vida rural, embora peculiares de

tais territorialidades em relação as condições de desigualdade entre os gêneros, não diferem do mundo urbano, em sua estrutura.

Estudos sobre as condições das trabalhadoras são reveladores das formas de desigualdades que as caracterizam – seja no mundo rural ou no urbano (HENRIQUE, 2005), – sobretudo quando são identificadas como uma categoria universalizante que as engloba indistintamente. Sem dúvida há características comuns que convivem com especificidades regionais, raciais, de condição sócioeconômica e cultural, e até mesmo com subcategorias sociais. Exemplificando:

Ser mulher no sertão, no imaginário social representa a figura do feminino que passou boa parte de sua vida confinada ao ambiente da casa e subordinada à autoridade masculina. Essas são imagens propagadas e na maioria das vezes aceitas como representação cultural do sertão [...]. É a partir desses discursos que se inventa a tradição. Tradição que servira muitas vezes como indicativo para moldar os comportamentos dos sujeitos. Contudo, surge o Movimento de Mulheres que faz um deslocamento do lugar atribuído as mulheres do sertão (SOUZA, 2010, p.6).

Por tais razões, torna-se importante saber que a participação diferenciada das mulheres afeta o processo de desenvolvimento sustentável, e estudos recentes indicam o quanto a organização de mulheres rurais tem aumentado sua participação no espaço público o que pode vir a significar melhorias para suas comunidades. O exemplo de maior relevância nesse sentido é a Marcha das Margaridas, em sua 4ª. Edição (agosto de 2011), que trouxe como tema: “Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade”, uma vez que enfatiza a constatação de que a pobreza, a desigualdade, a opressão e a violência predominam entre as mulheres trabalhadoras do campo².

Além do trabalho de reproduzir a vida, cabe também às mulheres rurais, em grande parte, a responsabilidade pelos cuidados da família,

2 A plataforma política de reivindicação da Marcha das Margaridas está estruturada em sete eixos, a saber: 1. Biodiversidade e Democratização dos Recursos Naturais; 2. Terra, Água e Agroecologia; 3. Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional; 4. Autonomia Econômica, Trabalho e Renda; 5. Educação não sexista, Sexualidade e Violência; 6. Saúde e Direitos Reprodutivos e, 7. Democracia, Poder e Participação Social.

isto é, ocupar-se com as crianças, idosos, doentes, animais, bichos de estimação; buscar e preservar a água; preparação dos alimentos; cuidar da higiene familiar e doméstica; ocupar-se da criação dos animais domésticos; cultivar a horta, jardim e participar dos trabalhos do roçado, da colheita dos frutos e das sementes (NOGUEIRA, 2009).

Muitas mulheres se ocupam ainda da preparação de materiais para a confecção de objetos domésticos e artesanais, costuram roupas, bordam, remendam, consertam objetos e utensílios domésticos. No caso das mulheres pescadoras, participam em todas as atividades de preparação da pesca, inclusive da confecção das redes, preparação dos barcos, com exceção da pesca em alto mar.

Enfim, as mulheres articulam uma imensa rede de atividades reprodutivas e produtivas que asseguram a manutenção familiar, além de trabalhar para contribuir com o fornecimento de alimentos que constituem parte significativa da produção da região, do município, da comunidade, assim como atuam em benefício da preservação ambiental. Em que medida o amplo conjunto dessas atividades é computado no reconhecimento do trabalho em geral? Ou simplesmente é considerado como atividade destinada naturalmente a mulher?

Na divisão social e sexual do trabalho, assimétrica e estruturalmente estabelecida, as atividades desempenhadas pelas mulheres relativas às tarefas do cuidado material envolvem também as dimensões da intimidade, dos afetos e das emoções em relação aos filhos, assim como ao marido/companheiro, parentes, amigos, vizinhos. Inúmeras mulheres tradicionalmente as do meio rural também atuam no contexto comunitário, via comportamentos de solidariedade e de apoio. No entanto, são estas dimensões da vida cotidiana das mulheres, que envolvem tempo e trabalho, que não são nominadas e jamais reconhecidas, porque são “atribuídas” como função natural às mulheres e, portanto, descartadas de serem contabilizadas nas contas públicas.

Em outras palavras, perpetuam-se a invisibilidade e o desprezo na formulação de políticas públicas em relação ao trabalho necessário, mas invisível de segmentos expressivos de mulheres. Daí, a importância de a inclusão da dimensão de gênero ser considerada nos processos de desenvolvimento e de gestão da sustentabilidade, como nas demandas por políticas públicas.

No entanto, os avanços já conquistados pelas mulheres ainda não superam, de todo, sua condição de opressão. Rosa Schiavini, pesquisadora do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina (2007), constatou em suas entrevistas que 53% das mulheres do meio rural declararam ter sido violentadas; 64% não tem liberdade para tomar qualquer decisão sem pedir licença ao marido, sendo que 52% só tomam decisão após pedirem permissão ao marido³. Embora não se possa generalizar estas situações de violência para todas as mulheres do meio rural, mesmo assim, os dados indicam que a violência ainda faz parte do cotidiano das mulheres do campo e das florestas⁴. Como nos lembra Segato (2010):

[...] desde a pré-história, as deusas eram adoradas por estarem associadas com os ciclos da vida, da fertilidade, da fecundidade e da generosidade. Sacerdotisas dominaram determinados aspectos do Império Inca, Assíria, Babilônia, Roma, Grécia, Índia e estiveram representadas nas religiões anteriores às religiões patriarcais. Desde então a imagem da Mãe Natureza é uma representação da natureza que trata da fertilidade, dos ciclos e do cultivo simbolizados na figura feminina. Imagens de uma mulher representativa da *mãe terra*, da mãe natureza, são atemporais [...] assim [...] desde as mais antigas civilizações ocidentais que o feminino, historicamente sempre foi associado à terra, a natureza, a casa, ao sagrado, a fonte, a obscuridade, ao mágico, ao ordinário (p. 5).

Por sua vez, o masculino foi associado ao mercado, a assembleia, ao fogo, ao sol, ao religioso, ao público (BOURDIEU, 1999). Como visto, se a relação da mulher com o mundo rural, com a terra e com a água é originária e ancestral, essa dimensão deve ser reconhecida e valorizada na sua importância e especificidade e não, ser apenas mais um elemento que configure a desigualdade. É certo que, se devidamente considerada, a importância e o valor das atividades desenvolvidas pelas mulheres no meio rural e em regiões de pesca artesanal, assim

3 Para mais informação é possível consultar o site: www.agenciapatriciagalvao.org.br/

4 A Secretaria de Política para as Mulheres implementou um Programa específico de combate a violência contra as mulheres do campo e das florestas. Consultar o site da Secretaria de Política para as Mulheres: www.sepm.gov.br.

como em outras comunidades, se estará reconhecendo a presença de um novo paradigma, cujo sentido centra-se em uma maior igualdade/equidade de gênero. Ou seja, se reconhece que há uma maior simetria entre o mundo das mulheres, com seus labores próprios, e o mundo dos homens, com suas atribuições específicas.

Para que isso venha a ocorrer e ser incorporado nas políticas de gestão de sustentabilidade, faz-se necessário desconstruir as atribuições tradicionais dada às relações de gênero na concepção adotada, tanto pelas políticas públicas como pela gestão empresarial, que ainda têm, por um lado, como referente à visão androcentrica de mundo, e por outro, a não valorização das atividades da reprodução e dos cuidados enquanto expressões e formas de trabalho.

Dito de outro modo, faz-se necessário considerar a existência das pessoas demarcadas pela sua condição de gênero associada a de raça/etnia, mas, sobretudo, referenciar-se por espaços sociais e econômicos demarcados pela condição de gênero com seus respectivos coletivos internamente estruturados (SEGATO, 2010). Ou seja, é o tecido social que estabelece a diferença entre os gêneros e a eles atribui e determina papéis e desempenhos, de acordo com uma visão mítica do mundo, “[...] enraizada na relação arbitrária de dominação de homens sobre mulheres, que também se manifesta na realidade da ordem social através da divisão sexual do trabalho” (SILVA; SCHNEIDER, 2010, p. 189). Mas não apenas na divisão sexual do trabalho, a nosso ver, já que as lógicas de gênero são múltiplas.

Ainda que existam elementos e características que são comuns nas relações entre homens e mulheres do campo e da cidade, é sabido que as interações das mulheres e dos homens com o desenvolvimento sustentável, tanto no meio rural como no urbano é diferenciada. Nesse sentido Segato (2010) afirma:

que as mulheres têm maior enraizamento nas tradições, nos rituais,, maior conhecimento das espécies naturais, uma maior inter-relação com as plantas medicinais e nutritivas e uma utilização mais racional e preservacionista dos recursos naturais (p. 2).

Vale acentuar que, não obstante a inserção das mulheres na esfera produtiva-urbana, a divisão sexual do trabalho perdura através das estruturas produtivas e dos setores laborais considerados mais apropriados pela gestão institucional aos homens e às mulheres. No entanto, em ambas esferas, as mulheres ficam “destinadas” ou restritas à reprodução. Como tal divisão tem impacto sobre as formulações e gestões para desenvolvimento sustentável ou a sustentabilidade?

Restringir a atuação feminina à esfera privada seja nos espaços rurais ou urbanos, significa restringir-se também a emergência e o impacto de um novo sujeito político coletivo: a mulher. Omite-se a garantia da participação feminina na tomada de decisão, na condição de ator político relacionado à questão do desenvolvimento sustentável. De acordo com a prescrição da FAO, as mulheres são maioria entre o grupo de trabalhadores rurais que dependem fortemente de terras férteis e da regularidade das chuvas, das mudanças climáticas e ambientais, cujos efeitos nocivos recaem sobre elas.

Deve-se considerar essencial que os agentes políticos e empresariais reconheçam a participação das mulheres como agentes fundamentais no processo de mudança, estas comprometidas com as políticas de redução de efeitos nocivos, com incidência sobre a vida econômica, social e política das populações, em geral. Uma política ou uma visão direcionada ao desenvolvimento sustentável que não parta do princípio da especificidade de gênero e da necessidade de visibilidade dos “femininos” ou das “mulheres” nasce truncada, amputada, não sendo apenas pela omissão das mulheres, mas, sobretudo, pelas múltiplas expressões de riquezas que representam. Valores podem até ser compartilhados, mas homens e mulheres os sentem, os percebem, os justificam sempre de maneiras próprias.

Por fim, a maior contribuição poderia ser no sentido de compreender um conjunto de significados e de concepções refletidas nas relações sociais concretas no mundo rural-urbano, sem o que, pouco se explicariam as mudanças e permanências nas relações entre homens e mulheres. Em outras palavras, compreender os significados sociais das diferenças sexuais é fundamental, uma vez que as diferenças sexuais se prestam, universalmente, tanto a elaboração de diferentes categorias sociais, como são ordenadoras das estruturas e instituições em nossa sociedade.

Assim, a incorporação da perspectiva de gênero possibilita e representa, nas gestões de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade, um deslocamento, qual seja do binômio – *mulher-desenvolvimento* para o modelo demarcado pelo tripé: *gênero-cidadania-desenvolvimento*.

3. GÊNERO E A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PROPOSTA PELO II PNPM/SPM/PR

A II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2007) reconheceu, como um dos eixos prioritários de intervenção pública na área de promoção da igualdade de gênero, o desenvolvimento sustentável compreendido pela perspectiva de gênero com a consequente ampliação da justiça ambiental. Sem dúvida que a política da SPM é no sentido de alavancar o protagonismo das mulheres, assim como a posição destas nos espaços de participação e de decisões, momento em que se aproxima a realização da Conferência Rio +20, em janeiro de 2012.

O princípio ordenador de implementação *da promoção da igualdade de gênero* pelas políticas públicas pela SPM foi assegurado através da chamada *transversalidade de gênero*. Se por um lado, a igualdade de gênero deixou de ser um marcador exclusivo da ação política de grupos feministas, envolvendo a presença das mulheres na proposição das políticas públicas; por outro, criou um deslocamento, na medida em que evoca a identidade de um sujeito político não mais em nome de quem se fala – as mulheres e suas questões –, mas se valoriza a democratização das relações de gênero e dos lugares de gênero.

Esse processo de implementação das políticas de igualdade para mulheres e homens nas políticas públicas não ocorreu impunemente, evidencia uma crítica à concepção binária de gênero presente em nossa sociedade, limite imposto por nossa formação cultural ao nos fazer crer no dimorfismo sexual como anterioridade lógica. Em outras palavras, a implementação de políticas públicas voltadas às mulheres do campo e das cidades, pela SPM, registrou um esforço significativo para desestruturar as identidades primárias de gênero fundadas sobre

os corpos sexuais e heteronormativos, que caracterizam um olhar polarizado e não relacional que deve vigorar nas relações entre homens e mulheres tanto no mundo rural como urbano.

Assim, abriu-se um novo campo de ação e atuação política permeado por um corpo de reflexões questionadoras das práticas políticas fundadas em identidades essencializadas ou naturalizadas (as determinações da biologia e o destino da reprodução) que produzem mudanças para as mulheres. Mudanças significativas no universo vocabular dos/as agentes público/as, assim como nas formas pelas quais se classificam, se agrupam, se posicionam – mulheres e homens – e de como passam a atuar mutuamente⁵. A incorporação da categoria de gênero depende também do jogo das forças políticas (posição de poder) e dos recursos materiais (simbólicos) presentes no meio rural, assim como nas esferas urbanas.

Além disso, é necessário sensibilizar os/as gestores/as no sentido de incorporarem a perspectiva de gênero nas políticas e ações que compreendem o desenvolvimento sustentável ou a sustentabilidade. Sem dúvida, a incorporação da categoria de gênero no âmbito das políticas públicas garante, com mais equidade e eficácia, práticas democráticas para homens e mulheres em direção ao amplo exercício da cidadania, onde, certamente, é possível atingir um desenvolvimento que não seja meramente econômico; esse alargamento conceitual tem possibilitado maior ampliação da inclusão de populações femininas diversas, uma vez que o termo *relações de gênero* diz mais do que simplesmente a nomeação de *mulher* ou *homem*, pois, a noção de dimensão de gênero engendra novas formas de sociabilidades.

Vigente a partir de 2008, o II Plano Nacional de Política para as Mulheres (II PNPM), em seu capítulo VI – *Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, Soberania e Segurança Alimentar* - estabeleceu como objetivo principal: “Promover a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas ambientais e de segurança alimentar favorecendo o desenvolvimento sustentável” (SPM, 2008, p. 132) e traçou como prioridades:

5 Classificar, sociologicamente, significa mais do que simplesmente dar nomes, pois, a classificação não está inscrita nas coisas e todo o ato classificatório supõe o poder social e político de instituir e de excluir, demarcar fronteiras e hierarquias.

1. Promover e valorizar a participação das mulheres em instâncias colegiadas de implementação de políticas ambientais com base territorial, bem como do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH;
2. Promover a inclusão produtiva de mulheres representantes de populações e comunidades tradicionais;
3. Promover a valorização e preservação dos conhecimentos tradicionais das mulheres associados à biodiversidade;
4. Promover a participação de mulheres nos programas e ações que tratem dos temas de mudanças climáticas, assentamentos rurais e licenciamento;
5. Promover e fortalecer atividades econômicas desenvolvidas por mulheres e vinculadas à segurança alimentar.

Fica evidente que o uso da categoria cria novos espaços de integração entre as mulheres, as diversas esferas da vida e as identidades institucionais, cujos impactos podem ser mensurados sobre a realidade. Ademais, é necessário se pensar que uma das dificuldades observadas nas interligações rural-urbano é a fragilidade das demais políticas públicas dialogar com as ações propostas pela SPM, com vistas a incorporar a categoria de gênero nos contextos para os quais são destinadas, sobretudo, quando dirigidas ao denominado “meio-rural”.

Em outras palavras, deve ser elaborada uma concepção das relações de gênero que seja “própria” dos contextos em que as políticas e/ou as ações sejam desenvolvidas, e não partir de um “modelo” universalista referenciado pelos contextos urbanos. Como construir, neste caso, o trânsito entre os particulares e o universal? Deve-se privilegiar as lógicas específicas e com suas combinações de gênero. A universalidade foi bastante útil ao movimento de reflexão das Ciências na década de 1980-90, mas na atualidade, a pluralidade se apresenta como mais rica. Isso não significa que se proponham rupturas entre esses dois espaços; ao contrário, é maior a possibilidade de interação quando as especificidades das dinâmicas sociais, centradas nas condições de gênero, assumem configurações próprias nos espaços rurais diferenciados daquelas dos espaços urbanos. Portanto, a perspectiva de gênero não tem um pressuposto universal e único. Ao contrário, se altera, se modifica e

se desloca respondendo as dinâmicas socioeconômicas e culturais específicas. Portanto, a condição de “[...] gênero não poderá ser aplicada a partir de categorias preconcebidas” (SEGATO, 2010, p. 4).

Nessa direção, constata-se ainda a ausência de dados e de informações satisfatórias sobre a situação das mulheres trabalhadoras do meio rural, pois as estatísticas realizadas sobre o trabalho rural, no geral, omitem a presença feminina baseando-se nas informações relativas aos trabalhadores homens. Esta ausência se deve a um padrão hegemônico de capitalismo androcêntrico cujas representações dominantes destacam os trabalhadores masculinos, cujo valor e prestígio é tido como mais legítimo.

O campo, sobretudo até a década de 1970, era pensado como um “estorvo” à modernização do país. A atuação das mulheres, nesses espaços, ficou mais excluída que a das demais categorias sociais de qualquer forma de visibilidade e de participação social das questões maiores e fundamentais da vida (SEGATO, 2003), seja das esferas de tomada de decisão, assim como de participação política. Embora o espaço doméstico seja hoje mais valorizado, melhor estruturado nas zonas rurais, os papéis femininos continuam sendo, no geral, considerados complementares, de auxílio, de ajuda. A condição de sujeito da mulher rural fica comprometida pela binaridade hierarquia tão fortemente presente e atuante.

Como romper com os papéis fixos de gênero nas sociedades rurais, cujas tarefas, deveres, obrigações, cuidados e direitos que constituem sua vida cotidiana são organizados, *distribuídos e atribuídos* de modo ainda tão *desigual e dual* entre os gêneros? Essa dualidade se manifesta em relação às diferenças hierárquicas e às relações de poder e de prestígio que cada atividade envolve. Isso quer dizer que todo o tecido social – rural e urbano – é dividido em grupos, cujas dinâmicas e normas internas instituem a distribuição de direitos e de deveres, caracterizando as formas próprias da convivência. Por sua vez, estas acabam por estabelecer o lugar destinado às mulheres e o lugar destinado aos homens. Com isso é “determinada” uma “rígida” divisão sexual do trabalho, e, portanto, cabe o desafio de implementar a transversalidade de gênero entre as esferas rural-urbano, uma vez que já foram organizadas de maneira assimetricamente tão desigual?

4. OS RENDIMENTOS E DESAFIOS A SEREM GANHOS (OU ESPERADOS) A PARTIR DE UMA ABORDAGEM DE GÊNERO.

O nosso maior desafio é tornar realidade o que foi proposto pela *Carta da Terra*, retirada da conferência Rio-92, que resultou nas referências éticas e políticas para a busca da sustentabilidade e, ao mesmo tempo, elegeram, como princípios orientadores de consenso a efetivação de mudanças nos padrões de produção e consumo nas esferas rural-urbana; de se garantir o pleno exercício dos direitos humanos e a inclusão das mulheres e das crianças em todas as dimensões da cultura e da política e, em especial; de se promover o combate à pobreza. Esse desafio geral associa-se à demanda de justiça social e econômica, constante no décimo primeiro princípio da Carta da Terra que aponta a necessidade de “afirmar a igualdade e a equidade dos gêneros como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas”.

Vale não menosprezar que nesse longo percurso, que trata da implementação do desenvolvimento sustentável, cabe um papel especial às mulheres. A Agenda 21 reafirma seu compromisso com a necessidade de incluir e de proteger os segmentos mais vulneráveis da população – mulheres negras e jovens – uma vez que as desigualdades sociais incidem especialmente sobre a maioria das mulheres negras, cujos indicadores sociais são, em média, 50% inferiores aos das brancas, o qual identifica outra fonte de desequilíbrio social (SIMÃO, 2002). Concluindo, cita-se um pequeno extrato da Lei da Mãe Terra que está sendo preparada em Bolívia e estabelece 11 direitos para a natureza: - *incluir o direito à vida, o direito da continuação de ciclos e processos vitais livres de alteração humana, o direito a água e ar limpos, o direito ao equilíbrio, e o direito de não ter estruturas celulares modificadas ou alteradas geneticamente e assegurar o direito de o país “não ser afetado por megaestruturas e projetos de desenvolvimento que afetem o equilíbrio de ecossistemas e as comunidades locais”*⁶.

6 Consulta em maio/2001 site: <http://centrodeestudosambientais.wordpress.com/2011/04/30/bolivia-cria-lei-da-mae-terra>.

5. CONCLUSÃO

Pelas razões já discutidas no decorrer do texto, evidencia-se a necessidade de se reconhecer a importância da participação da mulher de uma maneira mais expressiva na reprodução sócio-espacial, isso tanto nos espaços rurais como urbanos. A perspectiva de gênero tem sido – ultimamente - proposta e cada vez mais considerada sua incorporação no processo de reprodução territorial, em suas dimensões sociais, políticas, ambientais e culturais, entre outras.

Nos espaços territoriais brasileiros, em suas diversidades e especificidades, a participação das mulheres deve ser reconhecida por promover novos esteios, nova relação sócio-espacial e de gênero no Brasil. É necessário não desprezar que as mulheres têm representado - hoje, no País - uma parcela significativa do mercado de trabalho. Na maior metrópole do Brasil, São Paulo, por exemplo, segundo dados do DIEESE (2007), a taxa de participação feminina no mercado de trabalho cresceu 8,9%, enquanto a masculina decaiu 3,6%, isto no período de 1989 a 1996.

Como já visto, a forte participação da mulher no mundo produtivo desde as últimas décadas do século XX, assim como no processo de emancipação, tanto em relação à sociedade de classes quanto às inúmeras formas de opressão masculina, que se fundamentam na tradicional divisão social e sexual do trabalho presentes na sociedade, tem estimulado a luta das mulheres rurais e urbanas pelo reconhecimento de sua contribuição decisiva à economia e às contas nacionais.

Reconhecer que as mulheres podem contribuir para uma forma societal e territorial mais igualitária e livre, auto-determinada e emancipada, esse é nosso desafio presente, onde seria possível uma verdadeira existência de subjetividades diferenciadas, livres e autônomas para todos e todas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. As estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.p. 21-34

- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 109p.
- DIEESE. **Mercado de trabalho metropolitano 1998-2005: estrutura e dinâmica nas regiões brasileiras do sistema PED**. São Paulo: DIEESE, 2007. 21p.
- DRUMMONT, J. A. Desenvolvimento Sustentável: debates em torno de um conceito problemático. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.3, p. 23-43, 1999.
- CASTELLS, M. O verdejar do ser: o movimento ambientalista. In:_____. **O Poder da Identidade**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. pp. 141-168.
- FERREIRA, L. C. A busca de alternativas de sustentabilidade no poder local. In: FERREIRA, L.; VIOLA, E. (Orgs). **Incertezas da sustentabilidade na globalização**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1996. p. 133-160.
- HENRIQUE, R. A mulher e as relações de gênero em comunidades pesqueiras; o caso de Acarajó (Bragança, Pará). In: GLASER, M., CABRAL N., RIBEIRO A. L. (orgs.) **Gente, Ambiente e Pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal**. Belém: NUMA-MADAM, 2005. p.1-27.
- NOGUEIRA, D. **Política Pública- Programa um Milhão de Cisternas**. 2009. 356f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Depto. de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília. 2009.
- PELLEGRINI, E. R.; AGUIAR, V. P. Sistemas de Produção e gênero na agricultura familiar. In: Fazendo Gênero: Corpo, Violência e Poder, 2008, Florianópolis. **Anais Fazendo Gênero: Corpo, Violência E Poder**. Florianópolis: UFSC, 2008.
- SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES-SPM. **II Plano Nacional de Política para as Mulheres – II PNPM**. Brasília: Presidência da República, 2008. p.1-236
- SEGATO, R. L. **Análise de gênero e elaboração de uma proposta para a estratégia de gênero**. Programa da Cooperação Técnica Alemã para a Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais. Brasília, Nov.2010 (p.1-14). (mimeo).
- SEGATO, R. L. **Uma Agenda de Ações Afirmativas para as Mulheres Indígenas do Brasil**, Brasília, Depto. de Antropologia, UnB. Série Antropológica, n°. 326, 2003.
- SILVA, C. B. C., SCHNEIDER, S. Gênero, Trabalho Rural e Pluriatividade. In: SCOTT, P *et al.* (orgs). **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p- 183-207.
- SILVA, M. A. M. **Luta pela terra**. A experiência e memória. São Paulo: UNESP, 2004. 135p.

- SIMÃO, D. S. Itinerários transversos. Gênero e o Campo das Organizações Não Governamentais no Brasil. In: ALMEIDA, H. B. *et al.* (orgs.) **Gênero em Matrizes. Bragança Paulista**, SP, Coleção – Estudos CDAPH. Série Histórica & Ciências Sociais, 2002.
- SOUZA-MARTINS, J. **O Cativoiro da terra**. São Paulo: Contexto, 1999. 246p.
- SOUZA-MARTINS, J. **A exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 2007. 203p.
- SOUZA, M. A. O. As trabalhadoras rurais e suas experiências de vida. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL. TESTEMUNHOS, HISTÓRIA E POLÍTICA, 10, 2010. **Anais X Encontro Nacional de História Oral. Testemunhos, História e Política**. Recife: UFPE, 2010.
- TORREÃO, N. A liderança feminina no desenvolvimento sustentável. **Revista Artemis**, João Pessoa, PB, v.7, p.101-121. 2007.
- VIOLA, E. A globalização da política ambiental no Brasil-1990-1998. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 21., 1998, Chicago. **Anais do XXI International Congress of the Latin American Studies Association**. Chicago: LASA, 1998. p. 1-24. Disponível em <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Viola.pdf>>. Acesso em: maio 2011.

GÊNERO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE: UMA CONEXÃO NECESSÁRIA NOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM TORITAMA, PERNAMBUCO-PE¹

Maria Magaly Colares de M. Alencar

Amanda Roberta Souza da Silva

Vitória Régia Fernandes Gehlen

1. INTRODUÇÃO

Toritama, município localizado na região Agreste do Estado de Pernambuco, vem apontando um forte crescimento e ocupando novos espaços no contexto econômico do Estado em sua fase neoliberal. Esse crescimento se deve a atividade de confecções de roupas em jeans desenvolvida neste território. O município compõe o Polo de Confecção do Agreste, que por sua vez constitui-se em um Arranjo Produtivo Local – APL, que surge como resultado da dinâmica capitalista contemporânea e do processo de reorganização do território, dos mercados e das atividades produtivas.

A expansão acelerada propiciou à cidade um padrão de crescimento e de comportamento singular. Essa singularidade se revela por se tratar de uma cidade considerada de porte médio, onde, historicamente,

¹ Este trabalho é fruto dos estudos desenvolvidos no projeto de pesquisa “Trabalho Precarizado e as Implicações das Questões Socioambientais nas Relações de Gênero e Raça” - PIBIC/UFPE 2008/2009, o projeto de extensão – “Questão Social nos Arranjos Produtivos Locais – a realidade de Toritama-PE”, Edital PROEXT 2007 – MEC/SESu/DEPEM, com o apoio da PROEXT/UFPE, e do projeto de pós-doutorado na UNIFESP “Unidades Domésticas de Produção e Relações de Gênero: Impactos Socioambientais das Atividades Produtivas na Saúde das Pessoas Trabalhadoras nos Arranjos Produtivos Locais de Toritama/PE e Americana/SP”.

as mudanças nas relações de produção no meio rural geraram um esvaziamento demográfico da população rural. A dificuldade de incorporar a mão de obra rural nos setores formais da atividade econômica, incentiva que essa força de trabalho expropriada de suas terras se engaje no “circuito inferior” da economia urbana. Segundo SANTOS (1979):

[...] o circuito inferior é o resultado de uma situação dinâmica e engloba atividades de serviço como a doméstica e os transportes, assim como as atividades de transformação como o artesanato e as formas pré-modernas de fabricação, caracterizadas por traços comuns que vão além de suas definições específicas e que têm uma filiação comum (p. 158).

A expulsão da força de trabalho de suas tradicionais regiões – Mata, Agreste e Sertão pernambucano, provocada pela desagregação do complexo rural, através da introdução das relações capitalistas em setores expressivos da economia agrária o que condicionou um processo de desruralização desses espaços. Nestes territórios não existiam atividades catalisadoras capazes de absorver a força de trabalho expulsa do campo e incorpora-la à vida urbana, o que promoveu a busca de alternativas de ocupação, que no caso de Toritama se dá através da confecção de roupa de jeans.

Dito isso, este artigo pretende analisar em que medida o trabalho precário e os impactos socioambientais afetam a saúde e influenciam as relações sociais de gênero no cotidiano das pequenas unidades domésticas de produção de confecções em Toritama, para desvendar como se relacionam entre si os homens e as mulheres no desempenho de suas atividades produtivas. O estudo parte da premissa de que o centro urbano de uma cidade média do agreste pernambucano espelha a sua base regional e de que o seu crescimento ou estagnação tem de ser considerados no quadro das relações mais amplas com o qual o espaço, seja rural ou urbano, se inter-relaciona.

A partir da leitura da dinâmica territorial, objetivou-se desvendar as interligações da expansão do capital a partir da construção de uma abordagem que responda aos aspectos socioambientais e econômicos

específicos da interface rural urbana, como perspectivas de um campo emergente dentro de uma abordagem que evidencie as relações sociais de gênero predominante, na atual divisão territorial do trabalho no rural contemporâneo. Apesar das limitações do estudo, acredita-se que ele constitui um ponto de partida sobre os problemas socioambientais e econômicos pelo qual, na contemporaneidade, vem atravessando os espaços das cidades no rural nordestino, procurando superar a dicotomia do que seria urbano e rural a fim de refletir sobre os conteúdos sociais que se inter-relacionam e invadem o urbano transformando, por sua vez, o cotidiano dos lugares e as relações sociais entre as pessoas trabalhadoras do rural.

Para isso, a pesquisa valeu-se de diversos instrumentos metodológicos. Utilizou-se a análise documental qualitativa de fontes primárias e secundárias, como documentos públicos, de imprensa, jurídicos e a bibliografia sobre o tema. Além disso, foram realizadas entrevistas e aplicação de questionários semi-estruturados de forma a captar melhor o que as pessoas vivenciam, percebem e sabem sobre seu cotidiano e por fim utilizou-se a observação não participante,

2. A TRAMA DAS RELAÇÕES NAS CIDADES DO TERRITÓRIO RURAL-URBANO

A formação do território é considerada por LEFEBVRE (1991) como um dos elementos definidores da singularidade pensada na escala das peculiaridades nacionais e seu desenvolvimento histórico realiza-se sobre e com o espaço terrestre, portanto toda formação social pode ser considerada também territorial, uma vez que, tal formação se espacializa. É neste espaço feito território que se observa as mudanças na interface da periferia, entre rural e urbano, que abrange estudos sobre a expansão urbana pelo declínio das atividades agrícolas e oportunidades de emprego rural. As implicações sobre o meio ambiente nesta interface têm um grande significado, para a qualidade de vida e saúde das pessoas trabalhadoras e para a sustentabilidade do desenvolvimento rural e urbano. A lógica desta relação baseia-se no fato de que as funções

desempenhadas pelas atividades econômicas, sociais e ecológicas na interface do espaço “peri-urbano”, noção entendida como um termo que qualifica áreas com características mistas do rural e do urbano, afetam tanto a cidade quanto o campo (IAQUINTA; DRESCHER, 2001).

De uma perspectiva que destaca os recursos naturais, a interface peri-urbana pode ser caracterizada como um mosaico heterogêneo de condições dos ecossistemas naturais, do produtivo ou agro ecossistemas e ecossistemas urbanos que são afetados pelos fluxos de material e de energia demandados pelo sistema rural e urbano, condicionando uns aos outros, gerando neste processo a necessidade de se ter uma compreensão da articulação entre os aspectos sociais, econômicos e biofísicos (ALLEN; SILVA; CORUBOLO, 1999).

Do ponto de vista socioeconômico, esta interface apresenta certas peculiaridades que são características do contínuo e desigual processo de urbanização que vem ocorrendo no espaço do agreste pernambucano. Geralmente este processo vem acompanhado pela especulação da terra, mudanças nas atividades econômicas e na emergência de atividades consideradas informais ou ilegais. No caso de Toritama, pode-se observar que as unidades domésticas de confecções e as lavanderias para tingimento de peças de jeans nem sempre obtêm o devido licenciamento. O despejo dos resíduos do tingimento altamente poluentes são lançados diretamente no rio, agravando a poluição e causando impactos socioambientais.

A questão da reciprocidade das relações socioambientalmente sustentáveis entre os sistemas urbano, periurbano e rural exige uma reavaliação de conceitos e paradigmas que considerem os aspectos do território e sua biorregião urbana. Tais aspectos influem na qualidade de vida e na saúde da população e repercutem na pequena produção agrícola, nos aglomerados residenciais informais da periferia de Toritama e nas áreas urbanas onde habitam uma classe média de empreendedores da indústria e comércio local. Como resultado, a composição social dos sistemas peri-urbano é heterogêneo e sujeito a mudanças no tempo, mas todos coexistem no mesmo território, mesmo tendo interesses, percepções e práticas diferentes e competitivas. Dessa forma, é difícil estabelecer políticas públicas que tratem da gestão dos recursos naturais

e elevem a qualidade de vida, saúde e trabalho na interface peri-urbana (GEHLEN, PEIXOTO e ALENCAR, 2009).

3. O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM TORITAMA

Na especialização produtiva, observa-se uma desvalorização de certas áreas em favor dos territórios que acolhem o desenvolvimento de novas atividades ou a modernização de outras, um processo que não é linear, pois “*como a produção se mundializa, as possibilidades de cada lugar se afirmam e se diferenciam em nível mundial*”, o que pode gerar novas valorizações e desvalorizações (SANTOS, 1988, p.28). No contexto dos arranjos produtivos locais que vem ocorrendo com a globalização, pode-se observar que a noção de desenvolvimento territorial reaparece com formas diferenciadas e múltiplas, possibilitando a permanência de agrupamentos locais de empresas de médio ou pequeno porte, de espaços especializados, de produtores de uma cultura industrial que marca as práticas e as mentalidades dos atores.

Tais arranjos produtivos reaparecem com a crise do fordismo, interligando o conhecimento, a atividade de produção e as características humanas do lugar, reproduzindo historicamente a organização da produção em sistemas locais com formas contemporâneas (PECQUER, 2000). Entre as formas diferenciadas de se pensar o “espaço” feito território, encontra-se as inovações tecnológicas, sociais e organizacionais entrelaçadas no tecido produtivo e empresarial, baseada na divisão territorial do trabalho (SANTOS, 1996). Este espaço feito território é socialmente construído, percebido e vivido (LEFEBVRE, 1976), heterogêneo em suas características culturais e ambientais que lhe são inerentes e específicas, e vem provocando novas expectativas nas dinâmicas dos sistemas produtivos locais a partir da territorialização das redes de relações econômicas e sociais. No entanto, como argumenta Santos (1996), as frações do território não são igualmente capazes de rentabilizar uma produção, podendo-se encontrar diferentes graus de produtividade espacial, pois:

[...] os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos [...] que é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infraestrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral (p.197).

Esta hierarquia de lugares se cria e se recria em função de um movimento que é nacional e mundial, dependendo do que os lugares tenham a oferecer as empresas. A produtividade e a competitividade deixam de ser definidas apenas pela estrutura interna de cada corporação e passam, também a ser um atributo dos lugares. E cada lugar entra na contabilidade das empresas com diferente valor (SANTOS, 1999). Na guerra da produtividade espacial, não se trata apenas de uma questão de economia, mas de política e de exercício do poder sobre a mão de obra disponível na interface do periurbano sem distinção de sexo ou de gênero, face ao processo de acumulação e em função do trabalho comum das diversas instâncias da produção através dos circuitos espaciais de produção, que podem ser definidos pelos fluxos não materiais, como capital e informação, que regulam o processo produtivo e asseguram a realização do capital, redefinindo assim o uso do território. Como bem argumenta Santos (1985), o capital não possui território, mas o valor, a riqueza e a mercadoria são criados pela força de trabalho e não se realizam fora do espaço feito território.

4. AS CONEXÕES E RELAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO: MEIO AMBIENTE, TRABALHO E SAÚDE.

A ascensão da racionalização, o acúmulo de capital e a hegemonia das categorias econômicas e sociais conceberam as pessoas trabalhadoras como objetos, um meio de produção, ao invés de um ser humano real e dotado de subjetividade (CHANLAT, 1993). Seu saber acabou sendo capturado de forma a ignorar os aspectos psicológicos e fisiológicos das condições de trabalho. No intuito de resgatar estes aspectos, Dejours (1987, 1994) buscou construir um sistema teórico que considerasse todas as dimensões do ser humano, para assim avaliar o quanto a

organização do trabalho influencia na obtenção de saúde e bem-estar. Mais interessante do que estudar as doenças psíquicas decorrentes das condições de trabalho é buscar conhecer e compreender as estratégias de defesa individuais e coletivas, encontradas pelas pessoas trabalhadoras para equilibrarem sua instância psíquica e manterem-se na normalidade (DUARTE; CASTRO; HASHIMOTO, 2007).

A construção do pensamento dejouriano assenta-se sobre o desenvolvimento industrial do século XIX, pautado pelo crescimento da produção, êxodo rural e concentração urbana. As exigências do trabalho e da vida neste momento histórico são uma ameaça ao trabalhador que têm riscos de sofrimento comparável a uma doença contagiosa, devendo ser encarada e tratada como tal. (RODRIGUES; ALVARO; RONDINA, 2006).

De acordo com Dejours (1998), de 1914 a 1968, a luta pela sobrevivência operária dá lugar à luta pela saúde do corpo. Assim, na I Guerra Mundial, os operários organizados e com força política conquistam o direito à vida: salvar o corpo dos acidentes, prevenir as doenças profissionais e as intoxicações e assegurar cuidados e tratamentos convenientes. Depois de 1968, com a crise do sistema taylorista marcada por greves, paralisações da produção, absenteísmo, dá-se à busca de alternativas para estes problemas. Assim, ocorre o que estudioso chama de reestruturação das tarefas, que vem trazer a dimensão mental do trabalho industrial. O desenvolvimento industrial-tecnológico torna a carga física do trabalho menor. Produzem-se novas condições, que acentuam a dimensão mental do trabalho e geram sofrimentos insuspeitos (RODRIGUES; ALVARO; RONDINA, 2006).

Para Dejours (1987, p. 28), o trabalho vai além da materialidade, ou seja, além daquilo que a destreza do trabalhador é capaz de construir, daquilo que pode ser mensurado - o material - mas o trabalho é, também *“gestos, a mobilização do corpo inteligência, o saber-fazer, um engajamento do corpo, a capacidade de refletir, de interpretar, de reagir às situações, é o poder de sentir, de pensar e de inventar”*. Perpassa a saúde na medida em que afeta, através das condições necessárias à sua materialização, não só o corpo, mas também o psíquico das pessoas trabalhadoras.

Na compreensão de gênero, este termo é usado para distingui-lo do termo sexo. O termo sexo se refere às diferenças biológicas entre mulheres e homens. Gênero, por sua vez, refere-se às relações socialmente construídas entre as mulheres e os homens (SCOTT, 1990; KERGOAT, 2003). Nesse conceito, as atividades nas quais as mulheres e os homens usam os recursos naturais fazem parte de um amplo sistema de produção e consumo que são apoiados e mantidos por interesses econômicos e políticos. Segundo Bryon e Gehlen (2006), a ligação mais simples na equação de gênero e meio ambiente está no uso pela mulher e pelo homem dos recursos naturais – seja o uso da água, da lenha, do solo. No entanto, conceituar a relação entre estes termos, isoladamente, convida ao perigo de ver a mulher e o homem na família e na comunidade como os únicos responsáveis pela degradação ambiental.

5. O CASO DE TORITAMA – PE

Em Toritama, as pequenas unidades domésticas de produção de confecções têm adaptado as residências para o uso misto. A casa tornou-se lugar para morar e produzir (GEHLEN, 2009). Nas relações sociais de gênero, a participação é majoritária das mulheres nas atividades de confecção das roupas de jeans. O comércio e as vendas de grandes quantidades ficam, quase sempre, a cargo dos homens. No entanto, no comércio varejista, realizado nas feiras livres da cidade, predomina a presença das mulheres. Contudo, nas bancas ou pontos de venda de roupa, é responsabilidade dos homens carregarem os fardos e dirigir o veículo de transporte até a feira.

Nas atividades desenvolvidas nas lavanderias industriais, o número de mulheres é reduzido. Em uma das lavanderias identificou-se que o total de funcionários do sexo masculino era de 75% e o de mulheres 25%, observando-se uma divisão do trabalho segundo o sexo. Segundo Kergoat (2003), a divisão sexual do trabalho é a forma, adaptada historicamente em cada sociedade, de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo, que também são construção histórica e social, caracterizada por destinar os homens à esfera

produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva e pela apreensão por parte dos homens das funções de forte valor social agregado.

Para Kergoat (2000), as relações sociais de sexo são relações sociais entre o grupo social dos homens e o grupo social das mulheres que se encontram em tensão permanente em decorrência do trabalho e de suas divisões. As relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho formam um sistema no qual estas duas proposições são indissociáveis, e onde a primeira é, simultaneamente, anterior e posterior a segunda. A divisão sexual é componente da divisão social do trabalho (HIRATA, 2002). Assim, a divisão do trabalho entre os sexos refere-se à relação social homem/mulher que atravessa e é atravessada por outras modalidades da divisão social do trabalho.

Kergoat (2000) afirma que a divisão sexual do trabalho, não é rígida e nem inalterável. Isto porque, seus princípios organizadores continuam os mesmos e suas modalidades (concepção de trabalho reprodutivo, lugar das mulheres no trabalho mercantil, etc.) oscilam fortemente no tempo e no espaço. Os princípios organizadores referem-se ao *princípio de separação*, segundo o qual há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e ao *princípio da hierarquização*, que diz valer mais o trabalho realizado pelo homem do que o executado pela mulher. Esses princípios podem ser aplicados graças à ideologia naturalista, que empurra o gênero para o sexo biológico, reduzindo as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie (KERGOAT, 2000). Esta naturalização dos papéis sociais dos sexos é vista como meio que legitima a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho (BRITO; OLIVEIRA, 1997).

Para Souza-Lobo (1991), a divisão sexual do trabalho não é apenas uma consequência da distribuição do trabalho por setores de atividade, mas também é o princípio organizador da desigualdade no trabalho. Brito e Oliveira (1997) salientam que:

[...] a divisão sexual do trabalho não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social. Portanto a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual

da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução (p. 252).

Segundo Carlotto (2002), por meio de sua base material – o sistema de sexo-gênero – a divisão sexual do trabalho realiza e legitima ideologias, representações e imagens de gênero, que fazem este mesmo movimento em relação às práticas cotidianas que separam as mulheres nas esferas reprodutivas e produtivas, num processo constante e inalterável de mediação.

Na formação social capitalista, segundo Farias, Silveira e Nobre (2002), ainda que os limites que separam os espaços públicos e privados sejam cada vez mais sutis, o mito que fixa um tipo de trabalho para cada gênero persiste. Nesta formação social, homens e mulheres realizam trabalho alienado, numa mesma conjuntura de exploração, embora os trabalhos realizados pelas mulheres não recebam a mesma valorização e remuneração conferida ao trabalho masculino.

No processo de reorganização do capital ou reestruturação produtiva, ou ainda, especialização flexível como sugere Harvey (1996), iniciado no fim da década de 1970, novas formas de divisão sexual do trabalho emergiram. Observaram-se modificações no nível de organização do capital e a reformulação nas práticas ocupacionais dos sexos de outro (SOUZA-LOBO, 1991). Segundo Arago (2004), o aumento da flexibilidade e a insegurança do emprego coincidem com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho no final dos anos setenta, tanto em países industrializados como em não-industrializados. Este aumento ocorre em meio a uma maior representatividade das mulheres em empregos cujas condições são precárias.

Entre as consequências desse processo, (1996) destaca os altos níveis de desemprego estrutural, a rápida destruição e reconstrução de habilidades, a redução do ganhos salariais, o recuo do poder sindical, a diminuição do emprego regular em favor do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, que afetam e precarizam as condições de vida e saúde das mulheres.

Como argumenta Roldán (1995), o processo de flexibilização daria origem à formação de uma classe operária “polivalente”, na sua maioria do sexo masculino, segmentado entre o centro do sexo masculino, detentora

de mais estabilidade no emprego e cargos que exigem um maior nível de formação, e periferia masculino e feminino multifuncional. Sobre o tema, Hirata (2002) afirma que as novas tecnologias trazidas por este processo “*tendem a reforçar a marginalidade das mulheres e apresentam-se como perigo principalmente às mulheres não qualificadas*” (p. 230). Por sua vez Meulders (2003), no contexto da flexibilização sugere que:

As mulheres são sobre-representadas nestas formas particulares de emprego; seu acesso ao mercado de trabalho ocorre principalmente pelo viés de empregos atípicos particularmente desfavoráveis em termos de *status*, remuneração, horários e perspectivas de progresso (p. 276).

Além das mudanças decorrentes do processo de reorganização do capital, a divisão sexual do trabalho é alterada pelo êxodo rural e pela degradação ambiental. Gehlen (2006, p. 9) afirma que, nas condições de degradação socioambiental contemporânea pelas quais vem passando a sociedade, é difícil dissociar as relações sociais de gênero do meio ambiente, uma vez que representam um “*conjunto de relações de poder cuja expressão encontra-se nas diferentes instituições da sociedade*”.

Segundo Palhano (2006), as pessoas trabalhadoras nas pequenas unidades domésticas de confecções de Toritama vêm os problemas ambientais decorrentes das atividades de produção - como, por exemplo, a poluição do rio que banha a cidade, o Rio Capibaribe - como sendo grave: “mas só quando o rio mudava de cor – que a gente chamava de rio da cor da moda, ora azul, ora marrom” Os problemas ambientais, a poluição do rio e do solo se agravam à medida que os efluentes das lavanderias são descartados no corpo hídrico que corta Toritama. A população, embora se sinta revoltada e prejudicada, não se dispõe a denunciar, ou reagir de alguma forma à este quadro, com receio de perder os incentivos ao crescimento da cidade.

O processo de reestruturação produtiva e o neoliberalismo promovem a destruição do ambiente e geram impactos aos ecossistemas em escala global de forma irreversível. Os problemas socioambientais ganham expressividade no processo de desenvolvimento sóciopolítico e econômico, tanto na esfera mundial quanto na esfera local. Segundo

Leff (2000), problemas ambientais são problemas sociais, gerados e atravessados por um conjunto de processos sociais e emergiram porque, como ambientes criados, encontram-se completamente penetrados e reordenados pela vida social humana. Estes problemas são mais que ambientais, são socioambientais, pois são gerados em decorrência da reordenação da vida social humana, (VEIGA, 2007, GEHLEN, 2009).

Segundo Gehlen (2009), as mudanças que vem ocorrendo atualmente nos diferentes espaços urbanos e rurais direcionam-se para a formação das sociedades modernas, mercadologizadas tanto em escala regional, quanto em escalas nacional e global. As atividades produtivas desenvolvem-se em determinados espaços estabelecendo ritmos no tempo e no espaço, produzindo efeitos para as comunidades internas e do entorno. Estes problemas degradam o meio ambiente e afetam a saúde dos seres humanos em suas múltiplas dimensões.

A atividade de confecção no município de Toritama afeta o meio ambiente principalmente com os dejetos e produtos químicos utilizados nas lavanderias e lançados ao rio Capibaribe. Além disso, a população local sofre com a poluição atmosférica resultante da fumaça das caldeiras, exalada pelas chaminés das lavanderias no ar. Tal fato foi denunciado a Ouvidoria do Ministério Público da cidade que, com outros órgãos do governo, promoveu fiscalizações para evitar os altos níveis de poluentes atmosféricos e coibir lavanderias ilegais que, sem tecnologias adequadas, provocam danos ao ambiente e a saúde dos moradores da cidade (GEHLEN, PEIXOTO e ALENCAR, 2009).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de reestruturação e flexibilização do trabalho demonstra que a precarização do trabalho e da saúde em Toritama é aprofundada através dos Arranjos Produtivos Locais. O que importa sob essa lógica é a contribuição das unidades domésticas de produção à acumulação capitalista. Neste processo de acumulação, as relações sociais são estabelecidas pelo ritmo demarcado pela atividade de produção. No caso das relações sociais de gênero, observou-se que estas, no município de Toritama, na realidade das unidades domésticas de produção, se

reorganizam, de forma a transformar todas as pessoas em um único ser, pessoa trabalhadora, detentora da sua capacidade de materializar o trabalho. No entanto, isto não significa a ausência de uma divisão sexual do trabalho: às mulheres é preferível a responsabilidade da costura de peças, e aos homens passar ferro – considerado pesado para mulher – e a tarefa de embutir as peças de jeans. Além disso, à mulher cabe o trabalho de administrar a unidade de confecção familiar, e os cuidados domésticos, nele incluindo idosos e enfermos, reforçando sua dupla jornada de trabalho.

No que se refere à saúde, verificou-se a negação de um adoecimento decorrente da atividade laboral. A maioria das pessoas entrevistadas, embora relatassem sintomas que se relacionavam as atividades da confecção do jeans, negaram a correlação da atividade com a doença. Além disso, estas pessoas trabalhadoras, principalmente aquelas responsáveis pela administração da unidade familiar de produção, sofrem um desgaste psíquico e um cansaço físico decorrentes da carga de trabalho e necessidade de atender as exigências por parte das empresas que terceirizam a produção e querem o cumprimento do prazo de entrega das peças. O mesmo posicionamento de negação pode ser observado nos depoimentos relacionados aos problemas de poluição do meio ambiente, o qual, para as pessoas das unidades domésticas de produção, não tinham ligações com as atividades de confecção do jeans, uma vez que esta circunscrita ao seu espaço interno.

No entanto, o fato do processo de produção extrapolar o espaço das unidades domésticas de produção, considerando como meio ambiente, não só os recursos naturais utilizados e degradados pela produção como também o ambiente de trabalho, verificou-se que este processo de confecção do jeans afeta a saúde das pessoas trabalhadoras na medida em que ocorre em ambientes insalubres e propícios ao aparecimento de inúmeras doenças.

Em resumo, nos estudos realizados observou-se que no município de Toritama está em curso uma transformação das relações sociais em decorrência da produção, confecção e comercialização do jeans. A divisão sexual do trabalho se faz presente, ficando a cargo da mulher, na maioria das vezes, a costura das peças em jeans, e aos homens, majoritariamente, as atividades de lavanderia onde se faz a coloração e

o “stone washed” das peças. As pessoas trabalhadoras veem os impactos ambientais causados pela atividade produtiva do município como sendo graves, mas não reagem a esta situação, o que é consequência da falta de informação acerca de que medidas tomar para amenizar as sequelas do processo produtivo sobre o meio ambiente e sobre a saúde das pessoas trabalhadoras e residentes no município.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAGO, L. G. Mujeres, Trabajo y Tecnología en Tiempos globalizados. **Cuadernos CES**, Bogotá, n. 5, p.1-17, junio, 2004.
- ALLEN, A.; SILVA, N. A. and CORUBOLO, E. **Environmental problems and opportunities of the peri-urban interface and their impact upon the poor**, Draf paper, Development Planning Unit, University College London, 1999. Disponível online: www.ucl.ac.uk/dpu/pui. Acesso: 05/03/2011.
- BRITO, J; OLIVEIRA, O. Divisão Sexual do Trabalho e Desigualdade nos Espaços de Trabalho. In: FILHO, F.S e JARDIM S. (orgs.) **A Danação do Trabalho**: organização do trabalho e sofrimento psíquico. Rio de Janeiro: Te Corá. 1997. p. 245-263
- BRYON, E; GEHLEN, V. Gênero e Meio Ambiente. A conexão necessária. Texto para Discussão, Recife: GAPP/UFPE. 2006. p.10.
- CARLOTO, C. M. Gênero, Reestruturação Produtiva e Trabalho Feminino. **Serviço Social em revista**, Londrina, v. 4, n. 2, Jan/Jun 2002. Disponível no endereço eletrônico: http://www.ssrevista.uel.br/c_v4n2_carlotto.htm. Acesso: 12/09/2009.
- CHANLAT, J. F. (coord.). **O indivíduo na Organização**. Dimensões esquecidas. Volume I. São Paulo: Atlas, 1993. 20 p.
- DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: Chanlat J. F. (Org.). **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1994. p. 64-78.
- DEJOURS, C. **A Banalização da Injustiça Social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. 154p
- DEJOURS, C. **A Loucura no Trabalho**. Estudo da Psicopatologia do Trabalho. São Paulo: Oboré Editorial, 1987. XXp
- DEJOURS, C. Por um Novo Conceito de Saúde. **Rev Bras Saúde Ocupacional**, São Paulo, v.54 n. 14, p. 7-11, jan-jun, 1986.

- DUARTE, D. A.; CASTRO, M. D. ; HASHIMOTO, F. **Psicologia do trabalho e Psicanálise**: uma possibilidade de compreensão do sofrimento psíquico. In: XIX Encontro de Psicologia e VI Encontro de Pós-Graduação, 2006, Assis. **Anais XIX Encontro de Psicologia e VI Encontro de Pós-Graduação**, 2006. p. 12-23.
- GEHLEN, V. **Espaço na Contemporaneidade** – A Emergência Ambiental nas Relações de Gênero e no Trabalho. Projeto PIBIC 2006.
- GEHLEN, V. **Unidades Domésticas de Produção e Relações de Gênero**: Impactos Socioambientais das Atividades Produtivas na Saúde das Pessoas Trabalhadoras nos Arranjos Produtivos Locais de Toritama/PE e Americana/SP. Relatório do Projeto de Pós-doutorado. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2009.
- GEHLEN, V.; PEIXOTO, A. C.; ALENCAR, M. M. de. Da Produção do Espaço ao Espaço da Produção: os arranjos produtivos locais em Toritama/PE. In: XIX Seminário Latino-Americano De Escolas De Trabajo Social, 19, 2009, Guayaquil, Equador. **Anais XIX Seminário Latino-americano de Escolas de Trabajo Social**. Guayaquil: ALAETS 2009. 10p.
- HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Loyola, 1996. 349p
- HIRATA, H. **Globalização e Divisão Sexual do Trabalho**. Campinas. Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP, n. 17-18. 2001-2002.
- IAQUINTA, D.L.; DRESCHER, A. W. More than the spatial fringe: an application of the peri-urban typology to planning and management of natural resources. In: **Conference Rural-Urban Encounters: Managing the Environment of the Peri-Urban Interface**, Development Planning Unit, Londres, University College London, 9-10 nov. 2001.
- KERGOAT, D. **Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Gênero**. In: EMÍLIO, M. *et al.* (Orgs.). Caderno Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo, nº 3, p. 55-64, dez. 2003.
- LEFF, E. 2000. Pensamento sociológico, racionalidade ambiental e transformações do conhecimento, pp. 109-157. In E Leff. **Epistemologia ambiental**. Cortez Editora, São Paulo.
- LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona:Península, 1976. 126p.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991. 210 p.
- MEULDERS, D. A Flexibilidade na Europa. In: MARUANI, M; HIRATA, H (Orgs.). **de trabalho**. São Paulo: Ed. SENAC, 2003. p. 276-289.

- PALHANO, F. O. **Percepção Ambiental e Gestão do Meio Ambiente de Toritama- PE** – estudo da percepção de diferentes atores sociais sobre o rio Capibaribe. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Ambientais) - Departamento de Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- PECQUEUR, B. **Le développement local**. Paris: Syros, 2000. 132p
- RODRIGUES, P. F.; ALVARO, A. L. T.; RONDINA, R. Sofrimento no Trabalho na Visão de Dejours. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, v.4, n.7, p. 45-62, nov. 2006.
- ROLDAN, M. **Nuevos Procesos de Trabajo y Jerarquías de Género en los 90**. En: El trabajo de las mujeres en el tiempo global. Santiago de Chile: Isis Internacional, CEM, pp. 11-40, 1995.
- SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979. Coleção Ciências Sociais. 200 p.
- SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985. 150p.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988. 210p
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996. 250p
- SANTOS, M. A guerra dos lugares. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais. São Paulo, 08 ago. 1999.
- SOUZA-LOBO, E. **A Classe Operária Tem Dois Sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.145p.
- SCOTT, J. Deconstructing equality versus difference. In: HERRMANN, A.; STEWART, A.J. **Theorizing feminism**: parallel trends in the humanities and social sciences. Westview Press, 1994. 235-246.

TERRITÓRIO DE PIRAPAMA: A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO REMANESCENTE DA ÁREA DA BARRAGEM DE PIRAPAMA NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Cicera Maria dos Santos Gomes

Denis Antônio de Mendonça Bernardes

1. INTRODUÇÃO

As relações entre homens e mulheres vêm sendo estudadas sob os mais diferentes ângulos e nos mais diversos espaços e contextos. Neste trabalho analisaremos as expressões da questão de gênero no ambiente denominado território de Pirapama, mais precisamente com as famílias remanescentes na área da barragem de Pirapama, no município do Cabo de Santo Agostinho, e cuja gestão é de competência da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA). Para a finalidade deste trabalho, faremos primeiro uma breve consideração sobre o conceito de território e em seguida a revisão da temática da questão de gênero numa perspectiva crítico-dialética¹. E por fim, pontuaremos alguns aspectos das vivências no cotidiano² dos pequenos agricultores remanescentes na área da barragem enfatizando, numa perspectiva de gênero, o trabalho

1 A dialética é tematizada na tradição marxista mais comumente enquanto (a) um método e, mais habitualmente, um método científico: a dialética epistemológica; (b) um conjunto de leis e princípios que governam um setor ou a totalidade da realidade: a dialética ontológica; e (c) o movimento da história: a dialética relacional. BOTTOMORE, T. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 2001).

2 O estudo da vida cotidiana mostra o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional na nossa sociedade e na nossa época. Determina assim o lugar em que se formulam os problemas concretos da produção em sentido amplo: a maneira como é produzida a existência social dos seres humanos, com as transições da escassez para a abundância e do precioso para a depreciação (p.30). O cotidiano é o humilde e o sólido, aquilo que vai por si mesmo, aquilo cujas partes e fragmentos se encadeiam num emprego do tempo. E isso sem que o interessado tenha que examinar as articulações dessas partes (LEFEBVRE, 1991, p. 31).

realizado na sementeira e nas terras cedidas em regime de comodato onde realizam o cultivo para subsistência.

Não temos a pretensão, e nem nos cabe aqui fazer um estudo histórico-cronológico e detalhado do cotidiano destas 15 famílias; mas sim pontuar alguns aspectos para a melhor compreensão das suas vivências.

2. CONCEITUANDO O TERRITÓRIO

Para uma melhor compreensão do tema abordado neste trabalho, gostaríamos de conceituar o termo território com o intuito de diferenciá-lo do conceito de espaço, ressaltamos que o nosso foco são as transformações ocorridas na vida da população remanescente da área da barragem de Pirapama, que convencionamos chamar de *Território de Pirapama*, numa perspectiva de gênero.

O território sendo entendido aqui como um espaço delimitado não somente por suas características geográficas, mas perpassado por interesses políticos e econômicos, sendo relevante a ‘presença’ do Estado na legitimação do que chamamos de *novos espaços territoriais*.

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando relacionado à questão de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, o conceito de território está ligado ao poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas (ANDRADE, 1998). Segundo Santos (2004):

o espaço organiza-se segundo uma atuação dialética de fatores de concentração e de dispersão. As estruturas monopolísticas constituem um fator de concentração, as difusões da informação e do consumo desempenham um papel de dispersão, enquanto o estado tem um papel misto. Quando o estado funciona como suporte dos monopólios pela concentração das infraestruturas, age como um elemento de concentração econômica e demográfica. Quando o estado dissemina pelo território os equipamentos de natureza social,

como hospitais e escolas, ou distribui incentivos aos agricultores, é fator de dispersão. [...] Modernização e tecnocracia, sendo sinônimo nas condições atuais, o movimento para concentração é apoiado por uma poderosa argumentação técnica, que faz entrever, num futuro não distante, a difusão geográfica e social do crescimento. O resultado, entretanto, é o contrário: pobreza difundida por toda a parte, pobreza concentrada nos pontos de crescimento. Isso constitui um dos resultados mais graves da associação funcional do estado com os monopólios (p. 281-282).

Ao se referir aos lugares contidos em territórios, Santos (2007) destaca os lugares como espaço de (re)construção de lutas, de lugares de transformação da ordem social e do lugar, considerado como espaço de exercício da existência plena:

Como sabemos, o mundo, como um conjunto de essências e de possibilidades, não existe para ele próprio, e, apenas o faz para os outros. É o espaço, isto é, os lugares que realizam e revelam o mundo, tornando-o historicizado e geografizado, isto é, empiricizado. Os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de específicos, individuais, diversos (p. 112).

Por sua vez, Massey (1994) sugere que outro foco deve ser considerado: aquele da intrincada e profunda conexão do espaço e do lugar com as relações de gênero e da sua construção. Algumas destas conexões são trabalhadas através da construção do real, de um lado pelas geografias do mundo real e, de outro, pela especificidade cultural das definições de gênero. A geografia importa à construção do gênero. A variação geográfica nas relações de gênero, por exemplo, é um elemento significativo na produção e na reprodução de geografias imaginativas e do desenvolvimento desigual. Segundo Andrade (1998):

A formação do território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas. [...] Admitimos que a expressão territorialidade pode ser encarada tanto como o que se encontra no território e está

sujeita à gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar ao território (p. 214).

Por sua vez, o uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, *sistemas de engenharia*, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, das indústrias e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania configuram as funções do novo espaço geográfico (SANTOS; SILVEIRA, 2008).

Como argumenta Moreira (2007), no sentido capitalista, pode-se dizer que a imobilização do capital em terras produtivas ou improdutivas significa, de um lado a territorialização do capital e de outro, a sujeição do território à dinâmica do capital financeiro. Não como algo estranho ao capitalismo, mas próprio dele. A valorização dos territórios responde à formação de expectativas. A flexibilização dos usos da terra imprime ao capital imobilizado em terras uma particularidade frente ao capital industrial, cuja composição técnica visa a produção de uma mercadoria determinada, um determinado valor de uso (MOREIRA, 2007).

Isto fica claro ao percebermos a diferença entre a concepção da terra como mercadoria e da terra como valor de uso, os choques culturais que violentavam os indígenas e os posseiros na expansão do território e na consolidação da territorialidade como bem coloca Martins (1995) ao falar do Brasil em meados do século XX, com a abertura de estradas nas áreas mais isoladas para implantar núcleos coloniais.

Para Andrade (1998), da convergência espacial dos contrários surge novas formas de concepção do uso e do processo de domínio do território. O autor afirma ainda que essas concepções, que têm fundamentação de caráter econômico, têm também uma forte conotação antropológica e social. O autor sugere que:

Do ponto de vista político, estes encontros e desencontros vão levar à necessidade de que se pense na formação do Estado e na forma de governo, que reflete, naturalmente, no processo de gestão do território. Daí a crescente importância do estudo do Estado e de sua

forma e de seus poderes, do limite de sua competência e do tamanho que deve ter, no momento histórico em que o neoliberalismo tenta reduzi-lo ao mínimo, em favor das empresas (p. 215).

Uma compreensão mais plenamente teorizada da dialética espaço/lugar no desenvolvimento capitalista também teria utilidade. Como lugares, regiões e territórios evoluem dadas as relações espaciais em mudança? Os jogos geopolíticos de poder entre Nações-Estado (ou outras unidades territoriais), por exemplo, se interligam com a posição no mercado numa estrutura mutável de relações espaciais que privilegiam, por sua vez, certas localizações e certos territórios para a acumulação capitalista (HARVEY, 2004).

Para Harvey, a acumulação do capital sempre foi uma questão profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito teria cessado de funcionar como sistema econômico-político. Essa perpétua realização de “ajuste espacial” das contradições internas do capital (registrado de modo mais marcante como uma hiperacumulação do capital numa área geográfica específica), associada com uma inserção desigual dos diferentes territórios e das formações sociais no mercado mundial capitalista, criou uma geografia histórica global de acumulação do capital, cujo caráter precisa ser bem entendido (HARVEY, 2004). Nesse sentido, Santos e Silveira (2008) afirma que:

Neste arcabouço levamos em conta tanto as técnicas que se tornaram território, com sua incorporação ao solo, como os objetos técnicos ligados à produção e os insumos técnico-científicos destinados a aumentar a eficácia, a divisão e a especialização do trabalho nos lugares (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 22).

Aqui fica claro que para os autores essa delimitação do território está intrinsecamente ligada à divisão territorial do trabalho, à utilização dos recursos naturais e ao manuseio da tecnologia para garantir a produtividade e a eficiência na utilização dos recursos tanto humanos como técnicos.

3. A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Todas as atividades humanas são mediadas pela cultura, pois é graças a este verdadeiro arsenal de signos e símbolos que aquelas atividades adquirem sentido e os seres humanos tornam-se capazes de se comunicar. Desta sorte, ao nível da sociedade, não existem fenômenos naturais (SAFFIOTI, 1994). Essa ideia é exposta por Scott (1990):

Nos símbolos culturais estão presentes as representações simbólicas, muitas vezes de caráter contraditórias, como a oposição representada por Eva e Maria como símbolo da mulher pecadora e santa. Os conceitos normativos ilustram as interpretações dos símbolos expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, que definem os valores e papéis opostos para o masculino e o feminino, num contexto no qual prevalece um padrão em termos de valores (SCOTT, 1990, p. 15).

Não se trata de buscar qualquer outra igualdade situada fora do campo social, na medida em que isto levaria, inexoravelmente a uma essência masculina e a uma essência feminina. Tampouco se trata de negar diferenças entre homens e mulheres, o que representaria intolerância. (SAFFIOTI, 1994).

Na realidade, ambos os aspectos – o gênero como significado simbólico e como conjunto de relações sociais matéricas – são inseparáveis. Ao definir o gênero dever considerar que as atuações sociais, entre elas um amplo conjunto de interações em múltiplos lugares e situações – por exemplo, no trabalho, na casa, no bar ou ginásio – e as distintas formas de pensar e representar o lugar e o gênero se relacionam entre si e se criam umas às outras. Todos atuamos como nos ditam nossa ideias, que sempre respondem a uma criação cultural e estão histórica e espacialmente situadas (McDOWELL, 2000, p.20).

De acordo com REED (2008), “[...] a submissão das mulheres caminha paralelamente com a exploração dos trabalhadores em seu conjunto, e com as discriminações praticadas contra os negros e outras

minorias (p. 19)”, bem como a exploração e destruição dos recursos naturais. Então ao analisarmos a questão de gênero devemos considerar as determinações específicas das relações, cultural e historicamente construídas. Sobre o conceito de gênero Soares e Salazar (2006) explicam que ele é utilizado:

O conceito de gênero se usa para fazer a diferença entre as características biológicas de mulheres e homens e as que são adquiridas mediante a aprendizagem. O termo enfatiza que as diferenças de comportamento, atitudes e funções que assumem mulheres e homens na sociedade não estão determinadas pela biologia, mas sim são resultado das crenças sociais sobre o que devem ser as mulheres e os homens. O termo gênero faz referência à forma como as sociedades determinam comportamentos e atividades diferenciadas através da educação, da família, dos meios de comunicação, etc. (SOARES & SALAZAR, 2006, p. 23).

Conceber gênero como uma relação entre sujeitos historicamente situados é fundamental para demarcar o campo de batalha e identificar o adversário. Nestas circunstâncias, o inimigo da mulher não é o homem nem enquanto indivíduo, nem como categoria social, embora seja personificado por ele. O alvo a atacar passa a ser, numa concepção relacional, o padrão dominante de relação de gênero. Diferentemente do que se pensa com frequência, o gênero não regula somente as relações entre homens e mulheres, mas normatiza também relações homem-homem e relações mulher-mulher (SAFFIOTI, 1994).

A autora afirma que, embora se pensasse superada a fase histórica de a biologia ser o destino da mulher, surgiu na década de 1980 e continua grassando atualmente um retorno assustador a posições essencialistas vinculando a mulher à natureza e o homem à cultura. Neste trabalho queremos enfatizar também a construção das relações de gênero num determinado lugar e espaço, mais especificamente no território de Pirapama e nesta perspectiva concordamos com Massey (1994) que afirma o seguinte:

há outros níveis em que o espaço, o lugar e o gênero estão relacionados: isto é, em sua construção mesma como ideias culturais

específicas - nos termos da natureza conceitual dessa construção e de seu índice substantivo - e na sobreposição e na inter-relação das características e das conotações com que cada um é associada. Os modos de pensar particulares sobre o espaço e o lugar são diretamente e indiretamente, construções sociais particulares de relações de gênero (MASSEY, 1994, p. 02).

4. O LUGAR DA MULHER NO TERRITÓRIO DA BARRAGEM DE PIRAPAMA

O município do Cabo de Santo Agostinho, localizado na Região Metropolitana do Recife – RMR, vem passando por muitas e rápidas transformações desde o início do século XXI, com a execução de grandes obras, além da barragem de Pirapama a qual foi construída com a finalidade de ampliar o abastecimento de água da zona sul da Região Metropolitana do Recife (RMR).

Observamos que o território em questão, ou seja, o município do Cabo de Santo Agostinho concentra o maior complexo industrial do Estado de Pernambuco e, após a conclusão dos recentes empreendimentos como a ampliação do porto de SUAPE, a Refinaria Abreu e Lima e o Estaleiro Atlântico Sul, amplamente divulgados na imprensa, constituirá o maior complexo industrial da região Norte-Nordeste.

E é nesse contexto que queremos situar o que chamamos de território da barragem de Pirapama, um espaço que passa atualmente por um processo acelerado de mudanças, não somente nas áreas onde são instaladas e suas adjacências, como também nas relações socioambientais, econômicas e políticas das famílias que são deslocadas.

No nosso estudo, identificamos algumas das condições e alternativas que se expressam no âmbito da vida socioambiental e econômica das 15 famílias remanescentes na área as quais, mesmo estando na área próxima à barragem, tiveram o seu cotidiano e modo de vida transformado pelas restrições impostas, pelas instituições governamentais relativo ao uso da água da barragem para consumo humano e industrial.

Devido a estas imposições, os pequenos agricultores tiveram que modificar seu modo de vida em relação ao uso dos recursos naturais, o

que veio interferir no tipo de plantio e na restrição quanto à criação de animais. As famílias que permanecem na área denominada remanescente, ou seja, nas terras situadas acima da cota máxima do reservatório, que é de 100 metros, em regime de comodato, têm como compromisso o replantio da área no entorno da barragem, a reconstrução do cinturão verde, mas prevalecendo as restrições quanto à criação de animais de grande porte.

Cada família, onde um dos seus membros é sócio da Associação Eco-Pirapama, tem o direito de utilizar 5,0 hectares, os quais são delimitados pela Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), e recebem o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) para fazer o replantio da mata ciliar na borda do rio.

Algumas famílias têm recursos provenientes da previdência recebidos por algum parente ou do cônjuge que trabalha. Mas, todas elas têm de procurar outra fonte de renda, pois, apesar de terem a concessão para trabalhar na terra, não têm como investir no cultivo para a venda. As poucas famílias que atualmente cultivam na área do território da barragem de Pirapama plantam milho, feijão, macaxeira e batata doce para consumo próprio, ou seja, perpetuando-se, assim, a economia de subsistência.

Para complementar a renda, algumas dessas pessoas trabalhadoras, homens e mulheres, desenvolvem atividades não agrícolas nas cidades ou distritos do entorno da barragem, como domésticas, vendedores, balconistas, biscateiros, pedreiro, pintor etc. ou em empresas do município do Cabo como serventes, copeiros, arrumadeiras. E as mulheres, filhos e parentes próximos, quando não encontram atividades em outro lugar, submetem-se a cumprir o expediente de quatro horas de trabalho diário na sementeira organizada pela COMPESA no entorno da barragem de Pirapama, sem carteira assinada e em condições de trabalho precário, executando o plantio das mudas na borda do lago da barragem. A sementeira deve produzir 7.000 mudas e plantar cerca de 1.200, de espécies nativas da região como Quiri, Pau Santo, Sucupira entre outras.

Assim, essas pessoas trabalhadoras são excluídas das suas atividades baseadas na agricultura familiar, e no caso das mulheres, elas desempenham um duplo papel: ao sair de casa têm que deixar suas

tarefas domésticas prontas, quais sejam: o almoço ‘pronto’ para os filhos, procurar quem cuide das crianças menores as quais, quando não estão na escola, devem ficar aos cuidados de algum familiar idoso, geralmente a avó, uma vez que os filhos maiores já ‘se viram sozinhos’. No caso em que a mulher venha a trabalhar com carteira assinada, o homem desempregado, desempenha atividades na sementeira e no plantio nas terras que lhes foram cedidas. Mas, ao ser questionado sobre quem é o chefe da família, o homem responde sempre “sou eu”, predominando os traços culturais em relação às construções sociais de gênero – os homens sempre respondem que eles são o chefe, ainda que as suas esposas trabalhem ‘fora’ e ganhem mais do que eles na sementeira. Já entre as mulheres, as que são casadas sempre respondem que seus maridos são os chefes da família, e apenas as mulheres solteiras e com filhos pequenos respondem que elas são as chefes da família.

Como foi relatado acima, as mulheres além dos trabalhos domésticos e os realizados na sementeira da COMPESA ainda são as responsáveis pela produção, cultivo e colheita dos cereais e vegetais para o consumo de subsistência no lote cedido à família.

O trabalho das mulheres na sementeira e no cultivo para o consumo familiar parece ser tido como algo que se estende ao trabalho doméstico ou ao trabalho “da mulher”, já que o homem, o chefe da casa e da família está providenciando o sustento com “o seu trabalho” fora do roçado. Minimiza-se ou fica mesmo invisível a contribuição essencial da mulher na organização do orçamento financeiro da família, ao limitar a análise da sua participação ao ambiente doméstico, com a cozinha e o cuidado com os filhos, os idosos e os doentes. A realidade vivenciada por essas mulheres trabalhadoras e pequenas agricultoras, mães e esposas ultrapassa o limite do doméstico visto que, como foi observado na pesquisa, elas vêm participando com o seu trabalho no processo produtivo.

Pensamos, ao observar esta realidade no que diz respeito ao ‘consenso’ no grupo ou na sua identidade, que as divisões e atribuições das tarefas no território de Pirapama não são algo natural, ou melhor dizendo, determinado pela natureza, caracterizando uma vinculação essencialistas dos ‘dotes’ femininos para o trato com a terra; não é algo simplesmente dado, mas é construído, vivenciado e percebido, como

diz Lefebvre, historicamente e socialmente dentro das relações sociais de trabalho e de gênero no território num dado espaço, lugar e tempo.

5. CONCLUSÃO

Nas atividades agrícolas, o trabalho feminino, quase sempre, é visto como uma continuação do trabalho doméstico. A mulher cozinha, cuida dos filhos e do bem-estar do marido e “ajuda” no trabalho do plantio e da coleta, já que na maioria das vezes a mulher não sai para ‘trabalhar’, pois quase sempre o roçado é contíguo à casa e no território em estudo, a área da sementeira é próxima de suas residências, numa média de 250 metros de distância.

As mulheres cumprem uma dupla jornada de trabalho e nem assim são reconhecidas como mão-de-obra participante no processo produtivo. O trabalho feminino tende a ser reconhecido como economicamente “ativo” somente quando a mulher recebe remuneração diária, semanal ou mensal. Mesmo assim, quando é considerado um trabalho produtivo e assalariado, ela não é reconhecida como a chefe da família, a não ser que seja solteira ou viúva.

Na realidade estudada, fica evidente a relevância do trabalho feminino na manutenção da família, ainda que muitas vezes a sociedade não reconheça o valor da força de trabalho feminino, invisibilidade justificada, conforme Marx em o Capital, pelo “*impulso cego e desmedido do capital, e a sua fome canina devoradora do trabalho excedente*” (1967, p. 252).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998. p. 213-220.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 101.
- GEHLEN, V. R. F. **Desenvolvimento territorial e políticas públicas de superação das desigualdades de gênero: os impactos das condições**

- socioeconômicas, ambientais e de saúde no trabalho da mulher na agricultura familiar – Edital: MCT/CNPq/SPM-PR/MDA nº 20/2010 - Relações de Gênero, Mulheres e Feminismo / Edital nº 20/2010/ Nº do processo: 402232/2010-0.
- GEHLEN, V. R. F. **Projeto Observatório do Desenvolvimento:** Monitoramento e avaliação do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco – Edital MCT/Cnpq/MDA/SDT nº05/2009 – Gestão de Territórios Rurais/ Nº do processo: 554424/2010-0
- GOMES, C. M. S. *et al.* Divisão sexual do trabalho: breve ensaio sobre gênero e a pesca artesanal. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS – ICA, 53, 2009, Ciudad de México. **Anais 53º Congresso Internacional de Americanistas, Ciudad de Mexico: Universidad Iberoamericana**
- HARVEY, D. **Espaços de esperança.** São Paulo: Loyola, 2004. 382 p.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1991.
- MARTINS, J. S. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: _____ **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político, 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 151-177.
- MARX, K. **O Capital.** Nueva York: Charles Scribener's Sons, v. 1. 1967.
- MASSEY, D. **Space, place and gender.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994. 280p.
- MCDOWELL, L. **Gênero, identidad y lugar.** Madrid: Ediciones Cátedra, 2000. 400p.
- MOREIRA, J. R. **Terra, poder e território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. 360p.
- REED, E. **Sexo contra sexo ou classe contra classe.** São Paulo: Sundermann, 2008. 144p.
- SANTOS, M. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2004. 440p.
- _____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2007. 174p.
- _____; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 12 ed. 2008. 471 p.
- SAFFIOTI, H. I. B. Posfácio: conceituando o gênero In: SAFFIOTI, H. I. B.; MUÑOZ-VARGAS, M.. **Mulher brasileira é assim.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994. p. 271-283.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul/dez. 1990.

SOARES, D.; SALAZAR, H. **Mujeres y tecnologías**: aproximaciones metodológicas desde Chiapas. Jiutepec, Mor: Instituto Mexicano de Tecnología del Agua - IMTA, 2006. 120 p.

RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO: A INCLUSÃO DA MULHER AGRICULTORA NA FEIRA LIVRE DE PICOS – PI

Gilvana Pessoa de Oliveira

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo faz parte da dissertação “*Flexibilizando o Trabalho: Desigualdade de Gênero, Saúde e Precarização das Atividades das Pessoas Trabalhadoras na Feira-Livre de Picos-PI*” e aborda a questão da mulher agricultora e sua participação como produtora/trabalhadora na feira livre de Picos/Piauí, na perspectiva de gênero, considerando o processo de inserção e permanência neste mercado de trabalho. Primeiramente apresentamos a questão de gênero em nossa sociedade e depois os desdobramentos no mundo do trabalho no meio rural. A relação gênero e trabalho reflete as relações de poder entre homens e mulheres, mas também as relações de poder vigentes no campo político, econômico e social.

Os determinantes e desdobramentos do conjunto de condutas definidas para os indivíduos devem ser analisadas considerando o contexto em que estas são definidas e transformadas, situando a condição feminina e masculina no âmbito doméstico e do trabalho remunerado, ao longo do tempo e do espaço (urbano e rural). A feira livre da cidade de Picos constitui uma via de escoamento da produção dos pequenos produtores e também como opção de inserção no trabalho informal, remunerado e urbano, para os trabalhadores rurais, assumindo pontos de venda no local que abastecem semanalmente. Neste processo, identificou-se a dinâmica destes trabalhadores, as relações de gênero e as implicações desta inserção para homens e mulheres. Os dados para

este estudo de caso foram levantados através de pesquisa bibliográfica, de campo e entrevistas com os trabalhadores e trabalhadoras da feira livre.

2. A QUESTÃO DE GÊNERO E O MUNDO DO TRABALHO

A construção da ideia de gênero é relacional, enquanto processo social e refere-se à construção da identidade do homem e da mulher, abrangendo para além da questão biológica, a questão social e cultural. O conceito de relações de gênero deve ser capaz de captar a trama de relações sociais, bem como as transformações historicamente por elas sofridas através dos mais distintos processos sociais, trama esta na qual as relações de gênero têm lugar (SAFFIOTI apud COUTINHO, 2006). É um conceito histórico, resultante das inter-relações de aspectos sociais, econômicos e políticos. Scott (1990) conceitua gênero salientando que o corpo se transforma em motivo de investigação histórica e sociológica e que seu significado pode ser diferente de acordo com cada contexto vivenciado.

As relações de gênero, para além de destacar os papéis do homem e da mulher, constituem a base das relações sociais. Dessa forma, as construções e desconstruções dos papéis sociais do homem e da mulher e suas relações ao longo da história resultaram em constantes estudos sobre gênero. Gênero é, portanto, “igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. É uma maneira de indicar construções sociais, ou seja, a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e mulheres” (FROTA, 2004, p.16).

Para Dejours (2007, p. 85), gênero remete não à sexualidade “mas à construção social de condutas especificamente identificadas como características do gênero masculino ou do gênero feminino”. Assim, é preciso compreender a multiplicidade do gênero, pois sua caracterização é tão dinâmica quanto às interações sociais que o transformam. A presença feminina na sociedade, e, conseqüentemente, no mercado de trabalho, respalda-se nas relações generificadas de exploração e de opressão do masculino sobre o feminino (COUTINHO, 2006).

Carneiro (2004) afirma que as diferenças não gerariam problemas, mas na cultura ocidental ser diferente significa ser inferior, e assim, a construção da identidade feminina se faz de forma negativa através dos estereótipos existentes sobre a mulher (como por exemplo, o mito da fragilidade). A autora aponta ainda que a construção da identidade feminina que supera a centralidade da maternidade e inserida politicamente na sociedade. Lomas (2005) destaca a importância do processo de socialização na construção da identidade de homens e mulheres, contribuindo para a análise de como se processa essa socialização no meio rural, onde o patriarcado impõe-se de forma mais perceptível:

En consecuencia, la construcción de las identidades masculinas y femeninas en las sociedades humanas no es solo el efecto natural e inevitable del azar biológico sino también, y sobre todo, el efecto cultural de influencia de una serie de factores familiares, escolares, económicos, ideológicos y sociales. Hombres y mujeres somos diferentes no sólo porque tengamos un sexo inicial distinto, sino también porque nuestra socialización es distinta (LOMAS, 2005, p. 262).

O padrão de masculinidade, segundo o autor, organiza-se em oposição à feminilidade, reforçando a ideia de submissão da mulher ao homem, promovendo assim uma série de representações de violência. Estas ideias são reforçadas na educação formal e informal, elementos constituintes do processo de socialização dos indivíduos. Essa complexa rede de produção de saberes, (re)constrói continuamente a identidade do indivíduo e os processos sociais de inclusão e exclusão dos mesmos. Desde a infância, o indivíduo elabora sua representação de mundo e o papel que deve ocupar na sociedade, portanto a configuração de família e as relações de poder presentes nas relações entre seus indivíduos constituintes possuem grande significado no entendimento da manutenção e transformação de padrões sociais.

A divisão dos papéis dentro da unidade familiar não é um fenômeno natural ou fixo, as relações conjugais e de poder são criações humanas e sociais, portanto suas (re)definições e transformações acompanham as

mudanças sociais como um todo, reorganizando-se continuamente. O perfil de inserção da mulher no trabalho também abrange as mudanças na estrutura familiar, antes assumindo exclusivamente as funções domésticas, progressivamente ela acumula o desafio do cuidado e do sustento da família. Neste caso, o trabalho doméstico ora é visto como trabalho importante no contexto econômico, ora como “acúmulo” excedente, um apêndice do trabalho assalariado (HIRATA; KERGOAT, 2007). O aumento de domicílios chefiados por mulheres é mais uma representação dessa nova família. A combinação de fatores objetivos – como a ampliação da entrada da mulher no mercado de trabalho nas três últimas décadas – com as profundas transformações nas subjetividades, num contexto de globalização e avanço de movimentos sociais e de novos protagonistas sociais, como o movimento feminista, vai produzir uma situação de grande complexidade, reafirmando a ideia de que a ampliação dos domicílios com chefia feminina é um processo multideterminado.

Assumindo a chefia da família, a mulher acumula a dupla jornada (trabalho remunerado/ trabalho doméstico) e a dupla responsabilidade: prover e cuidar. A situação de dupla jornada exige que a mulher realize ajustes para se inserir no mercado, incorporando questões não presentes nas famílias ditas “tradicionais”: a responsabilidade pela educação dos filhos precisa ser planejada com a ajuda de outrem presente na casa, do contrário essa situação vai interferir nas escolhas do local de trabalho, a distância de deslocamento e jornada, que interferem no tempo disponível para atender às necessidades da família.

Na análise de Coutinho (2006), o trabalho doméstico é uma atividade indispensável para a manutenção da formação social e integridade familiar, responsável pela produção de valores de uso para o consumo dos membros da família, produção esta que contribui para a reprodução da força de trabalho. Sua desvalorização apenas reforça as desigualdades nas relações de gênero e mantém a condição de submissão do feminino pelo masculino.

Os estudos de Kergoat e Hirata (2007) afirmam que as relações assimétricas de gênero foram transportadas do âmbito privado para o espaço da produção. Neste contexto surge a teoria da divisão sexual do trabalho, onde se estabelece que exista trabalho de homem e de mulher

(princípio da separação) e que o trabalho do homem é superior ao da mulher (princípio da hierarquização). Essa divisão se caracteriza pela designação prioritária dos homens à esfera produtiva e apropriação das funções com maior valor social agregado, enquanto as mulheres limitavam-se à esfera reprodutiva. Segundo as autoras, essa divisão encontra-se em todas as sociedades conhecidas, independente de tempo e espaço (urbano ou rural), não representando assim uma condição imutável na sociedade devido à variedade de condições atreladas a essas realidades, uma vez que os homens e mulheres que trabalham são diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho desde a família e a escola (ANTUNES, 2005).

Na tentativa permanente de manter-se no mercado de trabalho e prover a casa, a trabalhadora é submetida às atividades com limitada ou inexistente proteção social ou ingressa na informalidade. Com diversos complicadores para sua entrada ou permanência no mercado de trabalho, entende-se porque a situação da mulher é mais vulnerável que a do homem. As condições de gênero articuladas à classe e etnia/raça no meio rural ou urbano podem agravar a situação feminina. No campo, a mulher enfrenta os obstáculos impostos aos trabalhadores rurais, em especial, a dificuldade de investimentos na área e a questão da posse terra.

Outros fatores que podem influir na inclusão/permanência no ciclo produtivo do campo, causando descontinuidade em sua participação: baixa escolaridade, cuidados com filhos e doentes, gravidez, idade avançada, que alteram o tempo destinado aos afazeres domésticos e à produção agrícola para consumo e venda. Assim, uma série de condições promove clivagens de inserção, comprometendo sua participação no trabalho remunerado e em ações de emancipação social e política em sindicatos e associações. Segundo Arriagada (2005), esse entendimento do papel da mulher, caracterizado pela subordinação, limita sua possibilidade de independência social, econômica e política, necessitando de políticas que superem esse modelo desigual das relações sociais de gênero.

3. AS PESSOAS TRABALHADORAS NA FEIRA LIVRE DE PICOS

A inserção da mulher no mercado de trabalho foi marcada por desigualdades, em nível global e local, e está ligada a questões históricas, socioambientais e econômicas desde o início do século XX. Na contemporaneidade, pode-se observar que o processo econômico vigente vem afetando as estruturas sociais e de sociabilidade que se apoiam na identidade individual e coletiva, necessitando de políticas que atendam as especificidades dos diferentes grupos de mulheres trabalhadoras, seja no trabalho doméstico e/ou remunerado.

Considerando o papel do Estado na garantia do acesso aos direitos básicos do indivíduo, são desenvolvidas políticas que atendam a população do campo e, em especial, as mulheres. Entre as ações desenvolvidas pelo Governo Federal destaca-se o Programa Territórios da Cidadania, lançado em 2008, que tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Segundo dados coletados no site oficial do Programa Territórios da Cidadania, foram previstas 59 ações, para 2010, no Território do Guaribas, onde o município de Picos está inserido. Entre as ações está o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família, com investimentos já aplicados; e outras ações ainda em fase de implantação como o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Trabalhadoras Rurais, Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres Rurais. A presença de ações específicas para as mulheres representa a necessidade de realização de ações que promovam inclusão da mulher trabalhadora em condições de igualdade com os homens.

Em Picos-PI, a população rural representa 20% da população total (IBGE,2010). Na agricultura, a cidade destaca-se como grande produtor de caju e seus derivados como a cajuína e a castanha. A produção de mel é expressiva, sendo o setor organizado por associações como a CAMPLI, COAPI e CASA APIS. A cidade se apresenta como polo de serviços na área de saúde e educação, atendendo as cidades vizinhas

da microrregião, que se utilizam também dos serviços da feira livre para escoamento da produção agrícola, local ou não, além de setor de abastecimento de gêneros alimentícios.

A feira livre no Brasil, segundo Mascarenhas (2008), constitui modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, sendo organizada como serviço de utilidade à comunidade, pelo poder municipal e voltada para a distribuição local de alimentos e outros produtos. Desempenham ainda hoje papel relativamente importante no abastecimento urbano de alimentos e produtos básicos, mesmo com a concorrência dos supermercados.

Dentro da realidade do município de Picos, a feira livre consta de 600 pontos cadastrados em duas áreas que se complementam e representa importante meio de escoamento da produção local, desde a criação do município. A feira é dividida em setores pela Secretaria de Finanças do Município, de acordo com a natureza dos produtos comercializados: frutas e verduras, ervas e doces, temperos, sapatos, roupas e relógios.

Os produtores rurais concentram-se no setor de temperos, onde comercializam tomate, pimentão, alho e cebola e frutas da região. A feira livre funciona de segunda a sábado, mas somente neste último dia, o setor de temperos é ocupado em sua totalidade, quando o excedente da produção agrícola é transportado para a feira e os pequenos produtores ocupam os pontos do setor, pois durante a semana ocupam-se das atividades no campo.

Na feira, o produtor rural apresenta-se como fornecedor, mas, também como vendedor de sua produção, quando consegue o ponto de venda. Devido a produção ser insuficiente para manter o ponto de venda aberto durante a semana e suas atribuições de produtor, o agricultor selecionou o dia de maior movimento da feira (sábado) para utilizar o ponto, na feira.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo se estruturou metodologicamente na triangulação de métodos, estabelecendo abordagem qualitativa com enfoque interdisciplinar na análise e discussão dos resultados (MINAYO, 1994). Jick (1979 *apud*

MINAYO *et al.*, 2005), encontra um valor universal na Triangulação de Métodos ao constatar que cada método por si só não possui elementos mínimos para dar respostas às questões levantadas por uma investigação específica. Nesse sentido, a triangulação metodológica serve como instrumento de iluminação da realidade sob vários ângulos mostrando, assim, que essa prática propicia maior clareza teórica permitindo aprofundar uma discussão interdisciplinar de forma interativa e intersubjetiva (DENZIN, 1979 *apud* MINAYO *et al.* 2005). A triangulação “permite criar um processo de dissolução de dicotomias: entre quantitativo e qualitativo; entre macro e micro; entre interior e exterior; entre sujeito e objeto” (MINAYO *et al.*, 2005:31).

Dentro da proposta de pesquisar fenômenos sociais em abordagem qualitativa encontram-se as práticas onde os pesquisadores interpretam o mundo e suas relações, processos e fenômenos. Assim o pesquisador ultrapassa os dados quantificáveis, apreendendo a realidade do sujeito, sua vivência e seu significado contextualizado. A análise dos fenômenos tem como ponto de partida a perspectiva do sujeito, sua inserção nas estruturas sociais, as condições internas e externas que constroem e reconstróem o indivíduo e que direcionam suas ações e reações. Quanto ao planejamento da pesquisa, o trabalho foi assim desenvolvido: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo com aplicação de entrevistas semi-estruturada, cujos principais produtos foram a caracterização do processo de inserção e permanência nas atividades da feira livre.

Foi considerado como trabalhador(a) selecionado(a) para investigação pessoas com, no mínimo, três anos de permanência no local, tempo considerado para conhecer a rotina, a vivência, o cotidiano e as mudanças ocorridas no local, além de ser produtor rural. As pessoas participantes da pesquisa seriam selecionadas no setor dos temperos, formados em sua maioria por agricultor familiar. Na pesquisa realizada foram encontradas algumas dificuldades, entre elas, localizar o ponto de venda na feira pelo número de identificação, pois alguns deles estavam aglutinados: quando diferentes integrantes da mesma família possuem pontos de venda eles agrupam as bancas perto uma das outras. Utilizou-se o sorteio pelo nome do trabalhador, o que não foi satisfatório, pois eles não se reconhecem pelo nome do registro, mas por apelidos.

Também o cadastro da prefeitura não estava atualizado em relação à “passagem do ponto”, quando um dos trabalhadores vende o espaço que ocupa na feira, ou então se encontrava somente um “funcionário” substituindo o proprietário do ponto. O fato da presença deles concentrar-se somente no sábado, prolongou o período de coleta de dados. Para definição da amostragem, os questionários foram aplicados até a saturação das respostas, ou seja, quando não mais surgiram dados novos durante a coleta. Esse método produz uma amostra estruturada, da mesma forma que a amostragem estatística. Ao todo foram aplicados 15 questionários para os 30 trabalhadores do setor.

A análise da pesquisa permitiu observar que, para os homens, a inserção no mercado informal (feira livre) ocorreu pela necessidade de complemento da renda e de garantir outra ocupação remunerada, visto que não encontrou ocupação no mercado formal e a renda com a produção agrícola ser insuficiente para o sustento familiar. No caso das mulheres, a participação veio como opção remunerada para complementar a renda da família, no contraponto do trabalho doméstico ou na agricultura: *“Eu não tinha muita opção, ou ia pra roça, ou trabalhava em casa de família, foi quando minha mãe conseguiu o ponto, eu vim e continuei o trabalho dela”* (M.S., 35 anos, casada).

As relações familiares são muito fortes neste espaço, e os pontos aglutinados pertencem à mesma família. Nos relatos de inserção do trabalho na feira é constante a citação de como um parente contribuiu na compra, indicação ou negociação do ponto. Também se observou o emprego da mão de obra da família em diferentes idades, são filhos, sobrinhos e primos que se agregam continuamente à dinâmica de acúmulo de renda na feira como empacotadores, carregadores, serviços de pagamento, vigilância, etc. Essa ligação é muito significativa na resolução de problemas comuns, quando é preciso ausentar-se eles se reorganizam nos pontos, dividem produtos, complementam os itens dos pontos, emprestam pequenos valores, realizam compras coletivas para reduzir custos, dividem o consumo de energia elétrica e equipamentos.

A presença de crianças, característica constante no setor, representa também a impossibilidade de deixá-las em casa, aos cuidados de outrem. O município não dispõe de creches e não há outra iniciativa de

atendimento nessa faixa etária. Na permanência na feira, elas acabam ajudando nas atividades e se expondo aos riscos impostos aos adultos.

As mulheres que levam os filhos para o trabalho na feira acabam reduzindo seu tempo de permanência no local de trabalho, pela impossibilidade de manter as crianças em segurança, o que representa uma desvantagem com relação aos homens. As mulheres também agregam custos financeiros adicionais com o deslocamento de cargas e/ou outro serviço que demande força física. Nestes casos, os “funcionários” da feira, realizam as tarefas e recebem por atividade ou por semana. Segundo os depoimentos de alguns entrevistados, a percepção dos riscos impostos pelo trabalho na feira é mínima. Para alguns homens, as mulheres não “pegam no pesado”, não carregam pesos, sendo “poupadas”. A jornada mínima de trabalho é de 10h/dia, desconsiderando o tempo de deslocamento ao local, feito, normalmente, em pequenas caminhonetes, onde os trabalhadores são transportados junto com a carga.

O espaço da feira não possui saneamento básico e é frequente o acúmulo de água. A estrutura dos pontos é montada e desmontada no mesmo dia, quem pode pagar a vigilância noturna cobre a mercadoria com lonas e prende com elásticos. O calor é intenso e a umidade, devido a proximidade do esgoto, causa desconforto e aumenta a possibilidade de contaminação dos alimentos, das pessoas trabalhadoras e consumidores. O lixo é recolhido somente no final do dia, e o acúmulo de sobras de alimentos e embalagens compromete o deslocamento no local. Localizada no centro da cidade, o trânsito é intenso e o barulho dos carros de propaganda e demais veículos é constante.

Eles se referiam ao ambiente de trabalho na feira como condições normais: [...] *“já estamos acostumados, com o cheiro do esgoto que corre na rua e nem o abafado do calor incomoda mais”* (Dona S.M. 45 anos, casada). Segundo os entrevistados, não foram considerados como problemas a insalubridade e ausência de um saneamento ambiental no entorno da feira livre nem a disposição dos pontos de venda na feira em locais inadequados como um problema para sua saúde. A exposição aos ruídos constantes do tráfico de veículos ao redor, as altas temperaturas sob o teto de plástico e o risco de acidentes pelas ligações elétricas

irregulares também não foi considerado um agravo ao desenvolvimento das suas atividades.

Os trabalhadores da feira se organizaram por meio da Associação de Trabalhadores da Feira Livre de Picos-PI. Contudo, os produtores rurais que comercializam na feira não têm uma participação representativa na Associação, devido a dois fatores: a) parte deles residem em outros municípios e, portanto, participam das associações em suas cidades; b) sua presença na feira concentra-se apenas no sábado e a reduzida frequência dificulta seu vínculo nas atividades associativas. As mulheres indicaram que a dificuldade de participação resulta da grande demanda de atividades.

Durante as entrevistas, percebeu-se a dificuldade dos trabalhadores apresentarem suas reclamações (condições precárias da feira, falta de segurança, taxas pagas ao município) temendo que sua identidade fosse exposta na mídia, principalmente devido a realização de registro fotográfico. A visibilidade da feira (pela localização e importância) faz com que seus problemas continuamente sejam divulgados, objetivando atingir e fragilizar o poder municipal nos meios de comunicação. Os entrevistados relataram que fotos da feira já foram utilizadas em matérias que criticavam a atual gestão do município, sem sua prévia autorização. Todos os trabalhadores da feira têm cadastro na Secretaria de Infraestrutura e possuem autorização para manter o ponto de trabalho, por isso eles temem envolver-se nas questões políticas locais e serem prejudicados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento do papel da mulher produtora rural, seu acesso à renda torna visível como as famílias se organizam e desenvolvem-se frente às reorganizações do mercado e a negação contínua de direitos. Também fornece indicativos dos novos papéis assumidos pelo homem e pela mulher em face das novas demandas das relações sociais de gênero e dos rearranjos produtivos. Assim, a discussão se amplia para o âmbito da família, em especial aquela que tem como pessoa de referência a mulher trabalhadora. Observou-se que a família exerce papel fundamental na

construção subjetiva dos sujeitos (re)construindo sua visão de mundo e sua inserção na sociedade.

Em relação às políticas públicas destinadas às pessoas trabalhadoras no meio rural, observou-se que elas devem considerar e promover a ampliação do papel ativo da mulher trabalhadora do campo, rompendo com visões reducionistas da ação dos indivíduos e assim promovendo relações mais igualitárias em direitos e deveres para homens e mulheres. As políticas devem desenvolver esforços visando uma equidade de gênero nas atividades que vêm sendo desenvolvidas pelas mulheres na feira, sobretudo considerando as crianças destas famílias, visto que as pessoas trabalhadoras são expostas e atingidas ao atender às exigências do mercado que determina os lugares dos indivíduos baseados em relações de gênero hierarquizadas.

As desigualdades de gênero devem ser analisadas interconectadas a outras que ampliam a vulnerabilidade da mulher trabalhadora, seja no meio urbano ou rural, considerando que a pesquisa foi desenvolvida com mulheres do meio rural trabalhando e exercendo suas atividades em um meio considerado urbano. As políticas públicas locais devem dialogar com as demandas específicas desse grupo de mulheres trabalhadoras a fim de compreender como o município percebe suas necessidades e como deve ser feita a articulação de políticas, integradas no âmbito estadual e federal.

As pessoas trabalhadoras percebem-se como atores de um cenário em que têm pouco poder de decisão, mas são continuamente exigidas a participar com sua força de trabalho. As longas jornadas de trabalho, a falta de estrutura física, a ausência de saneamento, exposição ao ruído não são reconhecidas como agravantes de suas condições de saúde, pois durante as entrevistas eles identificavam a falta de segurança como o maior problema do grupo. Essa postura passiva pode ser uma forma de proteção e, na tentativa de não expor ou identificar estes problemas, eles não precisam reconhecê-los como existentes, nem buscam entender os riscos a que são continuamente expostos, sejam ambientais ou de saúde. Isso repercute na construção da identidade das pessoas trabalhadoras e sua articulação coletiva.

Devido a necessidade de complementar a renda, os agricultores submetem-se à precariedade das condições de trabalho na feira, mesmo

de forma sazonal, comprometendo sua saúde e no caso das mulheres, também a dos filhos levados aos pontos de venda.

Ao perceber as relações sociais de trabalho e gênero, entende-se que a estrutura sexuada definida para homens e mulheres, exige de forma diferenciada os indivíduos inseridos no cotidiano da feira livre, percebeu-se problemas comuns aos trabalhadores e situações específicas para as mulheres, influenciando na geração e acúmulo de renda de forma distinta. A mobilidade de algumas mulheres entrevistadas entre o emprego na feira livre, o cuidado das crianças sob sua supervisão em seu momento e no local de trabalho e as tarefas domésticas demonstram continuidades entre estes diferentes espaços. Elas exercem seu trabalho e a ocorrência dos saberes e saber fazer conquistado no trabalho doméstico e na agricultura familiar são integrados ao espaço da feira.

Ao tornar visíveis essas relações de gênero no trabalho da feira livre em Picos, percebe-se o aprofundamento das desigualdades sociais através da dificuldade de acesso à renda, das longas e duplas jornadas de trabalho das mulheres, das dificuldades de acúmulo de bens e de atender as demandas do trabalho doméstico, acrescentados da negação de serviços e políticas públicas essenciais à população e dever do poder público. A igualdade de gênero representa não somente uma questão feminina, mas um compromisso de homens e mulheres, considerando a proposta democrática que caracteriza a sociedade contemporânea.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIAGADA, I. Dimensiones da La pobreza y Políticas desde uma perspectiva de gênero. **Revista de La Cepal**. n.85, p. 101-13, abr 2005.
- ANTUNES. R. O caracol e sua concha: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. **Asian Journal of Latin American Studies**. v.18, n.4, p.137-55, 2005. Disponível em: <http://www.ajlas.org/AJLASArticles/2005vol18no4/137-155-antunes.pdf> Acesso em 20/08/2009. Acesso em: 10 de julho de 2010
- CARNEIRO, S. Identidade Feminina. In: SAFFIOTI, H. I. B. VARGAS, M. M. **Mulher Brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos UNICEF, 1994
- COUTINHO, M. C.; DIOGO, M. F. A Dialética da Inclusão/Exclusão e o Trabalho Feminino. **Interações**. [s.l.] v.11, n.21, p.121-42, jan-jun 2006.

- DEJOURS, C. **A banalização da Injustiça Social**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas: 2007. 160p.
- FROTA, M. H. P. Interpretando a categoria Gênero de Joan Scott. In: OSTERNE, M. S. F. (org). **Família, Gênero e Geração**: temas transversais. Fortaleza: EDUECE, p.13-32, 2004.
- GEHLEN, V. **Trabalho Precário, Saúde Precarizada**: as pessoas trabalhadoras das unidades domésticas de produção de confecções de vestuário e acessórios em Toritama – PE e Americana/Santa Barbara d'Oeste – SP. Relatório final de conclusão de Pós-Doutorado. São Paulo, 2010.
- HIRATA, H.; KERGOAT. D. Novas configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n. 132, p.595-609, set/dez 2007.
- IBGE. **Pesquisa Nacional Amostra de Domicílio**. IBGE, 2010.
- LOMAS, C. ¿El otoño del patriarcado? El aprendizaje de la masculinidad y de la feminidad en la cultura de masas y la igualdad entre hombres y mujeres. **Cuadernos de Trabajo Social** [s.l] v.18, p. 259-78, 2005.
- MASCARENHAS, G.G.; DOLZANI. M. C.S. Feira Livre: Territorialidade Popular e Cultura na Metrópole Contemporânea. **Revista Eletrônica Ateliê Geográfico**. UFG-IESA. v.2, n.4, p.72-87, ago 2008.
- MINAYO, M.C.S. *et al.* **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. 80p.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2005.406p.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul./dez, 1990.

ESPACIO Y GENERO: LA VIOLENCIA DOMÉSTICA EN ARGENTINA.

Diana Lan

1. INTRODUCCIÓN

El problema de la desigual distribución de riqueza en el mundo y la amenaza para la salud de las mujeres, nos lleva a pensar en la violencia. En Argentina el problema de justicia espacial, se manifiesta en la fragmentación del espacio producido por las clases sociales, generando para los más pobres malas condiciones de vida, distanciándose de la pequeña porción de la población que posee altos ingresos económicos.

El planteamiento no es que por ser pobre el ser humano se vuelva más violento, sino que las manifestaciones de la violencia relacionadas con la pobreza son distintas, más evidentes ya que nadie paga por ocultarlas y, por tanto la sociedad en su conjunto es responsable de esa situación. Queremos decir que existen diferentes modalidades para ejercer la violencia (psicológica, física, económica, sexual) y que ella atraviesa a todas las clases sociales, pero sus manifestaciones son diferentes, haciéndose más elocuente dentro de la pobreza.

El surgimiento de barrios periféricos, en los cuales las condiciones de vida son muy precarias, ha originado una presión psicológica y social, que se transforma en resentimiento y desesperanza en aquellos postergados. Éstos se sienten violentados en sus derechos más básicos, modificando sus patrones de relaciones hacia la violencia como respuesta a las agresiones que reciben de la sociedad.

La relación entre segregación (social, ambiental y espacial) y violencia se hace evidente. Con todo, es necesario manejar datos cuantificables que permitan diagnosticar la situación actual. El presente trabajo

analiza la violencia de género en Argentina, tomando casos de mujeres pobres que sufrieron violencia de género en la ciudad de Tandil y que responden a los debates establecidos en la actualidad, mostrando los circuitos espaciales recorridos por las víctimas.

Las mujeres pobres son las encargadas de instalar en la sociedad, la existencia de esta violencia de género, porque no les queda otra posibilidad que acudir a las organizaciones del Estado que son gratuitas para solicitar ayuda. Mientras que para las mujeres de clases sociales acomodadas, sabemos que el dinero puede comprar para ostentar, pero también puede comprar para ocultar.

2. TIPOS DE VIOLENCIAS OBSERVADAS EN ARGENTINA

El concepto de violencia de género se origina en la década de 1990, en el Congreso sobre la Mujer en Pekín (1995), sobre todo por su condición de enmarcar todos los tipos de violencia hacia la mujer; como la violencia doméstica, violencia familiar, violencia sobre la mujer, violencia machista, violencia sexista, violencia intrafamiliar, violencia de pareja, violencia marital, etc.

La violencia de género puede ser física, psicológica, económica, sexual e institucional. Estas categorías no son excluyentes, por ejemplo, la violencia doméstica generalmente suele manifestarse con violencia física y psicológica. La violencia institucional, muchas veces no se manifiesta directamente, sino como una omisión, desatención o no consideración de un problema. Amnistía Internacional (2004) dice que:

“La violencia contra las mujeres no es exclusiva de ningún sistema político o económico; se da en todas las sociedades del mundo y sin distinción de posición económica, raza o cultura. Las estructuras de poder de la sociedad que la perpetúan se caracterizan por su profundo arraigo y su intransigencia” (AMNISTÍA INTERNACIONAL, 2004, p. 19).

En Argentina, la ley en contra de la violencia de género es reciente y marcar un hito en la lucha de muchos movimientos de mujeres a

nivel nacional, por la propia concepción del significado de los tipos de violencia de género incorporados y explicitados (violencia física, psicológica, sexual, económica patrimonial, simbólica, violencia doméstica, violencia institucional contra las mujeres, violencia laboral contra las mujeres, violencia contra la libertad reproductiva, violencia obstétrica y violencia mediática contra las mujeres). Esa ley define ese tipo de violencia de la siguiente forma:

“Se entiende por violencia contra las mujeres toda conducta, acción u omisión, que de manera directa o indirecta, tanto en el ámbito público como en el privado, basada en una relación desigual de poder, afecte su vida, libertad, dignidad, integridad física, psicológica, sexual, económica o patrimonial, como así también su seguridad personal. Quedan comprendidas las perpetradas por el Estado o por sus agentes. Se considera violencia indirecta, a los efectos de la presente ley, toda conducta, acción y omisión, disposición, criterio o práctica discriminatoria que ponga a la mujer en desventaja con respecto al varón”. (Artículo 4º; Ley nacional 26.485 sancionada el 11 de marzo de 2009)¹.

La violencia de género es considerada una violación de los derechos humanos y por tanto, universal; no se puede justificar por cuestiones propias de una cultura. Tratase de una violencia inmersa en las relaciones de dominación patriarcal, basadas en la dominación masculina sobre las mujeres, su función es reafirmar y legitimar los estereotipos sobre la inferioridad y superioridad de uno y otro sexo. La violencia doméstica no es un problema privado, sino una demostración extrema de las construcciones sociales y culturales hegemónicas de nuestra sociedad. La producción espacial de la violencia doméstica, a través de las denuncias y trayectos que recorren las víctimas en busca de ayuda; deja al descubierto una sociedad patriarcal que justifica y legitima la violencia de género.

¹ Esta ley tiene sus antecedentes en otras leyes provinciales, como la Ley contra la violencia familiar sancionada en el año 2000 en la Provincia de Buenos Aires; Ley nro. 12.569; decreto 4276/2000.

La violencia de género expresada a través de las denuncias y consultas realizadas por violencia doméstica parece estar presente mayoritariamente en los territorios más desfavorecidos, donde las víctimas no disponen de recursos propios para salir del círculo de violencia, y donde en muchas oportunidades han transitado circuitos espaciales en servicios de salud y asistencia social estatal en busca de ayuda.

Según datos de la Oficina de Violencia Doméstica de la Corte Suprema de La Nación (2009-2014), en la Tabla 1, se verifica que los casos registrados en el mes de febrero de los años que van entre 2009 y 2014, se han prácticamente duplicado, pasamos de 449 casos en el año 2009 a tener 833 registros en el mismo mes para el año 2014, es decir 5 años después.

TABLA 1: ARGENTINA. CASOS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA, COMPARANDO EL MES DE FEBRERO ENTRE LOS AÑOS 2009 Y 2014.

AÑOS	2009	2010	2011	2012	2013	2014
N° CASOS	449	527	644	753	722	833

Fuente: Oficina Violencia Doméstica. Corte Suprema de Justicia de la Nación. 2009-2014.

Elaborado por la autora

De estos casos, el 54% corresponde a situaciones de “inminente peligro para la integridad psicofísica de las personas” (Corte Suprema de Justicia de la Nación, Oficina de Violencia Doméstica, 2011), en la Figura1, se observa que la violencia psicológica y la física son las que ocurren con mayor frecuencia seguidas por la violencia económica y sexual. La violencia se ejerce utilizando armas y causando lesiones, la mayoría de las ocasiones y se remarca que el 84% de los agresores denunciados son hombres. El Gráfico 1, no se explicita en porcentajes porque el total no corresponde al 100%, ya que en un mismo caso pueden darse diferentes tipos de violencia.

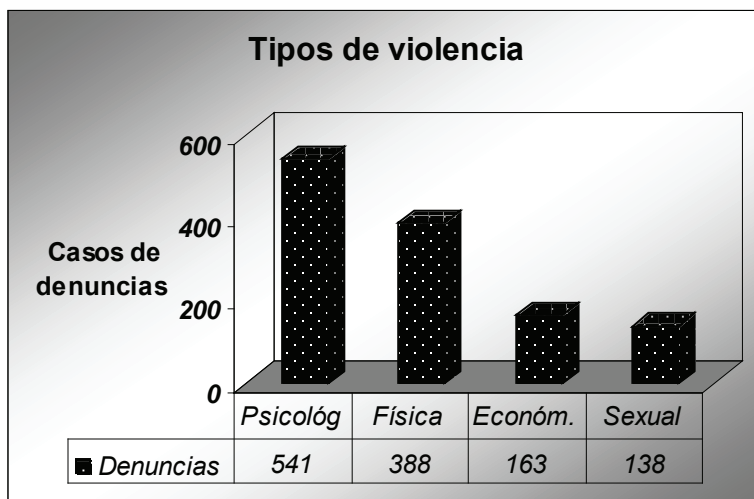


FIGURA 1: ARGENTINA. TIPOS DE VIOLENCIA. JULIO 2011

Fuente: Oficina de Violencia Doméstica. Corte Suprema de Justicia de la Nación. 2011. Elaborado por la autora.

La valoración del riesgo que corren las víctimas (Figura 2), está basado en el número y tipo de indicadores que reúne la situación, sumado al tiempo de padecimiento de la víctima. Los casos de violencia doméstica son considerados de *riesgo alto* cuando corre peligro la vida de la persona involucrada. Se tienen en cuenta variables como la utilización de armas, intervenciones judiciales previas sin acatamiento del agresor, la permanencia de niños al cuidado del agresor, etc.

Las situaciones de riesgo *medio* y *bajo*, reúnen algunas de estas variables y cada caso presenta una particularidad, en la que se tiene en cuenta no sólo los indicadores de riesgo, sino también el estado emocional de la persona afectada al momento de realizar la denuncia.

Nivel de riesgo. Julio 2011

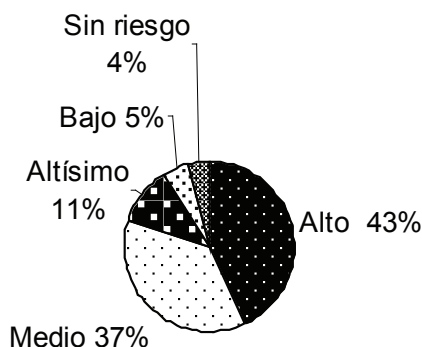


FIGURA 2: ARGENTINA. NIVEL DE RIESGO IDENTIFICADO A TRAVÉS DE LAS DENUNCIAS.

Fuente: Oficina de Violencia Doméstica. Corte Suprema de Justicia de la Nación. 2011. Elaborado por la autora.

3. LOS FEMINICIDIOS COMO RESULTADO EXTREMO DE LA VIOLENCIA DOMÉSTICA

Los feminicidios son la consecuencia más extrema de la violencia doméstica. En Argentina, las causas de mortalidad violentas van en aumento y con ellas el feminicidio. Es decir, se trata de aquella violencia que padecen las mujeres que llega a la muerte y que la mayoría de las veces la protagoniza un adulto de la familia en el ámbito privado.

El 90% de las denuncias sobre este problema afectan directamente a las mujeres. La violencia doméstica suele ser ejercida por uno o más miembros adultos de la familia por razones de abuso de poder, siendo las mujeres las principales víctimas de esta problemática:

Los medios y las agencias de noticias nacionales informaron en 2007, noventa y cinco femicidios: el 46 por ciento de las víctimas tenía menos de 24 años. La cifra es superior a la que se indicaba en

el 2006, cuando el mismo registro puso en las crónicas policiales los nombres de sesenta y ocho mujeres.”(BACAGLIONI, 2008, p. 1)

El abuso de poder ejercido a través de la violencia doméstica, mantiene oculto el problema en el ámbito privado, situación que solo se hace pública ante las denuncias efectuadas en organismos públicos o en casos extremos como son los feminicidios, es decir los homicidios de mujeres en un contexto de violencia de género e institucional.

La violencia doméstica o de género es transversal a todas las clases sociales, pero por ser un problema que se desarrolla en el ámbito privado se hace visible con mayor frecuencia en los sectores más desfavorecidos de la sociedad, instando a la falsa presunción de ser un problema de determinada clase social.

Las clases más desfavorecidas de nuestra sociedad suelen encabezar el listado de denuncias oficiales en los registros de atención pública, sin embargo, esta realidad esconde un comportamiento espacial de género en las clases medias y medias altas donde la violencia doméstica es tratada por medios particulares y solo se hace pública en el caso de feminicidios:

[...] la sociedad no percibe igual a las mujeres golpeadas de diferentes clases sociales, porque las que están geográficamente ubicadas en barrios pobres, se atienden en consultorios y guardias de hospitales públicos, donde generalmente se hace la denuncia y un asistente social interviene, por lo tanto se llevan registros y se hacen estudios que dan cuenta de la problemática. Sin embargo, las mujeres golpeadas de lujosos barrios son llevados a clínicas privadas, donde se paga por no denunciar y nadie se entera del tema. La violencia doméstica hacia todas las mujeres existe, pero la pobreza agudiza sus manifestaciones (LAN, 2009, p. 282).

En marzo de 2009, se sanciona la Ley Nacional 26485 (Ley de Protección Integral para Prevenir, Sancionar y Erradicar la violencia contra las mujeres en los ámbitos en que desarrollen sus relaciones interpersonales) sobre violencia de género, sin embargo, queda todo por hacer. La violencia de género está inserta en el seno de nuestra sociedad,

en la educación y en la cultura, son construcciones difíciles de eliminar y requieren de cambios estructurales de la sociedad. En ese sentido:

[...] las estadísticas recopiladas por Amnistía Internacional muestran que, en Argentina, en los primeros diez meses de 2008, se produjo la muerte de al menos 110 mujeres a manos de un miembro de su propia familia o de una pareja o ex pareja. Según cifras del gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, la línea telefónica de ayuda para la violencia familiar recibió, tan sólo en la capital, 5.665 llamadas en los primeros seis meses de 2008 (Amnistía Internacional, 2008, p. 8).

La ausencia histórica de políticas de Estado con perspectiva de género (pues la gran mayoría son muy recientes) constituyen prácticamente una violación de los derechos humanos produciendo un deterioro progresivo de las instituciones democráticas.

Ante los feminicidios recurrentes y en aumento, surgen agrupaciones y organizaciones que luchan por la eliminación de la violencia doméstica. Los medios de comunicación, y la sociedad civil en general, han manifestado a través de diferentes estrategias la gravedad del problema, así como, la incompetencia de las acciones estatales.²

Argentina carece de series continuas de registros de datos, sobre la violencia de género y el feminicidio. Los datos en la gran mayoría de los casos (en especial en trabajos académicos y organizaciones civiles) son relevados desde los medios de comunicación.

Son datos inconsistentes, ya que existen pocas probabilidades de que todos los casos de feminicidio hayan llegado a ser noticia, y en el caso de que lo hayan sido, las informaciones que aportan los medios están cargadas de estereotipos de género, como los grandes titulares que anuncian “*crímenes pasionales*”, como una manera de minimizar el verdadero hecho que es un feminicidio.

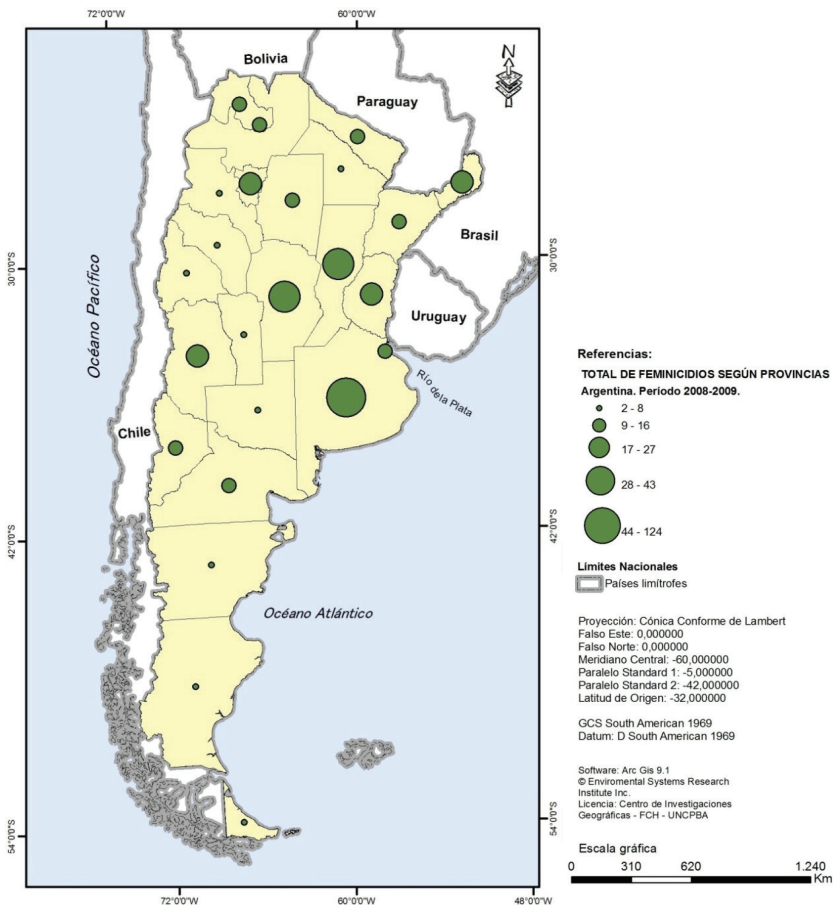
La Asociación Civil “La Casa del Encuentro” otorga información para los años 2008 y 2009, donde la cantidad de casos denunciados por provincias (438 feminicidios), se presentan en la figura 3. La cantidad de

2 En este aspecto, es importante destacar los informes y estadísticas relevadas por la Asociación Civil La Casa del Encuentro y por Amnistía Internacional Argentina.

feminicidios ocurridos por provincia en Argentina durante el período 2008-2009; se identifican en primer lugar en Buenos Aires con un total de 124 feminicidios que representan el 28% del total de los hechos. Las provincias de Santa Fé y Córdoba le siguen en importancia con 43 y 40 casos respectivamente, correspondiendo al 10% y 9% de los casos de feminicidios ocurridos en el país.

Con 16 casos y representando el 4% de los feminicidios ocurridos en el país se destaca la Ciudad Autónoma de Buenos Aires y Santiago del Estero; siguiéndole en importancia Jujuy y Salta con 14 casos de feminicidio (3%), Río Negro con 13 casos (2%), Formosa y Neuquén con 11 casos (2,5%) y Corrientes con 9 (2%). Las provincias que presentan el menor número de casos de feminicidios corresponden a La Rioja y Santa Cruz (3 casos); y Tierra del Fuego (2 casos).

Es importante destacar que gran parte de estos datos, son relevados de los medios de comunicación, por lo tanto pueden existir subregistros importantes, sobre todo de aquellos lugares donde los medio no llegan con tanta frecuencia.



Fuente: CIG-FCH-UNCPBA. Asociación Civil "La Casa del Encuentro" Femicidios en Argentina para los años 2008 y 2009.

4. LA VIOLENCIA DOMÉSTICA EN ESPACIOS DE VULNERABILIDAD Y EXCLUSIÓN SOCIAL. EL CASO DE LA CIUDAD DE TANDIL (PROVINCIA DE BUENOS AIRES).

La construcción de la ciudad, se va dando a partir de grandes cambios en el territorio, resultado de expresiones que se corresponden con los procesos económicos y sociales, y a las posibilidades de modernizaciones

en el territorio. Intentamos demostrar como los procesos de violencia doméstica ocurridos dentro y fuera del hogar en ciertos casos tiene directa correlación espacial, cuando se trata de sectores populares, que viven en la pobreza.

Si bien en nuestro trabajo nos referimos a los espacios de vulnerabilidad y exclusión socioterritorial, sabemos que la violencia doméstica existe en todas las clases sociales, y afecta no solo a las mujeres sino también a los demás miembros de la familia, particularmente a los niños, quienes son víctimas de violencia o testigos de esta entre sus padres.

En primer lugar la territorialización de los distintos recortes espaciales que explican los espacios de vulnerabilidad y exclusión territorial, está basado en un trabajo de LINARES, LAN, 2006, donde la ciudad de Tandil se reproduce, generando un modelo urbano fragmentado, materializado espacialmente por sus ejes de expansión y que es estudiada a partir de cuatro dimensiones: económica, sociocultural, política y espacial.

De esta manera quedaron contruidos tres aglomerados urbanos:

- 1) integración socioterritorial, compuesto por hogares y personas sin dificultades económicas, y que formarían parte de esos espacios luminosos de concentración de capital, tecnología y organización, que a su vez participan en las redes sociales y disponen de los equipamientos de uso colectivo y de uso privado imprescindible para el normal funcionamiento de la estructura social.
- 2) vulnerabilidad socioterritorial, son aquellas personas que se encuentran en las situaciones intermedias entre los espacios luminosos y opacos parafraseando a Milton Santos y que se encuentran sometidas al empobrecimiento, debido a la incapacidad de respuesta y adaptación a los cambios coyunturales y que afectan su estado de bienestar social.
- 3) exclusión socioterritorial, son aquellos sectores populares en riesgo social dada las deficientes condiciones materiales en las que se encuentran. Habitando viviendas procesos particulares contruidos en diferentes periodos históricos, y que se agudizaron en el contexto neoliberal de los años 1990. Este modelo profundiza las desigualdades sociales resultado de las políticas tendientes a favorecer y responder al mercado y no a la sociedad.

A partir de las realidades empíricas vinculadas a la marginación, alineación, pobreza, exclusión, discriminación y fragmentación territorial es que retomamos la violencia doméstica, que en algunos casos se toma únicamente como un problema social, porque transcurre en el espacio privado, pero nos atrevemos a plantear que es un problema espacial también, dado que aquellas mujeres pobres que se animan a denunciar, comienzan a formar parte de un circuito espacial visible compuesto por hospitales, casas de residencias transitorias, comisarías, etc., que le dan una impronta toma de conciencia a la problemática, no siendo de la misma manera para mujeres de clases sociales acomodadas, que son las que pueden pagar a lo largo de su peregrinar a servicios privados, transformado las diversas manifestaciones de violencia en un circuito espacial oculto.

Es decir sostenemos la hipótesis de que la violencia doméstica en espacios de vulnerabilidad y exclusión territorial, componen un circuito espacial visible, mientras que las diversas manifestaciones de violencia en clases sociales acomodadas, se convierten en circuitos espaciales ocultos.

El primer caso que se analiza de violencia doméstica en Tandil (VDT1), en el año 2007, nos presenta el desafío de mostrar como los espacios fragmentados territorialmente albergan la pobreza y como las mujeres que los conforman nos les quedan otros caminos frente a la violencia doméstica que emprender la ruta del circuito espacial visible, en pos de defender su vida y la de sus hijos e hijas.

El feminicidio (VDT1) se dio en el año 2007, con el asesinato de una mujer con un embarazo a término, en el Hospital Ramón Santamarina de la ciudad de Tandil. Ella había denunciado a su marido varias veces antes de su muerte y fue el quien terminó produciéndole un cuadro de hematoma en el hígado después de una golpiza. En el año 2007, murieron 7 mujeres en el mes de septiembre y 47 si tenemos en cuenta todo el país.

Si tenemos en cuenta los espacios de exclusión socioterritorial al Este de la ciudad, podemos localizar geográficamente el caso de violencia doméstica de VDT1 de 33 años, quien compartía desde hacía más de una década la casa con su pareja de 46 años y con sus ocho hijos.

El 25 de agosto de 2007 ingresó al hospital, con un cuadro de abdomen agudo y un embarazo de término (VDT1). Ese mismo día, nació por cesárea su novena hija; durante la práctica quirúrgica los médicos observaron lesiones internas, un hematoma en el hígado, producido aparentemente por golpes.

A esa altura, la pareja de VDT1 había sido detenido por una orden del juez que lo imputó de golpear reiteradas veces a su mujer. Según la Justicia, con los golpes provocó lesiones gravísimas que motivaron su internación. Se iniciaron las investigaciones con pedidos de declaraciones a los hijos, que habrían confirmado la violencia de la que era víctima su madre y eso determinó la detención del agresor.

A continuación, VDT1 permaneció en coma farmacológico durante 10 días y muere el 5 de septiembre de 2007. Aparentemente, por declaraciones que constan en medios periodísticos tandilenses, el ataque que ocasionó la muerte se habría originado cuando ella sorprendió a su pareja abusando de una de sus hijas. El defensor oficial solicitó la excarcelación del imputado, aunque fue acusado de homicidio agravado por el vínculo.

Mientras que en el Oeste en espacios de vulnerabilidad social encontramos el caso VDT2 de 20 años, la asesinaron a puñaladas y estaba embarazada. El segundo caso (VDT2), se produjo en enero de 2009, estaba embarazada y ella antes de morir declaró que fue su ex pareja quién la apuñaló. El juicio está en proceso, y consta una exposición por violencia familiar en la Comisaría de la Mujer. El domicilio de la víctima corresponde a espacios de vulnerabilidad social y ella había solicitado ayuda accediendo al circuito espacial de la búsqueda de ayuda a la violencia familiar.

Ahora bien, intentaremos identificar el circuito espacial visible de las mujeres pobres que padecen violencia domestica. Entendemos por circuito espacial de la violencia doméstica al entramado de lugares públicos o privados, por donde circulan las personas en busca de ayuda para encontrar respuestas a su padecimiento (LAN, 2010). En general es un recorrido que coincide espacialmente con el punto de partida y de llegada, porque la víctima al no encontrar respuestas válidas, regresa a su anclaje inicial que es estar junto a su victimario.

Un recorrido que las víctimas de violencia comienzan en el momento mismo en que deciden buscar ayuda, pero dadas las respuestas institucionales que reciben y las dificultades que encuentran para llevar adelante la decisión, el ciclo de la violencia vuelve a ponerse en marcha. El caso VDT1 había intentado salir de la situación de violencia y por eso su trajinar se ajusta a la idea de circuito espacial visible, dejando testimonio en diferentes lugares:

1- En marzo de 2006 había sido asistida por la Secretaría de Desarrollo Social del Municipio de Tandil. En esa ocasión, la oficina elevó un Informe de la situación al Tribunal de Menores de Tandil. La respuesta tomó la forma de un oficio donde se pedía la institucionalización de los pequeños. VDT1 se negó a internarlos y el municipio le pagó un hotel para ella y sus hijos, luego les alquiló una casa, pero su pareja tomó conocimiento del lugar donde se alojaban y los agredía allí también.

2- En ese momento, la mujer y sus hijos vuelven a su casa de origen. No hubo restricción perimetral ni aplicación de ninguna medida que protegiera a las víctimas del agresor, menos aún una orden de detención que les permitiera vivir sin su hostigamiento.

3- En agosto de 2007, VDT1 había hecho una denuncia ante la Oficina de Violencia Familiar y Asistencia a la Víctima de la Comisaría Primera de Tandil. También se agrega el caso VDT2 que había hecho una denuncia ante la Comisaría de la Mujer.

4- La madre de VDT1 declara que habían hecho reiteradas denuncias ante la Justicia de Menores porque el marido ‘abusaba de su hijastra de 13 años’ y además que ‘su yerno trabajaba esporádicamente y que le exigía a VDT1 que trajera dinero a la casa, obligándola a prostituirse.

Es un efecto de lo que les pasa ante las frustraciones, obstáculos y sanciones que reciben una y otra vez de parte de aquellas personas en las que confían, de las que esperaron una respuesta. Podemos decir que casi en todos los países se dan casos de mujeres que después de hablar de la agresión con otras personas, han sufrido mayores maltratos.

Sobre todo esta situación es más frecuente cuando las mujeres no encontraron respuestas positivas de aquellos a quienes acudieron,

porque el agresor se consolida al comprobar que ella carece de respaldo y que su violencia se mantiene impune. Así es que las instituciones no se dan cuenta del riesgo, aún mayor, que las mujeres maltratadas soportan cuando van en busca de apoyo y no lo obtienen.

Podríamos remarcar en este circuito espacial la incapacidad para ver la violencia como un delito y que fueron recurrentes en este recorrido que realizó VDT1. Los podemos describir como carencia de posibilidades de acceso a los servicios, demoras en la atención, falta de capacitación, prejuicios, representaciones sociales sobre la violencia contra las mujeres, sospechas sobre la veracidad del relato.

Su madre conocía la situación de violencia y apoyaba los reclamos ante el sistema judicial, la policía y el Municipio y después de la muerte de su hija denunció la ineficacia de cada una de esas instancias. Recientemente la Justicia de Tandil determinó que no había mérito para que la pareja de VDT1, permanezca encarcelado. En la continuidad del proceso judicial, ante una apelación de la defensa, durante el año 2008, se determinó que no hubo dolo y se rechazó la carátula propuesta por la fiscalía, estableciendo limitaciones técnicas.

Se argumentó en base a una pericia que comprobó la existencia de una patología de base que afecta a mujeres que han dado a luz en reiteradas oportunidades. Esta patología se conoce como síndrome Hellp y afecta a las mujeres que han pasado por múltiples partos. Se sigue investigando la conexión entre embarazos múltiples y casos de violencia contra la mujer. Resulta paradójico que lo que la lógica generalizada indica como agravante, le valga al agresor el sobreseimiento definitivo.

Retomando nuestra hipótesis inicial, los casos analizados de violencia domestica corresponden a clases sociales desfavorecidas que aparecen asociadas con problemas de desocupación del agresor y de tensión provocada por condiciones de vida muy precarias. El domicilio particular de la víctima (VDT1) pertenece al aglomerado de exclusión socioterritorial que muestra las condiciones críticas de esa población en riesgo. El caso de VDT2 pasa formar parte de los espacios de vulnerabilidad social que también presentan grandes carencias.

El trayecto recorrido ante las diferentes instituciones, se dieron justamente por la imposibilidad de recursos económicos para concurrir a otras instancias privadas, por eso planteamos la existencia de un

circuito espacial visible en el caso de la violencia domestica que es protagonizado por aquellas mujeres empobrecidas y es a partir de ahí que el problema social deja de pertenecer al espacio privado y se transforma en un problema socioespacial y político de la sociedad en su conjunto.

5. REFLEXIONES FINALES

La violencia domestica contra la mujer se inserta en una forma determinada de relaciones de poder en la que la violencia se usa como un método de control social. Los recorridos espaciales que deben circular las víctimas en su mayoría pobres, deben convertirse en una referencia decisiva para la toma de conciencia que origine programas e iniciativas que desemboquen en múltiples acciones directas para erradicar la violencia del espacio privado.

Es decir en este caso la pobreza es la que concientiza sobre el problema de violencia doméstica a partir de la visibilización de los casos que quedan registrados en las instituciones. El circuito espacial de la violencia doméstica, generalmente se percibe a través del trayecto que realizan las mujeres pobres y busca de respuestas a su situación, aunque sabemos que la violencia de género es transversal a todas las clases sociales, es una problemática oculta para las clases sociales más favorecidas que pueden realizar un circuito espacial que se basa en los servicios privados que les garantizan la privacidad y confidencialidad.

Esta supuesta neutralidad social que se mantiene bajo el argumento de la libertad individual, se convierte en complicidad ante situaciones de injusticia y arbitrariedad que impiden a las victimas el ejercicio de sus derechos básicos como un método de control social.

Si bien son cuestiones que se dan en la mayoría de los casos dentro del hogar, en aquellos espacios llamados “privados” y que son muy difíciles de abordar, se convierten inmediatamente en un problema de todos y todas en el momento que las mujeres deciden pedir ayuda y comienzan a transitar el espacio público.

Sabemos que es un flagelo transversal a todas las clases sociales, por eso es muy importante contar con políticas públicas que encuentren

alternativas de abordaje a la violencia domestica a partir de la visibilidad de la misma. Por eso son fundamentales los registros (por cierto poco confiables) que se consiguen a partir de los datos oficiales de aquellas mujeres que no tuvieron otro camino que defender su vida, por medio de las organizaciones oficiales.

6. BIBLIOGRAFÍA

- AMNISTÍA INTERNACIONAL. **Muy poco, muy tarde:** Mujeres desprotegidas ante la violencia de género en Argentina. Prioridades de acción para el estado argentino”. Ed. Amnistía Internacional EDAI. Buenos Aires, Argentina, 2008. 48 p.
- ASOCIACIÓN CIVIL “LA CASA DEL ENCUENTRO. **Informe de investigación Femicidios en Argentina**, del 1º de Enero al 31 de diciembre de 2008. Argentina. 2008. 18p. Disponible en: <[http://www.lacasadelencuentro.com.ar/descargas /femicidios2008-informefinal.pdf](http://www.lacasadelencuentro.com.ar/descargas/femicidios2008-informefinal.pdf)>. Acceso en: 4 de febrero de 2009.
- ASOCIACIÓN CIVIL “LA CASA DEL ENCUENTRO. **Informe de investigación “Femicidios en Argentina**, del 1º de Enero al 31 de diciembre de 2009. Argentina. 2009. 36p. Disponible en: <<http://www.lacasadelencuentro.com.ar/descargas/femicidios-completo2009.pdf>>. Acceso en: 5 de marzo de 2010.
- BARCAGLIONI, G. Femicidios 2007: Un balance que alerta. **Artemisa Noticias**. Buenos Aires. 2008 Disponible en: <[http://www.artemisanoticias.com.ar/site/ notas.asp?id=29&idnota=5257](http://www.artemisanoticias.com.ar/site/notas.asp?id=29&idnota=5257)>. Acceso en: 29 de diciembre de 2008.
- CORTE SUPREMA DE JUSTICIA DE LA NACIÓN. Oficina de Violencia Doméstica. 4p. Estadísticas Febrero 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 (En línea). 4p. Acceso en: 31 de marzo de 2014. Disponible en: <http://www.csjn.gov.ar/ovd/verGesdoc.do?temaId=K186>
- CORTE SUPREMA DE JUSTICIA DE LA NACIÓN. Oficina de Violencia Doméstica. Estadísticas Julio 2011 (En línea). 4p. Disponible en: <http://www.csjn.gov.ar/docus/documentos/verdoc.jsp>. 2011. Acceso en: 5 agosto 2011.
- LINARES, S.; LAN, D. Estudio de la segregación urbana mediante el uso de SIG: un aporte geográfico a la gestión municipal de Tandil, Argentina. In ERBA, D. A. (Org.) **Sistemas de Información Geográfica aplicados a**

estudios urbanos. Experiencias latinoamericanas. Cambridge, MA, USA.

Lincoln Institute of Land Policy, 2006. p. 195-207.

LAN, D. Género y territorio: La violencia doméstica en espacios de vulnerabilidad y exclusión social - notas a partir de un caso en Argentina.

In: SILVA, J. M. (Org.) **Geografías Subversivas**. Ponta Grossa – Brasil: Ed. Toda palavra. 2009. p. 280 - 299.

LAN, D. El circuito espacial de la violencia doméstica: Análisis de casos en Argentina. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 70-77, 2010.

INVESTIGACIÓN-ACCIÓN EN EL TERRITORIO: UNA FORMA DE ABORDAJE PARA LA PROBLEMÁTICA DE LA VIOLENCIA DE GÉNERO Y SU TRATAMIENTO

Mónica Colombara

1. INTRODUCCIÓN

Los procesos socioeconómicos, políticos y culturales de las últimas décadas provocan cambios diversos y complejos que, a la vez, generan nuevas demandas, intereses, problemáticas y agendas. El carácter multidimensional de la globalización y la importancia de los seres humanos en las transformaciones sociales y territoriales, la emergencia de nuevos actores y nuevas prácticas sociales, el re-posicionamiento de los actores preexistentes y las nuevas lógicas de articulación y de gestión territorial, imponen nuevos marcos teóricos, nuevos abordajes y estrategias de gestión.

En este trabajo, la mirada se centra en las mujeres, sus condiciones de vida, sus roles, actividades, problemas, dificultades y respuestas ante el flagelo de la violencia de género. Pretende poner el foco en una organización de la sociedad civil que integra el movimiento de mujeres más que en las mujeres víctimas de violencia, propiamente dicho. Tiene el valor de testimoniar cómo las mujeres luchan solidariamente por los DDHH de las mujeres, y en esa lucha cómo se van apropiando de determinados territorios¹, muchas veces –o casi siempre– vedados,

¹ Según SOJA (1971) la territorialidad específicamente humana tiene tres elementos: el sentido de la identidad espacial, el sentido de la exclusividad y la compartimentación de la interacción humana en el espacio. Proporciona, entonces, no sólo un sentimiento de pertenencia a una

justamente por determinados roles asignados culturalmente. Vale recordar que la territorialidad es construida socialmente, es un componente necesario de toda relación de poder que, en definitiva, participa en la creación y mantenimiento del orden social, así como en la producción del contexto espacial a través del que experimentamos el mundo, legal y simbólicamente.

Para comenzar con el desarrollo de este trabajo, se precisan conceptos considerados centrales, tales como violencia y violencia de género. De manera ilustrativa se presentan algunos datos estadísticos de diversos países. A continuación se describe y explica el accionar sobre el territorio de una organización de la sociedad civil: Fundación Propuesta, que trabaja en temas de violencia de género; su metodología y estrategias.

Por último, se mencionan algunas conclusiones preliminares del análisis cuantitativo de sus registros. El fin último es mostrar cómo a lo largo de las dos últimas décadas esta problemática ha dejado de ser un tema estrictamente de la esfera privada para visibilizarse e instalarse en la agenda y demandar políticas públicas específicas que mejoren la calidad de vida de muchas mujeres.

2. PRECISANDO CONCEPTOS :

La *violencia* como concepto tiene pluralidad de significados y múltiples manifestaciones; se encuentran tantas definiciones como múltiples formas, escenarios, víctimas y victimarios. Crece y se multiplica día a día. Genera debates no sólo en torno a su complejidad y multicausalidad sino también a las diferentes políticas para gestionar su tratamiento y erradicación. Se encuentra en la agenda de los gobiernos, de la ciudadanía y de ciertos ámbitos académicos. La *violencia* “es una acción intencional del uso de la fuerza o el poder, por la cual una o más personas producen daño físico, mental (psicológico), sexual o en su libertad de movimiento o muerte a otras personas, o a sí mismas,

porción particular de territorio sobre el que se tienen derechos, sino que implica un modo de comportamiento en el interior de esa entidad.

con un fin predeterminado”. Y que tiene según Massolo (2005, p. 2) tres componentes básicos:

- a) la intencionalidad del uso de la fuerza o poder;
- b) la generación de un daño;
- c) el fin perseguido, en el que subyace el ejercicio de alguna forma de poder, bien sea en el ámbito del hogar, del público o del grupo.

Se ejerce *violencia* en las oficinas gubernamentales, en la escuela, en la familia, en el trabajo, en las calles y en el campo. Hay distintos tipos de violencia y hay distintos tipos de victimarios y víctimas. La OPS/OMS (2002, p. 15) define la violencia como:

El uso deliberado de la fuerza física o el poder, ya sea en grado de amenaza o efectivo, contra uno mismo, otra persona o un grupo o comunidad, que cause o tenga muchas probabilidades de causar lesiones, muerte, daños psicológicos, trastornos del desarrollo o privaciones.

La definición comprende tanto la violencia interpersonal como el comportamiento suicida y los conflictos armados. Cubre también una amplia gama de actos que van más allá del acto físico para incluir las amenazas e intimidaciones. Además de la muerte y las lesiones, la definición abarca igualmente innumerables consecuencias del comportamiento violento, a menudo, menos notorias, como los daños psíquicos, privaciones y deficiencias del desarrollo que comprometen el bienestar de los individuos, las familias y las comunidades.

Gro Harlem Brundtland (OPS/OMS, 2002, p. 9) considera que:

la violencia es un problema complejo, relacionado con esquemas de pensamiento y comportamiento conformados por multitud de fuerzas en el seno de nuestras familias y comunidades, fuerzas que pueden también traspasar las fronteras nacionales.

La violencia –en general- es una de las principales causas de muerte en la población de edad comprendida entre los 15 y los 44 años, y es

responsable del 14% de las defunciones entre la población masculina y del 7% entre la femenina.

3. LA VIOLENCIA DE GÉNERO

El término *violencia de género* proviene de la traducción del inglés *gender-based violence o gender violence*, difundido a partir del Conferencia Mundial sobre la Mujer Beijing, China, 1995, bajo el auspicio de la ONU.

Conceptualmente hay que diferenciar *violencia de género de violencia doméstica o intrafamiliar*. No toda la violencia contra las mujeres ocurre en el ámbito doméstico, ni toda la violencia que ocurre en este ámbito es contra las mujeres. La evolución del concepto de violencia intrafamiliar, violencia hacia la mujer, violencia doméstica hasta llegar al de violencia de género significa un cambio relevante en la conceptualización de la violencia hacia la mujer como también en la comprensión de los factores asociados a su ocurrencia.

La violencia de género es una de las más frecuentes violaciones a los derechos humanos y está vinculada a la relación desigual entre hombres y mujeres en todos los ámbitos de la vida social, cultural, económica y política. Y es un fenómeno que ocasiona daños muchas veces irreparables a las mujeres que la padecen.

El mencionado *Informe Mundial sobre la Violencia en el Mundo* (OPS/OMS, 2002) es el primer informe general que aborda la violencia como un problema de salud pública en todo el mundo; constituye la primera recapitulación general del problema de la violencia a escala mundial. Señala que las mujeres son las que corren más riesgos en entornos domésticos o familiares. Casi la mitad de las mujeres que mueren por homicidio son asesinadas por sus maridos o parejas actuales o anteriores, un porcentaje que se eleva al 70% en algunos países. Expresa que entre 10% y 69% de las mujeres señalan haber sido agredidas físicamente en algún momento de sus vidas.

Es habitual que en la violencia de género se den conjuntamente varias formas de violencia además de la física, pues ésta casi siempre se acompaña de actos coercitivos, violencia psicológica, emocional, económica. Incluye

formas estructurales como la feminización de la pobreza, la discriminación salarial, la segregación sexual del mercado de trabajo, el tráfico de mujeres, la esclavitud y la violación como arma de guerra.

Aunque es difícil obtener cifras exactas debido a la falta de registros, según los datos disponibles “una de cada cuatro mujeres será víctima de violencia sexual por parte de su pareja en el curso de su vida”. La mayoría de las víctimas de agresiones físicas se ven sometidas a múltiples actos de violencia durante largos periodos. En una tercera parte o en más de la mitad de estos casos se producen también abusos sexuales. En algunos países, hasta una tercera parte de las niñas señalan haber sufrido una iniciación sexual forzada.

4. ALGUNOS DATOS ESTADÍSTICOS: MUNDO²

Según el Estudio multipaís de la OMS sobre Salud de la Mujer y Violencia Doméstica contra la Mujer (2005), entre el 10% y el 52% de las mujeres ha sufrido maltrato físico por parte de su pareja en algún momento de su vida, y entre el 10% y el 30% ha sido víctima de violencia sexual por parte de su pareja. Entre el 10% y el 27% de las mujeres declaró haber sido objeto de abusos sexuales, siendo niñas o adultas. Los datos a seguir ilustran esa afirmación:

España³

El 21,5 % de los homicidios por violencia de género en 2010, se produjo en municipios de menos de 10.000 habitantes, es decir, en áreas rurales. Según los datos facilitados por el delegado del Gobierno para la Violencia Doméstica, 101 mujeres perdieron la vida a manos de su pareja o ex pareja.

Argentina⁴

Según la Oficina de Violencia Doméstica (OVD) de la Corte Suprema de Justicia de la Nación Argentina (CSJN), se registraron 12.870 casos, en dos años (2008-2010). Según la asociación civil argentina “La Casa del

2 Consultado on line en: http://www.who.int/topics/gender_based_violence/es/

3 Consultado on line en <http://www.efeagro.com>.

4 Consultado on line en <http://www.csjn.gov.ar/>

Encuentro“⁵ durante el año 2010, se registraron doscientos femicidios⁶ y quince femicidios “vinculados”⁷ de hombres y niños, lo cual significa un aumento del 12,5 con respecto al informe del año 2009.

Brasil⁸

Según el Mapa de la Violencia en Brasil, publicado en 2010 por el Instituto Zangari y basado en datos del Ministerio de Sanidad, 5 mujeres son gravemente maltratadas por hombres cada dos minutos, 10 mujeres murieron cada día a manos de sus parejas o exparejas. En Brasil, 41.532 mujeres murieron a manos de sus parejas o exparejas entre 1997 y 2007.

Estos datos son presentados simplemente a modo introductorio a una problemática cada vez más visibilizada pero todavía naturalizada en la estructura patriarcal en la que estamos insertos. Esto nos ha llevado a precisar aún más los conceptos, por tal motivo, acudimos a la Ley N° 26.485/09 de la Argentina, que en el artículo 4° entiende por violencia contra las mujeres:

toda conducta, acción u omisión, que de manera directa o indirecta, tanto en el ámbito público como en el privado, basada en una relación desigual de poder, afecte su vida, libertad, dignidad, integridad física, psicológica, sexual, económica o patrimonial, como así también su seguridad personal.

5 Consultado on line en: <http://www.lacasadelencuentro.com.ar>. La Asociación Civil La Casa del Encuentro es un espacio feminista, social y cultural, integrado por trabajadoras, trabajadoras desocupadas, estudiantes, profesionales, mujeres con capacidades diversas, mujeres feministas, lesbianas feministas.

6 Femicidio: es un término político desarrollado por la escritora estadounidense Carol Orlock en 1974 y utilizado públicamente en 1976 por la feminista Diana Russell, ante el Tribunal Internacional de Los Crímenes contra las Mujeres, en Bruselas. Es una de las formas más extremas de violencia hacia las mujeres. Es el asesinato cometido por un hombre hacia una mujer a quien considera de su propiedad. Consiste en denunciar la naturalización que la sociedad hace de la violencia sexista.

7 El término Femicidio “Vinculado” es desarrollado por el Área de Investigación de La Casa del Encuentro. Parte del análisis de las acciones del femicida, para consumar su fin: matar, castigar o destruir psíquicamente a la mujer sobre la cual ejerce la dominación. En esta definición se registran dos categorías: a. personas que fueron asesinadas por el femicida, al intentar impedir el Femicidio o quedaron atrapadas “en la línea de fuego”; b. personas con vínculo familiar o afectivo con la mujer, que fueron asesinadas por el femicida con el objeto de castigar psíquicamente a la mujer a quien considera de su propiedad. La metodología empleada fue la recopilación de esta información de las Agencias informativas TELAM, DYN y 120 diarios de distribución nacional y/o provincial, más el seguimiento de cada caso en los medios.

8 Consultado on line en: <http://www.observatorioviolencia.org/noticias.php?id=2312>

Quedan comprendidas las perpetradas desde el Estado o por sus agentes. Esta ley también considera violencia indirecta a “toda conducta, acción u omisión, disposición, criterio o práctica discriminatoria que ponga a la mujer en desventaja con respecto al varón”. Asimismo, en el artículo 6º establece los ámbitos en donde se da la violencia: doméstica; Institucional; laboral; contra la libertad reproductiva; obstétrica; y mediática. Y el artículo 5º, reconoce diversos tipos de violencia: física, psicológica, sexual, económica y patrimonial, simbólica, contra la libertad reproductiva, obstétrica.

5. UN ANÁLISIS CUALITATIVO DEL ACCIONAR SOBRE EL TERRITORIO DE UNA ORGANIZACIÓN DE LA SOCIEDAD CIVIL: FUNDACIÓN PROPUESTA ⁹ COMO ESTUDIO DE CASO

Propuesta es una organización no gubernamental que surge en 1989 para brindar un espacio de ciudadanía y defensa de los derechos de las mujeres y atiende mujeres del “conurbano bonaerense” ¹⁰ sur; su área de influencia abarca toda la zona del departamento judicial de Lomas de Zamora ¹¹.

Es una institución referente en el territorio por su trabajo en prevención en la comunidad, y una de las pocas organizaciones no gubernamentales que atiende dicha población en forma gratuita, con un equipo interdisciplinario de profesionales que trabajan *ad honorem*, con una enorme y cada vez mayor demanda. Los proyectos de la Fundación Propuesta se sustentan en la promoción de los derechos humanos de las

9 Datos Institucionales de la Fundación Propuesta: Personería Jurídica: Matrícula 9449 de la Provincia de Buenos Aires. Sede legal: Avda. Hipólito Yrigoyen 7837 10º A. Banfield – Prov. Buenos Aires - (1828) - República Argentina. Teléfono: 54-11-4242-4050

Sede 1: Polideportivo del Club Atlético Lanús: Arias 2001 - Lanús Este - Prov. Buenos Aires - República Argentina - TE: 54-111-4247-0966

Sede 2 Anexo “8 de Marzo”: Scalabrini Ortiz 243 - R. de Escalada – Prov. Buenos Aires - República Argentina. Teléfono: 54-11-4241-9065. <http://www.propuesta.org.ar>

10 Conurbano bonaerense es integrado por 24 municipios que rodean a la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Suele usarse como sinónimo de Gran Buenos Aires.

11 El Distrito Judicial de Lomas de Zamora está integrado por los siguientes municipios: Avellaneda, Lanús, Lomas de Zamora, A. Brown, E. Echeverría, Ezeiza. En conjunto suman alrededor de 2.490.000 habitantes para 2010.

mujeres focalizando su accionar en la erradicación de la violencia contra las mujeres y en reducir la pobreza de las mujeres. La programación basada en los derechos implica que se debe prestar atención en primer lugar a los sectores más marginados, incluso en el seno de los grupos de mujeres en general, y que la prioridad absoluta es la expansión continua de la participación y el empoderamiento de las mujeres.

Comienza integrando grupos de reflexión y estudio, reafirmando su tarea al enriquecerse con el aporte de distintas disciplinas que se van incorporando: psicólogas sociales, docentes, trabajadoras sociales, geógrafas, psicólogas, abogadas, médicas, etc.

En 1992, la Fundación realiza en barrios periféricos del Partido de Lomas de Zamora con el auspicio del Honorable Consejo Deliberante del Municipio, talleres para y con mujeres, sobre el mejoramiento de la calidad de vida. En las conclusiones de dichos talleres surgió una reiterada preocupación que fue interpretada como demanda ¿qué hacer con la violencia existente en el ámbito familiar?

Fue entonces que se llevó a cabo un Proyecto basado en la creación de un Servicio gratuito de atención y asesoramiento en violencia familiar a cargo de un equipo interdisciplinario. En 1993, se forman los Grupos de Ayuda Mutua para mujeres maltratadas, cuyo funcionamiento se da en un espacio que la Parroquia Nuestra Señora de La Piedad, de Temperley, ofrece para tal fin.

En 1995, el club de fútbol Atlético Lanús facilita un lugar dentro de su sede social para el desarrollo de las actividades de la Fundación. A partir de entonces se realizan actividades de capacitación y prevención dirigidas a la comunidad y relacionadas con la temática, se crea una biblioteca especializada en temas de género y violencia y se amplían los servicios con el departamento de asesoramiento y patrocinio legal y otro de atención psicológica individual.

Con la crisis económica y social que aconteció en Argentina, se crea el Eje de Generación de Empleo. También se firma un acuerdo de Colaboración y Asistencia de la Violencia con el Ministerio de Desarrollo Social de la Provincia de Buenos Aires.

6. CUESTIONES METODOLÓGICAS

La Fundación trabaja con el denominado *modelo ecológico*, figura 1, creado por el psicólogo Urie Bronfenbrenner; según esta teoría cada persona es afectada de modo significativo por las interacciones de una serie de sistemas que se superponen. Concibe al mundo como un sistema de relaciones dinámicas entre la persona y su medio. Consta de cuatro niveles: el individual, el relacional, el comunitario y el social.



FIGURA 1. MODELO ECOLÓGICO

Fuente: Bronfennbrenner, 1979, adaptada por la autora

En el nivel *individual* se examinan los factores biológicos y de la historia personal que aumentan la probabilidad de que una persona se convierta en víctima o perpetradora de actos violentos. Entre los factores que es posible medir se encuentran las características demográficas (edad, educación, ingresos), los trastornos psíquicos o de personalidad, las toxicomanías y los antecedentes de comportamientos agresivos o de haber sufrido maltrato.

En el nivel *relacional* se investiga el modo en que las relaciones con la familia, los amigos, la pareja y los compañeros influyen en el comportamiento violento, teniendo en cuenta a tal efecto factores como el hecho de haber sufrido castigos físicos severos durante la infancia, la falta de afecto y de vínculos emocionales, la pertenencia a una familia disfuncional, el tener amigos delincuentes o los conflictos conyugales o parentales.

En el tercer nivel se exploran los contextos *comunitarios* en los que se desarrollan las relaciones sociales, como las escuelas, los lugares de trabajo y el vecindario, y se intenta identificar las características de estos ámbitos que aumentan el riesgo de actos violentos (por ejemplo, la pobreza, la densidad de población, altos niveles de movilidad de residencia, la carencia de capital social o la existencia de tráfico de drogas en la zona).

El cuarto nivel se centra en los factores de carácter general relativos a la estructura de la *sociedad*, como las normas sociales que contribuyen a crear un clima en el que se alienta o se inhibe la violencia, aunque también tiene en cuenta las políticas sanitarias, económicas, educativas y sociales que contribuyen a mantener las desigualdades económicas o sociales entre los grupos de la sociedad.

Además de esclarecer las causas de la violencia y sus complejas interacciones, el modelo ecológico indica asimismo qué es necesario hacer en los distintos niveles estatales y sociales para prevenir la violencia.

7. CICLO DE LA VIOLENCIA

Las conductas violentas contra la mujer aparecen generalmente desde que inicia la relación y se agravan con el paso del tiempo. La violencia hacia las mujeres sigue un patrón denominado ciclo de la violencia. En 1979, la antropóloga L. Walker, describió el carácter cíclico e identificó tres fases o momentos, denominadas fase de tensión, de agresión y de arrepentimiento y conciliación, respectivamente. Este fenómeno no sólo se repite sino también aumenta el nivel de violencia. En cada etapa del ciclo, el abusador está en pleno control de sí mismo y controla y debilita aún más a la víctima. Es muy útil para entender los comportamientos de algunas mujeres que sufren violencia por parte de sus parejas.

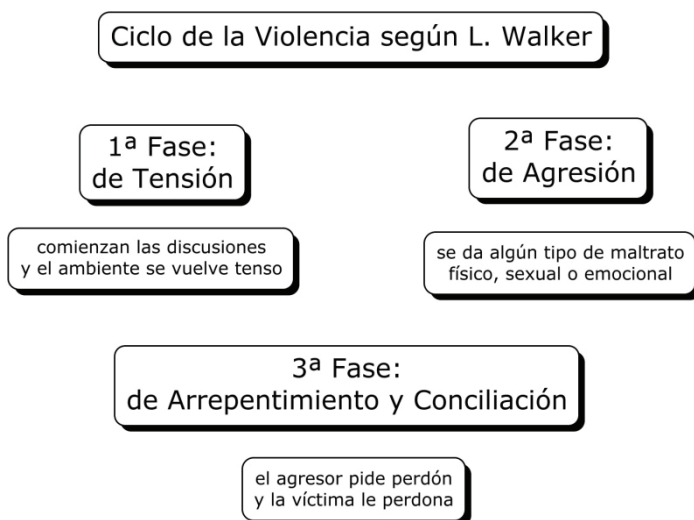


FIGURA 2. CICLO DE LA VIOLENCIA.

Fuente: elaborado por la autora

Entre las técnicas y procedimientos utilizados se destacan: las historias de vida, el análisis de denuncias, los grupos de ayuda mutua y los estudios de prevalencia. Cuenta con los siguientes dispositivos: 1ª escucha: donde se realiza la evaluación, asesoramiento y derivación intra y/o extra institucional; grupos de ayuda mutua; asesoramiento legal; atención psicológica individual y grupal; y, grupos de reflexión.

La Fundación ha puesto especial énfasis en la conformación de redes de recursos, como elemento metodológico más que como categoría sociológica, entendiendo a las redes como formas de interacción social, definidas como un intercambio dinámico entre personas, grupos e instituciones en contextos de complejidad, en la problemática de violencia de género. Es un sistema abierto, en construcción permanente que involucra a quienes se identifican con las mismas necesidades y problemáticas y que se organizan para potenciar sus recursos. La construcción y participación en redes sociales de recursos se hace con la intención de una mejor intervención, de interactuar e intercambiar recursos para dar apoyo a las mujeres que viven en situación de violencia, para su empoderamiento, para elevar su autoestima, para fortalecerlas.

En otras palabras, el trabajo en red permite la interacción entre personas, grupos e instituciones que comparten necesidades y condiciones y que buscan con esta estructura articular recursos, generalmente escasos, optimizando resultados.

A partir de la realización de más de quince jornadas anuales, con la invitación de conferencistas destacados en determinados temas, y complementadas con trabajo en taller por parte de los participantes, se fue conformando una importante red de recursos, especialmente comunitarios e institucionales, entre los que se destacan: comisarías de la mujer, servicios de atención en crisis (líneas telefónicas y refugios), servicios de atención psicológica, programas municipales, grupos de apoyo y/o ayuda mutua, otras organizaciones no gubernamentales con similares objetivos, servicios de atención al hombre violento, entre otros.

Por otro lado, también se ha demostrado la validez de la metodología y herramienta de los talleres de grupos de trabajo participativo en las tareas de difusión y capacitación y prevención en temas de violencia de género. En este sentido, merecen destacarse los talleres en escuelas de diferentes niveles, especialmente secundarias y de adultos, en centros comunitarios y clubes barriales; las charlas y conferencias en universidades nacionales e instituto superiores de formación docente; la difusión de la problemática en medios de comunicación radiales a través de entrevistas y de un programa propio ¹²; las capacitaciones a pasantes universitarios de las carreras de Trabajo Social y Seguridad Ciudadana de la Universidad Nacional de Lanús, como así también alumnas/os de la Especialización en Violencia de la Facultad de Psicología de la UBA, y residentes de la Carrera de Trabajo Social.

Durante la década pasada el área de influencia territorial de la Fundación fue creciendo a través de convenios con instituciones gubernamentales, provinciales y nacionales. A modo de ejemplo, se mencionan:

- Convenio con el Ministerio de Seguridad de la Provincia de Buenos Aires (2003-2004), para dar talleres de prevención

¹² “Propuesta al Aire” en Radio FM Fuego, 97.1, de la zona sur del Gran Buenos Aires, (miércoles de 15 a 16 horas). Temas de actualidad e interés general. (2009).

en violencia dirigidos a operadores comunitarios, docentes y alumnos.

- Acuerdos con el Complejo Penitenciario I de Ezeiza – Módulo I, para dar talleres de concientización en violencia familiar a internos de la Unidad. (2006)
- Consorcio de organizaciones de la sociedad civil y organismos del Estado sobre “Derechos Humanos y en Apoyo de Acciones para la Eliminación de la Violencia Contra las Mujeres”, auspiciado y financiado por UNIFEM, para capacitar agentes estatales. La realización de dos spots publicitarios de prevención del maltrato en las familias y el noviazgo, para radio y TV, amplió enormemente el área de influencia. (2007-2008)
- Integra la Mesa Local de Prevención de la Violencia Familiar del Municipio de Lomas de Zamora. Tiene a su cargo el Fondo Permanente Especial para la atención de situaciones de emergencia de mujeres víctimas de violencia en ese distrito.
- Forma parte de la Red Nacional por la Salud de la Mujer. Integra el Comité Asesor de la campaña “No más violencia contra las mujeres” de Amnistía Internacional. Pertenecer a la Red de Trabajo Popular del Instituto Nacional de Tecnología Industrial (INTI).
- Participa en el Sistema Nacional de Información y Monitoreo de la Violencia contra la Mujer en las Relaciones Familiares, Programa del Consejo Nacional de la Mujer y UNICEF.

8. RESULTADOS

Durante veinte años, han recibido asistencia y/o asesoramiento alrededor de nueve mil mujeres, derivadas por hospitales, escuelas, iglesias, tribunales, líneas telefónicas de ayuda, servicio telefónico de violencia,

Consejo Provincial de la Familia y Desarrollo Humano, municipios de Lomas de Zamora y Lanús y otras organizaciones no gubernamentales.

Actualmente, se está trabajando en la sistematización y análisis de los registros de casi veinte años. Por razones metodológicas han sido agrupados en dos períodos. El denominado Grupo 1, corresponde a los años 1994-2004. El Grupo 2, corresponde desde 2005 hasta la fecha, y está en proceso de carga digital de datos. A continuación se presentan algunos resultados provisionales del Grupo 1, el que está constituido por 628 mujeres que tuvieron continuidad en la asistencia a los grupos de ayuda mutua.

Edades: 30% entre 41 y 50 años de edad y 27% entre 31 y 40 años de edad. *Nacionalidad:* 86 % argentina. *Nivel educativo mencionado:* de 515 mujeres que declararon su nivel educativo: 31 % con primaria completa, 20% con Secundaria completa y otro 20% con secundaria incompleta. Sólo ocho personas tienen formación universitaria completa: medicina (3), abogacía (4) y farmacia (1). *Ocupaciones:* 37% de amas de casa, 14% empleadas, 8% docentes y el 4% declara desarrollar tareas por cuenta propia. Si bien se desconoce la ocupación del 8% del total de las mujeres, es importante destacar que un 7% se encuentra desocupada y el 1% está jubilada.

Antecedentes de violencia: el 72% no ha declarado haber tenido ningún tipo de antecedente o experiencia violenta en contraposición al 28% que sí lo ha declarado. 56% ha sido testigo de violencia. 15% ha declarado algún tipo de maltrato infantil,

Situación de violencia declarada: 80% de mujeres dijo sufrir violencia emocional y/o psicológica, 10% maltrato físico y psicológico, 5% maltrato físico y psicológico seguido de violación. Dos mujeres asistieron por reconocerse como madres golpearas. *Atribución del maltrato:* 87% a las parejas.

Características de las parejas: edad predominante: entre 31 y 50 años de edad. La mayoría no ha completado la escuela primaria, el 12% tiene secundaria completa (las mujeres llegan al 20%), y 20% secundaria incompleta (similar las mujeres)

Ocupación de las parejas: 20% de casos se desconoce la ocupación. Del 80% restante: 16% son empleados. Los de más alto nivel educativo son 18: 2 abogados, 2 arquitectos, 3 ingenieros, 5 médicos, 5 contadores

y 1 químico biólogo (los dos universitarios restantes se dedican a la actividad comercial). Del total de casos cabe destacar un alto porcentaje de desocupados y un 6% de jubilados.

9. CONCLUSIONES

La violencia contra las mujeres se basa en el orden de género imperante y se sustenta en pautas culturales profundamente arraigadas, construidas socialmente.

La experiencia de trabajo por los derechos de las mujeres, formando conciencia sobre la violencia de género a través de la difusión, capacitación y prevención permite visibilizarla, desnaturalizarla. Ayuda a generar mecanismos sustentables que permitan disminuir las causas y consecuencias de la violencia contra las mujeres, potenciando su liderazgo mediante la capacitación, fomentando los espacios de reflexión y profundizando las políticas públicas en forma articulada, gobiernos y sociedad civil.

Se desarrollan acciones tendientes a sensibilizar, concientizar y capacitar en relación a la violencia de género para construir, sostener y fortalecer redes de recursos para la atención, posibilitando así un mayor y mejor acceso de las mujeres a la atención y a la justicia, en definitiva, al ejercicio de sus Derechos.

10. BIBLIOGRAFÍA

- BRONFENNBRENNER, U. **La ecología del desarrollo humano**. Barcelona: Ed. Paidós, 1979. 349 p.
- INSTITUTO ZANGARI. **Mapa de la Violencia en Brasil**. 2010. Disponible en: <http://www.sangari.com/mapadaviolencia/mapa2010.html>. Acceso en: 05 de junio de 2011
- MASSOLO, A. Género y Seguridad Ciudadana: el papel y reto de los gobiernos locales. En: SEMINARIO PERMANENTE SOBRE VIOLENCIA, 2005, El Salvador. **Anais** El Salvador: PNUD Programa Hacia la Construcción de una Sociedad sin Violencia, 2005. 35p. Disponible en: <<http://es.scribd>.

com/doc/19779728/Genero-y-Seguridad-Ciudadana-Ponencia-de-Massolo>. Acceso en: 03 de junio de 2011.

OMS – Organización Mundial de la Salud. **Estudio multipaís de la OMS sobre Salud de la Mujer y Violencia Doméstica contra la Mujer**. 2005, 34 p. Disponible en: <<http://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/9241593512/es/>>. Acceso en: 05 de junio de 2011.

OPS/OMS – Organización Panamericana de la Salud para la Organización Mundial de la Salud. **Informe mundial sobre la violencia y la salud**. Washington DE, 2002. :<http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/worldreport/en/summary_es.pdf>. Acceso en: 05 de junio de 2011

SOJA, E. The political organization of space. **Association of American Geographers**, Washington, n. 8, p. 1-54. 1971

WALKER, L. **The Battered Woman**. New York: Harper and Row, 1979. 488 p.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E O TERRITÓRIO RURAL

OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS SOB A LÓGICA DA DICOTOMIA RURAL – URBANO

Tarcísio Augusto Alves da Silva

1. INTRODUÇÃO

Em problemas socioambientais relativos à questão local, evidenciam-se os conflitos em torno do uso e posse dos recursos naturais disponíveis, em um determinado território, por grupos sociais que veem ameaçadas suas formas de reprodução social por interesses econômicos diversos. Nesse caso, os conflitos são motivados pelo comprometimento que empreendimentos causam aos recursos naturais (renováveis ou não) e que tendem a deixar comunidades em situação de vulnerabilidade ou risco.

Embora conflitos socioambientais possam ser encontrados em diversos locais do mundo, nos arriscamos afirmar que o caráter fundante destes conflitos é a própria especificidade que o local lhe confere. Isso é possível, pois é nesse plano que se percebem de maneira mais imediata os efeitos de qualquer impacto socioambiental, provocados pelas assimetrias de poder no acesso e gestão de um dado território, afetando grupos sociais com baixo poder de se fazer ouvir. Repousa nisto a ideia de que os conflitos sempre marcaram a trajetória humana, sejam impulsionados por interesses políticos, econômicos, culturais ou sociais.

A destinação final de resíduos sólidos, o desmatamento, a poluição de rios e mares, a extinção de animais e plantas, as queimadas etc., antes mesmo de se articularem enquanto problemática global, afetam primeiramente as populações e comunidades locais, pauperizando-as,

impulsionando migrações e colocando em risco saberes e conhecimentos que se encontram neste nível territorial.

Explorando aqui o problema que as cidades enfrentam com a produção de lixo e sua destinação final, percebe-se, que devido não só ao crescimento das metrópoles e de suas áreas de conurbação, que a ausência de políticas ambientais para os municípios apresenta-se como um agravante no enfrentamento do descarte do lixo. De outro modo, quando essas políticas e seus instrumentos se tornam reais, ausenta-se, em muitos casos, a participação social como forma de gerenciamento e fiscalização, bem como a consulta pública efetiva no que concerne à escolha da destinação final de resíduos sólidos numa determinada região.

A definição da escolha do local em que se faz a destinação final de resíduos sólidos recai, quase sempre, sobre a problemática do *not in my back yard* (não no meu quintal) o que impulsiona a construção de aterros sanitários, lixões a céu aberto e aterros controlados para a periferia de grandes centros ou áreas rurais, em que se encontram populações com baixo nível educacional, renda e pouco poder de mobilização. Sisinnio e Oliveira (2000, p. 59) afirmam: “Com a expansão demográfica e adensamento dos centros urbanos, a questão relacionada à disposição destes resíduos tornou-se evidente, uma vez que áreas disponíveis e localizadas perto dos centros de geração são cada vez mais raras”, o que tem afetado cada vez mais as comunidades que porventura venham se localizar nas proximidades do local onde o lixo terá seu destino final.

O fato é que, em muitos casos, no local escolhido para se instalar um depósito de resíduo já havia uma população residente. Noutros, por consequência do adensamento populacional criado pela expansão das cidades, populações pobres são empurradas para área marginais localizadas no entorno desses aparelhos, pela falta de opção por melhores moradias (SISINNO, 2000). Discutiremos neste trabalho que a destinação final de resíduos sólidos para áreas rurais e que a consequente constituição de conflitos socioambientais não são arbitrárias, mas se fundam, muitas vezes, na lógica da dicotomia rural – urbano que norteia várias perspectivas de planejamento de políticas públicas que se faz no Brasil, assim como na relação desigual de forças entre a população atingida e os interesses do capital.

Desse modo, focaremos nossa análise na experiência do conflito socioambiental instaurado no assentamento Engenho Ubu, localizado entre municípios da Zona da Mata Norte (Goiana, Itaquitinga) e Região Metropolitana de Recife (Igarassu e Itapissuma), em Pernambuco (Brasil), por ocasião da construção e funcionamento de um aterro sanitário localizado nas proximidades deste assentamento.

2. OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E A LUTA POR JUSTIÇA AMBIENTAL

A análise da questão socioambiental entrecruzada nos conflitos sociais tem imposto um novo padrão de conflitualidade às sociedades no século XXI, o qual se manifesta pelas denúncias constantes de focos de conflito relacionados à problemática ambiental e ao fato de que a defesa da natureza não possui um sujeito histórico privilegiado, como ocorria na relação pensada por Marx (1848) entre capital e trabalho¹. Sendo assim, objeto do discurso e da defesa de uma gama variada de atores.

Atualmente, a ambientalização de conflitos sociais tem se tornado um dos temas mais frequentes no desenvolvimento de pesquisas sobre a questão ambiental no Brasil. No entanto, Foladori (2001) esclarece que, no debate sobre a questão ambiental, têm-se posto em ordem invertida elementos geradores dos problemas ambientais, focando, nesse sentido, os efeitos e não as suas causas, visto que, da maneira como se coloca o problema, não se tem questionado a forma de produção social do capitalismo.

Perspectivas críticas enfatizam que as respostas à atual crise ecológica não devem ser buscadas na natureza, mas nas relações sociais que a fundamentam (FOLADORI, 2001; FILHO, 2004; PORTO GONÇALVES, 2004). Nessa perspectiva, as variáveis ambientais e sociais dos conflitos tendem a se transversalizar, em temas como, por exemplo, a questão urbana e agrária brasileira. Nesta última, por mais

1 Para Marx no conflito capital e trabalho há duas classes que se contrapõem: burgueses e proletário. Para ele: “De todas as classes que hoje se contrapõem à burguesia, só o proletariado constituiu uma classe verdadeiramente revolucionária” (1998, p.18).

que os dados voltem-se para elementos políticos da problemática, a própria natureza da terra, enquanto recurso natural, conflui para o entendimento de que a questão ambiental se vê nela entrecruzada, mesmo que em muitas análises isso não seja considerado.

Conflitos socioambientais, analisando sob uma perspectiva crítica, são entendidos enquanto litígios que envolvem grupos sociais que possuem relações diferenciadas de apropriação, uso e significação dos recursos disponíveis de um território e ocorrem quando as práticas de um do grupo atingem o outro, ameaçando suas estratégias de reprodução naquele território (ACSELRAD, 2004). Nesses termos, os conflitos socioambientais se situam na exposição aos riscos a que um determinado segmento da população é sujeito, não sendo estes provocados por catástrofes naturais, mas determinados pelas relações de poder distribuídas na estrutura social. Conceitos oriundos da *Ecologia Política*, como “distribuição ecológica” de conflitos, “racismo ambiental” e “Justiça ambiental”, tentam dar conta dessa problemática.

O primeiro conceito, segundo o economista ambiental Martinez-Alier (2007), diz respeito às assimetrias sociais, espaciais e temporais concernentes ao uso desigual dos recursos e serviços ambientais pelo seres humanos. O caso de camponeses em trabalho de subsistência em declives montanhosos que provocam deteriorização do solo em função da distribuição desigual da terra ocasionada pela monocultura que, quando não deixa os camponeses sem terra, destinando-lhes áreas depredadas, afastadas de qualquer estrutura básica de escoamento, ou regiões não cobizadas por latifundiários, é um exemplar desse fenômeno.

Quanto ao conceito de racismo ambiental, sua origem se encontra nas manifestações por Justiça Ambiental nos Estados Unidos, organizadas por a parcela da população negra e pobre de bairros em que se destinavam a localizam de indústrias poluentes, aterros sanitários e incineradores.

Já o conceito de Justiça Ambiental nasceu da experiência americana, originou a *Rede de Justiça Ambiental* e reflete a luta contra a distribuição desproporcional de objetos tóxicos ou a exposição às diferentes manifestações de risco ambiental em áreas onde habitam populações negras, indígenas e latinas. Os estudos e denúncias relacionados a *Justiça Ambiental* referem-se à localização de fontes poluidoras (a alguns tipos

de indústrias ou a locais de despejo de lixo, tóxico ou não) em áreas cuja população é negra, indígena, camponesa ou pobre.

Desse modo, a justiça ambiental é entendida como “[...] um conjunto de princípios e práticas que asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial, de classe ou gênero, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas” (PORTO 2007, p.59) das práticas de grupos econômicos e decisões políticas.

Um mapa de conflitos socioambientais no Brasil², publicado em junho de 2010, localiza focos de injustiça ambiental³ no estado de Pernambuco, envolvendo vários grupos sociais (povos indígenas, quilombolas e trabalhadores rurais, ribeirinhos, agricultores familiares) em que os maiores agressores são o Estado e grupos de interesse privado. Nota-se, no entanto, que a maioria das ações de injustiça ambiental identificadas nesse estado é praticada contra os povos que vivem no campo.

De outro modo, se por um lado, os conflitos socioambientais podem ser analisados no escopo das diferentes relações de poder que se estabelecem no campo social, uma vez que a “estrutura social distribui os riscos ambientais para baixo, em direção aos estratos socioeconômicos inferiores” (GOULD, 2004, p. 70), por outro, a dimensão territorial nos possibilita também compreender que outros percursos estes conflitos tendem a percorrer, determinando “relações espaciais de dominação/exploração, tirando *dos lugares* e, mais, tirando *dos do lugar* o poder de definir o destino dos recursos com os quais vivem” (Grifos do autor) (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 68). Este aspecto, porém, pode ser mais bem entendido na análise sobre diferentes concepções acerca da relação campo-cidade, que desenvolveremos agora.

2 FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz. FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Mapa de Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br/index.php>.

3 “Entende-se por Injustiça Ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis” (HERCULANO, 2002, p. 01).

3. A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE: PISTAS PARA COMPREENSÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Nos últimos tempos, observamos um considerável nicho de transformações que têm apanhado a sociedade de sobressalto, imprimindo processos que culminaram, em muitos casos, em mudanças de determinados paradigmas e na reafirmação de outros. Uma dessas mudanças se forjou no conceito de rural e na análise da relação campo - cidade.

Concepções maniqueístas analisavam essa relação fundada numa tipologia de espaços arcaicos e modernos, associando o rural com o atraso e a cidade com o progresso (dicotomia) (SOROKIN e ZIMMERMANN, 1986). Essa tipologia considera o campo como o espaço por excelência das atividades agrícolas, onde o contato com a natureza seria determinante da concepção de mundo dos seus indivíduos. A técnica repousaria no atraso, a mobilidade social ocorreria em menor intensidade e as relações sociais se construiriam pela pessoalidade. Tudo isso considerado, o espaço urbano deveria ser observado como em seu antípoda.

Nos estudos sobre o mundo rural e urbano progressivamente se elaboraram outras concepções sobre a relação entre estes espaços, continuamente influenciadas por esta visão dicotômica que estabeleceu que, com a crescente assimilação e consumo de bens e serviços urbanos, a vida no campo estaria fadada a desaparecer, uma que vez ela, num futuro não distante, seria um *continuum* do mundo urbano.

De certo modo, as interpretações sobre a relação rural/urbano se estabelecem sob três paradigmas: a ideia de dicotomia, a visão de *continuum* e a perspectiva relacional. O primeiro concebe a relação entre o campo e a cidade sob um certo maniqueísmo e distanciamento, pois polos contrários (rural/atraso, urbano/progresso) dimensionam esses espaços. Com a visão de *continuum*, o isolamento entre os dois se desfaz, porém ainda se alimenta a ideia de dicotomia ao se estabelecer entre os dois polos uma visão que privilegia a cidade como fonte de progresso (WANDERLEY, 2001).

Essa perspectiva, em outras palavras, fundamenta-se em uma concepção de que existe um “[...] tipo de contradição em que os polos

são assimétricos e inconciliáveis, um deles tendendo a eliminar o outro [...]” (VEIGA, 2006, p.10).

Isso se observa em Ianni (1997) quando afirma que:

[...] faz tempo que a cidade não só venceu como absorveu o campo, o agrário, a sociedade rural. Acabou a contradição cidade e campo, na medida em que o modo urbano de vida, a sociabilidade burguesa, a cultura do capitalismo, o capitalismo como processo civilizatório invadem, recobrem, absorvem ou recriam o campo com outros significados (p. 60)

Mas, na contramão de pensadores que vaticinaram o seu fim como Lefebvre (2002) e Ianni (1997), o rural sempre recebeu atenção especial do conhecimento produzido pelas Ciências Sociais ao demonstrarem que, tal qual a natureza, o campo também é resultado de uma construção social fundada, sobretudo, nas experiências das sociedades industriais.

Abordagens que pensam o campo fora de um modelo dicotômico têm sido construídas e reforçadas por cientistas sociais de diversas áreas, demonstrando as dinâmicas circunscritas à sociabilidade do espaço rural, considerando-o como um “lugar de vida” (CARNEIRO, 1997; BRANDÃO, 1999; WANDERLEY, 2000; ABRAMOWAY, 2003; VEIGA, 2006). Busca-se, portanto, negar a tão propalada percepção de que o rural seria uma categoria social não mais relevante, e de que sua perda de significados na sociedade moderna já havia se confirmado.

Desse modo, tais estudos têm demonstrado a falácia de um ideário urbano quando se defende que populações do campo desejam simplesmente migrar para as cidades, desconsiderando, então, as relações de pertencimentos dos povos que vivem no campo. Wanderley (2003) afirma que, se alteradas as condições sociais e os limitantes econômicos de acesso a terra, alteram-se também a percepção que os indivíduos, sobretudo as populações do campo, têm sobre o lugar onde vivem, demonstrando assim que o acesso à terra é uma variável importante no que concerne à valorização da ruralidade e consequente permanência dessas populações no campo.

A justificada valorização do rural nas sociedades modernas tem se dado pelas profundas preocupações ambientais que permearam o século

passado. Mathieu (1990, p.39) *apud* Wanderley (2000, p. 100) aponta que os graves efeitos da crise ecológica que afetaram o meio rural por ocasião de práticas predatórias e poluidoras “conduziram a reintroduzir a noção de natureza no espaço rural”.

Assim, se, de um lado, percebe-se um movimento (ao menos) teórico que busca conferir um valor à vida no campo e construir subsídios para orientar políticas públicas que permitam que populações rurais possam pensar o espaço onde vivem enquanto um “lugar de vida”, de outro, múltiplas experiências têm se constituído no sentido de negar tal possibilidade, reafirmando posições e percepções de que o campo é lugar de atraso, à medida que também se evidenciam ações de injustiça ambiental para com determinada população que nele vive. No caso a seguir, demonstraremos como essa ação se materializa em Pernambuco.

4. O ASSENTAMENTO DO ENGENHO UBU: INJUSTIÇA AMBIENTAL CONTRA OS ASSENTADOS

4.1 O Histórico e a Localização da Área do Conflito

Localizado entre terras da Zona da Mata Norte (Goiana, Itaquitinga) e Região Metropolitana de Recife (Igarassu e Itapissuma), em Pernambuco, o assentamento Engenho Ubu é resultado da luta por terras desenvolvida por sindicatos de trabalhadores rurais iniciada nos fins de 1993.

Os agricultores, hoje assentados, conseguiram a desapropriação das terras da destilaria Engenho Ubu, em dezembro de 1994, por decreto presidencial. Com área de 1.596,60 hectares, possui mais de 160 famílias assentadas e é a maior área de reforma agrária impulsionada pelos sindicatos, com exceção do assentamento Camurim Grande, com 1.768,80 hectares, promovido em parceria com o MST – Movimento de Trabalhadores Sem Terra, no município de Água Preta, Zona da Mata Meridional do Estado.

A maioria das famílias assentadas trabalha em regime de agricultura familiar de base orgânica (os seus produtos são comercializados em feiras à margem da BR 101, em bairros nobres da capital e na CEASA

– Central de Abastecimento), e se organiza em três associações de moradores, com o objetivo de poder beneficiar-se dos recursos federais destinados a cada município em que o assentamento está inserido. O assentamento tem localização bastante privilegiada, tanto porque se encontra as margens da BR 101, facilitando o acesso aos principais mercados locais, quanto pela disponibilidade de recursos hídricos.

De acordo com o diagnóstico socioambiental da Zona da Mata Setentrional de Pernambuco, realizado pela CPRH (Companhia Pernambucana do Meio Ambiente e Recursos Hídricos):

Com exceção dos assentamentos Santo Antônio do Norte, Pituaçu, Fazenda Boa Vista, Engenho Ubu e Sítio Inhamã, onde existe relativa abundância de água durante todo o ano, nos demais, a falta desse recurso, sobretudo na estação seca, constitui forte limitação à atividade agropecuária (CPRH, 2003, p.118).

Em finais de 2005, os assentados são surpreendidos com a construção de um aterro sanitário privado nas proximidades de suas terras, iniciando-se um processo de denúncias que visavam sensibilizar a opinião pública quanto ao risco ambiental proveniente da operação de tal empreendimento.

Nesse sentido, o conflito socioambiental se instaura, pois o funcionamento de aterro sanitário estaria diretamente associado ao comprometimento de um importante manancial hídrico, o rio Arataca que corta boa parte do assentamento e faz parte do sistema de abastecimento de água do Botafogo, que abastece a maior parte dos bairros da zona norte da Região Metropolitana do Recife. Com o funcionamento do aterro sanitário, os assentados se veem ameaçados, pois, eles, o empreendimento poderá comprometer as atividades de subsistência dos agricultores e agricultoras que dependem da pesca e da agricultura familiar, assim como tende a desvalorizar a área em que o assentamento está localizado.

Tal situação é bastante favorável às usinas de açúcar que se limitam com o assentamento (Usinas São José e Santa Teresa), uma vez que vários assentados já demonstram o interesse em deixar suas parcelas,

fato que poderá favorecer o processo de apropriação dessas terras por estas empresas no futuro.

O início do conflito se estabeleceu, há três anos (2005), quando os assentados denunciaram a construção irregular do aterro sanitário aos órgãos fiscalizadores do meio ambiente no Estado, ocasionando a paralisação temporária de sua construção. Todavia, o licenciamento posterior cedido pela CPRH e pela prefeitura municipal de Igarassu permitiu que a construção do aterro tivesse continuidade.

O lixo depositado no aterro é proveniente da geração de resíduos urbanos das cidades de Goiana, Itaquitinga, Igarassu e Itapissuma; vale salientar que o aterro foi construído sem nenhuma consulta prévia comunidade, que também não possui nenhum sistema de coleta seletiva de lixo. Nesse sentido, dados apontam que a coleta pública de lixo atingia apenas 13,3% dos domicílios rurais do País em 1991, sendo que 31,6% do total de lixo produzido na zona rural foi enterrado ou queimado (IBGE,2000). Esse percentual ampliou-se para 52,5% em 2000, deixando clara a amplitude do problema do descarte do lixo nas propriedades rurais.

Os moradores do assentamento afirmam não serem contra o aterro sanitário, mas desfavoráveis à sua localização nas proximidades do assentamento e dos mananciais do rio Arataca, porque o mesmo compromete a reprodução social dos agricultores. O fato, porém, é que o projeto inicial do aterro previa sua construção numa área próxima à indústria de bebidas Nobel, e esta empresa declarou (em audiência pública) transferir a fábrica para outra cidade ou estado, caso o empreendimento fosse ali construído, obrigando os seus idealizadores a construir o aterro a uma distância de 8 quilômetros dessa indústria.

A distância medida permitiu, pois, que o aterro fosse construído justamente nos limites entre as terras da Usina São José (uma das consorciadas) e as do assentamento do Engenho Ubu. Tem-se, assim, de forma explícita, uma situação de injustiça ambiental, por permitir que fontes de risco e poluição ambiental se localizem em áreas onde vivem populações pobres que têm pouca força de se fazer ouvir pelos poderes públicos, ou mesmo pela omissão ou conivência das políticas públicas que tendem, nesse processo, a privilegiar os agentes do mercado, configurando-se, então, em uma ação de injustiça ambiental.

De outro modo, evidenciam-se, no trajeto de constituição desse conflito, elementos próprios da percepção do rural enquanto lugar de atraso, onde vivem pessoas pobres desprovidas de particularidades culturais e de um estatuto de cidadania reduzido, justificando, portanto, a partir de sua pobreza econômica e cultural, que estes absorvam em seu espaço de residência e produção o peso das externalidades produzidas pelo meio urbano.

Não bastasse a instalação do aterro sanitário nas proximidades do assentamento, outro empreendimento vem sendo construído: um presídio estadual, agora nos limites do município de Itaquitinga.

5. CONTRA O "BICHO", É PRECISO RESISTIR

Correntemente, os moradores do assentamento se referem ao aterro sanitário como o "bicho". Essa referência se faz presente nos gritos de guerra que soam em atos públicos, passeatas e reuniões e se materializam no seguinte bordão: "Se correr, o bicho pega; se ficar, ele come. Mas, se a gente se junta, ele corre". Este, por sua vez, define a resistência dos assentados e as estratégias de lutas que foram definidas até então.

Desde a descoberta da construção irregular do assentamento, muitos encaminhamentos de lutas têm se esboçado, sendo em sua maioria voltados para a sensibilização da opinião pública e pressões exercidas por meio legais (denúncias aos órgãos de fiscalização: CPRH, IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) e Ministério Público). Nas ações movidas e nos discursos proferidos, destaca-se um forte apelo à preservação dos recursos hídricos, enquanto aspecto mais ameaçado da natureza, condicionando a permanência das famílias à manutenção e preservação dos mananciais do rio Arataca. Neste sentido, o discurso político-ambiental dos assentados não tem ainda incorporado a dimensão da discriminação ambiental expressa, por parte dos executores do projeto e dos poderes públicos, com relação aos agricultores e suas famílias no assentamento.

O forte apelo à preservação dos mananciais do rio Arataca, todavia, não é arbitrário quando se espera que o esforço de proteção de áreas de interesse ambiental seja validado, enquanto um argumento favorável

para inviabilidade de funcionamento do aterro. Na verdade, todas as estratégias legais que se têm encaminhado, fundamentam-se no “princípio da precaução” do direito ambiental em que se devem considerar os possíveis danos ambientais que o empreendimento venha ocasionar por conta de algum vazamento de chorume, da poluição atmosférica e do próprio solo. Porém o discurso técnico de controle de risco tem se demonstrado associado às influências políticas, mais efetivo no sentido de manter a continuidade do aterro, pois, como afirmam os técnicos e o Ministério Público, o projeto é muito bem estruturado e prevê ações para quaisquer ocorrências deste fato, demonstrando que o argumento técnico de resolução da questão ambiental distancia-se dos fundamentos sociais dos problemas forjados em torno do acesso aos recursos naturais.

O aspecto do conflito socioambiental, materializado pela destinação dos passivos ambientais às populações pobres, evidencia-se nas contradições do processo de desenvolvimento sustentável que norteiam as ações do PROMATA (Programa de desenvolvimento da Zona da Mata de Pernambuco), financiado pelo BIRD (Banco Interamericano de Desenvolvimento), tendo em vista que contribui para que o desenvolvimento proposto permaneça alicerçado na exclusão social de alguns grupos.

Apesar das várias estratégias de lutas constituídas no processo de enfrentamento do “bicho”, como: paralisação da BR 101 em abril de 2006, ação popular junto ao Ministério Público, denúncias à Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, à CPRH, ao IBAMA, às Câmaras Municipais da região, protestos públicos nas sedes dos órgãos fiscalizadores para que se realizassem vistorias no local de construção do aterro, o fato é que, as lideranças se veem atualmente sem ânimo para continuar a luta. A falta de participação mais ampla da comunidade e de pareceres favoráveis dos órgãos fiscalizadores corroboram o fato de que os líderes já indicam sinais de cansaço na mobilização dos assentados.

Os últimos dados coletados indicam que há dois encaminhamentos sendo realizados. O primeiro, diz respeito à observação e sistematização de problemas de saúde dos parceiros que estejam relacionados ao funcionamento do aterro, e um segundo, refere-se ao enfrentamento do problema de forma mais combativa (nova paralisação da BR, danos aos caminhões do aterro), já que, segundo os assentados “quando a força da lei

não funciona, cabe a lei da força”. Estas estratégias se alinham ao que Leite Lopes *et al* (2004, p.233) denominam de *naturalização, desnaturalização e renaturalização*⁴ da poluição, observando que, “mais do que a experiência física direta com fontes poluidoras, [...] parece ser necessária à criação de uma questão ambiental ou de saúde localmente, que se torne uma ‘questão social’” e possa assim mobilizar a população.

No caso em estudo, enquanto alguns dos assentados continuam indiferentes ao problema, outros são recrutados para o trabalho no aterro. Observa-se, ainda, que outras formas de cooptação dos moradores têm ocorrido ao longo do conflito pelos gestores do aterro, como a oferta de máquinas da empresa para auxiliá-los em algum trabalho no assentamento, bem como de terra para encobrir áreas erodidas. Além disso, os dirigentes do aterro ainda denunciam os próprios assentados em virtude dos problemas ambientais que estão presentes no rio como a tiragem de areia.

No embate com o “bicho”, o movimento de assentados de Ubu têm constantemente buscado acionar velhos parceiros: CPT (Comissão Pastoral da Terra), FETAPE, STRs (Sindicatos de Trabalhadores Rurais), MST (Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra) à medida que também se articula com outros (Escola de Educadores Sociais do Recife), mesmo reconhecendo que o contexto em que os primeiros apoios foram construídos, em meados dos anos de 1990, já não possui o mesmo fôlego, tanto pelas demandas que esses parceiros têm em seu cotidiano quanto pelos novos arranjos e orientações internas pelos quais esses movimentos veem passando.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos socioambientais em torno da exploração dos recursos naturais ou dos mecanismos de gestão ambiental, que deveriam garantir a integridade do meio ambiente, são cada vez mais constantes em

4 O autor, ao discutir o caráter polissêmico dos fenômenos associados ao meio ambiente e à poluição, leva em consideração três dimensões da percepção das populações sobre os riscos: a naturalização (incorporação funcional da fonte poluidora ao cotidiano da comunidade), a desnaturalização (nível de estranhamento ou reação à poluição e ao risco) e renaturalização (incorporação da poluição por meio de acordos que possibilitem controle e segurança sobre o risco) (p. 227-228)

nossa época e envolvem uma gama de interesses e atores sociais que se orientam por representações construídas em torno da ideia de natureza e, conseqüentemente, dos usos que estes fazem dos recursos ambientais. Neste ínterim, a própria concepção que as políticas públicas trazem em relação ao rural representa uma variável importante na análise de determinados conflitos socioambientais, pois a materialidade dessas políticas tende, muitas vezes, a reforçar a ideia de que o campo é um lugar de atraso, devendo este ser subordinado à cidade e aos efeitos de sua reprodução.

Tal concepção desconsidera a mutualidade de influências que tanto o urbano exerce sobre o rural como vice-versa. A questão central na discussão da superação da visão dicotômica se estabelece, pois, na crença de que se faz necessário reforçar os laços de complementaridade entre campo e cidade, assim como, as particularidades de cada um. Os efeitos de um paradigma de compreensão do rural a partir de uma perspectiva dicotômica, todavia, ainda persistem em nossa sociedade e se manifestam em decisões políticas, como é o caso do conflito aqui apresentado, em que as externalidades da produção de resíduos são destinadas ao assentamento em questão por meio da construção de um aterro sanitário.

A eclosão de um conflito pode ser resultado dos desacordos entre os agentes poluidores e aqueles que são afetados diretamente pela exploração de determinados recursos, pela produção ou destinação final de resíduos para espaços que comprometem a reprodução social de um grupo. Todavia, a feição de um conflito socioambiental varia conforme este se coloque enquanto uma “questão social”, pois a heterogeneidade de percepções sobre o meio ambiente pode determinar que a comunidade atingida por tal problema até o considere como um “mal necessário” e tenda a incorporar o risco ou a poluição ao seu cotidiano, em função da necessidade de emprego.

O conflito socioambiental ocasionado pela instalação do aterro sanitário no assentamento Engenho Ubu, na polissemia em que se tornou a questão ambiental, vem demonstrar que a luta pela reforma agrária não finda com o acesso à terra. A questão agrária, que permanece presente mesmo em assentamentos consolidados, se atualiza e manifesta por múltiplas facetas, como a falta de assistência técnica, dificuldades de

financiamento ou imposições técnicas que não consideram a realidade ou os interesses dos agricultores.

Por outro lado, a presença de conflitos socioambientais em assentamentos rurais corporifica a própria dinâmica da questão agrária, no sentido de que estes se tornam patentes quando as estratégias de latifundiários, as ações do poder público e os interesses privados tendem a constituir esses territórios em espaços de risco, como vem ocorrendo, no caso do assentamento Engenho Ubu, com o funcionamento do aterro.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOWAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2003. 149 p.
- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13-35.
- BRANDÃO, C. R. **O Afeto da terra**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. 175 p.
- CARNEIRO, M. J. **Ruralidades: novas identidades em construção**. Texto mimeo, 1997.
- CPRH – Companhia Pernambucana do Meio Ambiente. **Diagnóstico Socioambiental do Litoral Norte de Pernambuco**. Recife, [s.n], 2003. 214p.
- FILHO, G. M. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 2ª ed. Florianópolis: Ed da UFSC, 2004. 306 p.
- FOLADORI, G. **Os limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001. 221 p.
- GOULD, K. A. Classe social, justiça ambiental e conflitos políticos. In: Henri Acelrad, Selene Herculano e José Augusto Pádua, (org.). **Justiça Ambiental e cidadania**. 2ª ed. Rio de Janeiro: 2004. p. 69-80
- IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997. p.60.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. In: **Censo Demográfico de 2000**. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: 14 abr 2006.

- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 178 p.
- LEITE LOPES, J. S. *et al.* **A ambientalização dos conflitos sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004. 233 p.
- MARTINEZ-ALIER, J. **Ecologismo dos pobres – conflitos ambientais e linguagem de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007. 379 p.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004. 179 p.
- MARX, K, e ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: COUTINHO, C. N. *et.al.* **O manifesto do Partido Comunista 150 anos depois**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 07-41.
- PORTO, M. F. S. **Uma ecologia política dos riscos** – princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007. 349 p.
- SISINNO, C. L. S. Resíduos sólidos e saúde pública. In: SISINNO, C. L. S.; OLIVEIRA, R. M. **Resíduos sólidos, ambiente e saúde – uma visão multidisciplinar**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. p. 41-58.
- _____; OLIVEIRA, R. M. Impactos ambientais dos grandes depósitos de resíduos urbanos e industrial. In: _____. **Resíduos sólidos, ambiente e saúde** – uma visão multidisciplinar. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. p. 49-78.
- SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C.; GALPIN, C. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. S. (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 198-224.
- VEIGA, J. E. O nascimento de uma outra ruralidade. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, Ago 2006, vol.20, no.57, p. 333-353. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a23v2057.pdf>. Acesso em 15 de fev.2008.
- WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.15, p.87-146, outubro 2000.
- _____. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **Una nueva ruralidad en América Latina?**. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. p. 31-41. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>. Acesso em 23 dez.2004.

_____. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso no Nordeste). In: MARTINS, J. S. *et al.*. **Travessias:** estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. pp. 203-245.

A CANA DE AÇÚCAR NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA.

Maria Rita Ivo de Melo Machado

1. INTRODUÇÃO

A atividade canavieira foi uma das primeiras atividades econômicas do hoje Brasil e durante alguns séculos foi certamente a mais importante. Sua estrutura produtiva esteve à frente do seu tempo, pois tinha um aparato tecnológico extremamente requintado para a época (primeira metade do século XVI até século o fim do século XVII). A cana era essencialmente transformada em açúcar e também em cachaça - produzida em menor escala - para ser usada como moeda de troca na compra de escravos. (RICARDO, 2011).

Mesmo nesta fase germinal do cultivo e beneficiamento da cana de açúcar, é possível perceber como as relações e as lógicas internacionais interferiam na produção do espaço local. É válido lembrar que a destinação do açúcar não tinha como objetivo atender as demandas locais, mas sim, almejava abastecer o amplo mercado externo. Os mecanismos de viabilização da circulação do açúcar não eram estabelecidos visando a articulação e integração do hoje território brasileiro. Os fluxos estavam canalizados para conectar as ilhas de produção da América canavieira ao continente europeu.

Havia, no entanto, para cada um desses subespaços, polos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes. (SANTOS, 2008a, p. 29). Ou seja, nessa fase da história, a produção do espaço local não era fruto das necessidades e

relações sociais internas, mas das relações de cooperação existentes entre as diversas unidades produtivas do Brasil com a Europa (especialmente Portugal, detentora do monopólio comercial), constituindo uma alienação regional, num claro processo de verticalização da produção canavieira em detrimento das relações horizontais.

Hoje, com o desenvolvimento de inúmeros aparatos tecnológicos que permitem uma rápida e ágil comunicação entre lugares distantes e a maior fluidez das mercadorias, o setor canavieiro, no Brasil, deixou de funcionar como ilhas e aguçou as relações entre as unidades produtivas nacionais (as usinas). Contudo, continuou mantendo as relações com as localidades distantes sua principal articulação comercial, deixando os nexos locais em segundo plano. A forma como são estabelecidas as políticas públicas atuais para o setor canavieiro acaba por perpetuar a predileção da comercialização dos produtos derivados da cana com o mercado externo, fortalecendo as relações verticais da produção. A partir da segunda metade do século XX, em função das melhorias dos meios de comunicação, houve um maior estreitamento entre as ligações e fluxos das unidades produtivas com os nexos distantes.

É válido lembrar que as relações verticais são aquelas formadas por pontos distantes uns dos outros, mas ligadas por inúmeras formas e processos sociais (SANTOS, 1994), ressaltando que eles (formas e processos sociais) são os vetores de uma racionalidade superior, criando um cotidiano obediente (ELIAS, 2003), o que não implica a inexistência de conflitos.

Já as relações horizontais são aquelas que possuem um domínio de contiguidade *daqueles locais vizinhos reunidos por uma continuidade territorial* (SANTOS, 1994) e por laços de solidariedades orgânicos, mas submetido ao norteamento dos eixos centrais dos fluxos e processos verticais. Nas relações horizontais da produção de cana de açúcar na Zona da Mata de Pernambuco, o atual contexto aponta algumas perpetuações e agregações no que se refere aos trabalhadores braçais com os seus empregadores. Apesar das resistências, é possível encontrar inúmeros trabalhadores da lavoura canavieira submetidos a situações análogas a escravidão. Há também contextos de resistências a essa situação.

Tomando como base a ideia de relações horizontais e verticais debatidas por SANTOS, no livro “A natureza do espaço”, que este artigo explica parte das relações ocorridas no espaço agrário a partir da produção de cana de açúcar. Entre os questionamentos que este texto pretende responder estão: o que mudou na produção de cana de açúcar do século XVI para o século XXI? As transformações ocorridas ao longo dos séculos na produção de cana de açúcar permitiram a melhora, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, dos atores envolvidos?

A base espacial de análise destes questionamentos será o território canavieiro do estado de Pernambuco, conhecido como Zona da Mata. Ainda como preâmbulo do cenário a ser comentado neste texto, temos as relações entre assentados de reforma agrária, os atravessadores, os beneficiadores da cana de açúcar (os usineiros), o Estado e suas políticas públicas como eixo principal de análise.

Nas relações horizontais da produção de cana de açúcar na Zona da Mata de Pernambuco, o atual contexto aponta algumas transformações, como a utilização da força de trabalho livre, em especial assentados da reforma agrária federal. Contraditoriamente, esses trabalhadores surgiram, no contexto agrário brasileiro, buscando uma resistência a submissão da sua força de trabalho ao agronegócio, entre eles o da cana de açúcar.

O movimento que deu origem aos assentamentos de reforma agrária tem suas raízes nas décadas de 1950 e 60, com as Ligas Camponesas¹, mas foi na década de 1990 o período de maior implantação dessas unidades (Fonte: lista dos assentamentos de reforma agrária de Pernambuco / INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). As ocupações e posses se deram, em geral, nas áreas de produção da cana-de-açúcar, que é a mesorregião da mata pernambucana, demonstrada na figura 01.

1 As Ligas Camponesas foi um movimento iniciado no município pernambucano de Vitória de Santo Antão e que acabou se espalhando pelo resto do país. Ele foi oprimido pelo regime militar, mas deixou a semente das reivindicações dos direitos dos trabalhadores rurais, que voltaram a se manifestar com maior intensidade nas décadas de 1980 e 90, após o fim do regime ditatorial.

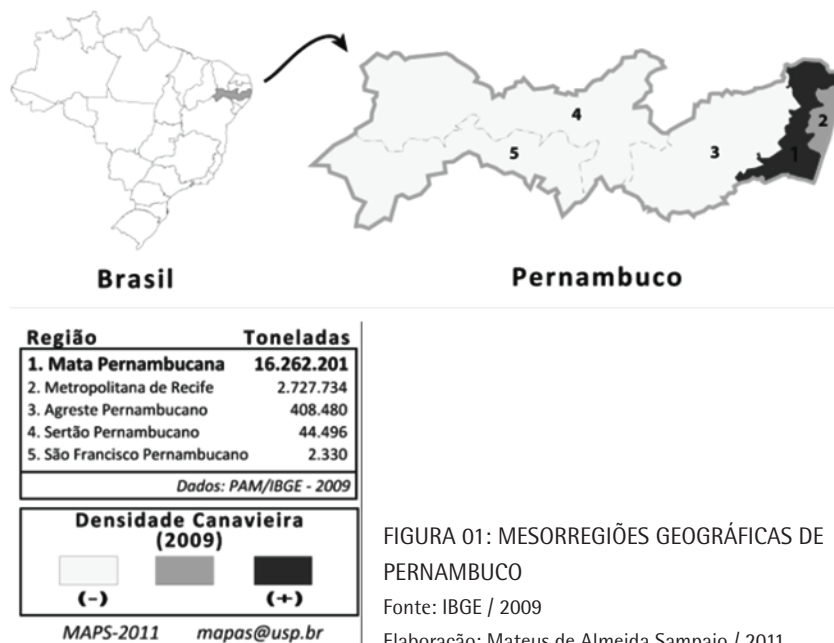


FIGURA 01: MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DE PERNAMBUCO

Fonte: IBGE / 2009

Elaboração: Mateus de Almeida Sampaio / 2011.

É válido lembrar que essa década (1990) foi marcada também pela crise no setor da *sacarcultura*², fazendo com que alguns usineiros ávidos para transferir o seu capital para outras regiões, ou para outros setores, também facilitassem a compra de suas terras para a reforma agrária (tal fato foi percebido em alguns documentos, como as vistorias dos imóveis, no INCRA).

Na primeira metade da década de 2010 o Estado, principalmente através do governo federal, volta a apoiar a produção de cana de açúcar visando atender a futura demanda do mercado externo pelo etanol. Com menor quantidade de terras para a produção de cana de açúcar em Pernambuco, os usineiros e o próprio Estado estimularam os assentados a produzirem cana ao invés de incentivá-los a cultivarem gêneros de primeira necessidade.

2 Mais informações sobre o termo ler em: DABAT, C. R. Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed.Universitária UFPE, 2007.

Este é o preâmbulo do cenário a ser comentado neste artigo, que tem a compreensão das verticalidades e horizontalidades da produção canavieira na zona da mata pernambucana a partir das relações entre os assentados de reforma agrária, os atravessadores, os beneficiadores da cana de açúcar (os usineiros) e as políticas públicas como o eixo principal de análise.

2. A CRISE NO SETOR CANAVIEIRO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM PERNAMBUCO NA DÉCADA DE 1990

As décadas de 80 e 90 marcaram o setor sucroalcooleiro no Estado de Pernambuco pela crise, uma das maiores da história, devido a dois desafios: o econômico e o natural. Este setor, que tem historicamente sua força potencializada pelas políticas públicas, sofreu nesse período uma diminuição do protecionismo governamental em função da implantação do modelo político neoliberal. A extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) é um exemplo dessa mudança de governança, e que foi acentuada pelo maior equilíbrio na produção e preço do petróleo no mercado mundial.

A respeito do reflexo da crise econômica em Pernambuco Andrade e Andrade (2001, p. 69) comentam:

Como desafio econômico, temos o fechamento sucessivo de usinas e destilarias que encerram as suas atividades, ora porque o grupo que controla alguma delas não dispõe de capital e de crédito suficiente, ora porque, prevendo a crise, transferiram os seus investimentos para outros setores econômicos ou para a própria indústria açucareira, em outros Estados, notadamente, Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais (p. 69).

Ou seja, houve um enfraquecimento do setor, especialmente na região nordestina, que além da falta de apoio governamental, não conseguiu se adequar as novas tecnologias desenvolvidas para o setor, já que estas foram desenvolvidas pensando especificamente em atender ao solo, clima e condições da região Sudeste. Somando-se a isso, Pernambuco

sofreu também nesse período, problemas ambientais. Ainda segundo Andrade e Andrade (2001, p. 69):

Do ponto de vista natural, o Estado se depara com a grande seca que já se prolonga por vários anos e que, apesar de prevista pelos institutos de pesquisa, não foram tomadas precauções ou medidas preventivas por parte do Governo Federal e dos Estaduais que, dizendo-se surpreendidos pela seca, desenvolveram a velha política assistencialista, tradicional (p. 69).

Essa crise no setor, somada ao momento histórico que o país atravessava (o fim da ditadura militar), fez com que o Estado de Pernambuco, tradicionalmente inquieto no tocante as questões de luta pela terra, voltasse a aquecer os seus movimentos sociais rurais (como um reflexo das Ligas Camponesas, da década de 1950, liderada por Francisco Julião). O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra foi o movimento que ganhou maior notoriedade no cenário nacional e o número de ocupações e acampamentos cresceram significativamente a partir da década de 1980.

A constituição jurídica dos assentamentos, no entanto, implica num processo mais lento, em decorrência dos entraves burocráticos do INCRA. Dessa forma os assentamentos de reforma agrária no Estado de Pernambuco só conseguiram se instituir, em sua maioria, oficial e juridicamente na década de 1990.

Mesmo com este panorama desfavorável, o setor canavieiro não perdeu a sua força, importância e simbologia em Pernambuco, e assim, apesar do cenário decadente ele perpetua-se entre os principais responsáveis pela geração de divisas do Estado. Territorialmente também continuou monocultor e latifundiário, neste sentido Andrade e Andrade (2001, p. 44) comentam que:

Há uma grande diversificação de atividade na Mesorregião da Mata Pernambucana, mas que essa diversificação é caracterizada pelo domínio absoluto de cana de açúcar, que ocupa cerca de 43% da área cultivada (p. 44).

Segundo a Produção Agrícola Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2009, temos 352.276 hectares do estado de Pernambuco que são de áreas plantadas com cana de açúcar (ou seja, 29% da área plantada do Estado), dominando o ranking de produção agrícola no Estado. Essa cultura temporária é seguida pela plantação de feijão, com 343.791 hectares e de milho, com 308.937 hectares.

No entanto, vale salientar uma questão: o cultivo da cana de açúcar, apesar da sua expansão para a região do Vale do São Francisco, ainda se encontra concentrado na Zona da Mata, enquanto as demais culturas estão espalhadas por todas as mesorregiões do Estado. O que nos ajuda a compreender o quanto esse cultivo se mantém em bases latifundiárias.

No início do século XXI, o Estado nas suas diferentes esferas (federal, estadual e municipal) voltou a apoiar a produção da cana de açúcar vislumbrando uma futura substituição da matriz energética do petróleo pela dos biocombustíveis. Na análise do governo federal, essa corrida para aumentar a produção visa colocar o Brasil como principal fornecedor da que possa vir a ser a principal matriz energética mundial, o etanol. Segundo Fabrini (2010, p. 66):

A preocupação com a produção de etanol ocorreu pela emergência de um potencial mercado externo em vista da intenção da União Europeia de substituir 10% do consumo de combustíveis derivados de petróleo usado no transporte até 2020 (p. 66).

Outro importante mercado consumidor são os Estados Unidos, pois este país também se constituiria em importante mercado, que pretende substituir 20% da demanda de gasolina por etanol até 2020 (FABRINI, 2010, p. 66). Com o apoio mais intenso do Estado a área de produção de cana voltou a se expandir.

Voltando às observações acima, se faz necessário lembrar que parte das áreas das usinas que eram destinadas para a produção de cana, estão hoje destinadas aos assentamentos, tal cenário vem gerando uma série de conflitos (silenciosos ou não).

3. OS ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA, OS ATRAVESSADORES E AS USINAS NA NOVA FASE DE EXPANSÃO DA CANA DE AÇÚCAR EM PERNAMBUCO – AS HORIZONTALIDADES.

A busca pela geração de uma energia renovável e alternativa ao petróleo fez com que, ainda na primeira metade da década de 2010, houvesse aqui no Brasil, mas pressionado pela demanda mundial, forte incentivo a produção do álcool combustível. Visando atender ao mercado externo, em 2004, o governo federal começou a viabilizar crédito e isenções para os produtores do setor. Segundo o ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, a agricultura consome R\$ 3,00 de cada R\$4,00 dos empréstimos concedidos pelos órgãos públicos (SCHLESINGER; NORONHA, 2006). Esses investimentos têm sido empregados em sua maior parte na melhoria das infraestruturas das agroindústrias, que têm passado a investir mais em tecnologia e logística.

No caso pernambucano, porém, as indústrias de beneficiamento da cana de açúcar passam por algumas dificuldades, sendo uma delas a restrição espacial, na qual o governo também ajuda a superar com o direcionamento de medidas cabíveis para amenizar tal questão. Esse impasse provém da necessidade cada vez maior de terras para a expansão da cana no sistema monocultor, das restrições impostas pela topografia do Estado e da criação dos assentamentos de reforma agrária que ocorreram na década de 1990, nas áreas de produção de cana de açúcar em Pernambuco, entre outros motivos, como a expansão industrial do estado impulsionada pelos investimentos e maior dinamização do complexo portuário de Suape. Em função disso, as oligarquias que administram as usinas da região tiveram que reelaborar suas estratégias para conseguirem ampliar a área de cultivo a fim de tentar atender a expansão solicitada pelo mercado. Como busca pelas antigas áreas produtoras de cana que hoje são assentamentos.

Esta inserção dos assentados na produção de cana de açúcar veio por meio de um “convite” não tradicional. Maquiado, transfigurado, como o capital gosta de se mostrar, o “convite” veio em formato de

políticas públicas viabilizadoras de um discurso, pelo qual a produção de cana se apresentaria como importante alternativa para assegurar a sobrevivência das famílias assentadas. Desta maneira, a cana se tornou uma produção predominante em 70% das parcelas de assentamentos na zona da mata pernambucana, como foi possível constatar em trabalho de campo realizado pela autora deste artigo e a Comissão Pastoral da Terra.

Tendo em vista esse cenário, as políticas públicas que deveriam reger as relações horizontais e atender as necessidades da sociedade diretamente relacionada, se instalam em favor das necessidades de nexos distantes, regidas por relações verticais de poder de grandes empresas ou países. É válido ressaltar que das famílias assentadas produtoras de cana na região, mais de 95% destinam a sua gramínea para as usinas. Ou seja, os assentados participam do processo de produção apenas como fornecedores de matéria-prima, sendo alijados do processo de transformação da matéria-prima em mercadoria e da noção da circulação dela no mercado.

Mesmo aqueles assentados que se transformam em atravessadores não conseguem dimensionar o tamanho da produção total, nem ter a consciência da estrutura necessária para gerar a circulação das mercadorias beneficiadas a partir do processamento da cana de açúcar. Apesar de alguns dos compradores de matéria prima para a comercialização com as usinas serem também assentados, isso não os distingue no tocante a melhoria da qualidade de vida diante dos outros assentados da região.

Essas constatações foram obtidas através de mais de 300 questionários aplicados na Zona da Mata Pernambucana. Percebeu-se ainda, através deles, que dos 30% que não produzem cana, 72% pretendem começar a produzir nos próximos anos. Como justificativa para essa opção de cultivo, tantos os que já produzem, como os que pretendem produzir afirmaram, em sua maioria, que a cana proporciona um “*dinheiro certo*”, apesar de pouco, além de ser uma cultura incentivada pelo Estado.

Visando atender à crescente demanda por fontes alternativas de energia (em especial a do etanol para o mercado externo), em detrimento da busca pela segurança alimentar nacional, o Estado permitiu que um braço do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar), o PRONAF ECO, financiasse a produção de cana de açúcar nos assentamentos.

Como justificativa, afirmou-se a necessidade do desenvolvimento de novas tecnologias de energia renovável, como o uso da energia solar, da biomassa, eólica, miniusinas de biocombustíveis e a substituição de tecnologia de combustível fóssil por renovável nos equipamentos e máquinas agrícolas³. Apesar desse discurso, cabe aos assentados (como já foi mencionado) apenas o financiamento para o cultivo da cana de açúcar, afinal, os empréstimos concedidos pelo PRONAF ECO vem do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) e chegam a no máximo 50 mil reais⁴, dinheiro insuficiente para a montagem de uma mini-usina de biocombustíveis, de geração de energia solar ou de usinas eólicas.

Outra política pública que visa estimular os pequenos agricultores a cultivarem cana de açúcar é a doação de R\$12,00 por tonelada aos fornecedores das usinas de cana de açúcar. Este valor já representa um reajuste de mais de 100% do valor original, que era de R\$5,00. Este reajuste foi fruto da pressão dos representantes do agronegócio, em especial os nordestinos, que foi ratificado pela medida provisória de número 615 de maio de 2013. O texto da medida provisória diz o seguinte:

Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol da região Nordeste e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros; dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB; altera a Lei no 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para autorizar a União a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, títulos da dívida pública mobiliária federal; e dá outras providências. (BRASIL, 2013)

Essa política pública de financiamento a fundo perdido aos fornecedores da cana, no entanto, é controlada pelas usinas. Estas

3 Fonte: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronaf_eco.html. Acesso: março de 2011.

4 Fonte: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronaf_eco.html / Acesso: março de 2011.

recebem o dinheiro e repassam apenas às pessoas cadastradas. Assim sendo, a maioria dos beneficiados não são os produtores, mas sim, os fornecedores-atravesadores da cana de açúcar.

Em trabalho de campo, foi possível constatar que o tamanho médio da parcela dos assentados na região da zona da mata pernambucana é de 6 hectares, e cada parcela usa apenas uma média de 3,2 hectares para o plantio de cana. Com isso cada assentado individualmente não consegue atingir a cota mínima estipulada pela usina, o que faz com que eles tenham que comercializar a sua cana com atravessadores que não lhes repassam a doação do governo estadual. Dessa forma, o programa vive um impasse, pois como as usinas impõem uma cota mínima de toneladas por fornecedor, os assentados são obrigados a comercializar sua produção de cana com os atravessadores. Essa relação comercial, que não é feita por meios contratuais, mas sim, com base na confiança, reforça a constatação obtida nas entrevistas com os assentados, ou seja, os verdadeiros produtores de cana de açúcar não são os beneficiários dessa subvenção oferecido pelo Estado.

A forma como essa subvenção do Estado aos fornecedores de cana de açúcar é conduzida, faz com que a usina seja a controladora da distribuição dessa verba e, conseqüentemente, faz com que o território dos assentados seja monopolizado pela agroindústria, que “extraem a renda da terra sem a necessidade de expropriar os camponeses” (FABRINI, 2010, p. 59), ou seja, as usinas e o Estado, através das políticas públicas monopolizam o território sem se territorializarem. Diante disto, é possível perceber que a acumulação capitalista não ocorre somente com a exploração e subordinação do trabalho formal, mas também na sujeição da renda da terra ao capital, mesmo que esta não pertença oficialmente aos capitalistas. Essa forma de terceirização da política pública apenas confirma a predileção histórica do Estado em priorizar o latifúndio em detrimento dos pequenos produtores do país, pois a:

proteção dispensada pelos órgãos governamentais à grande lavoura – à cana-de-açúcar, ao café, ao cacau etc. – e ao completo desprezo às lavouras de subsistências ou “lavouras de pobre”, como se diz frequentemente no Nordeste. As primeiras têm crédito fácil, garantia de preços mínimos, assistência de estações experimentais,

comercialização organizada etc., enquanto as segundas são abandonadas ao crédito fornecido por agiotas, às tremendas oscilações de preço entre a safra e a entressafra e à ganância dos intermediários (ANDRADE, 1980, p.45).

Outra forma de percebermos essa canalização do Estado visando maior apoio aos grandes produtores agrícolas está no aporte financeiro recorrente:

a exemplo da safra 2009/2010, em que o governo federal liberou R\$ 92,5 bilhões à agricultura empresarial e R\$ 15 bilhões à agricultura camponesa. Apesar de envolver aproximadamente 4,5 milhões de propriedades, a última ficou com 16% dos recursos, embora responda por mais de 56,8% do valor total gerado pela produção agropecuária, 86,6% empregos no campo (Oliveira, 2003, p.136) e pela produção de 70% dos alimentos da cesta interna de consumo, conforme estimativas do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário (2009) (PAULINO, 2010, p.117)

Essa predileção histórica do Estado pelas grandes propriedades de terra aponta que a forma como as políticas públicas estão estruturadas, dificultando a ascensão dos pequenos proprietários de terra. Dessa maneira impede o sonho dos movimentos sociais rurais de inserirem os assentados em toda a cadeia de produção dos biocombustíveis (produção, industrialização e circulação da mercadoria). A respeito desse desejo comenta-se:

Entidades sindicais e movimentos sociais, visualizando possibilidade de obtenção de vantagens aos pequenos agricultores na produção de agroenergia, defendem a participação dos camponeses no projeto do agrocombustível [...] Assim, os camponeses deveriam participar da produção do agrocombustível, disputando inclusive projeto e território com o agronegócio (FABRINI, 2010, p. 55 e 56).

A forma como as políticas públicas intervêm nos assentamentos de reforma agrária faz com que os laços de solidariedade orgânica, típicas das relações horizontais, sofram uma forte interferência das demandas das relações verticais, históricas nesse tipo de produção no país. Dessa

forma “o homem produtor sabe cada vez menos quem é o criador de novos espaços, quem é o pensador, o planejador, o beneficiário” (SANTOS, 2007, p. 29) das ações, ficando assim eles excluídos das partes mais importantes do processo.

Contrariamente a lógica estabelecida, o II Plano Nacional de Reforma Agrária afirma que:

A implantação de novos projetos de assentamento está vinculada a proposta de desenvolvimento sustentável dos territórios nos quais se inscreverão. Estes novos espaços para ações locais serão dinamizados pela descentralização das políticas públicas e pela participação social que, para além de definir sobre quais bases se dará o desenvolvimento rural, também exercerá diversas formas de controle social. (BRASIL, 2004).

O trecho acima indica um papel de protagonista dos assentados, mas dentro do quadro atual no território canavieiro da Zona da Mata Pernambucana, o que vemos é o papel de subordinado dos assentados as forças do capital do agronegócio canavieiro, ou seja, mesmo tendo lutado para não depender das usinas como meio de sobrevivência, as relações horizontais da atividade canavieira continua subordinando os mesmos trabalhadores, só que agora numa lógica de trabalho flexível, onde não há relações trabalhistas diretas (como a de empregados e empregador).

4. OS ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA, OS ATRAVESSADORES E AS USINAS NA NOVA FASE DE EXPANSÃO DA CANA DE AÇÚCAR EM PERNAMBUCO – AS VERTICALIDADES.

Apesar da pouca mecanização e o pouco uso de tecnologias dos mais variados segmentos no cultivo da cana na Zona da Mata Pernambucana, o uso de aparatos tecnológicos e de ponta se fazem presente no beneficiamento, logística e circulação das mercadorias provenientes da cana de açúcar. Mesmo não sendo uma região plenamente contemplada

com as tecnologias do período técnico-científico-informacional, como é o caso de região canavieira de São Paulo (em especial a região de Ribeirão Preto), Pernambuco se encontra interligado ao todo do complexo canavieiro dirigido pela região concentrada do Brasil - o Sudeste. Merece um destaque especial o Estado de São Paulo, que desde a década de 1950, é o maior produtor nacional segundo ANDRADE (1994, p. 21)⁵.

A periferização da produção canavieira, na qual Pernambuco está contextualizado, faz com que a questão da exploração da terra, se apresente de forma mais intensa, transformando a atividade agrícola num elemento agregado ao circuito superior da economia, mas se expandindo por meio de ampliação do uso da terra, mais do que por meio da otimização da produtividade. Como é de praxe aos representantes desse circuito, há uma integração não apenas local, mas, sobretudo global e de modo vertical, e as relações, à medida que se tornam mais íntimas e extensas, aproximam e tornam mais evidente a noção de espaço como totalidade.

O principal produto originado a partir do processamento da cana de açúcar ainda é o açúcar, que teve, como já mencionado, a sua cultura estimulada visando a ampliação da produção do etanol para o mercado externo. Segundo informações do SINDAÇUCAR, em março de 2014:

77,3 milhões de litros de etanol foram exportados, o que corresponde a uma alta de 5,17% na comparação com os 73,5 milhões de litros embarcados em março de 2013. O volume também é 17,65% maior que os 65,7 milhões de litros apurados em fevereiro passado.

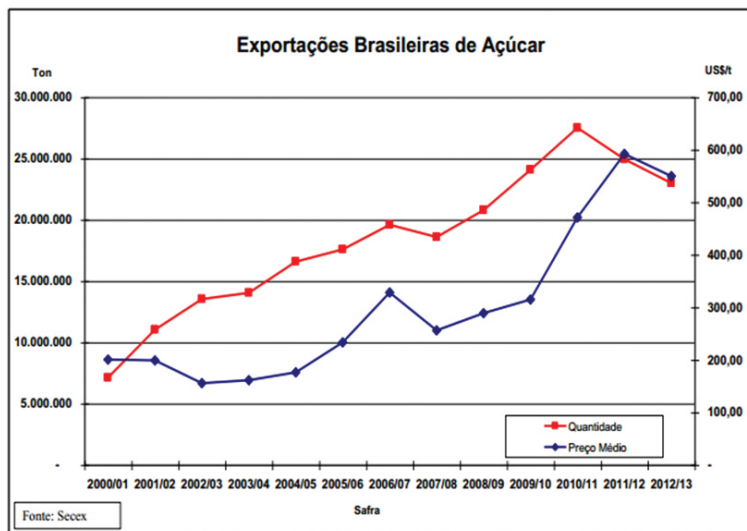
A receita cambial com a venda do biocombustível alcançou US\$ 52,7 milhões em março, um aumento de 3,74% ante os US\$ 50,8 milhões registrados em março de 2013. Em relação a fevereiro, quando os embarques proporcionaram receita de US\$ 39,8 milhões, houve alta de 32,41%. (Fonte: Revista Globo Rural, 2014)

Diante dessas informações, percebe-se o aumento da influência das políticas públicas de incentivo a exportação do etanol no cenário

5 Há divergências no que se refere a esta informação. Há autores que apontam que essa mudança foi anterior a década de 1950.

nacional. A questão da exportação do açúcar, também levando em consideração dados de cunho nacional, nos indica o aumento da exportação deste produto. Pela análise da figura 2 é possível perceber que houve um aumento da exportação do açúcar. Segundo o CONAB, o país que mais cresceu em demanda de açúcar brasileiro, nos últimos anos, foi a Índia.

FIGURA 2: GRÁFICO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE AÇÚCAR



Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (2012/2013)

O estado de Pernambuco segue, em linhas gerais a curvatura do país, ou seja, segue ampliando a exportação em detrimento da produção para abastecimento para o mercado local. Seguindo esta estrutura, as relações verticais do território canavieiro dão conta, sobretudo, da circulação, da distribuição e do consumo das mercadorias produzidas, aproximando pontos distantes, mas ligados por todas as formas e processos sociais.

A tendência atual é que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso, em toda parte. Créditos internacionais são postos à disposição dos países mais pobres para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital (SANTOS, 1994, p.19)

A conexão e integração entre os lugares não reduzem o “local à uma nem o global à soma de partes. O local e o global interagem-se, sendo que os sistemas locais respondem de diferentes modos às forças globais” (SAQUET, 2005, p. 13885). Essa conexão, no entanto, é feita de forma mais ativa pelas grandes corporações, ficando tanto os atravessadores como os assentados, participando de forma passiva, como meros produtores que não conseguem intervir nessa relação, apenas sofrendo as consequências das ações. Apesar do seu atual papel secundário na produção de cana de açúcar, o setor canavieiro do Estado de Pernambuco tem demonstrado a sua capacidade de estabelecer conexões a outras localidades através de amplas redes de relações, sem deixar de reproduzir as relações com os locais imediatamente ligados, como ocorreu com a produção canavieira no período colonial. As relações de verticalidade para existirem necessitam de grandes capitais, representados, no caso pernambucano, essencialmente pelas oligarquias regionais, “estas obedecem a uma lógica que é ao mesmo tempo internacional, por sua dispersão geográfica, e interna aos grupos financeiros que estão numa situação de concorrência” (SANTOS, 2003, p.151).

Produz-se assim uma dialética entre o local/global na produção do espaço, onde se torna necessário enfatizar o novo papel de mediador do Estado e do próprio território em que se realizam as partes essenciais do processo produtivo. Como já foi mencionada, a produção agrícola do setor canavieiro no Estado de Pernambuco, apesar de ter uma ampla rede de relações verticais e horizontais, se encerra em si mesma, pois diferentemente do que ocorreu em São Paulo, ela não foi capaz de formar dinâmicas econômicas fomentadas por este setor e com isso, não abriu espaço para que outras atividades se reproduzissem na região.

5. CONCLUSÃO

As relações horizontais entre os assentados e a agroindústria canavieira não significam uma exclusão dos primeiros no processo produtivo, mas apenas que esses estão inseridos de forma passiva, possibilitando aos grandes proprietários de terra o complemento do espaço necessário para a expansão da sua produção.

A forma utilizada para essa ampliação consiste na utilização da renda da terra dos assentados pelos usineiros. Isso significa que apesar do aparente obstáculo dos assentamentos, essa propriedade da terra constitui uma possibilidade de expansão ao capital sucro-alcooleiro, que a utiliza indiretamente como renda da terra e os seus proprietários como trabalhadores agregados a mais-valia.

A construção dessa lógica é fruto da submissão das forças verticais (que interfere nas políticas públicas locais) que leva os assentados, por força da alienação imposta, a não realizarem uma atividade mais lucrativa (policultura). Essas forças das relações verticais são, no entanto, ampliadas com o apoio do Estado que através do discurso e políticas públicas fomentam a inserção subordinada dos assentados no projeto de produção dos biocombustíveis, fazendo com que haja uma monopolização do território dos assentados pelo agronegócio.

Soma-se a este contexto a inviabilidade de um desenvolvimento econômico em detrimento de um crescimento econômico para os agentes representantes do agronegócio da cana no estado.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 1980. 278p.
- ANDRADE, M. C. **Modernização e pobreza**: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. 250p.
- ANDRADE, M. C. E ANDRADE, S. M. C.. **A cana-de-açúcar na região da mata pernambucana**. - Reestruturação produtiva na área canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90: Impacto ambiental, Sócio-Econômico e Político. Recife: Editora universitária da UFPE. 2001. 99p.
- BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. **PRONAF ECO**. Disponível em: < www.bnds.gov.br > Acesso em: janeiro de 2011.
- BRASIL. Medida provisória nº 615, de 17 de maio de 2013. Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol da região Nordeste e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros.

- Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 maio. 2013.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004.
- CONSELHO NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Conjuntura Regional Pernambuco**. 2004. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9cdfd9d79a117bb82474c31c9ae22d1e.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2011. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_09_11_16_41_03_prospeccao_12_13.pdf Acesso em: abril 05 de abril de 2014
- DABAT, C. R. **Moradores de Engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed.Universitária da UFPE, 2007. 800.p
- ELIAS, D. **Agricultura e globalização**: A Região de Ribeirão Preto – SP. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 400p.
- EDITORA GLOBO. Revista Globo Rural. Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/Cana/noticia/2014/04/exportacao-de-acucar-do-pais-cai-29-em-marco-ante-marco-de-2013.html> Acesso em: 05 de abril de 2014
- FABRINI, J. E. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, M. A; SANTOS, R. A. (Orgs). **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, p. 55 - 88. 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: janeiro de 2011.
- PAULINO, E. T. **Políticas territoriais e questão agrária**: da teoria à intervenção. In: SAQUET, M. A; SANTOS, R. A. (Orgs). **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, p.107 – 130. 2010.
- RICARDO, R. M. Cachaça: conflitos e impasses no Brasil colônia(1640 – 1700). Revista do grupo de pesquisa “**A escrita no Brasil colônia e suas relações**”. v.1, 2011.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, p. 15 - 20. 1994.
- SANTOS, M. **Economia espacial**: críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 204p.

- SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. 90p.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. Editora da Universidade de São Paulo, 2008a. 157p.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b. 384p.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record, 2001. 471p.
- SAQUET, M. A. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2005, Montevideú. *Anais* A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais, Montevideú 2005. p. 13882 – 13894.
- SAQUETE, M. A.; SANTOS, R. A. (Orgs.). **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 256.
- SCHLESINGER, S.; NORONHA, S. **Agronegócio e biocombustíveis: uma mistura explosiva**. Rio de Janeiro: Núcleo Amigos da Terra/Brasil e Fundação Heinrich Böll, 2006. 23p.
- SILVA, J. G. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec. 1981. 210p.

DESENVOLVIMENTO E CONFLITOS SÓCIOTERRITORIAIS EM SUAPE: DESCONSTRUINDO A INVISIBILIDADE DE SUAS CONTRADIÇÕES

Thiago Antônio Pereira dos Santos

1. INTRODUÇÃO

Figurando como o *eldorado* nordestino moderno, o Complexo Industrial e Portuário de SUAPE, localizado no espaço territorial da mata sul pernambucana, representa uma nova fase no processo de desenvolvimento brasileiro, e objetiva uma reorientação geográfica do mesmo¹. Tais constatações, em uma análise dialética dessa realidade, não estão destituídas de conflitos e contradições que materializam as lutas de classes, o caso específico de SUAPE, entre a população rural dos engenhos que se localizam no território do complexo e o poder público-privado do Estado e das grandes corporações que hoje se instalam na região. Simbiose que institucionalizou um bloco de poder onde o Estado joga num papel de indutor estratégico da forma de desenvolvimento priorizada pelo projeto neodesenvolvimentista em curso. Pesadas isenções fiscais, baixos salários e carga horária de trabalho extenuante materializam o triângulo do presente crescimento econômico.

Nesse sentido, mesmo tendo ciência do reduzido fôlego teórico de um artigo científico, nossos desafios localizam-se em sumariar a desconstrução do discurso neopositivista de neutralidade do

¹ Faço aqui referência a descentralização dos investimentos públicos e privados no Brasil das últimas décadas. O centro-sul do país passa a não ser mais a única rota desses investimentos. A conjunção de pesadas isenções fiscais do poder público com uma mão de obra barata, estruturaram um projeto por muitos denominado de nova China. Para mais detalhes, acessar o site da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE).

desenvolvimento, bem como a separação entre desenvolvimento econômico e social e o encobrimento dos conflitos territoriais que estão implicados no nosso objeto de análise. Outra indagação por nós realizada estará relacionada à atualidade ou não da chamada questão regional para se pensar o desenvolvimento brasileiro, tendo como elemento de problematização as tendências atuais de atomização geográfica dos nichos de desenvolvimento em nosso país.

Para tais empreendimentos analíticos, teremos como referências a concepção de território de Milton Santos (2005, p. 259), segundo a qual “a arena da oposição entre o mercado –que singulariza– e a sociedade civil –que generaliza– é o território, em suas diversas dimensões”, e ainda do ponto de vista histórico e geográfico do território, teremos como fundamento as contribuições do professor Manuel Correia de Andrade, no tocante aos processos de ocupação e constituição dos ciclos econômicos hegemônicos historicamente, bem como do desenvolvimento de suas contradições em formações sociais distintas.

Atravessarão também nossa construção, os apontamentos de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento brasileiro e especificamente nordestino, análises que constam em sua obra *“A Fantasia Desfeita”*. Trabalharemos ainda com a noção de áreas ambientalmente sensíveis de Valéria da Vinha, no sentido de desenvolver a crítica à não participação nas decisões estratégicas dos sujeitos que estão tendo seu modo de viver subvertido pela chamada modernidade necessária e irreversível².

2. O REFINO DO BAGAÇO: A CONTINUIDADE HISTÓRICA DE UM DESENVOLVIMENTO AUTOCRÁTICO.

O título acima faz referência ao fio histórico do desenvolvimento econômico nordestino, especificamente do território da Mata Sul pernambucana. O refino do bagaço, trocando em miúdos, significa a referência ao ciclo da cana de açúcar, hegemônico durante mais de

2 Uma ilustração a respeito da noção de irreversibilidade do tipo de desenvolvimento observado hoje em SUAPE pode ser encontrada em entrevista do dia 30 de março de 2011 do prefeito do município de Ipojuca, Pedro Serafim Neto, publicada no site da prefeitura do referido município.

quatro séculos, como também ao atual ciclo petroquímico, que tem na refinaria Abreu e Lima seu principal projeto. Mas o fio de continuidade acima referido relaciona-se essencialmente às relações sociais não democráticas de uma modernização que conserva traços oligárquicos.

Como nos aponta Florestan Fernandes *In* Ianni (2004, p. 242), “Esse patamar psicossocial das relações humanas é a nossa herança mais duradoura (e, ao mesmo tempo, mais negativa) do passado colonial e do mundo escravista”.

Souza Martins (2010, p. 26), ao debater a modernidade brasileira, assinala que:

o nacionalismo que da forma ao nosso desenvolvimentismo propugna o moderno sem propugnar a modernidade. Acata e legitima as formas modernas, a racionalidade do lucro, a organização racional do trabalho, o espetáculo colorido da comunicação de massa, mas é ao mesmo tempo conservador, resistente a um modo de vida, o da modernidade, **e às perturbações sociais que poderiam resultar da disseminação das diferenças** (de mentalidade, de orientação política, de multiplicidade social) (grifo nosso).

Em síntese, o aparente consenso proposto pelas elites brasileiras é fundamentado em uma modernização sem mudança, sem fraturas na composição dos blocos de poder. Ou se quisermos, uma modernização onde o elemento de novidade não possui capilaridade histórica e política, nos termos de Gramsci, caracterizado muito mais como contrarrevoluções do que revoluções- restauração.

Pensar a análise do atual modelo de desenvolvimento a partir da realidade dos despossuídos do poder político e econômico, nos coloca do ponto de vista metodológico, os seguintes questionamentos: desenvolvimento com quem e para quem?

Isso posto, é necessária a localização histórica e geográfica do território sobre o qual se efetiva nossa análise. A zona da Mata Sul pernambucana que junto com o estado de Alagoas reúnem as melhores condições, do ponto de vista da composição do solo, para a cultura canavieira, foram e ainda são fortemente marcadas pela sociedade dos senhores de engenhos, depois usineiros, e suas específicas relações sociais. Em passagem de seu

poema “*Morte e vida severina*”, João Cabral de Melo Neto, ao fazer a crítica à estrutura fundiária nordestina, sintetizará, utilizando-se do recurso da licença poética, a condição dos trabalhadores da cultura canavieira, ao inferir que a parte que lhe cabe no latifúndio da cana é o espaço do seu próprio túmulo, enredando a construção de um ciclo de desenvolvimento que exclui a participação *dos que vivem do seu trabalho* das decisões estratégicas sobre suas próprias vidas, sendo o momento da produção o único *locus* seu por excelência. A atividade criativa, o desenvolvimento do trabalho enquanto práxis libertadora é negada em todas as suas dimensões. A vida é sobrevivência, não a produção do novo.

Para uma análise comparativa é necessária a construção de algumas mediações, pois mudanças ocorreram e ocorrem, inclusive em relação aos discursos e práticas oficiais, assim sendo, é fundamental inserir em nossa construção os determinantes macrossociais e o rearranjo do desenvolvimento econômico brasileiro, do qual SUAPE é uma das objetivações mais cabais.

Quando tratamos de refinamento do bagaço, não se constitui apenas na constatação de mudança do eixo de desenvolvimento econômico, mas o refinamento também se gesta nas estratégias de hegemonia, nos termos de Gramsci, na busca da construção de um consenso passivo no tocante a participação, e ativo em relação à aceitação e defesa do projeto hegemônico, por parte das maiorias destituídas do poder político e econômico. Ou seja, o discurso da qualificação profissional, da irreversibilidade do modelo de desenvolvimento objetivado e do bem de todos, direciona a construção de consensos destituídos de conflitos e contradições. Como aponta Mészáros (2007), o consenso proposto pela classe dirigente desenvolve uma cultura de desigualdade através da internalização da posição social das maiorias destituídas, encerrando como tarefa estratégia no polo antagonico, a constituição de uma cultura de igualdade substantiva.

Podemos ainda afirmar haver uma sacralização da concepção de desenvolvimento, reatualizando teses desenvolvimentistas dos idos anos 50\60 do século XX, Mészáros (2007) atenta para o fato de que o crescimento, nesse momento histórico, figura como suposta evidência de saúde do sistema do capital, é a palavra mágica supostamente destituída de fundamento político.

Para Furtado (1989, p. 23),

A rígida hierarquia social e o monopólio da informação em mãos de poucos explicam a arrogância e o autoritarismo da classe dirigente. Assim, o ecológico, o econômico, o social e o político se entrelaçaram para produzir o duro cimento em que se alicerçou o subdesenvolvimento do Nordeste.

2.1 O NORDESTE E O SUBDESENVOLVIMENTO: NOTAS PARA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA ECONÔMICA NORDESTINA.

O reordenamento mundial pós segunda guerra, segundo Celso Furtado, significou para a economia a emergência de uma nova tendência, que foi exatamente a de constituição de um mercado global baseado em intercâmbios transcontinentais. Isso contrastou com o processo anterior que privilegiou um planejamento econômico baseado no fortalecimento do mercado interno.

Para o Brasil, com formação econômica marcada pela especialização na exportação de matérias primas, nossa trajetória histórica significou a instalação do país numa situação de dependência, sendo basicamente através da importação de produtos manufaturados que tomávamos contato com as então denominadas “*correntes do progresso*”.

A tardia industrialização brasileira na visão do autor será constituída por dois elementos singulares; um primeiro que seria a reprodução tardia do ciclo de industrialização, orientada para a formação de um mercado interno, indo na tendência oposta do mundo desenvolvido; e em segundo, sua estruturação para a substituição de importações.

Podemos indicar, para ilustração do quadro mais geral brasileiro, duas resultantes desse movimento de mudança de eixo econômico; uma, com certeza, é a alteração socioeconômica da sociedade brasileira, seu maior nível de urbanização, a elevação do nível médio de vida. Tais fatores não se disseminaram de forma geograficamente homogênea em todo país, são capilarizados principalmente no centro sul. E é a partir dessas assimetrias internas que teremos a continuidade da especialização em exportação de produtos primários das regiões menos industrializadas, dentre as quais o Nordeste, enquanto que o contato com as “*correntes do progresso*” ficavam circunscritos a áreas específicas.

Para Furtado (1989, p. 32) podemos observar que:

Assim, as disparidades regionais existentes no Brasil tenderam a acentuar-se com o início do ciclo da industrialização protegida. A região nordestina manteria consideráveis saldos de exportação para o exterior, sendo obrigada, pela barreira protecionista, a adquirir na região centro sul produtos que antes obtinha a preços bem mais baixos nos mercados internacionais.

Esse modelo de desenvolvimento será o catalisador do que se passou a chamar *questão regional*. Como segunda resultante teremos o aprofundamento das assimetrias entre as regiões brasileiras, que expressará, a nível sociopolítico, as diferentes formas de apropriação e exploração do território. No Brasil pós regime militar, o próprio Celso Furtado, como também outros pesquisadores, dentre os quais Tânia Bacelar, atualizam a análise e advogam haver hoje uma questão que é nacional. As assimetrias atuais localizam-se entre *ilhas de dinamismo* que contrastam com bolsões de miséria que as cercam.

O conceito de ilhas de dinamismo, segundo Bacelar, é do professor Carlos Vainer da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), essas ilhas acabam por criar um “paroquialismo mundializado”, a resultante disso seria uma desvinculação da população dessas ilhas em relação à realidade do próprio país, inserindo-se no circuito dinâmico mundial. Podemos argumentar, no caso específico de SUAPE, que essa seria uma desvinculação da própria realidade que circunda o complexo.

A título de ilustração, é importante salientar que tendo a maior parte de seus investimentos localizado no município de Ipojuca, SUAPE é sitiado pela cidade que apresenta o segundo pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Região Metropolitana do Recife (0,658), dentre os quatorze municípios que a compõem. A desigualdade social também figura como uma das marcas constituintes do município, em dados que constam no Atlas de Desenvolvimento Humano da cidade do Recife do ano de 2005³, os 10% da população mais rica do

3 O Atlas adiciona informações do aglomerado metropolitano denominado Região Metropolitana do Recife, (RMR), do qual o município de Ipojuca faz parte, pelo menos do ponto de vista político e administrativo.

município de Ipojuca ficam com 43,84 % da renda, de forma paradoxal, os 10% mais pobres são responsáveis pela apropriação de somente 2,5% das riquezas produzidas.

Importante ressaltar que o período histórico de obtenção dos dados acima destacados é a entrada dos anos 2000, período em que ainda não se visualiza a implantação dos principais projetos que condensam o maior volume de investimentos. Possivelmente com a atualização de uma década desses dados, teremos uma agudização da já latente desigualdade social.

Se por um lado existe a desvinculação da *ilha de dinamismo* de SUAPE, principalmente em relação à apropriação dos lucros ali produzidos, há do lado contrário a socialização das resultantes ecológicas e sociais da forma não sustentável de apropriação do território. Os impactos sociais e ambientais causados se avolumam e produzem a inviabilização do modo de viver da população nativa da região. Como aponta Milton Santos (2005, p. 260)

Na união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem às regiões onde se instalam porque a ordem que criam é em seu próprio, exclusivo e egoístico benefício. Se aumentam a coesão horizontal isso se dá ao serviço do mercado, mas tende a corroer a coesão horizontal que está a serviço da sociedade civil como um todo.

Esses vetores entrópicos no nosso objeto de estudo materializam-se nos objetivos e prioridades privadas, na medida em que se afastam da arena pública, do bloco de poder formado pelo Estado e pelas grandes corporações. De maneira empírica, é possível visualizar a constituição de impactos na vida cotidiana da população urbana e rural dos municípios que circundam o complexo, a exemplo do município de Ipojuca, onde a ausência de infraestrutura, a falta de planejamento urbano, o déficit habitacional nas áreas urbana e rural, bem como as condições de sobrevivência da população mais pauperizada saltam aos olhos e ganham contornos dramáticos.

2.2 DA LAMA AO CAOS⁴.

De uma variedade geográfica ímpar, o Nordeste brasileiro, segundo Manuel Correia de Andrade, expressa essa variedade em diferentes taxas pluviométricas, solos, culturas e diferentes formações sociais. Mas de modo geral o professor apresenta a grande concentração fundiária como um dos grandes problemas das zonas mais densamente povoadas da região, a exemplo da Zona da mata.

A análise acima, encontrada no clássico *“A terra e o homem no Nordeste”*, datada da década de 70 do século XX, coloca em cena as tensões sociais entre usineiros e a população nativa dos pequenos engenhos fornecedores de cana, que também desenvolviam a agricultura familiar. Isso posto, é importante desbravar o fio histórico dos conflitos que traduzem a história da região. Alterando-se os sujeitos envolvidos, e traduzindo uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, e de maneira mais singular no nordeste brasileiro, os conflitos atuais no território em questão têm na disputa fundiária um importante componente.

Como aponta Silveira (2010), o mapeamento dos conflitos na região do Complexo Portuário e Industrial de SUAPE nos apresenta o seguinte quadro: das 27 comunidades existentes no território, que hoje está na área de influência do empreendimento, 17 delas apresentam conflitos relacionados ao uso da terra e de seus elementos, 6 apresentam conflitos sociais e ambientais, contando com os conflitos latentes e manifestos.

Esses conflitos e contradições, segundo a autora acima citada, vêm fomentando diferentes estratégias por parte dos sujeitos coletivos envolvidos. Em relação às comunidades, a organização coletiva dentro das associações de moradores vem sendo o instrumento através do qual ganha o espaço público o discurso da população nativa. De modo contrário, a tendência à judicialização dos embates tem sido a estratégia usada pelo bloco de poder, composto pela simbiose do poder de Estado e da iniciativa privada.

4 Referência ao título do primeiro álbum da Nação Zumbi, cujas composições retratam o metabolismo que rege o modo de vida das populações que sobrevivem do mangue.

De modo sintético, os conflitos acima representam uma correlação de forças desigual entre, de um lado uma população privada do acesso aos meios de sua sobrevivência, e de outro, um bloco que condensa uma influência política e econômica inéditas na região⁵.

O recurso a judicialização da questão social e ambiental tem no discurso das indenizações a mediação necessária para a construção de consensos passivos entre as classes em conflitos. O elemento pacificador seria a suposta neutralidade da justiça, assim como essa equação, desapropriação/indenização, representaria uma relação de troca justa. Esses dois elementos, na nossa forma de analisá-los, representam a tentativa de esvaziar a possibilidade de construção de uma consciência coletiva antagonista por parte da população nativa.

É possível mesmo afirmar que temos um predomínio do que Coutinho (2010) denomina de *hegemonia da pequena política*. Tal mecanismo esvazia as mediações mais universais da luta entre as classes fundamentais. As contradições e conflitos do modo de desenvolvimento preconizado são deslocados da arena da luta antagônica e transmuta-se em problema de gestão a ser mediado pelas instituições judiciárias.

Silveira (2010) ainda constata que o discurso das indenizações tem conseguido inserir as associações comunitárias, os sujeitos coletivos representantes da população local, na lógica das relações de compensações. A captura das subjetividades de homens e mulheres que tem no metabolismo com o meio natural sua forma de vida privilegiada é perpassada pelos argumentos requentados da inevitabilidade do desenvolvimento, do progresso e do bem comum. Esses mecanismos publicizam uma visão de mundo que se quer exclusiva, e que em sua essência, apresenta apenas uma das formas de conceber a organização da sociedade.

Outras estratégias de integração subordinada/tutelada são o exercício da filantropia por parte das empresas, assim como a disseminação de cursos profissionalizantes, estes últimos, principalmente, para a ocupação de vagas na construção civil. Importante constatar, que a fase de ampliação de vagas no setor da construção civil se constitui como a

5 Suape hoje recebe investimentos da ordem de US\$ 17 bilhões. São mais de 100 empresas instaladas e outras 35 em fase de implantação nos seus 30 anos de existência. Segundo consta no site do próprio complexo industrial portuário.

fase inicial da implantação dos grandes empreendimentos, a médio e longo prazo; a exigência será de uma mão de obra mais especializada, o que tendencialmente aponta para um maior desemprego entre os setores menos especializados, dentre os quais se insere boa parte da população que hoje vivencia os conflitos sociais, ambientais e fundiários do referido território.

Na literatura que hoje versa sobre os conflitos socioambientais tem sido corrente a utilização do conceito de *stakeholder*, ou grupos de interesses, para o processo de implementação de empreendimentos que desenvolvem algum impacto ambiental. Os *stakeholders* hoje abrangem as vítimas reais e potenciais desses empreendimentos. Valéria da Vinha julga que em países em desenvolvimento o grande desafio desses empreendimentos seria o de lidar com os anseios e as expectativas da comunidade, bem como com os movimentos ambientalistas. Esse conjunto de fatores configura o que a autora classifica como *áreas ambientalmente sensíveis*.

Na ótica da gestão ambiental empresarial, os espaços de diálogo com os *stakeholders* configuram-se como fundamentais para a agregação de elementos de competitividade às empresas. Mesmo considerando os limites políticos de tais espaços, não é secundária a constatação de que esses inexistem na nossa realidade. Silveira (2010), após mapeamento dos conflitos socioambientais em SUAPE, afirma que mesmo com a forte presença do Estado nas garantias políticas e financeiras para esses empreendimentos, ainda assim, não há a observância de espaços institucionalizados de decisão coletiva entre os sujeitos inseridos nos conflitos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos apontar como desafios às populações que estão vivenciando os conflitos sociais e territoriais em SUAPE a constituição de dois eixos principais; um primeiro seria o desenvolvimento de redes de solidariedade que extrapolem os limites geográficos do território em si, ocupar a arena pública e dar densidade a um projeto alternativo de desenvolvimento. Complementar a isso é preciso desnaturalizar as

alterações que se processam no modo de vida dos homens e mulheres nativos do território.

Depoimento que podemos encontrar em Silveira (2010) direciona bem o que acima colocamos. Questionando as soluções estruturadas pela diretoria do complexo, um dos moradores de uma das comunidades situadas no território de SUAPE faz o seguinte questionamento:

Essa mata que o senhor está plantando, que diz que está plantando, ela dá caranguejo? Ela dá aratu? Dá siri? Dá ostra? Dá sururu? A mata que o senhor está plantando pra mim não vai servir de nada! Pra mim só vai ter cobra, largatixa, calango. Pra mim, eu não vivo disso! Eu vivo do caranguejo, siri, aratu. (Entrevista número 28 *apud* SILVEIRA, 2010, p. 85)

Aprofundar a crítica à forma de racionalidade instrumental no trato com a natureza e com as pessoas parece-nos ser a direção que aponta o discurso acima, sistematizá-lo e ganhar mentes e corações para a possibilidade de pensar de maneira diversa o desenvolvimento e, conseqüentemente, subverter a forma de relações sociais que causam estranhamento e afastam as maiorias do papel ativo de construção de suas próprias histórias é a crítica possível e necessária.

O terreno, a conjuntura histórica para o florescimento de uma racionalidade alternativa, guarda suas potencialidades na vigilância atenta dos processos sociais cotidianos, através de suas próprias contradições, gestadas e ampliadas, sob a égide da atual forma de organização social hegemônica.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973. 334p.
- BACELAR, T. A “questão regional” e a “questão nordestina”. In. TAVARES, M. C. (org.) **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 71-92, 2000.

- COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (orgs.) **Hegemonia às avessas**. Economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, p. 29- 43, 2010.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. 512 p.
- FERNANDES, F. As mudanças sociais no Brasil. In: IANNI, O. (org.) Florestan Fernandes: **Sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, p. 221 – 27, 2004.
- FURTADO, C. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 206 p.
- MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Editora Contexto, 2010. 176 p.
- MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007. 400 p.
- NETO, J. C. M. **Morte e vida severina**. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1969. 176p.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Ministério da Integração Nacional. **Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife**. Região Metropolitana de Recife avança menos que Pernambuco no IDH. Prefeitura da Cidade do Recife, 2005.
- SANTOS, M. O retorno do território. **OSAL**: Observatório Social da América Latina, Buenos Aires v. 6 n. 16, p. 250-261. jun 2005.
- SILVEIRA, K. A. **Conflitos socioambientais e participação social no Complexo Industrial e Portuário de SUAPE, Pernambuco**. 2010. 112f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Prodema, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.
- VINHA, V. G. As empresas e o desenvolvimento sustentável: da eco-eficiência à responsabilidade social corporativa. In: May, P. H.; LUSTOSA, M. C. J.; VINHA, V. G. (Orgs). **Economia do Meio Ambiente**: teoria e prática. 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, p. 173-193, 2010.

SAÚDE AMBIENTAL E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: UM ESTUDO NA CHARNECA – CABO DE SANTO AGOSTINHO – PE

Emmanuele Ribeiro de Mendonça

Carlos Wendell Pedrosa dos Santos

Flaviane Andressa Carvalho

1. INTRODUÇÃO

A Região da Mata Sul do Estado de Pernambuco apresenta uma história marcada pela alteração das condições de acesso e uso dos bens naturais, que nega o direito difuso ao meio ambiente. Isto é a condição *sine qua non* para o desenvolvimento de conflitos socioambientais.

Esses conflitos são entendidos como embates entre diferentes modos de apropriação dos bens naturais no território. Diante da complexidade dos conflitos socioambientais, eles se processam numa gama de situações. Este artigo analisa o caso em que os conflitos socioambientais ocorrem em torno da distribuição dos impactos ambientais gerados pela precariedade do saneamento básico na comunidade da Charneca, no município do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco. Assim, o artigo tem como objetivo analisar as condições da saúde ambiental, sua ligação com o saneamento básico e conflitos socioambientais na comunidade da Charneca.

Charneca tem uma topografia peculiar que impressiona com suas ruas estreitas, além de ser rodeada por morros e depressões que dificultam o acesso a muitas localidades da comunidade, além de fazer parte de Juçaral, distrito do município do Cabo de Santo Agostinho. O município do Cabo de Santo Agostinho, faz parte da Região Metropolitana do Recife (RMR), é um município litorâneo, situado na Zona da Mata Sul de Pernambuco.

2. SAÚDE E MEIO AMBIENTE: UMA CONEXÃO NECESSÁRIA

A concepção “ambiental” da doença foi reforçada a partir dos séculos XVI e XVII com a Teoria dos Miasmas, que concebia a transmissão das doenças pelo ar e pelos odores. Para estes, o meio ambiente passa, então, a adquirir um caráter predominantemente social (BARATA, *apud* GOUVEIA, 1999, p.51).

A relação entre o ambiente e o padrão de saúde de uma população define um campo de conhecimento referido como “saúde ambiental” ou “saúde e ambiente”. Segundo a OMS, esta relação incorpora todos os elementos e fatores que afetam a saúde, incluindo a exposição a fatores como substâncias químicas, elementos biológicos, ou situações que interferem no estado psíquico do indivíduo, até os relacionados com aspectos negativos do desenvolvimento social e econômico dos países (OPS, 1990).

De acordo com Ordóñez (2000), as palavras “ambiente”, “meio ambiente” e “meio” possuem vários sentidos linguísticos, mas para os fins da saúde ambiental considera-se que são sinônimos e para simplificar usa-se apenas ambiente.

Em relação ao Ambiente e a Saúde, Itali e Vilela Filho (2006) afirmam que os problemas que afetam a saúde são, por vezes, problemas que estão relacionados ao ambiente. Este conjunto apresenta-se como problemáticas que afetam indivíduos e grupos em diferentes regiões e que necessitam de alternativas, de análise para sua compreensão e solução. Segundo Rigotto (2003), a saúde do homem depende da capacidade da sociedade de gerir a interação entre as atividades humanas e o ambiente físico e biológico.

Sendo assim, segundo Czaresnia (2003), o discurso da saúde pública e as perspectivas de redirecionar as práticas de saúde vêm articulando-se com a ideia de Promoção da saúde. Conceituando de forma tradicional a Promoção, Leavell & Clarck (1976) entendem como um dos elementos do nível primário de atenção em medicina preventiva.

A Promoção da saúde ganhou, em seu percurso histórico, diferentes abordagens, tendo um maior conteúdo conservador ou progressista. O conservador ocorre no contexto de sociedades capitalistas neoliberais,

fortalecendo a ideia de autonomia dos sujeitos e dos grupos sociais, diminuindo a intervenção estatal. A perspectiva progressista enfatiza a elaborações de políticas públicas intersetorias, voltadas a melhoria da qualidade de vida das populações, logo afirma as relações de saúde e condições de vida.

Essas condições de vida podem ser entendidas como acesso a boa moradia, trabalho, meio ambiente e principalmente aos serviços públicos como o saneamento básico.

A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, do Ministério das Cidades, ao propor a Política Nacional de Saneamento Ambiental (PNSA), definiu saneamento ambiental como:

[...] o conjunto de ações técnicas e socioeconômicas, entendidas fundamentalmente como de saúde pública, tendo por objetivo alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, compreendendo o abastecimento de água em quantidade e dentro dos padrões de potabilidade vigentes, o manejo de esgotos sanitários, resíduos sólidos e emissões atmosféricas, a drenagem de águas pluviais, o controle ambiental de vetores e reservatórios de doenças, a promoção sanitária e o controle ambiental do uso e ocupação do solo e prevenção e controle do excesso de ruídos, tendo como finalidade promover e melhorar as condições de vida urbana e rural (SNSA, 2003. s.p.).

A responsabilidade pela prestação dos serviços de saneamento básico sempre se situou na esfera municipal - mesmo antes da Constituição Federal de 1988, que reafirmou tal competência. O principal desafio desses municípios consiste em viabilizar a implantação de sistemas de tratamento de esgotos e assegurar o pleno abastecimento de água às suas populações. Apenas 10% do total de esgotos produzido recebem algum tipo de tratamento, ou seja, 90% são despejados in natura nos solos, rios, córregos e nascentes, constituindo-se na maior fonte de degradação do meio ambiente urbano e de proliferação de doenças infecciosas e parasitárias (MOREIRA, 2002).

3. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA DINÂMICA DO TERRITÓRIO

O entendimento de território enquanto resultado da relação entre as ações e os objetos perpassa pela noção de (i) materialidade. Saquet (2006) explica que na produção do território, ideia e matéria são historicamente determinadas numa relação mútua que confere uma unidade entre elas. Assim, conforme o autor, uma está na outra, por isso o território é (i) material. Esse termo diz respeito às relações sociais e de poder intimamente ligadas à materialidade do território.

Portanto, na relação entre sociedade e recursos naturais, o território é produto e condição, pois essa relação é dialética. Isto pode ser bem compreendido através da concepção materialista de natureza. Deste modo, segundo Foster (2005), admite-se que a mesma tem uma história e constitui uma pré-condição da existência humana, assim, o primeiro ato histórico do ser humano é a produção dos meios para a satisfação das necessidades (comer, beber, vestir-se), a produção da vida material.

Deste modo, o referido autor mostra que, em diversos trabalhos desenvolvidos por Marx, o conceito de metabolismo foi empregado para definir o processo de trabalho, no qual o ser humano, mediante suas ações, regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza. O metabolismo seria um processo de troca material.

Assim, Marx defende a interdependência entre os seres humanos e a natureza. Quando essa interação sofre perturbações ocorre uma falha metabólica¹. Segundo Foster (2005), Marx empregou esse conceito na análise da relação entre as pessoas e o solo, no capitalismo, isto é, nas reflexões acerca da agricultura capitalista. O referido autor explica que, segundo Marx, a agricultura em larga escala impedia a devolução dos elementos do solo que foram consumidos, acarretando em falhas na troca material entre o ser humano e a natureza.

Foster (2005) salienta que a noção de falha metabólica implica no conceito de sustentabilidade, uma vez que não eram mantidas

1 A falha metabólica se dá pela perturbação na interação homem-natureza, na qual ocorre a alienação material dos seres humanos dentro da sociedade capitalista, isto é, das condições materiais que sustentam a vida (FOSTER, 2005).

as condições de regeneração dos elementos do solo na agricultura capitalista. Assim, conforme o autor, as condições de sustentabilidade foram violadas.

A interação entre as pessoas e a natureza não se refere ao indivíduo isolado. Bernardes e Ferreira (2007) destacam que na abordagem de Marx esse indivíduo é membro de uma determinada sociedade, na qual há formas específicas de organizar o acesso e uso dos recursos naturais, assim, “A apropriação da natureza pelo indivíduo está sempre inserida numa determinada forma social.”(BERNARDES; FERREIRA, 2007, p.19).

Nesse sentido, fazem parte da construção do território diferentes formas de apropriação dos recursos naturais. Haesbeart e Limonad (2007) ressaltam que:

[...] há sempre uma base *natural* para a conformação de territórios e que, dependendo do grupo social que o produz (por exemplo, as comunidades indígenas), a relação dos grupos sociais com a *primeira natureza* pode mesmo ser primordial na sua definição (p.46).

Na sociedade capitalista, as relações de produção permeiam o relacionamento entre humanidade e natureza, no qual a apropriação dos recursos essenciais à vida é pautada pela diferenciação de classes sociais e por uma formação econômica e social. O sistema do capital impõe este tipo de relacionamento, que arrebenta os vínculos naturais entre as pessoas e a natureza. O território apresenta, neste contexto, posição central nas questões ambientais.

Toda questão passa a ser, portanto, quem determina o quanto, com que intensidade, por quem e para quem os recursos naturais devem ser extraídos e levados de um lugar para outro, assim como o próprio trajeto entre os lugares. Como se vê, é toda a questão política que está implicada no cerne do desafio ambiental, por meio do território (PORTO-GONSALVES, 2006, p.291).

Em vista disto, o território enquanto objeto de análise social tem sido relevante em estudos ambientais. Essa centralidade do conceito se deve à própria dinâmica da realidade na qual a relação entre sociedade

e natureza está sob os imperativos do mercado. Isto requer uma análise cada vez mais direcionada para as relações sociais e de poder em torno dos recursos naturais.

Na contemporaneidade, as condições de uso dos recursos naturais vêm sendo alteradas. Assim, conforme Acselrad (1992), é negado o acesso dos bens coletivos com a qualidade necessária para a existência humana, como a qualidade do ar e da água.

Nesse sentido, a incidência social da contaminação, a distribuição dos riscos ecológicos, a perda de acesso aos recursos e serviços ambientais são, para Alier (2000), situações nas quais emergem conflitos socioambientais. O referido autor pondera que esses conflitos surgem no choque entre economia e meio ambiente. Além disto, não resultam apenas de um embate de interesses, mas também do confronto de valores atribuídos aos elementos da natureza, que são incomensuráveis.

Já para Guha (1994), a escassez conduz os conflitos entre os grupos que desejam usar os mesmos recursos. Neste caso, os conflitos socioambientais mais dramáticos são aqueles que opõem ricos e pobres. Este autor acredita que as lutas sobre a distribuição ecológica, isto é, as assimetrias e desigualdades sociais, espaciais e temporais no uso dos recursos e serviços ambientais são conflitos de classe e integram o denominado “ecologismo” (ou ambientalismo) dos pobres².

Diante disto, os conflitos socioambientais se inserem numa conjuntura em que:

[...] os recursos naturais, quando explorados pelo mercado e em um contexto de ausência de regulamentação efetiva, são em geral altamente suscetíveis às externalidades negativas, que geram passivos ambientais capazes de prejudicar profundamente outros grupos sociais. Tipicamente, os grupos que geram tais passivos não apenas se beneficiam das atividades geradoras, como não podem ser responsabilizados, via mercado, enquanto os grupos prejudicados são obrigados a se engajar em diversas formas de ação coletiva [...] (PLATIAU et al, 2005, p.55).

2 O “ecologismo” dos pobres se contrapõe ao “ecologismo” ocidental, na medida em que o primeiro se preocupa com o uso do meio ambiente e quem se beneficia dele, a proteção ambiental com justiça social, o segundo se detém à proteção na natureza silvestre, as outras espécies e a diversidade biológica (GUHA, 1995).

Portanto, as raízes dos conflitos socioambientais estão no acesso e uso desigual dos recursos naturais do território, bem como na distribuição dos impactos ambientais por classes sociais diante das relações estabelecidas. Assim, a concepção de falha metabólica pode ser associada às causas desses conflitos. Pois, os imperativos do mercado provocam contaminação e/ou exaustão dos recursos naturais, solapando a troca material e a regeneração dos bens ambientais.

Nesse sentido, em alguns casos, as verticalidades³ presentes no território são responsáveis pelas transformações ambientais que desencadeiam conflitos. Pois, conferem aos recursos naturais utilidades direcionadas aos interesses privados em prejuízo à população local. Conforme essa perspectiva, Porto-Gonçalves afirma que “Nunca os lugares e os territórios foram tão importantes quanto nesse período histórico em que aqueles que determinam seu uso menos se fazem presentes nos lugares que sofrem suas ações [...]” (2006, p.136).

O território é uma categoria central para a compreensão da crise ambiental ou desafio ambiental contemporâneo, pois ele abarca, na sua materialidade, a tensão entre distintas formas de apropriação do espaço (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Os conflitos socioambientais fazem parte dos desafios ambientais contemporâneos, exigindo uma análise norteada pela categoria de território. Porque o estudo focado no território permite uma visão integradora das relações sociais e da materialidade, promovendo uma perspectiva de totalidade. Isto implica numa perspectiva que vai além dos aspectos materiais da apropriação dos bens ambientais, não esquecendo a dimensão subjetiva dos processos sociais.

A percepção do conflito socioambiental pode não ser sentida de maneira direta ou imediata pela comunidade, pois existem conflitos de interesses que não são evidentes ou explícitos (SCOTTO; VIANNA, 1997). Os conflitos socioambientais são explícitos quando a comunidade

3 Santos (2008) aponta as horizontalidades e verticalidades como os novos recortes espaciais do território. Segundo o autor, “De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades.” (SANTOS, 2008, p.284).

identifica o laço entre os danos causados ao meio ambiente e a ação de certos agentes sociais.

Por conseguinte, sucedem-se manifestações e exigências para algum tipo de reparação e responsabilização dos causadores destes danos ambientais. Essas manifestações e exigências podem ser mediante abaixo-assinados, protestos e denúncias encaminhados aos órgãos públicos de controle ambiental e ao Ministério Público, através de cartas-denúncia e queixas formais (ACSELRAD, 1992).

Essas manifestações e exigências formais têm sido um importante instrumento de pesquisa documental para os estudos sobre conflitos socioambientais, como mostram os trabalhos de Silveira (2010), Compans e Viñas (2005) e Acsehrad (2004).

4. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM TORNO DOS IMPACTOS DIFERENCIADOS NA POPULAÇÃO: O CASO DE CHARNECA

Nascida através de uma pequena vila de casas de funcionários do Departamento de Estradas e Rodagens - DER, órgão estadual, nos anos 1970, Charneca tem uma topografia peculiar que impressiona com suas ruas estreitas. É rodeada por morros e depressões que dificultam o acesso a muitas localidades da comunidade, além de fazer parte de Juçara, distrito do Cabo de Santo Agostinho.

O município do Cabo de Santo Agostinho, integra a Região Metropolitana do Recife (RMR), é litorâneo, situado na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Teve sua economia centrada no desenvolvimento da monocultura da cana-de-açúcar até os anos de 1950. A partir deste período a região começa a receber os primeiros incentivos para a diversificação econômica com a instalação de indústrias, mudando seu território e seus aspectos sociais.

As mudanças econômicas (produção), no município do Cabo influenciaram no crescimento da Charneca, pois, grande parte dos moradores que fixaram moradia, eram agricultores desempregados que com a chegada do desenvolvimento industrial, depararam-se com uma nova realidade, a indústria.

A indústria concretiza-se trazendo consigo novas formas de produção e uma lógica diferenciada de desenvolvimento. Lefebvre (2004) afirma que a indústria captura a natureza e não a respeita; dispende suas energias; ela a desventra para apoderar-se de seus recursos em energia e em matéria; a devasta para “pro-duzir” coisas (intercambiáveis, vendáveis) que não são da natureza nem estão nela.

Outras comunidades se desenvolveram próximo a Charneca como, Charnequinha, Novo Horizonte, pois as pessoas começaram a procurar por melhores oportunidades de emprego nas indústrias que se instalaram nas proximidades e nas grandes construções. Esse processo de mudança não alterou apenas a realidade da população, mas também, e de forma significativa, o meio ambiente do município do Cabo.

Áreas de mangue, matas e encostas, por exemplo, são utilizadas na construção de grandes investimentos públicos e privados, que não levam em consideração os danos ali causados. O meio ambiente entendido como suporte geofísico condicionante e condicionado pela vida social, sendo historicamente construído mediante o processo de interação entre sociedade e espaço físico (COELHO, 2001), é afetado em suas múltiplas dimensões pelo processo de industrialização do município.

A formação da Charneca aconteceu com uma urbanização acelerada e desordenada, que reflete-se até hoje nos grandes problemas que se tem na comunidade, sendo o saneamento básico um dos mais graves.

A questão do saneamento é considerada um problema nacional, discutido nas agendas públicas dos estados e municípios. O Cabo de Santo Agostinho dispõe de leis e normas que estruturam a ação municipal ao desenvolvimento urbano na região – a Política Urbana e Ambiental e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Lei 2.360/2006), com vista a uma gestão urbana integrada, que contemple, não apenas aspectos de ordenamento territorial, mas que deem conta de questões socioambientais que expressam-se no território. A Lei nº. 2114/2003 institui o Código Sanitário Municipal, o qual regulamenta o conteúdo da Legislação Sanitária, responsabilizando o proprietário e/ou responsável pelos estabelecimentos com relação à qualidade dos produtos e serviços oferecidos à população e pelos danos que possam causar ao meio ambiente (VIEIRA, 2011).

Com base nessa iniciativa do poder local em relação ao saneamento básico, no que diz respeito principalmente ao aspecto ambiental e posteriormente, à saúde da população, é importante investigar a qualidade dos serviços de saúde da comunidade. Desta forma, a promoção da saúde é um importante mecanismo de intervenção, porém também é importante inferir se essa tem um caráter conservador ou progressista em relação à saúde ambiental.

A população da Charneca tem bastante dificuldade em relação ao atendimento, acesso e qualidade a rede pública de saúde. Isso porque, só existem três postos de saúde da família para o atendimento de mais de duas mil famílias.

As instalações dos postos são altamente precarizadas, alguns funcionam em casas alugadas; não dispõem de salas adequadas para exames, procedimentos de primeiros socorros; além da falta de recursos humanos para o trabalho, faltando até médicos nas unidades, pois muitos reclamam da pequena remuneração, da falta de materiais e também da distância das unidades.

Desta forma, os moradores sofrem com os rebatimentos de tal falta para a comunidade, que sem atendimento de qualidade, não conseguem se prevenir dos problemas de saúde relacionados ao ambiente degradado da região.

Como já foi dito, a Charneca nasceu de uma pequena vila de funcionários que precisaram desmatar uma determinada área para construir suas casas. Posteriormente, com o crescimento do município do Cabo de Santo Agostinho, começaram a se instalar novas famílias, desenvolvendo-se assim uma urbanização acelerada e desordenada.

O meio ambiente foi afetado em todas as suas dimensões, sobretudo a pressão exercida pelo grande capital em todo município altera o ritmo da degradação, acarretando, principalmente, problemas para a população.

Itali e Vilela Filho (2006) salientam que as atividades produtivas desenvolvem-se em determinados espaços, estabelecendo ritmos no tempo e no espaço, produzindo efeitos para as comunidades internas e do entorno. Esses problemas vêm degradando o meio ambiente e afetando a saúde dos seres humanos em suas múltiplas dimensões. Neste cenário, emergem os conflitos socioambientais.

Conforme Little (2001), os conflitos socioambientais podem ser: em torno do controle sobre os recursos naturais; em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural; em torno do uso dos conhecimentos ambientais. Para o autor, os conflitos socioambientais em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural se caracterizam por situações em que determinados grupos sociais sofrem os impactos ambientais de certas intervenções no ambiente causadas por outrem. Neste caso, os conflitos ocorrem pela injustiça da ação bem como pelas ameaças à saúde dos afetados (LITTLE, 2001).

Acselestad (2004), baseado nos conflitos socioambientais ocorridos no Estado do Rio de Janeiro, afirma que esses impactos ambientais podem provir das instâncias empresariais, que para o desenvolvimento das atividades produtivas se apropriam dos recursos naturais, ou dos órgãos públicos, pela omissão na regulação do uso do solo e na instalação de infraestrutura sanitária.

No caso de Charneca, a contaminação do ambiente, causada pela precariedade do saneamento básico, traz sérias implicações para a saúde da população que reivindica melhorias perante os órgãos públicos. Deste modo, observa-se uma degradação das condições de existência das pessoas. Por se tratar de uma comunidade pobre, é evidenciado o caráter diferencial na distribuição dos impactos da precariedade de saneamento no município do Cabo de Santo Agostinho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na ordem social vigente, a distribuição dos impactos ambientais recai, em geral, sobre as classes sociais mais pobres. Esse caráter diferencial é evidenciado no cenário do saneamento básico no Brasil.

Não sendo diferente em Charneca, que não possui nenhuma forma de tratamento de suas redes de esgotos e resíduos sólidos. Isto implica na saúde da população que mantém contato direto com esses dejetos, acarretando em conflitos socioambientais em torno da distribuição desses impactos ambientais.

Desta forma, a saúde tem sua ligação com o ambiente, merecendo assim maior importância não apenas no diagnóstico e tratamento, mas principalmente, na prevenção, que neste caso se dá com a interferência do poder local na constituição de um melhor tratamento com a questão ambiental da comunidade.

Por fim, é imprescindível o reconhecimento de que o meio ambiente é parte constitutiva da sociabilidade humana, não estando separado dos determinantes que melhoram ou afetam a qualidade de vida das populações.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. Cidadania e Meio Ambiente. In: _____ (Org.). **Meio Ambiente e Democracia**. Rio de Janeiro: IBASE, 1992. 127p.
- _____. (Org.). **Conflito social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2004. 262p.
- ALIER, J. M. Justicia ambiental, sustentabilidad y valoración. **Ecología Política: Cuadernos de debate internacional**, Barcelona, n. 21, p. 103-134, dez. 2000. Disponível em <<http://www.ecologiapolitica.info/ep/21.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2010.
- BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. M. Sociedade e natureza. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 248p
- COELHO, M. C. N. Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.19-45
- COMPANS, R.; VIÑAS, S. M. As especificidades dos conflitos envolvendo ocupações irregulares em áreas consideradas impróprias à urbanização. **Revista Rio de Janeiro**, Niterói, n.16-17, p. 99-114, mai-dez. 2005. Disponível em <http://www.forumrio.uerj.br/publicações_fase3_n16_17.htm>. Acesso em: 30 mai. 2010.
- CZARESNIA, D. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: _____, FREITAS, C.M. (Orgs). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. , Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2003. p. 39-53.

- FOSTER, J. B. **A Ecologia de Marx. Materialismo e Natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 418p.
- GOUVEIA, Nelson. Saúde e meio ambiente nas cidades: os desafios da saúde ambiental. In: **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.8, n.1, p.49-61, jan.-fev. 1999.
- GUHA, R. El ecologismo de los pobres. **Ecología Política: Cuadernos de debate internacional**, Barcelona, n.8, p. 137-152, nov. 1994. Disponível em <<http://www.ecologiapolitica.info/ep/8.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2010.
- HAESBEART, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Etc, espaço, tempo e crítica**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 39-52, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/etc>>. Acesso em: 05 mar. 2011.
- LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ªed. São Paulo: Atlas S.A, 2007. 315 p.
- LEAVELL, S; CLARCK, E. **Medicina Preventiva**. São Paulo; Ed. Mc:Graw-Hill. 1976. 744p.
- LEFEBVRE, H. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2004. 178 p.
- LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda, 2001. p. 107-122.
- ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. Protección Ambiental. **XXIII Conferencia sanitaria panamericana**. XLII Reunión del Comité Regional (CPS23/16). OPS, Washington, D.C., 1990.
- PLATIAU, A. F. et al. Uma crise anunciada. In: THEODORO, S. H. (org.). **Mediação de conflitos socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 23-71.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006. 461 p
- RIGOTTO, Raquel M. Saúde ambiental e Saúde dos trabalhadores: uma aproximação promissora entre o verde e o vermelho. **Rev. Bras. Epidemiol**, São Paulo, v.6, n. 4, p. 388- 404, 2003.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 384p.
- SAQUET, M. A. Proposições para estudos territoriais. **Geografia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p 71-85, 2006.
- SCOTTO, G.; VIANNA, A. R. **Conflitos ambientais urbanos no Brasil: natureza para todos ou somente para alguns?** Rio de Janeiro: IBASE, 1997. 63 p.

- SILVEIRA, K. A. **Conflitos socioambientais e participação social no complexo industrial portuário de Suape, Pernambuco.** Recife: UFPE, 2010. 150f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.
- VIEIRA, A. A. **A (Re)Produção do Espaço e as Interligações rural-urbano:** uma análise das políticas públicas de desenvolvimento socioespacial no município do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco. Recife: UFPE, 2011. 100f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

PISANDO NA PRÓPRIA SOMBRA – TRAJETÓRIAS E IDENTIDADES CAMPONESAS NO SUDESTE DO PARÁ

Fabiano de Oliveira Bringel

1. INTRODUÇÃO

É cada vez mais comum observarmos, nos meios acadêmicos, nos veículos de comunicação de massa e nas instituições do Estado, argumentos que apontam para desqualificação social e econômica dos camponeses em assentamentos de reforma agrária, no Sudeste do Pará.

Os argumentos têm como elemento principal a falta de qualificação para o mundo rural dos chamados clientes do processo de reforma agrária. O que geralmente se percebe na formação deste discurso é que, com as ocupações de terra e a territorialização dos assentamentos se aproximando cada vez mais das cidades e do espaço urbano, a sua base social aparenta ser de origem urbana, com experiências em setores econômicos (terciário e secundário) tipicamente associados à cidade.

Como essas pessoas se lançam na conquista da terra e na construção do assentamento, modificando seu entorno, aparece o discurso de que elas não têm competência para o trabalho na agricultura. Esta avaliação feita apressadamente conduz a um viés duvidoso e possibilita criação de mitos para justificar o *status quo* e a dominação.

Veículos de comunicação de massa, seguindo o raciocínio de que os assentados são desqualificados para o mundo rural, decretam a falência do modelo de reforma agrária e afirmam a necessidade de apoio ao agronegócio moderno, inserido no mercado e, principalmente, institucionalizado, dentro do campo das relações reguladas pelos gestores do capital e do Estado.

A matéria publicada na Revista Veja do dia 06 de agosto de 2003, sintetiza e sentencia uma das questões que iremos debater neste trabalho:

A reforma agrária não faz mais sentido econômico [...] o Brasil é campeão mundial do agronegócio, recordista em produção e produtividade de culturas como a soja, cana de açúcar, laranja e café; já os assentamentos mesmo os mais produtivos não atingem renda maior do que um salário mínimo mensal [...] enquanto o agronegócio distribui riqueza, o MST defende a produção da miséria (SECCO, 2003, p.40).

Já no campo acadêmico, alguns autores sustentam que estes assentados padecem de uma falta de “intimidade com a terra”, reivindicando uma espécie de competência para o “trato” com a mesma, dando suporte científico ao argumento de desqualificação dos assentados:

O fracasso das atividades produtivas com o assentamento Palmares está diretamente relacionado à falta de preparo do homem assentado no trato com a terra. E essa fragilidade identificada desde o momento de recrutamento dos sujeitos para formar o acampamento. Atualmente, o recrutamento do MST não se restringe apenas à seleção de pessoas com raízes na agricultura. Ou seja, o Movimento vem recrutando na área de Carajás desempregados, ex-garimpeiros, ex-funcionários públicos e outras pessoas que estão fora do mercado de trabalho. (RODRIGUES, 2003, p.194).

Neste mesmo sentido incorrem as autoridades locais ligadas ao Estado, responsáveis pela produção e aplicação de políticas públicas, o que torna a questão mais alarmante. Como podemos observar no discurso do Prefeito de Parauapebas em 1994, no início da mobilização para a ocupação:

[...] a cobiça do ouro, que explicaria a presença, no acampamento dos Sem Terra, de grande número de garimpeiros remanescentes de Serra Pelada, e a busca de dinheiro fácil com a exploração de madeiras nobres, como o Mogno e a Castanha do Pará entre outras, estariam por trás da tenaz e obstinada luta que os Sem Terra, hoje,

acampados no centro de Parauapebas vêm travando a mais de cinco meses, quando iniciaram por Marabá a mobilização que atualmente os mantém a cerca de 200 metros do portão de acesso à reserva florestal da CVRD.(O LIBERAL, 2004, p.03.)

É o que se percebe, também, na reflexão do ex-presidente da EMBRAPA, Eliseu Roberto Alves:

Apenas um quinto dos que recebem terra consegue gerar renda suficiente para se manter no campo, os outros abandonam a terra num período máximo de dez anos. O fenômeno do esvaziamento populacional no campo, aliás, é absolutamente natural e faz parte da História da maioria dos países desenvolvidos neste século. Nos Estados Unidos, restam apenas 1,5% da população trabalhando no campo. Na França, há 6%, mas isso custa bastante em termos de subsídios. No caso do Brasil, a massa que vai sendo derrotada pela tecnologia ganha o rótulo de excluída e acaba abastecendo iniciativas que parecem exigir que o planeta gire ao contrário. (VEJA ON LINE, 2000, p.11).

Percebe-se que os argumentos vão no sentido de desqualificar a agricultura camponesa e familiar e projetar positivamente a agricultura empresarial. Esses argumentos se assentam, basicamente, em duas afirmações, a saber: a) as ocupações de terra e os assentamentos estão associados à desordem e à vontade de um movimento que não mobiliza os pacíficos agricultores do lugar, mas recruta gente de fora, entre desempregados das cidades e aproveitadores; b) a falta de vocação dos assentados para o trabalho agrícola, vocação essa prejudicada pela compreensão de uma urbanização acelerada no Brasil, e com grande destaque para a chamada Amazônia Oriental, especificamente no entroncamento da tríplice divisa entre Pará, Tocantins e Maranhão. Essas afirmações somadas são utilizadas para justificar uma suposta derrota econômica da reforma agrária no Brasil.

Assim analisando, há um certo “estranhamento” dos atores já apontados (imprensa, pesquisadores e políticos), os assentados passam a ser objeto de formas e estratégias de expropriação a partir de sua desqualificação social e econômica para chegar em uma requalificação

que nega o saber local, para defender a consolidação de atividades econômicas insustentáveis na realidade amazônica (os chamados Grandes Projetos).

Essas análises demonstram a necessidade de estudos sobre as trajetórias objetivas e subjetivas desses camponeses. Por isso, nossa preocupação no decorrer da pesquisa, desenvolvida ao longo de dois anos, no interior do Programa de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável – MAFDS, da UFPA, em parceria com a EMBRAPA – Amazônia Oriental, foi levantar o itinerário dos agricultores, levando em consideração as múltiplas dimensões das suas vidas, e dentre elas escolhemos, tendo como foco: a migração, a família, o trabalho e a educação. No entanto, devido ao espaço resumido nos ateremos apenas à mobilidade ocupacional e social dos assentados (aspectos trabalho e família).

Dessa forma, procuraremos entender a grande diversidade social na formação do assentamento, e os mecanismos pelos quais os assentados aprofundam sua territorialização. Com este objetivo não poderíamos nos ater, única e exclusivamente, aos instrumentos de análise da demografia tradicional, que faz uso de categorias deficitárias para entender o processo dinâmico da vida de camponeses migrantes e da própria fronteira amazônica.

Foi necessário levar em conta a natureza temporal dos processos sociais e demográficos, bem como as inter-relações que os distintos fenômenos demográficos guardam entre si e nas trajetórias dos indivíduos. Para isso, houve uma preocupação no levantamento da informação biográfica que permitisse a análise temporal dos processos de transformação da vida dos indivíduos.

Utilizando instrumentos sócio-demográficos, procuramos entender o assentamento rural como produto de uma encruzilhada social (CARVALHO, 1999) que possibilita uma confluência de inserções sociais (NEVES, 2001). Essas características decorrem de dois elementos importantes: a grande diversidade social em sua composição e os intensos conflitos em sua formação. Esses dois aspectos somados contribuem para formação de um novo campesinato no Sudeste do Pará. (HÉBETTE *et.al.*, 2002).

2. ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO (P.A.)

A construção do assentamento Ingá, em Conceição do Araguaia, em 1990, na região de Parauapebas, é produto de uma política deliberada pelo MST, resultado de sua própria história no Estado. É considerado o marco da criação do Movimento no Pará, a sua primeira experiência de ocupação, na Fazenda Ingá, em Conceição do Araguaia, em 1990. Este assentamento não permaneceu sob gestão do MST, o que provocou uma reflexão política e um consequente deslocamento do movimento para a Região de Parauapebas.

O Assentamento Ingá foi à primeira experiência de territorialização do MST no Pará. Vários conflitos internos foram estabelecidos no sentido da disputa hegemônica pelo território, desde setores vinculados a partidos de direita até Igrejas (católica e evangélica) se envolveram nas relações de poder no interior do Assentamento.

Este processo levou a perda do território por parte do MST, fazendo com que houvesse mudanças nas estratégias de territorialização do Movimento, priorizando, assim, o Município de Parauapebas, onde grande parte dos trabalhadores estava sem influência de tendências políticas e pertenceram aos garimpos da região. Então, a orientação seria organizar essa base de aparentes garimpeiros no sentido da reterritorialização na terra junto a um Grande Projeto como o Projeto Ferro Carajás, pertencente a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, que pretendia enclausurar o território e, assim, monopolizar a sua gestão.

Um de nossos entrevistados avalia essa questão da seguinte forma:

Neste sentido, embora saíssemos derrotados no aspecto da ocupação territorial, politicamente nós não fomos. Geograficamente nós não temos o território, mas politicamente nós temos uma organização capaz de influenciar em outro espaço. Então, nós saímos de Conceição do Araguaia e viemos fazer trabalho de base no município de Parauapebas. Que era o quê? Que era à base do garimpo [...] (“Carlos”, militante do MST, julho de 2004).

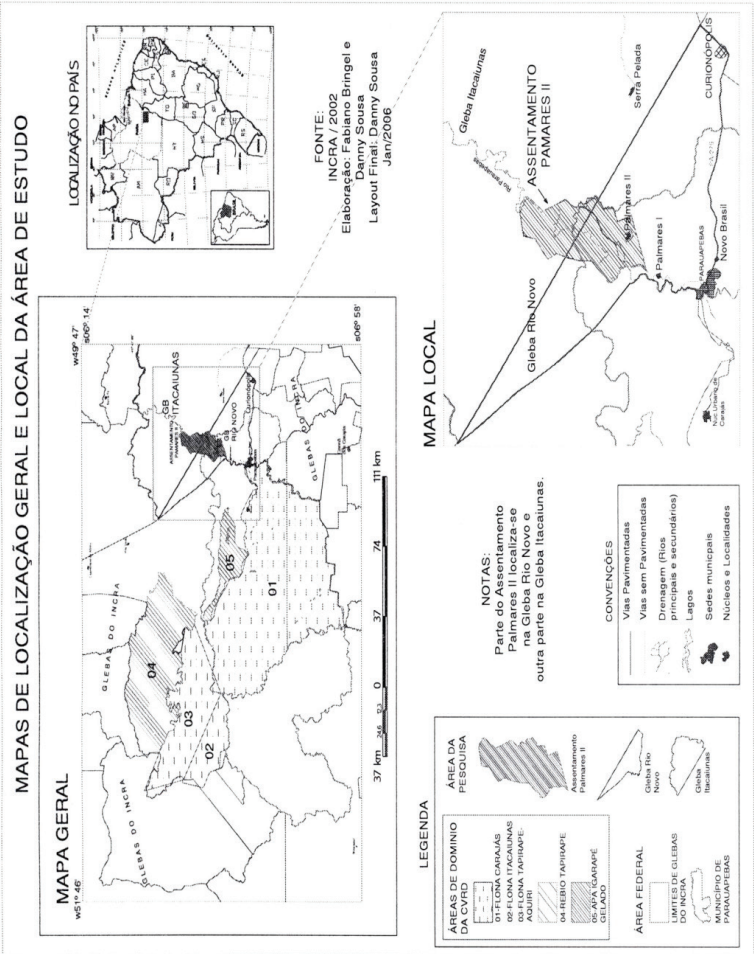
O Assentamento Palmares II, localizado a 20 quilômetros do núcleo urbano de Parauapebas, apresenta um universo de aproximadamente 517 famílias (oficialmente cadastradas no INCRA), com um estoque de terras, no momento da desapropriação, de 15.848 hectares. Dentre estes, 7.697 hectares são cobertos por pastagens, 450 ha por capoeiras e 4.500 ha por floresta primária. A figura 1 demonstra a localização do Assentamento Palmares.

O chamado patrimônio perfaz 150 ha. As lavouras de ciclo médio somam 2.500 ha e as perenes 350 ha. A construção do P.A. Palmares II começou em março de 1994. Ativistas sociais advindos do P.A. Rio Branco começam o trabalho de arregimentação das famílias em vários municípios da Região Sul e Sudeste do Pará. Como podemos constatar na seguinte mensagem:

[...] E a maior parte desses militantes eram assentados do Rio Branco que se tornaram militantes do Movimento Sem Terra. Então, basicamente, esses militantes que organizaram o trabalho de base nas cidades de..Parauapebas, nas periferias, na época bairro da Paz, Rio Verde, no município de Curionópolis, em especial toda a periferia, porque na verdade Curionópolis é uma grande periferia [...tosse e pede desculpas], em Serra Pelada e é bom que se fale quase não tinha mais garimpo ativo, mas tinha uma quantidade, como ainda tem aqui, enorme de trabalhadores, em Cutia, um garimpo próximo na área de Curionópolis, no garimpo de Rio Gelado, Eldorado do Carajás, e comunidades de assentados e posseiros dessa região [...] (“Luiz”, militante do MST e assentado na Palmares II, julho de 2004).

Depois de dois anos de acampamento, no dia 05 de novembro de 1995, foi feito o ato de entrega da desapropriação da fazenda para fins de reforma agrária. Um pouco mais de um mês depois, no dia 08 de dezembro, foi publicada a portaria de criação do Projeto de Assentamento Palmares.

FIGURA 01: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO PALMARES II



Fonte: INCRA, 2002 adaptado por Bringel; Souza, 2006.

3. TRAJETÓRIAS SÓCIOECONÔMICAS DOS ASSENTADOS – O ECONÔMICO E O FAMILIAR EM DEBATE

3.1 As Origens Familiares dos Assentados

Ao recolhermos as informações referentes à história das famílias e às relações de parentesco e de vizinhança em nossa amostra, tivemos alguns cuidados. Interessava fazer o levantamento de informações sobre origem e ocupação dos avós para termos a dimensão de pelo menos três gerações. Isto nos daria uma contribuição importante, pois teríamos a profundidade necessária para confirmar ou negar um atavismo¹, uma de nossas hipóteses na pesquisa. A ligação com a terra e o desejo de a ela retornar pode ser uma herança simbólica recebida, por pessoas que não produzem na terra na condição de camponês, a partir das variadas experiências de ocupação profissional ao longo da trajetória espacial, e em que grau esse atavismo está presente na vida destas pessoas.

Ao estudarmos as origens e as principais ocupações dos avós dos camponeses percebemos que a região nordeste era a principal área de nascimento deles, assim como da geração posterior, os pais dos assentados. No entanto, ao contrário dos pais, os avós não vieram do Maranhão, mas de outros estados da Região Nordeste como Ceará, Pernambuco, Piauí e Bahia (60%). Tiveram experiências migratórias. Não em direção ao Estado do Pará, mas para o Maranhão e o Piauí. Esses deslocamentos retratam uma expansão econômica mais antiga e diferenciada dos fluxos mais recentes que sofreram fortes intervenções de projetos de colonização. Demonstram, também, que a migração se impõe na história dessas famílias.

As relações sociais no campo nordestino, no final XIX e até os anos 1940, são marcadas por uma crise de renovação agrícola (ANDRADE, 1986). Mudanças marcadas principalmente pela expansão das relações de produção capitalistas que alteram as relações sociais nas terras de engenho, expulsando os *moradores*, contribuindo para tornar a Região na maior fornecedora de emigrantes do país.

1 No sentido de se referir a uma cultura produzida por gerações ancestrais e condicionadoras de valores assumidos pelos membros contemporâneos dessa mesma cultura.

Os que não acompanharam o fluxo populacional para a região Sudeste vieram em direção ao Piauí e ao Maranhão (terras devolutas), seja para trabalhar na lavoura, extrativismo vegetal ou em atividades ligadas à infraestrutura. Ao examinarmos a origem por Estados e as ocupações que os pais tiveram, percebemos que o Maranhão foi o Estado que forneceu o maior número de emigrantes (45%); no que se refere às profissões que desenvolveram, a *identidade camponesa*² confirma-se quando observamos a principal ocupação dos pais. Seja entre os pais, seja entre as mães, cerca de 95% deles são lavradores (BRINGEL, 2006). Uma questão que se destaca é a maior incidência de outras profissões quando comparamos com a profissão dos avós, ainda que estas surjam em pequenos números.

Avaliamos isto como resultado da consolidação do capitalismo e de sua razoável modernização no campo, que tende a especializar cada vez mais a mão de obra. Algumas categorias precisariam ser mais profundamente exploradas porque, ainda que revelem uma relação efetiva com o campo, não excluem elementos que definem uma relação com a terra e com o trabalho nela. A categoria lavrador, para os avós entendida como a de quem possui a terra e nela exerce seu trabalho, não explica se a relação é de meeiro, agregado, morador, posseiro ou proprietário. Da mesma forma, peão de fazenda e vaqueiro não definem apenas uma relação de assalariado, uma vez que se sabe que historicamente esta condição sempre permitiu o uso da terra para o cultivo de culturas alimentares e uma identificação como de morador de fazenda. Com destaque quantitativo, aparece a variável dos que *Não Sabem* (18%) nem a origem nem as profissões dos avós e dos pais, o que confirma os frequentes lapsos de memória social dos entrevistados.

Devido aos constantes deslocamentos e pela consequente fragmentação da família tradicional, existiria um esquecimento do grupo familiar e, portanto, um lapso da memória social? Será este um indicador de perdas ocorridas no processo migratório?

2 Baseada na posse da terra, no trabalho agrícola, na mão-de-obra familiar, nas relações familiares primárias e num estilo de vida que valoriza a relação com a natureza.

É banal não saber o destino dos muitos irmãos que se dispersaram, ainda nos locais de origem, para todos os cantos do Brasil. Filhos que foram ‘dados’ no processo de migração dos pais e que não tem lembrança de seus parentes; filhos que reencontram, por acaso, a mãe e o pai, velhinhos num asilo de indigentes; mães que deixaram os filhos nas terras onde moravam e nunca mais souberam deles. A impressão que o ouvinte vai elaborando, depois de ouvir tantas histórias semelhantes, é a de uma verdadeira diáspora, em que pais e filhos não conhecem os seus recíprocos destinos, irmãos e irmãs perdidos há dezenas de anos, dispersos em busca da sobrevivência (MELLO, 1996, p. 60).

No entanto, quando essas pessoas retomam seu contato com a terra, como avalia o MST, observa-se uma gradativa recomposição dos laços familiares, não os mesmos de antes, mas reformulados sobre outras bases, como podemos observar no fragmento da entrevista:

O reencontro com a terra através do MST possibilitou que esse número enorme de trabalhadores que migraram para lá estabelecessem contatos com suas famílias, então ele reconstruiu os laços familiares, então foram buscar suas mulheres, suas esposas, seus filhos, vieram para o assentamento, construíram de novo a relação familiar, né? Então se tu veres em qualquer assentamento nosso, principalmente na Palmares que é mais antigo tu vê famílias organizadas e se tu fores fazer um parâmetro de comportamento social em relação à Serra Pelada, tu não acreditas que são ex-garimpeiros porque não são ex-garimpeiros são ex-camponeses que se incorporam ao seu caminhar, que é o da busca pela terra prometida (“Luís”, assentado na Palmares II, entrevista concedida no dia 26 de julho de 2004).

3.2 A Migração, Mobilidade do Trabalho e suas Consequências

João Alves nasceu em 1927, em Mata do Nascimento, na região de Pindaré, Oeste do Maranhão. Em 1936, sua mãe se desloca com os filhos para Venturino Freire. A motivação foi a busca de melhorias, principalmente a terra. De 1950 a 1967, trabalham como agregados

em localidades como Bacabinha, Alto Alegre e Serra Bonita. No início da década de 1970, conseguem terra pelo GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia- Tocantins) no município de São Domingos do Araguaia, no Pará. Em 1980, perdem a terra e vão para Xinguara trabalhar em terra alheia. Depois de dois anos nessa condição, a mãe entra no garimpo trabalhando em frentes de mineração em Ourilândia, Parauapebas e Curionópolis. Em 1994, ele chega no Assentamento Palmares.

O itinerário de João Alves é um dos exemplos da intensa mobilidade espacial e ocupacional³ dos camponeses assentados no Palmares. Em uma análise mais desatenta, não levando em consideração a história de vida de Alves, sua profissão seria de garimpeiro antes de assentar. Isto levaria necessariamente a uma análise equivocada da base social que compõe o P.A. Já que os assentados são desqualificados para o mundo agrícola por terem sido garimpeiros antes de se tornarem assentados, reduzindo sua trajetória ao seu passado imediato, sem compreender a intensa mobilidade que é a tônica de grande parte da mão de obra no Sudeste do Pará. Objetivando contribuir com este debate, levantamos a relação entre os lugares onde trabalhou a família e os seus respectivos setores da economia e podemos constatar que o setor primário é hegemônico em relação aos outros (60,3%).

Vale lembrar que o extrativismo mineral foi avaliado separadamente em relação ao setor primário da economia. O motivo desta escolha foi identificar, pela diferenciação, a origem profissional, a quantidade, o período e a condição de trabalho em que esses trabalhadores se encontravam no interior das reservas garimpeiras. Ao relacionarmos os motivos que levaram aos deslocamentos com os setores temos o seguinte quadro:

3 Mobilidade é aqui entendida como deslocamentos rápidos de regiões para regiões ou de ocupação para ocupação profissional. Nosso recorte aqui são deslocamentos de menos de um ano. Com mais de um ano classificamos já como migração. A esse respeito ver Gaudemar (1977); Salim (2004).

FIGURA 02: MOTIVO DA MIGRAÇÃO E SETORES ECONÔMICOS

MOTIVO DA MIGRAÇÃO	SETORES (%)								TOTAL DA LINHA
	PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO		EXT.MINERAL		
	% lin.	% col.	% lin.	% col.	% lin.	% col.	% lin.	% col.	
TRABALHO	54,1	38	6,6	51	28,5	53	10,8	38,3	42,2
TERRA	67,1	31,1	5,2	26,5	16,9	20,6	10,8	25,1	27,8
GARIMPO	60,8	14	3,3	8,4	14,4	8,8	21,5	24,9	13,8
FAMÍLIA	66,7	9,0	3,9	5,8	21,6	7,7	7,8	5,3	8,1
SERVIÇO MILITAR	25	0,1	-	-	75	0,9	-	-	0,3
DOENÇA-SAÚDE	40	0,7	3,3	0,6	43,3	2	13,3	1,2	1
DOCUMENTOS	25	0,1	-	-	75	0,9	-	-	0,3
MELHORIA	68,9	4,1	-	-	20,4	3,2	10,7	3,2	3,6
PROBLEMAS PESSOAIS	61,0	1,5	22	5,8	12,2	0,8	4,9	0,6	1,4
ESTUDO	30,4	0,4	13	1,9	56,5	2	-	-	0,8
NÃO SABE	77,3	1	-	-	-	-	22,7	1,5	0,8
TOTAL DA COLUMA	-	59,9	-	5,4	-	22,7	-	12	100

Fonte: Bringel, 2006.

O setor primário foi responsável pela maior quantidade de trabalhadores ocupados com 59,9%, seguido pelo setor terciário com 22,7%, pelo extrativismo mineral com 12% e em último, com 5,4%, o setor secundário. Ao nos atermos sobre os motivos vimos que o *trabalho* é o principal responsável pelos deslocamentos, com 42,2%. Este motivo está mais presente no setor terciário (53%), seguido pelo secundário (51%). No primário e no extrativismo mineral este motivo aparece equilibrado na casa dos 38%. O motivo do trabalho, para quem se emprega no secundário como no terciário, compõe, geralmente, ocupações de curta duração, até cinco anos de atividade.

Vistos os motivos que levaram a migração, é importante entendermos em que condições os camponeses se encontravam em cada região do país por onde passaram. Levantamos cerca de 12 condições sendo que uma das primeiras condições de trabalho com que os jovens camponeses se deparam é ajudar a família na roça. Esta (*ajuda*) significou 62,8% na região norte do país. Número semelhante é a situação de agregado com 56,3% na mesma região. Estes dois níveis não se excluem, pois o indivíduo pode se encontrar nas duas situações. Se somarmos as duas

condições, teremos uma porcentagem de 26,6% (13,5% trabalharam ajudando a família e 13,1% como agregados). Número alto que indica que as famílias podem recorrer simultaneamente às mais variadas estratégias na busca pela terra.

A autonomia (23,7%) e a condição de dono (21,9%) são os status mais representativos e ganham mais força quando os indivíduos chegam à região norte. No caso do dono, contabilizamos as pessoas que tinham o título de propriedade da terra ou viviam nas chamadas terras devolutas, geralmente em mais de uma geração, estes são exemplos comuns no Estado do Maranhão. Diferenciam-se da condição de posseiro (GUERRA, 2001) porque não existia no momento nenhum agente privado reclamando a terra. Esta categoria está relacionada diretamente ao trabalho na terra, já que esta é a única situação que se aplica à condição.

Os que obtiveram algum tipo de assalariamento na cidade chegam a 9,3%. Este é um número baixo se compararmos com avaliações frequentes de assalariamento e proletarização acentuada na fronteira amazônica, principalmente no que se chamou de fase de consolidação e urbanização (DINIZ, 2002):

Essas áreas são caracterizadas por baixas densidades demográficas, uma vez que grande parte dos indivíduos que chegaram durante as fases anteriores de evolução emigrou para as fronteiras urbanizadas ou outras áreas da fronteira agrícola. Aqueles indivíduos que permaneceram foram convertidos em trabalhadores assalariados ou lutam para manter a posse de suas propriedades (DINIZ, 2002, p.04).

Essas avaliações não levam em consideração ou não acreditam no potencial de organização de transformação da realidade dos camponeses. Becker (1982) reforçando este ceticismo afirma o seguinte:

As populações provenientes do Nordeste Ocidental e Oriental, constituídas basicamente de pequenos proprietários, posseiros e parceiros pobres não conseguem melhorar seu *status* na fronteira. Pelo contrário, são elas as que levam a pior; a perda da propriedade ou do acesso a terra é irreparável, ainda mais numa região em que

crece fortemente o valor da terra, correspondendo, portanto, a um empobrecimento relativo. Tampouco melhoram de *status* os assalariados da própria zona pioneira do centro de Goiás (hoje Tocantins). (BECKER, 1982, p.147).

Fabrini (2002, p.74) afirma que o camponês se recusa à proletarização porque percorre uma luta de reconstrução do projeto de ser camponês, uma relação que envolve “autonomia e auto-suficiência se comparada com a proposta de modernização de relações, incorporação ao mercado, com estabelecimento de regras rígidas de trabalho (estabelecimento de horários), divisão de trabalho e controle da produção” (p.74)

Neste sentido, esta recusa se dá tanto dentro como fora dos assentamentos, apontando o MST como movimento que quer também transformar o camponês em proletário, na medida que sua proposta de cooperativismo tende a esta lógica. Talvez esta hipótese possa encontrar ressonância em um dos empreendimentos de produção coletiva implantada na Palmares II, de criação de frangos para corte, experiência fracassada, avaliada pela Coordenadora de Produção do MST/PA da seguinte maneira:

As famílias que pegaram o projeto de frango de corte nunca tinham produzido. Nunca tinham criado galinha em um sistema intensivo. E muitas delas tinham características urbanas. Os pais foram do campo, mas ele teve uma vida na cidade. Primeiro que na região não se produzia, nós atentamos para isso, o que tinha aqui (fala da Microrregião de Marabá). Comprava de Conceição, de Redenção, São Paulo. A lógica de trabalho que seria incorporada a esse sistema para poder manter o horário. Fazer todo o processo de criação das galinhas. Trocar água. Fazer tudo. Ter toda uma disciplina. Nós, ainda, ficamos sem ter a assistência técnica necessária. A tendência foi ir abandonando. Largaram tudo aquilo lá. Largaram para continuar com a galinha caipira. (“Joana”, coordenadora do Setor de Produção do MST/PA, entrevista realizada no dia 20 de julho de 2004).

Podemos identificar dois grandes problemas levantados junto à entrevistada para justificar o insucesso da agroindústria da avicultura: a) a inexperience com um sistema intensivo de criação de galinhas e

a falta de assistência técnica e b) a inexperience em atividades rurais dos assentados. Observa-se que o próprio MST tem uma leitura equivocada de sua base social e também aponta a não vocação para o trabalho agrícola e não entendimento do projeto de autonomia que o campesinato desenvolve ao longo de sua trajetória. Neste caso, a atividade de produção avícola intensiva tem muito mais chance de ser exercida por pessoas que tenham hábitos disciplinados e informações para dominar as técnicas modernas do que um camponês adaptado a outro sistema de criação.

4. ALGUMAS CONCLUSÕES POSSÍVEIS

Uma das conclusões centrais de nosso trabalho reside na compreensão de que o exercício de uma profissão não exclui a probabilidade de outra anterior, nem a possibilidade de conversão e reconversão. Se assim é na cidade, porque não seria no campo? Até onde uma qualificação implica uma desqualificação? Este tipo de argumentação não comporta a complexidade da dinâmica dos assentamentos, reduz a realidade do assentado ao presente histórico de sua relação mais recente, enterrando um rico passado e negando seu futuro. Diferentemente do que ocorre com outras categorias sociais, em que a conversão e a reconversão são consideradas possíveis, ao trabalho no campo é exigido um perfil nato, rígido, imóvel e determinista.

Fala-se em vocação para ser camponês, enquanto para todas as outras categorias fala-se em capacitação, formação, qualificação, escola e outros mecanismos de habilitação positivos. É como se para todas as outras profissões fosse possível um meio de habilitação formal, mas para o agricultor fosse preciso nascer e permanecer camponês.

Neste sentido, os agentes que desqualificam os camponeses no Sudeste do Pará programam uma tática de desqualificação e desclassificação sócio- econômica. Solapando as representações políticas não- institucionais, transferem-se os fóruns de negociação para um campo estritamente econômico e institucional. Esta estratégia visa operar um efetivo controle sobre os recursos, tanto na gestão da força de trabalho como do meio biofísico.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A agricultura no Brasil. **Revista Veja**. São Paulo: Ed. Abril, 06 de agosto de 2003. nº 1814, Semanal.
- ANDRADE, M. C. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1986. 336p.
- BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia** – a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1982. 260p.
- BRINGEL, F. **Rumos, Trechos e Borocas** – trajetórias e identidades de famílias camponesas no Sudeste do Pará. 2006. 212f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) Programa de Pós Graduação em Agriculturas Amazônicas – PPGAA, Universidade Federal do Pará, Belém - Pará. 2006.
- CARVALHO, H. M. de. **Interação Social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Brasília/DF: Ministério Extraordinário de Política Fundiária – MPF; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento – NEAD, local: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura – IICA, 1999. 150p.
- DINIZ, A. M. Migração e Evolução da Fronteira Agrícola. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8.,2002, Ouro Preto. **Anais** do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto: ABEP, 2002. p. 01-16.
- FABRINI, J. E. O Projeto do MST de Desenvolvimento Territorial dos Assentamentos e Campesinato. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 18, n. 19, p. 75-94, 2002
- GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação de capital**. Lisboa: Editora Estampa, 1977.
- HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, M. C. (orgs.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: Edufpa, 2002. 350p
- INCRA. Mapa de localização geral e local da área de Estudo. INCRA, 2002. Adaptado por Bringel & Souza (2006).
- MAGALHÃES, S. M. B. Tempo e Trajetórias: reflexões representações camponesas. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, M. C. (orgs.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: Edufpa, 2002. P. 175-202.

- MAIS DO QUE SEM TERRA. SEM CHANCE. Revista Veja On-line, 2000. Disponível em: < http://veja.abril.com.br/200900/p_048.html>. Acesso em: 12 jan. 2006.
- MELLO, S.L. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, B.; CARMO, M. (orgs.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC, 1995. p. 51- 60.
- NEVES, D. P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 4., 2001, Belém. **Resumos IV** Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Belem: SBSP, 2001. p. 43-44.
- REPÓRTER 70. **O Liberal**. Belém, 29 de dez. 2004. Caderno Atualidades, p. 03.
- RODRIGUES, M. R. C. V. **Depois da Terra**: o MST, as lutas e contradições no Assentamento Palmares (PA). 2003. 215f. Tese de Doutorado em Serviço Social. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, PUC, São Paulo. 2003.
- SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. IN: Sessão Temática 17- **Migrações Internas: a necessidade de novos paradigmas, 1998**. Sítio da ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais). Disponível em:<[http:// www.abep.org.br/](http://www.abep.org.br/)>. Acesso em: 09 set. 2004.
- SECCO, A. **O MST atrapalha o lado bom do Brasil**. Revista VEJA, agosto. 2003. Disponível em: < http://veja.abril.com.br/060803/p_048.html> Acesso em: 12 jan. 2006.
- SILVA, J. G. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1996. 217p.

OS ÍNDIOS XUKURU, CONFLITOS DE TERRAS E A FOME EM PESQUEIRA NA DÉCADA DE 1950: ENTRE DOCES, CARNES E A FALTA DE FRUTAS E LEGUMES

Edson Silva

1. INTRODUÇÃO

O objetivo desse texto é evidenciar os debates públicos, na Década de 1950, sobre a escassez de alimentos que estavam intrinsecamente relacionados às questões e condições ambientais, pois diziam respeito à ocupação da Serra do Ororubá e regiões circunvizinhas, terras indígenas Xukuru tradicionalmente invadidas por fazendeiros, muitos deles membros da oligarquia política municipal. A partir de pesquisas em jornais publicados na época, e ainda por meio de entrevistas com idosos/as Xukuru, recorreremos às memórias orais indígenas para conhecermos e melhor compreendermos as condições de vida indígena no citado período.

No Arquivo Público Estadual de Pernambuco, pesquisamos na série de documentos manuscritos da Diretoria de Índios, buscando informações sobre o Aldeamento de Cimbres, situado na Serra do Ororubá, até a sua decretação oficial de extinção, atendendo interesses dos fazendeiros, no último quartel do Século XIX (SILVA, 2008). Ainda no Arquivo Público, consultamos exemplares do jornal *A voz de Pesqueira*, que trazia periodicamente artigos assinados e editoriais sobre a situação social no município de Pesqueira. As memórias orais indígenas foram coletadas a partir de um roteiro de perguntas, sendo questões abertas, por meio de entrevistas e gravações de narrativas e

histórias de vida, para conhecer a situação social do ponto de vista dos índios Xukuru.

Os dados e informações documentais foram analisados com o suporte de uma bibliografia histórica geral sobre a presença humana naquela região. Além disso, utilizamos uma literatura específica que trata da dinâmica ambiental do Agreste, particularmente onde estão localizados os atuais municípios de Pesqueira e Poção, o que possibilitou esboçar um quadro sociohistórico das formas de ocupação e uso das terras, das mudanças nas relações socioambientais e seus impactos sobre a população indígena Xukuru.

Com esse estudo, queremos também a partir de outra abordagem, a História Ambiental, estabelecer as relações entre grupos humanos e as condições de vida no espaço onde habitam. Ou seja, contribuir para uma história socioambiental, elaborada a partir de um olhar que investigue as relações de poder, privilegiando grupos socialmente excluídos e as interações com o Ambiente.

O povo indígena Xukuru do Ororubá habita os atuais municípios de Pesqueira e Poção. O Censo IBGE/2011 contabilizou a população Xukuru em cerca de 12.000 indivíduos. Constatou-se ainda que várias famílias indígenas moram em bairros na periferia da cidade de Pesqueira (ALMEIDA, 2000, p. 52), mas a grande maioria dessa população indígena habita em 24 aldeias espalhadas pela Serra do Ororubá e localidades vizinhas da área indígena demarcada.

Os Xukuru habitam o Agreste pernambucano, uma região intermediária entre o litoral úmido e o Sertão, onde ocorrem chuvas periódicas e épocas de secas apesar de se localizar áreas úmidas montanhosas os chamados brejos de altitudes. Boa parte da população indígena está concentrada em dois brejos, o de São José e o do Ororubá. Nesses espaços de clima ameno, com uma elevada densidade populacional, coexistem com as atividades agrícolas e a pecuária.

Diversos autores ressaltaram as riquezas naturais e a fertilidade das terras vizinhas e na Serra do Ororubá. No verbete “Cimbres”, por exemplo, encontrado no *Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco*, publicado em 1863, o autor ressaltou a riqueza natural daquela localidade, quando escreveu: “Não obstante a pobreza da aldeia, o termo é um dos mais ricos e de maior importância

no Sertão pela riqueza natural e produtiva” (HONORATO, 1976, p.38). Historicamente, a expansão pastoril naquela região Agreste foi cada vez mais acentuada, restringindo assim as lavouras de subsistência. E os brejos das serras foram sendo usados como refrigério para o gado, em períodos de longas estiagens, o que provocou sérios conflitos socioambientais com as expulsões dos moradores nativos, os índios Xukuru - pequenos agricultores - pelos fazendeiros criadores de gado.

2. MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS: AS INVASÕES DOS FAZENDEIROS E A AGROINDÚSTRIA

O estudo das mudanças ambientais é uma abordagem recente na área da História. A pesquisa em História Ambiental, de toda maneira, até pelo próprio fato de ser “ambiental”, não costuma se fazer na abstração das teorias puras, mas sim nas contradições de lugares e experiências vividas. Na maioria das vezes, ela se dá por meio de recortes geográficos e biofísicos concretos: uma região florestal, uma bacia hidrográfica, uma cidade, uma zona agrícola, etc. (DRUMMOND, 1991, p.181). É, portanto, a partir dessa perspectiva que serão discutidas as mudanças socioambientais em Pesqueira e suas consequências para os índios Xukuru entre as décadas de 1940/1950.

Uma crônica publicada pelo Pe. Olímpio Torres, com o título “Serra do Ororubá”, publicada em 1953, em um semanário de Pesqueira, comparava a cidade ao município de Triunfo, “um oásis de fartura no Sertão”. Também situado em uma região montanhosa, Triunfo, bem menor que Pesqueira, era um município rico, isso porque cada família tinha um pedaço de terra, com centenas de engenhos, casas de farinha e considerável produção agrícola, significando fartura. Em Pesqueira, existia uma lógica inversa, a da era do boi, que provocaria, em breve, a falta de alimentos, pois os agricultores eram empurrados para a ribeira estéril, se não quisessem ser operários na cidade. Diante dessa situação afirmava o religioso: “E o município, que outrora se bastava a si mesmo e ainda abastecia outros mercados, hoje é quase faminto e dentro pouco tempo estará importando até maxixe” (TORRES, 1953a, p.1).

A “ribeira” citada situava-se ao longo das margens do Rio Ipojuca que, em épocas de secas, tornava-se um filete de água, sem garantia para a sobrevivência dos moradores próximos. O religioso publicou outro artigo invocando a necessidade da solidariedade humana, frente a uma situação de crescente miséria para muitos e riqueza de poucos. Escreveu o padre:

O problema da Serra do Ororubá entregue aos bois, para riqueza de meia dúzia, enquanto os seus antigos agricultores definham numa miséria sempre crescente – é uma pedra de toque por onde se pode auferir do bom senso e do espírito de humanidade daqueles que falam do assunto (TORRES, 1953b, p.1).

Com a lucrativa expansão da pecuária, mesmo as fazendas de algodão e os cafezais tiveram seus plantios erradicado, pois:

Para o proprietário, a partir de quando se tornou desinteressante ceder terras em parceria ou em arrendamento para pequenas lavouras, o que passou a interessar foi, sobretudo, o retorno das glebas cedidas cobertas com restos de culturas, para seus animais, ou com pastos plantados. (TORRES, 1953b, p.1).

Com a expansão dos pastos, restava, portanto, ao pequeno agricultor indígena na Serra do Ororubá, pequenas parcelas de terras, os roçados nos chamados “sítios”, insuficientes para a sua subsistência e da sua família. O estudo do geógrafo Hilton Sette, em 1956, ainda que não faça nenhuma referência aos índios habitantes na Serra do Ororubá, descrevia aquela localidade como uma região de solo arenoso e pedregoso, com clima semiárido e também semiúmido, onde, durante boa parte do ano, predominava a seca. O gado dividia o espaço com lavouras e plantações de tomate:

O pardo triste da vegetação então despida de folhas e o aspecto agonizado das cetáceas põem em destaque o viço lustroso das cercas vivas dos aveloses que cumprem, entre outras utilidades, a função de separar as áreas do criatório extensivo, em campo aberto, dos tratos de terras culturáveis, enquanto que apenas aqui e ali, em locais

aparentemente escolhidos a dedo, algumas raras unidades arbóreas, também sempre verdes, espalmam suas frondes proporcionando o bem-estar de uma sombra. Paisagem esta ainda mais desoladora posta em comparação com a outra, a da época das chuvas miúdas, quando as caatingas reverdecem e florescem em todo seu esplendor, permitindo a colheita de frutos silvestres, a engorda do gado e o trabalho agrícola nos roçados e nas plantações de tomate (SETTE, 1956, p. 8).

O geógrafo constatou também que, espremidos entre as áreas de criação das fazendas, existiam os sítios com roçados em pequenas glebas de terras que permaneciam nas mãos de umas poucas famílias indígenas. Em seu estudo Hilton Sette apontava o desmatamento recente das áreas existentes nos brejos úmidos característicos da Serra. Restavam insignificantes pequenos trechos de matas que eram substituídas por cafezais, plantações de goiabeiras, bananeiras e outras frutas. Produção essa destinada às fábricas de doces em Pesqueira. As matas eram derrubadas também para abastecer de lenha as locomotivas do trem que ligava Pesqueira ao Recife, “as fornalhas das fábricas de doces, os fornos de padaria e fogões domésticos” (SETTE, 1956, p. 12). Ocorria, portanto, a destruição do patrimônio natural da Serra, para atender as exigências da lógica econômica em vigor:

A partir dessa lógica, a Serra fora toda ocupada. Nas localidades mais úmidas predominava a criação do gado de corte e o destinado à produção de leite. Nos sopés da Serra, mais próximos da cidade, constatava-se a *plantation* do tomate destinado à indústria, “enxotando cada vez mais para longe os roçados de subsistência ou mesmo reduzindo as áreas de criação”. (SETTE, 1956, p.10).

O combustível utilizado pelas fábricas eram madeiras trazidas da Serra. A lenha utilizada na indústria provocava: “A destruição do revestimento vegetal primitivo. As matas do Ororubá e as caatingas altas dentro de uma área de enorme raio acham-se praticamente desaparecidas” (SETTE, 1956, p. 12). O desmatamento acelerado, além de influir nas condições do solo na região, prejudicava desde os pequenos agricultores aos fazendeiros, comprometia até a própria indústria:

Também a devastação das matas para exploração da lenha, como já ficou assinalado, não só modifica a paisagem física, mas igualmente altera e dificulta as possibilidades agropecuárias dos fazendeiros e pequenos plantadores, devido ao aceleração dos processos de erosão dos solos no alto da Serra e ao rápido escoamento e evaporação das águas no pediplano (SETTE, 1956, p. 14).

A criação de gado era também a grande responsável pela degradação na Serra, pois existia “o costume, aliás, já antigo de alguns criadores em soltar os seus gados dentro das mangas de refrigerários nos brejos úmidos da Ororubá” (SETTE, 1956, p. 84). Esses espaços eram locais de clima ameno e irrigados por riachos e fontes de água, onde se concentravam as roças dos pequenos agricultores, os índios, cujas terras eram invadidas pelo gado, principalmente nas épocas de longas estiagens (SETTE, 1956, p. 85).

A situação de penúria em razão das invasões das terras indígenas, na Serra do Ororubá, pelos fazendeiros perdurou por muitos anos. Índios arrendavam suas próprias terras em mãos dos fazendeiros, para trabalharem. A grande maioria, porém, recebiam míseros pagamentos como trabalhadores para os invasores.

As terras férteis da Serra do Ororubá foram pouco a pouco sendo ocupadas pelas fazendas de gado ou pelo plantio de tomates e frutas destinadas à indústria alimentícia e doceira instalada no município. Com suas terras invadidas, uma das poucas alternativas que restava, então, aos Xukuru era o trabalho como operários nas fábricas em Pesqueira.

3. FALTA DE ALIMENTOS, POBREZA E MISÉRIA PARA OS ÍNDIOS

Em suas memórias, os índios Xukuru do Ororubá falaram dos plantios existentes na Serra do Ororubá destinados à indústria de doces, e ainda da época em que trabalharam nas fábricas em Pesqueira. O Pajé Xukuru falou que os plantios de goiaba se espalhavam por toda a Serra, em terras ocupadas por outros fazendeiros. A colheita era grande, nas safras da fruta:

Era muita goiaba! Tinha muita goiaba! Saía dez, doze caminhões de goiabas daqui de cima dessa Serra. Da terra da gente, mas nas mãos dos fazendeiros: São José, Cana Brava ela toda, ali em Caetano, por ali afora, por essa região quase toda. Em Vila de Cimbres, também tinha muita goiaba. Quando era a goiaba, era goiaba em todo o canto. Porque tinha muita goiabeira (BISPO, 2004).

Com a estrada de ferro partindo de Caruaru e que chegou até o município em 1907, a cidade consolidava-se como entreposto comercial, e ocorreu também um grande impulso no crescimento urbano. O transporte rápido e barato possibilitou à fábrica de doces “Peixe”, fundada pela família Brito, em 1902, ampliar sua produção para novos mercados. Possibilitando com isso a adoção de inovações tecnológicas, como a substituição dos tachos aquecidos à lenha pelos a vapor e o surgimento de outra indústria doceira, a fábrica “Rosa”, de propriedade da família Didier (SETTE, 1956, p.92).

As frutas destinadas à indústria de doces provinham principalmente das terras férteis da Serra do Ororubá. Multiplicou-se por toda a Serra os plantios de goiabas e bananas. As fazendas de gado estimularam o surgimento de fábricas de laticínios. Por volta de 1914, foi iniciado o beneficiamento do tomate, pela fábrica “Peixe”, necessitando de áreas para o plantio do produto. Ampliava-se o parque industrial, com a instalação de mais unidades da “Peixe” e novas fábricas, como a Tigre, Paulo de Brito, Peixinho, Recreio (SETTE, 1956, p.93).

Era grande também a produção de tomate colhida nas margens do Rio Ipojuca e povoados adjacentes, inicialmente sem o uso de agrotóxicos, pois, só mais tarde apareceram as pragas:

Plantava aqui nessa ribeira: Pão de Açúcar e nessa região para sair para Arcoverde, Alagoinha, Papagaio, Mutuca, em todo o canto eles plantavam. Era muito tomate também! Não existia essa doença de tomate. Não existia não. Plantavam a granel. Ela dava a torto e a direito. Não usava veneno. Não sei que praga foi que deu [...] dava a granel (SETTE, 1956, p.94).

Grande parte dos trabalhadores da fábrica Peixe era composta de índios vindos da Serra do Ororubá. O próprio Pajé Xukuru trabalhou

nas fábricas, inclusive na “Peixe”. Durante a colheita das grandes safras, nas fábricas em Pesqueira, muitos trabalhavam, mas sem vínculo empregatício. Trabalho duro e considerado sujo, no período noturno, para fugir à fiscalização trabalhista, como disse o Pajé Xukuru:

Muitos sem carteira assinada. A noite tinha uma história de uma “virada”, chamava-se “a virada”, os “porcos” porque trabalhava no leite, de noite, na tomate. Serviço sujo, aí chamavam assim. Quando a safra era grande, quando a fábrica não vencia para trabalhar só o dia. Aí tinha que trabalhar à noite porque era muita polpa. (BISPO, 1984).

As “viradas”, como se chamava o trabalho noturno era um serviço pesado, sem os devidos direitos trabalhistas, como recordou Seu Juvêncio, outro entrevistado: “Trabalhei nas viradas. As ‘viradas’ parece que era três mil reis ou era quatro mil reis. Era de noite. A gente ia trabalhar de noite. Serviço pesado, carregar caixas nas costas, descarregar caminhão, todo molhado. Sem registro. Tempo difícil” (SILVA, 2005).

O crescimento industrial favoreceu a concentração de renda expressa no casario de famílias abastadas. Como também ocorria o surgimento de aglomerações na periferia urbana, formadas, em sua maioria, pelas habitações do operariado. Dentre estes, muitos eram índios da Serra do Ororubá, que se concentravam no Bairro “Mandioca”, assim descrito pelo anteriormente citado geógrafo,

Acomodando-se a um desvão oferecido pela escarpa inferior da Ororubá, o bairro Mandioca, tendo a sua localização determinada pela proximidade da água e do centro urbano, atravessa com suas ruas mal cuidadas e suas casas de gente muito pobre o vale do Baixa Grande, começa a subir, do outro lado, a contra-encosta e um de seus arruados de casebres, quase trepados uns sobre outros (SETTE, 1956, p.76-77).

Eram moradias muito pobres comparadas pelo citado pesquisador às “favelas” das grandes cidades. Atualmente, o local é chamado “Bairro Xucurus” e reúne a grande maioria das famílias indígenas na área urbana de Pesqueira. Em conversas informais, moradores locais mais

velhos afirmam que muitas dessas famílias foram expulsas de seus sítios na Serra, por fazendeiros invasores.

As difíceis condições de vida na Serra do Ororubá eram semelhantes para a população pobre na cidade, pois muitos índios moradores na Serra, enxotados pelos fazendeiros, migraram para a área urbana de Pesqueira, agravando a situação social. No jornal *A voz de Pesqueira* (1953, p. 1), um colunista bradava providências policiais contra a prática nociva da mendicância, pois pedintes perturbavam as portas das casas, desde cedo até próximo à hora do recolhimento das famílias. Apesar das chuvas, que possibilitariam trabalho para todos, os mendigos profissionais atuavam. Eram muitas crianças, algumas bem pequenas, incentivadas pelos seus pais a esmolarem. Para o cronista, a solução do problema seria a prisão daquela gente vadia. Tratava-se de uma visão, no mínimo, equivocada, pois os depoimentos revelaram que não existia disponibilidade de terras para o trabalho, uma vez que estas estavam sob o domínio dos fazendeiros.

Outro olhar sobre a situação foi exposta no artigo do Pe. Olímpio Torres, com o título “A feira”, no mesmo jornal. O autor alertava que a mendicância, que tanto incomodava os moradores urbanos em Pesqueira, resultava da falta de fornecimento de gêneros alimentícios, outrora produzidos pelos agricultores índios na Serra do Ororubá, invadida pelas fazendas de gado e pelos plantios de tomates, resultando na expulsão de seus moradores, produzindo mendigos para as ruas da cidade. Esse processo ocasionou a diminuição da produção de alimentos e o elevado custo de vida que se refletiam na feira de Pesqueira.

Os preços eram temas de conversas públicas, provocando revolta e questionamentos sobre os responsáveis por aquela situação. Os agricultores eram acusados pelo alto preço da farinha. Porém, escrevia o cronista que os agricultores “Não plantaram mandioca dentro das plantações de tomate e por isso a farinha subiu. Eles não fizeram nenhuma roça de milho e feijão no lombo de cada boi que pasta na Serra – e por isso o povo passa fome”. (TORRES, 1953c, p.1).

Diante da situação de miséria generalizada, o poder municipal determinou o recolhimento à Delegacia de Pesqueira e posterior devolução aos pais, de “vários meninos de 5 a 12 anos de idade, que andavam a perambular pelas ruas, mendigando de porta em porta”.

(TORRES, 1953d, p.1). A iniciativa, considerada por alguns como uma medida acertada, cumpria ordens do juiz municipal que determinara enérgicas advertências aos pais, embora como registra o jornal, ocorreram protestos e algumas reações sociais, por se tratarem de crianças menores mantidas na delegacia.

Vários artigos publicados nos jornais registram um debate em Pesqueira sobre as fazendas de gado que invadiram a Serra do Ororubá, expulsando seus antigos moradores, os índios agricultores, que abasteciam com sua produção o município, ocasionando assim a falta de alimentos, a elevação do custo de vida e, sobretudo, a mendicância nas ruas da cidade. Era uma discussão sobre a nova ordem socioeconômica, na qual o gado ocupava o lugar central. Não se tratava simplesmente de uma discussão do confronto lavoura *versus* pecuária, como afirmavam alguns. Era um debate sobre uma situação bem mais grave, que envolvia os motivos dos conflitos e a expropriação secular dos índios de suas terras.

Os dados sobre óbitos na década de 1940, disponíveis nos arquivos da Prefeitura Municipal de Pesqueira, revelam uma elevada taxa de mortalidade infantil. Muitas crianças de apenas meses ou ainda nos dois primeiros anos de vida pereciam, nos “sítios” Cana Brava, São José, Santana, São Braz, Tionante e Lagoa, todos localizados na Serra do Ororubá. Estão registradas também mortes de pessoas adultas, em sua maioria com idade avançada, que, assim como as crianças, trazem sobrenomes de conhecidas famílias habitantes nessas localidades.

Em fins de 1950, o jornal *A gazeta de Pesqueira* publicava um artigo não assinado com o título “A carência de frutas e legumes” (CHACON, 1950, p.1), onde o autor iniciava afirmando que cem anos passados os “caboclos da Serra Ororubá” enviavam petição as autoridades reclamando que as invasões provocadas pelo gado impediam o cultivo das lavouras de subsistência. O cronista situava, com o passar dos anos, a expansão pastoril na Serra do Ororubá e adjacências onde tudo foi transformado em pastagens para o gado! E na medida em que isso acontecia, desapareciam desde as roças de mandioca aos pés de fruteiras e legumes. Os alimentos passaram a ser comprados de cidades na região e os preços subiram vertiginosamente.

Após ouvir o comentário sobre os dados dos óbitos infantis, “Dona Zenilda” lembrou que as mortes ocorriam por desnutrição, em razão da falta de terras e melhores condições de vida:

A morte de crianças era por desnutrição. Os pais não tinham leite para as crianças. A desnutrição era grande. Os pais não tinham dinheiro para comprar leite ao fazendeiro. Muitas crianças morriam por desnutrição. Nos meses de maio e junho por causa da frieza. Muitas nasciam já desnutridas por falta de alimentação das mães grávidas. (ARAÚJO, 2005).

A entrevistada recordou também as difíceis condições de saúde, e que as próprias famílias providenciavam os sepultamentos das crianças. Os caixões eram feitos com tábuas disponíveis nas “bodegas” locais. Na atual Aldeia Cana Brava, existia um especialista em fazer caixões para as crianças que morriam:

Os pais faziam os caixãozinhos de tábuas de caixas de sabão que vendiam nas vendas. “Seu” Tibúrcio em Cana Brava era o fazedor de caixões dos “anjinhos!”. Não havia estradas dos sítios para Pesqueira, o acesso a médicos era difícil. As parteiras faziam o que podiam. Muitas crianças nasciam e morriam em seguida. (ARAÚJO, 2005).

Em suas memórias, outros entrevistados falaram em períodos difíceis. Com as precárias condições de vida e devido à fome, ocorria à mortandade de crianças, como lembrou “Dona Lica”:

Morria muitas crianças. Filhos do meu marido (do 1º casamento dele) morreram sete. Não tinha assistência médica. Morria muita criança de fome. Morria as crianças porque dava farinha para as crianças comer, com papa d’água. A mãe dele (o marido) contava que ele foi criado com batata. Nascia muitos gêmeos. Criava com pano, minha sogra, a mãe dele, contou que criou dois com a saia dela. Não tinha o que comer, ela ia arrancar batata e fazia o mingau. Ela disse que ia nas matas, a mãe de Brivaldo, muitas vezes ia na mata, tirava muncunã (raiz tóxica) lavava em nove águas, se errasse morria. (ARAÚJO, 2005).

Outro entrevistado, Seu Juvêncio, nascido e sempre morador em Cana Brava, lembrou também da falta de assistência médica e da fome que provocava os óbitos de crianças:

Aqui passava muita fome, nessas épocas! Que não tinha ajuda, não tinha ajuda de nada! Não tinha ajuda de nada, de jeito nenhum! Não tinha terra de jeito nenhum, não tinha nada. Muitas crianças morriam na minha época. Hoje melhorou muito. Morria de doenças. Hoje melhorou muito! Porque antigamente aqui não tinha médico. Não existia médico. Morria de fome também. Morria desnutrido, de fome, porque não tinha de quê (SILVA, 2005).

Os relatos das memórias orais Xukuru comprovam as difíceis condições de vida, com a pobreza, a miséria, a falta de alimentos que provocavam uma considerável taxa de mortalidade infantil nas décadas de 1940/1950, como aparece registrada nos dados disponíveis nos arquivos da Prefeitura Municipal de Pesqueira.

4. A MOBILIZAÇÃO XUKURU PELA RECONQUISTA DE SUAS TERRAS

A situação de pobreza e miséria começou a mudar a partir dos anos 1980, quando liderados pelo Cacique “Xicão” (Francisco de Assis Araújo), os Xukuru estimulados pela participação nas mobilizações da Assembleia Nacional Constituinte, que reconheceu e fixou os direitos indígenas na Constituição aprovada em 1988, iniciaram a retomada dos seus territórios.

A participação nos eventos em torno da Constituinte, em muito impulsionou a organização e mobilização Xukuru. Durante as várias estadas em Brasília, o Toré foi dançado diversas vezes e assumiu, além de um significado político, um marco da identidade e mobilização Xukuru. Promulgada a Constituição e retornando da Capital Federal, assessorados pelos missionários do Conselho Indigenista Missionário-Regional Nordeste/Cimi-NE, os Xukuru promoveram, acompanhada de intensa dança do Toré, uma reunião na Aldeia Cana Brava, com índios

das diversas aldeias na Serra do Ororubá, para relatar os acontecimentos vivenciados em Brasília, bem como tratar dos direitos indígenas garantidos na nova Constituição. Decidiram também pela realização de reuniões nas demais aldeias, para continuar discutindo o assunto.

Ainda em 1988, os Xukuru se mobilizaram também ao tomarem conhecimento de que o fazendeiro Otávio Carneiro Leão tivera um financiamento aprovado pela Sudene, para implantação da Empresa Agropecuária Vale do Ipojuca S/A, no Distrito de Cimbres. Os índios pressionaram a Superintendência Regional da Funai, sediada em Recife, para impedir a emissão do atestado negativo da existência de uma população indígena no local destinado ao projeto agropecuário. Com receio de que outros fazendeiros recebessem o mesmo benefício oficial, exigiam, “em pé de guerra”, a devolução de suas terras. Instalou-se um clima de tensão entre os Xukuru, que exigiam a demarcação de suas terras, baseados nos direitos indígenas garantidos na então recém-promulgada Constituição.

As lideranças Xukuru reuniam-se diariamente, para discutir os direitos indígenas fixados na nova Carta Magna do país e, ao final dos encontros, dançavam o Toré, invocando a proteção e a força dos Encantados e de N. Sra. das Montanhas e reivindicando as suas terras. Por outro lado, os fazendeiros ampliavam as plantações de capim e soltavam o gado para ocupar as terras reivindicadas pelos Xukuru, que prometiam reaver, baseados nos preceitos constitucionais, o que lhes pertencia por direito. (SILVA, 2008)

O carisma e a liderança de “Xicão”, demonstrada em Brasília, durante a participação nos eventos da Constituinte, deram um novo impulso à organização e mobilização interna Xukuru, e na busca de apoio da sociedade civil, a exemplo do Cimi-NE, para a conquista dos direitos indígenas sobre as terras reivindicadas. Após pressões dos Xukuru, que ingressaram com uma ação judicial na Procuradoria da República no Recife contra o Projeto Agropecuário Vale do Ipojuca, uma portaria ministerial determinou a criação de um Grupo de Trabalho (GT), formado por técnicos da Funai, para iniciar o processo de identificação e delimitação da terra indígena Xukuru.

O trabalho realizado pelo GT foi bastante significativo para os Xukuru, uma vez que oficialmente as reivindicações indígenas estavam

sendo reconhecidas. Mas, por outro lado, aumentaram as tensões entre os índios e os fazendeiros que passaram a não mais ceder terras em regime de arrendamento e a não aceitar trabalhadores que se identificassem como Xukuru. A recusa dos fazendeiros de utilizar mão-de-obra indígena agravou as condições de pobreza dos Xukuru que, motivados pelo levantamento do GT, iniciaram o processo de retomada de parte das terras em disputa. (OLIVEIRA, 2006, p.107-108).

A primeira área a ser retomada foi Pedra d'Água, em fins de 1990. Cerca de 300 índios ocuparam 110 hectares da área que estava nas mãos de 15 posseiros arrendatários da Prefeitura de Pesqueira, em terras de propriedade da União, cedidas ao Município. Em nota distribuída à imprensa, assinada pelo Cacique “Xicão”, lideranças Xukuru e de outros povos indígenas no Nordeste, parlamentares e entidades dos movimentos sociais, foi explicado ser a mata em Pedra d'Água um local de rituais sagrados e que tinha sido destruída por posseiros. Além disso, as terras dos Xukuru estavam invadidas por fazendeiros, pequenos e médios posseiros, impedindo o plantio para a sobrevivência dos indígenas, que exigiam providências à Funai.

Em 1992, os Xukuru retomaram a Fazenda Caípe, uma área com 1450 ha, até então sob o domínio do posseiro e vereador municipal pelo PFL, Hamilton Didier. Contando sempre com o apoio conquistado de organizações da sociedade civil, como o Cimi-NE, a Comissão Pastoral da Terra/CPT, o Conselho Mundial de Igrejas/CMI, sindicatos rurais e urbanos da região de Garanhuns, parlamentares do PT-PE, professores/as da UFPE, UFPB, dentre outros órgãos e personalidades, ocorreram outras retomadas. Se, por um lado, esse processo ampliou a dimensão da visibilidade política da organização e mobilização Xukuru pela demarcação de um território, por outro, aumentou a rejeição e negação em declarações públicas por parte dos fazendeiros sobre a existência de um grupo indígena na Serra do Ororubá. (SILVA, 2008).

Para impedir a organização e mobilização indígena, os fazendeiros planejaram o brutal assassinato do Cacique “Xicão”, ocorrido em 1998. A despeito dos assassinatos posteriores de outras lideranças, como “Xico Quelé”, das perseguições e ameaças, os Xukuru tiveram suas terras homologadas pelo Governo Federal, em 2001.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apropriação das terras do antigo aldeamento Xukuru, na Serra do Ororubá, pelos fazendeiros criadores de gado com o cultivo de pastagens, e, posteriormente, a consolidação da agroindústria de doces e conservas baseada na lavoura do tomate e o plantio de frutas, estabeleceram um novo ciclo de relações socioambientais naquela região. O discurso que na década de 1950 exaltava o progresso e a riqueza de Pesqueira, a chamada “cidade das chaminés”, escondia outra situação: a falta da produção de alimentos, a favelização do município, a fome e a miséria.

O acirramento dos conflitos entre os Xukurus e fazendeiros que eram posseiros invasores nas terras então reivindicadas pelos indígenas, entre os fins dos anos 1980 e meados dos anos 1990, foi motivo de várias reportagens publicadas na imprensa. Enquanto os fazendeiros negavam a existência de índios ou a ocorrência dos conflitos na Serra do Ororubá, os Xukuru denunciavam as violências, a miséria e a fome em razão de terem suas terras invadidas e reivindicavam seus direitos.

Ao contrário do que diziam os fazendeiros, por meio da pesquisa documental e das memórias indígenas, constatamos os elos de uma história coletiva, de um pertencimento, em um conjunto de situações e experiências históricas e socioambientais que conferem uma identidade indígena Xukuru. Os relatos das memórias orais dos Xukuru do Ororubá expressam vários momentos do cotidiano, os espaços de sociabilidades criados na Serra do Ororubá, as referências a uma memória mítico-religiosa para a afirmação da identidade do grupo, as relações de trabalho com os fazendeiros ou como operários na indústria, em Pesqueira. Daí ser possível afirmar a existência de uma memória coletiva, baseada em um espaço ancestral comum, a Serra do Ororubá. (SILVA, 2008).

A demarcação da área indígena Xukuru resultou das mobilizações indígenas que buscaram o apoio da sociedade civil, pressionaram as autoridades, e diante da morosidade governamental para o reconhecimento de um território para aquele povo, os próprios índios começaram a reocupar as suas terras, até então nas mãos dos fazendeiros. Mesmo frente as perseguições, violências e assassinatos de lideranças, os Xukuru conquistaram enfim seus direitos. Atualmente, cerca de 97%

do território demarcado está nas mãos dos Xukuru, restando ainda ao poder público, indenizar, segundo a lei, as benfeitorias de pequenos posseiros invasores das terras indígenas.

Apesar da degradação ambiental com o mau uso dos recursos naturais pelos invasores ao longo de anos, e a continuidade, na região da Ribeira do Rio Ipojuca, do plantio em larga escala para comercialização, por índios Xukuru, de legumes com o uso de agrotóxicos, uma herança de práticas dos fazendeiros, a demarcação do território Xukuru foi a concretização do sonho tão esperado, que vem possibilitando a fartura, o vicejar da vida, a dignidade. Pois também produtos agrícolas orgânicos, trazidos por índios de algumas aldeias na Serra do Ororubá e que são vendidos em uma feira semanal no centro de Pesqueira, são representativos de uma nova etapa na história do povo Xukuru.

6. AGRADECIMENTOS

Agradeço as observações, os comentários e questionamentos perspicazes dos/a pareceristas anônimos/as que não só possibilitaram a melhor organização e elaboração do texto, como também uma maior reflexão sobre o seu conteúdo e as formas de abordá-lo.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, E. A.. **Xucuru, filhos da mãe Natureza: uma história de resistência e luta**. 2ª ed., Olinda: CCLF/Pesqueira Prefeitura Municipal. 2002. 80p.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. 4ª ed., São Paulo: LECH. 1980.
- ARAÚJO, Z M. 55 anos. Aldeia Santana: **depoimento** Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, 04 jul. 2005a. Entrevista concedida a Edson Silva.
- ARAÚJO, M. A. F. “Dona Lica”, 52 anos. Aldeia Cana Brava: **depoimento** Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, 15 dez. 2005b.
- A VOZ DE PESQUEIRA (Editorial). **Medida acertada**. p.1, 5 jul. 1953.
- CAVALCANTI, C. M. L. **Acumulação de capital e a industrialização em Pesqueira (Pernambuco)**. 1979. 126f. Dissertação (Mestrado em

- Economia). PIMES/Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 1979. 278p.
- CHACON, E. M. A carência de frutas e legumes. **A voz de Pesqueira**, p.1, 12 nov. 1950.
- DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p.97-117. 1991.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro. 2004. 222p.
- HONORATO, M. C. **Dicionário topográfico, estatístico e histórico de Pernambuco**. 2ª ed., Recife: Secretaria de Educação e Cultura. 1976. 156p.
- MELO, M. L. **Os agrestes**. Recife: SUDENE. 1980. 553 p.
- OLIVEIRA, Kelly. E. de. **Guerreiros do Ororubá: o processo de organização política e elaboração simbólica do povo indígena Xukuru**. 2006. 219p. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas Letras e Artes/CCHLA, UFPB, João Pessoa. 2006.
- SILVA, E. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988**. 2008. 299f. Tese (Doutorado em História Social) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/IFCS, UNICAMP, Campinas, SP. 2008.
- SILVA J. B. 2005. 76 anos. Aldeia Cana Brava: **depoimento** Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 15 dez. 2005. Entrevista concedida a Edson Silva.
- BISPO, P. R. “Seu” Zequinha (Pajé Xukuru), 72 anos: **depoimento** Bairro Baixa Grande, Pesqueira/PE, 05 jul. 2004. Entrevista concedida a Edson Silva.
- SETTE, H. **Pesqueira: aspectos de sua Geografia Urbana e de suas inter-relações regionais**. 1956. 119f. Tese (Concurso Cadeira de Geografia do Brasil) – Colégio Estadual de Pernambuco. Recife, 1956.
- SOBRINHO, V. **As regiões naturais do Nordeste, o meio e a civilização**. Recife: Condepe. 2005. 273p.
- TORRES, O. Pe. Serra do Ororubá. **A voz de Pesqueira**, p.1, 14 jun. 1953a.
- _____. Ainda a Serra. **A voz de Pesqueira**, p.1, 21 jun. 1953b.
- _____. Feira. **A voz de Pesqueira**, p.1, 28 jun. 1953c.

DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE NO RURAL

TERRITÓRIOS DE INSUSTENTABILIDADE FACE AO PROCESSO DE DESERTIFICAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Marx Prestes Barbosa

1. INTRODUÇÃO

Ao se tratar do processo da desertificação, surge a necessidade de se entender a história geológica da instalação do clima semiárido na região nordeste, bem como da convivência do ser humano com este, desde a sua chegada a região. O ser humano no Nordeste é contemporâneo à instalação do semiárido e, ao longo dos tempos, ele foi se adaptando a condição climática que evoluía, ou seja, houve um constante movimento de evolução do clima e da adaptação do ser humano a ele.

Para Lefebvre (1991b), o espaço é um produto social, ao mesmo tempo que é um meio de produção da sociedade. Ele possui ao mesmo tempo elementos abstratos e concretos. Além desses elementos, o espaço é também instrumental, pois ao ser um meio de produção, ele é também um meio de controle, e portanto, um instrumento de dominação e de poder. Andrade (1995), afirma que:

[...] o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (p.19).

[...] um tratamento aprofundado das categorias espaço, tempo (**a história**¹) e território são de grande utilidade para se entender e poder interpretar a intrincada rede de relações complexas em que se insere o estado brasileiro, sua população (p. 20).

Assim, o presente artigo trata da produção dos espaços sociais no semiárido, do ponto de vista das relações de capitais que se instalaram na região desde a chegada dos invasores europeus, e através de um resgate histórico evolutivo da região mostrar que a base do risco da desertificação está nas relações de capitais, primeiramente pela expansão do capital mercantil europeu e posteriormente pelo capital industrial, e globalizado, em contrapartida às ideias de que o clima (a seca) e a pobreza são indicadores do processo de desertificação.

2. O PROCESSO DA DESERTIFICAÇÃO

O processo da desertificação não se refere à expansão dos desertos existentes e nem à criação de novos desertos. Este processo é um desastre longo, lento e extremo e seus riscos são construídos histórico e socialmente. Ela sucede porque os ecossistemas das terras áridas, semiáridas e subúmidas secas ficam em risco frente à exploração da terra, acima do suporte. As relações de capitais no campo têm degradado centenas de milhares de terras, ao longo dos anos, pelo uso exaustivo das terras. A desertificação não é um fenômeno natural e sim econômico. É a territorialização do capital.

Barreto *et al.* (2002, p. 230), pesquisando os campos de dunas do médio rio São Francisco em estudos palinológicos², identificaram a presença da vegetação de caatinga a mais de 10 mil anos AP³, que segundo estes autores “[...] *embora menos conspícua na paisagem entre 11.000 e 8.900 anos AP, a vegetação de caatinga sempre esteve presente, cuja participação aumentou após 4.240 anos AP*”, sobre o que podemos concluir que o clima semiárido na região Nordeste do Brasil começa a se

1 Grifo do autor

2 Palinologia é a parte da Botânica que estuda os grãos de pólen.

3 AP – Antes do Presente

desenvolver a mais de 11 mil anos antes do presente. Para a antropóloga Guidon (2004), há indícios do ser humano no Piauí datados de mais de 100 mil anos. O Ser Humano aparece na região do semiárido, mais precisamente, nos Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, a cerca de 10 mil anos. Segundo Martin (1999, p. 24 - 39):

No Rio Grande do Norte as datações radiocarbônicas de enterramentos humanos são de 10 mil anos antes do presente. Por essa mesma época, coabitavam com os grupos humanos, espécimes hoje extintas de mega fauna, como tigres dentes-de-sabre, mastodontes, paleolamas, preguiças e tatus gigantes, os quais eram abatidos, provavelmente por meio de armadilhas ou de emboscadas. (p. 24-39).

Guidon (2006) traz dados importantes sobre o desenvolvimento do semiárido desde a sua instalação ao afirmar que:

[...] a região até cerca de nove mil anos atrás foi uma zona de clima tropical-úmido, a parte norte tinha uma floresta do tipo amazônico e a parte sul a mata Atlântica. Esse tipo de clima durou até cerca de nove mil anos atrás quando houve uma diminuição das chuvas, mas os rios continuavam a correr (p. 77).

A data de 9 mil anos coincide com a datação feita por Barreto *et. al.*(2002). Um dos testemunhos deste elo entre a floresta do tipo amazônico, o cerrado do Centro-Oeste e a mata Atlântica encontra-se na Floresta Nacional da Chapada do Araripe (FLONA), no Estados do Ceará. onde são encontradas espécies dos 3 biomas (BARBOSA, *et.al.*, 2005). Guidon (2006) ainda enfatiza que:

[...] nas nossas escavações descobrimos inclusive, facas metálicas, portanto de origem europeia, pousadas na margem, na rocha que seria a margem de um rio que corria no Vale da Pedra Furada, onde hoje só existe areia. Elas estavam a um metro e quarenta de profundidade e a datação indicou que a fogueira havia sido feita em 1.790 (p. 77).

Esta planície foi ocupada muito rapidamente, quando da colonização, e, hoje, esse é o estado desse território. Este é o Rio Piauí. Esse rio eu vi correndo até o início dos anos 80, hoje praticamente não corre mais. Só em certos anos quando há muita chuva (p. 78).

Dessa forma, ao fazer referência a descoberta de facas metálicas europeias e ao Rio Piauí, a pesquisadora mostra que o processo da degradação ambiental do semiárido tem início com a chegada do colonizador e pela intensa exploração dos solos, que em alguns lugares chegou a completa exaustão.

Os estudos dos processos evolutivos geológicos do nosso planeta juntamente com os estudos arqueológicos, antropológicos, entre outros, são importantes para entendermos os processos históricos sociais da produção dos espaços humanos atuais e têm corroborado para a ideia de que a região, hoje dominada pelo clima semiárido, vem sendo ocupada pelo homem desde épocas anteriores a instalação do semiárido. Este fato é de suma relevância, pois a permanência do homem nos sertões nordestinos ao longo de mais de 10 mil anos evidencia as condições de habitabilidade do semiárido, mesmo tendo um regime pluviométrico diferenciado, com curtos períodos de chuva e longos períodos de estiagem.

A floresta, denominada pelos índios de Caatinga (floresta branca), que se instalou e se desenvolve até hoje, sempre conservou as condições para a vida, produzindo água e ofertando alimentos, não somente aos humanos que a ocupavam, mas às demais espécies animais. Outro ponto a se dar ênfase, é que esta habitabilidade permitiu que o colonizador expropriasse e se apossasse das terras indígenas interioranas da colônia, como o já tinha feito ao longo do litoral, na faixa denominada de “Zona da Mata”.

3. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS RISCOS DO PROCESSO DE DESERTIFICAÇÃO NO SEMIÁRIDO: UM BREVE HISTÓRICO

Os riscos do processo de desertificação no semiárido do nordeste brasileiro foram sendo construídos socialmente ao longo da história

do Brasil, após a invasão dos chamados descobridores. A expansão, “[...] o auge do capitalismo mercantil influenciou de maneira decisiva na destruição e transformação das civilizações dos trópicos, iniciando-se assim a espoliação dos recursos dessas zonas do planeta” (LEFF, 2000, p. 25), como as várias incursões (francesas, espanholas, inglesas e holandesas) que se sucederam ao longo da costa brasileira, principalmente no nordeste. No ano de 1500, Portugal decide ocupar as terras a oriente da linha de Tordesilhas e finalmente invade o Brasil.

A degradação das terras brasileiras começa com a chegada desses invasores, cujo principal objetivo inicial era a exploração e o comércio do “pau-brasil”. Cabe lembrar que não se explorava somente o pau-brasil, mas as madeiras de lei e animais de belas plumagens (ANDRADE, 2002). Em 1530, Portugal dá início de fato à colonização das novas terras. A cana-de-açúcar, introduzida no nordeste a partir de 1534, rapidamente se desenvolveu. Somente no período de 1554-1560, na região de Cabo de Santo Agostinho, Mata Sul de Pernambuco, foram construídos 8 engenhos (ABREU, s/d). Assim, o ano de 1530 é um marco importante na instalação e aceleração do processo da degradação das terras ao longo da costa oriental nordestina, pela rápida substituição da Mata Atlântica pelas “plantations” de cana-de-açúcar.

Todas as incursões de estrangeiros não-lusitanos trouxeram grandes perdas, não só de vidas, mas para o meio ambiente devido às guerras e às lutas contra a população local. A tática do fogo (das queimadas) esteve sempre presente na resistência dos locais contra os invasores, como atesta o texto de Pierre Moreau publicado em 1651, transcrito por Capistrano de Abreu (ABREU, s/d, p. 103):

Não há aparência de que os holandeses possam nunca se restabelecer e restaurar no Brasil como eram antes, [...] porque o território que lhes resta desde o Ceará até a cidade de Olinda está inteiramente perdido e sem habitantes, as casas, povoados, aldeias ou vilas, as próprias fruteiras queimadas e arruinadas, portanto seu estado inútil e sem proveito.

O longo período de degradação do meio ambiente costeiro do nordeste brasileiro reduziu a área da Mata Atlântica no nordeste para 2,2 % (TOBARELLI *et al.*, 2006).

O gado bovino, introduzido junto com a cana-de-açúcar, a princípio servia para suprir as necessidades dos engenhos. O clima e a grande quantidade de massa verde facilitaram o rápido crescimento dos rebanhos, conflitando com a produção de cana, pois o gado invadia os canaviais para se alimentarem. Em 1701, uma Carta Régia proibia a criação do gado a menos de 10 léguas da costa (SIMONSEN, 1937). Inicia-se a ocupação dos sertões, do semiárido.

Para Prado Junior (1970), a colonização dos trópicos toma, a partir do século XVI, o aspecto de uma vasta empresa comercial, mercantil, destinada a explorar os recursos naturais em proveito do comércio europeu. O Nordeste e o Brasil surgiram e se desenvolveram inicialmente como parte do movimento de expansão do capitalismo mercantil com funções muito precisas de colônia (NETO, 1997).

Na ocupação das terras, a coroa portuguesa introduziu no Brasil a política das sesmarias, com base na lei Fernandina de 1375, que definiu a hereditariedade sobre as terras. As sesmarias eram dadas a homens de posses. *Cada um dos pretendentes se justifica dizendo que “hé home de muita posse e familia”, ou que “hé home de posse assim de gente como de criasões q’ha um morador san pertensentes”, ou que “tem muita fabriquia de guado de toda sorte e escravos como qualquer morador”* (VIANNA, 1933, apud NOZOE, 2006, p.5). Cada sesmaria tinha 6 léguas, porém não havia limite de doação de sesmarias a um único pretendente.

Com as doações das sesmarias estava criada a base do latifúndio no Brasil. As terras não estavam desocupadas e os índios, que nelas habitavam, não conhecendo a propriedade privada, viviam em comunidades primitivas onde todos participavam comunamente de todas as atividades e usufruíam por igual de seus produtos, por isso, se opuseram à implantação de fazendas de gado em suas terras.

As consequências foram os inevitáveis conflitos que eclodiram na segunda metade do século XVII e entraram pela primeira década do século XVIII, que ficaram conhecidos como a Guerra dos Bárbaros, que praticamente quase que dizimou todos os índios da região. Os conflitos foram de grande crueldade, como praticados pelos d’Ávilas, senhores

da Casa da Torre, que decapitavam os indígenas adultos vencidos e reuniam os velhos, as mulheres e as crianças em aldeias dirigidas por missionários (CALMON, 1983).

Igualmente se comportou os Oliveiras Ledos, que no último quartel do século XVII, iniciariam o processo de ocupação dos “sertões de fora” movimentando numerosas boiadas a partir da margem esquerda do São Francisco e chegando a corrente povoadora, até o sul do Ceará e do Maranhão em 1690 (HOLANDA, 1993). D. Filipe III chegou a dirigir uma carta régia ao Capitão-mor da Paraíba, em 16 de setembro de 1699, solicitando-lhe advertir o fundador de Campina Grande por “*estranhar mui severamente o que obrou Theodosio de Oliveira Ledo em matar a sangue frio muitos dos índios que tomou em sua guerra*” (CANIELLO; DUQUÊ, 2006, p. 631).

A pecuária bovina era basicamente para o aproveitamento do couro para exportação, e a carne quase que inteiramente desprezada. O gado era criado de modo extensivo e intensivo, herança perpetuada até hoje, e recolhido uma vez por ano para o abate e marcação das novas rezes. Outro fator importante de apropriação latifundiária foi a difusão do cultivo do algodão. Fiado e tecido em panos grosseiros como o chamado “algodãozinho”, servia para vestimenta dos escravos e classes mais pobres da população e o fabrico de sacos (ALENCASTRO, 2000).

Em uma economia de tipo colonial, a baixa produtividade se casa perfeitamente com o desperdício de bens e com a depredação de recursos naturais. Voltada para o exterior e desligada do meio, não apenas aviltou como avilta o trabalho e destrói o trabalhador, assumindo caráter predatório (SODRÉ, 1967). A estrutura Agrária no Brasil, com raízes na expansão do capital mercantil europeu, se baseia na concentração das terras, passando pelas “plantations” de cana-de-açúcar, e pela Lei das Terras de 1850⁴, que preservou o poder dos latifundiários (GONÇALVES, 1989, apud SANTOS, 2007).

A Lei 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida com Lei das Terras, e sua regulamentação em 1854⁵, foram criadas por pressão da própria oligarquia rural, para legalizar as terras recebidas em forma de Sesmarias

4 Lei das Terras de 1850. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm

5 Decreto nº 1318 - http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/legislacao/decreto_1318.aspx

antes da proclamação da independência, permanecendo somente o apossamento como forma de obtenção das terras. A pressão do capital industrial sobre o capital mercantil, e, com o vislumbamento do fim da escravidão, fazia surgir a necessidade de uma mão-de-obra que viesse a substituir os escravos.

Aparentemente a Lei seria para normatizar o uso da terra agrícola, a partir da divisão das terras, em terras públicas (as até então consideradas devolutas) e propriedades. A demarcação das terras se daria pelos próprios interessados, e a Lei não estabelecia limites ao tamanho das propriedades de seus possuidores. Sobre as terras demarcadas não foram estipulados nenhum tipo de imposto, embora fosse cobrado um valor elevado pelo registro das terras. Assim, a Lei excluiu os pequenos posseiros, meeiros e outros da legalização de suas terras, as quais foram incorporadas aos latifúndios. A terra passou a ser mercadoria na geração de lucro. Assim, surge um grande contingente de sem-terras, não somente no Nordeste, mas em todo País, a procura de terras para morar e cultivar.

A violência explode no campo, pois os jagunços, a mando dos latifundiários, em nome da Lei, atacavam qualquer iniciativa dos sem-terras de se fixarem, pois a única forma dos colonos sem escravos de ocuparem as terras devolutas, a posse, passou a ser severamente punida. As terras devolutas só podiam ser ocupadas através da compra. No entanto, a definição jurídica de uma terra como “devoluta” implica um processo administrativo onde o Estado, pelo seu executivo, tem de provar diante do sistema judiciário que a terra não está ocupada. Neste processo “sinais de ocupação” bastam para identificar o domínio da terra por alguma pessoa física que, portanto, pode reclamar a sua propriedade (DIAS, 1978), o que facilitava a adição de terras devolutas aos grandes latifúndios.

A primeira Constituição Republicana do País não introduziu mudanças na Lei das Terras de 1850. Em 30 de novembro 1964, durante a ditadura, os militares aprovaram o Estatuto da Terra⁶, em vigor até hoje. O Estatuto da Terra não resolveu a questão fundiária do País, que continua sendo caracterizada pela grande concentração das terras.

6 Estatuto da Terra – Presidência da República - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm.

79% dos proprietários rurais no Brasil são donos de minifúndios, cujos tamanho não ultrapassa a 50 hectares, sendo na média de 20 hectares, e ocupam somente 12% das terras produtivas. Os 21 % restantes são donos de 88% das terras, sendo que cerca de 5% desse número são exploradas por empresas rurais que detêm cerca de 10% do total das terras agrárias (INCRA, 2010). Neste caso não se visualiza grandes diferenças entre o cenário atual e o anterior ao Estatuto, e o nosso modelo econômico agrícola permanece ainda do tipo colonial.

Ao confrontarmos os dados entre as classes de propriedades de 1 a 25 ha e a classe de propriedades maiores do que 1.000 ha na Tabela 1, em relação aos módulos fiscais⁷, temos que o tamanho médio das propriedades da classe de 1 a 25 ha em Cabaceira é de 10,48 ha que corresponde a 0,174 módulos fiscais, enquanto que a média da área das propriedades com mais de 1.000 ha é de 2.484,02 ha, o que corresponde a 41,40 módulos rurais.

TABELA 1 – CONCENTRAÇÃO DAS TERRAS EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA

CLASSES DE ÁREA (HA)	MUNICÍPIOS			
	CABACEIRAS		SÃO JOÃO DO CARIRI	
	NO. DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL (HA)	NO. DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL (HA)
1 A 25	202	2.118,50	163	1.965,80
25 A 50	84	3.041,00	97	3.350,20
50 A 100	69	4.884,40	73	4.909,30
100 A 200	30	3.356,30	49	6.917,80
200 A 500	15	3.740,10	45	13.630,50
500 A 1000	6	3.383,00	14	8.842,90
MAIS DE 1000	5	12.420,10	11	19.193,30
TOTAL	411	32.943,40	452	58.809,80

Fonte: Elaborado pelo autor

Não diferente é o cenário para São João do Cariri, onde o tamanho médio das propriedades da classe de 1 a 25 ha é de 12,06 ha, o que

7 Cabaceiras = 60 ha e São João do Cariri = 55. Módulo Rural é definido por *Borges* (1992, p.34) como “a área de terra que, trabalhada direta e pessoalmente por uma família de composição média, com auxílio apenas eventual de terceiro, se revela necessária para a subsistência e ao mesmo tempo suficiente como sustentáculo ao progresso social e econômico da referida família”. A propriedade familiar tem exatamente o tamanho do Módulo Rural. Para fins de tributação o Módulo Rural é igual ao Módulo Fiscal.

corresponde a 0,201 módulos rurais, e para a classe acima de 1.000 ha o tamanho médio das propriedades é de 1.744,85 ha, o que corresponde a 29 módulos rurais cada. Este cenário pode ser o de todo o semiárido brasileiro e reflete a herança colonial no campo. Estes minifúndios com módulos fiscais menores que 1 não têm sustentabilidade nem de produção e nem de atender as condições preconizadas na definição do Módulo Fiscal.

Com a expansão do capital aumenta a subordinação do trabalho e da renda do camponês, e como resultado – a expropriação. Essa exploração se tornou mais intensa quando se introduziram as técnicas da chamada modernização conservadora, na década de 60. Uma das transformações de maior transcendência consistiu em eliminar as práticas agrícolas tradicionais. As novas práticas produziram, como consequência, a erosão e a diminuição da produtividade natural de muitas terras, afetando as condições de “autoconsumo” das populações rurais (LEFF, 2000), acentuando a migração rural-áreas periféricas urbanas. Em 1960, a população do campo no NE era de aproximadamente de 60%.

Atualmente a taxa de urbanização está acima dos 70%. O resultado desse processo:

[...] é o despojamento da propriedade dos meios de produção dos camponeses, cujo caminho são os processos de desnaturização, desterração e desterritorialização do homem [...] e em consequência converte o campesinato em vendedores de força de trabalho (MOREIRA, 2001, p. 12),

Todos estes processos e suas consequências foram os preceitos da Lei de Terra de 1850. A opressão do capital sobre os pequenos produtores descapitalizados, excluídos da modernidade e sem acesso a financiamentos, a seguros, máquinas e implementos agrícolas, vem criando uma população altamente pobre e vulnerável. Uma população servil e subserviente aos donos dos latifúndios, aos coronéis, as oligarquias, que é explorada ao extremo. O trabalho precarizado do camponês é cada vez mais utilizado, a exemplo dos bóias-frias e dos trabalhadores das microindústrias locais (Figura 1 B).

A perpetuação deste cenário colonial no semiárido tem grande contribuição do Estado – pela distribuição de cestas básicas, pagamento de bolsas, etc. O Estado, um poder político a serviço do capital e das oligarquias locais, não tem interesse em desenvolver políticas públicas, ao contrário, ele desenvolve ações que contribuem para o fortalecimento do capital – os incentivos fiscais (Figura 1, A, B, C e D) – que cada vez mais vem perpetuando a pobreza.



Figura 1 – (A) Cerâmica em Carnaúba dos Dantas (RN). Notar a quantidade de lenha ainda a ser queimada; (B) Casa de Farinha em Marcolândia (PI). A precariedade do trabalho dos camponeses proprietários de minifúndios e/ou sem terras. Diárias de R\$5,00 a R\$6,00, por um trabalho de 12 horas – das 03h30min às 15h30min. (C) Garimpo de Pegmatitos por camponeses proprietários de minifúndios e/ou sem terras, durante o período de estiagem. A produção é vendida para as grandes mineradoras, que proibem os trabalhadores de dizer quem está comprando a produção. (D) Caminhão sendo carregado com lenha para abastecer desde a grande até a pequena indústria. A lenha é a principal matriz energética da região e a mais barata. Somente a indústria do polo gesso de Araripina queima por ano 300 mil caminhões de lenha. Em nenhum dos Estados Nordesteiros existe uma política pública para a substituição da lenha por outro tipo de energia, como o gás natural.

A perpetuação da pobreza e o processo de desertificação são uma fonte inesgotável de renda para o capital – pois dão lucro. Sem eles não

se teria como explicar a necessidade das emergências – um dinheiro fácil, do qual não se presta conta. Um dos resultados mais perverso deste cenário é a alta vulnerabilidade global⁸ da população rural do semiárido, cujo valor médio é de 67%. De acordo com BARBOSA, *et al.* (1997), valores de vulnerabilidade acima de 45 são consideráveis inaceitáveis. Este alto valor da vulnerabilidade global pode ser considerado como testemunho da fragilidade dessa população perante todos e qualquer tipo de ameaças e riscos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de 1532, a colonização portuguesa no Brasil se caracterizou pelo domínio quase exclusivo da família rural ou semi-rural. A família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas, inclusive a do mando político, o oligarquismo⁹ (FREYRE, 1994). Essas famílias passam, com o poder econômico, quase automaticamente, salvo exceções, a exercer o poder político local (SODRÉ, 1967).

Uma das características do sistema oligárquico é a utilização dos benefícios proporcionados pelo Estado à população como oferta da própria oligarquia. As oligarquias nordestinas lançam mão de um rico veio: a ajuda federal – *socorros públicos* – em tempos de calamidade pública, especialmente as secas. O desvio dos recursos pode ser visualizado em dois níveis: o local, onde ocorriam os desvios diretos de verbas e gêneros alimentícios por membros das comissões de socorros públicos, favorecendo parentes e protegidos; e por um nível mais amplo, com a conscientização dos representantes nordestinos no sentido de aproveitar e usar as secas como meio de conseguirem investimentos governamentais na região (FERREIRA, 1982). A perpetuação da pobreza.

A “Indústria da Seca” continua sendo um formidável fomento dos crescentes interesses conservadores da região: sua condição básica

8 A Vulnerabilidade Global da população camponesa rural do semiárido é obtida pela a média das vulnerabilidades vulnerabilidades social, econômica, tecnológica e a seca climática.

9 No regime oligárquico o poder é exercido sem o consentimento livremente expresso pelo povo, isto é, o povo aquiesce, por meios “não-legais”, tais como: tradição; violência; expectativa de favores; ou resignação ao status quo.

de existência é dada pela criação de mecanismos que asseguram a destinação de um fluxo contínuo de capital, sob a forma de dinheiro, para alimentar a execução de programas dados como capazes de solucionar os problemas da seca. Os flagelados entram nos esquemas de políticas anti-seca, mais como elementos que legitimam a assistência pública do que como beneficiário (CARVALHO, 1997).

Semelhante ao coronelismo da ‘enxada e do voto’, que tinha na sua forma de arrebatamento de voto, a manutenção do poder e o controle das massas nas áreas rurais do Nordeste, o controle atual da mídia é umas das ferramentas mais eficazes para a permanência e a extensão desse poder. A política de concessões de rádio e televisão sempre esteve comprometida com interesses de grupos privilegiados. A utilização dos veículos¹⁰ de massa serve, na verdade, à prática da manipulação do poder que é cada vez mais evidente na nossa sociedade. Os meios de comunicação social são meios de elite, ou seja, são meios controlados pela elite.

O assistencialismo tem sido historicamente a forma como o estado brasileiro tem respondido à questão social. Ao tomar em seu conjunto a pobreza de forma não-diferenciada, o Estado passa a prestar a assistência de forma assistencialista, compondo o perfil paternalista e autoritário, provocando a subalternidade e dependência face ao “doador”, desmobilizando o potencial de cidadania e reproduzindo não somente a pobreza material de base sócioeconômica, mas também o pobre na condição de manipulado e alienado (CARVALHO, 1998).

O assistencialismo e o compensatório vão consolidando a cultura da dependência, das desigualdades, da inferioridade, da subalternização, da sujeição, da exclusão e da manipulação, das frustrações e incertezas (ROMERO, 2002). O perfil assistencialista da assistência social impede que se estabeleça o exercício do direito, mas o seu avesso, a caridade, o favor, a benemerência. O doador é identificado como um benfeitor e o

10 As emissoras de rádio, televisão, revistas, jornais são instrumentos importantíssimos de informação. A mídia forma a opinião pública, faz as denúncias e alerta. No entanto, é bom lembrar que os meios de comunicação social também precisam ser controlados. Outra questão relevante é o critério de distribuição dos canais de televisão e das emissoras de rádio. O critério existente leva à concentração da grande mídia nas mãos de poucas pessoas, geralmente muito favoráveis ao governo que faz as concessões (clientelismo).

assistido se vincula a ele, devendo com seu voto grato retribuir a ajuda recebida (CAMPOS, 2001).

A vulnerabilidade, a dependência, a falta de voz, de poder e de representação se perfilam como aspectos básicos da forma como os pobres definem a pobreza: “*Tudo o que se refere aos pobres se despreza, e sobre tudo se despreza a pobreza*”, Pobre do Brasil, 1995 (NARAYAN *et al.*, 2000, p. 2). A “Indústria da Pobreza” advém como regra de políticas formuladas e levadas a efeito sob a alegação de combate à pobreza, porém perpetuando o pobre como massa de manobra, ou, pelo menos, como mero objeto da intervenção política ou de acumulação de vantagens por terceiros. O exemplo recorrente da “Indústria da Seca” é esclarecedor. Aproveita-se a seca para impor formas de política social que possam sempre reproduzir a pobreza, o que se consegue sob as modalidades históricas de assistencialismo. Deixa-se de perceber que “*as verbas para a seca acabam locupletando quem já é rico, que os investimentos reservados tendem a favorecer os já favorecidos, que as ‘ajudas’ são tipicamente eleitoreiras*” (DEMO, 1999, p. 5-18).

A resignação dos pobres e perante os pobres pode servir para justificar a passividade da sociedade em geral e dos poderes públicos, em particular, perante o problema da pobreza. “*Creio que a pobreza é algo que começa ao nascer. Algumas pessoas têm má sorte desde o dia que nascem. Nunca chegarão a ser nada na vida*”, Pobre do Brasil (NARAYAN *et al.*, 2003, p. 43).

Adas e Adas (1998) afirmaram que a degradação do meio-ambiente está intimamente relacionada ao modelo de desenvolvimento econômico adotado (Figura 2 A e B).

E assim, a construção histórica social dos riscos do processo de desertificação no semiárido brasileiro tem seu marco no início da colonização e sempre esteve ligada as ralações do capital, com obtenção de lucros máximos pelos seus detentores, que também detêm o poder político e que se locupletam com apoio de leis, políticas e outros instrumentos de Estado por eles mesmos definidos, em detrimento do meio ambiente e do grande contingente de pobres e miseráveis que os sustentam. Esta estrutura de poder concentradora de renda e terras e degradadora do meio ambiente torna os territórios agrícolas ocupados por este campesinato excluído em territórios da insustentabilidade.

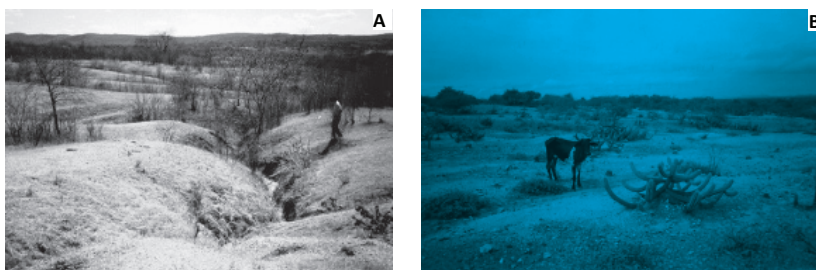


Figura 2 – (A) Município de Sousa (PB). Processo de desertificação severo. As terras que foram cultivadas com algodão ate meados do século XX e que foram exauridas ao máximo pelo uso indiscriminado de produtos químicos para a agricultura, a favor dos lucros. (B) – Município de São João do Cariri (PB) – Terras em processo de desertificação severo, devido a pecuária extensiva e intensiva

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAS, M.; ADAS, S. **Panorama geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios sócio-espaciais**. São Paulo: Moderna, 1998. 596 p.
- ABREU, C. **Capítulos de História Colonial**. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. Rio de Janeiro. S/d. 103p.
- ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 525 p.
- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec/IPESPE. 1995. 135p.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998. 305 p.
- ANDRADE, M. C. O movimento dos sem terra e sua significação. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v. 01, n. 02, p. 13-26, 2002.
- BARBOSA, M. P. **Sensoriamento remoto e SIG aplicados à avaliação e manejo dos perigos naturais**. Relatório de Pós-Doutorado. Campina Grande: Universidade de Manitoba – Canadá / UFPB-CCT, 1997. 41p.
- BARBOSA, M. P. *et al.* **Diagnóstico socioeconômico ambiental da APA Chapada do Araripe**: Ceara, Pernambuco e Piauí. Campina Grande: ATECEL. 2005. 231p.
- BARRETO, A. M. F.; SUGUIO, K.; OLIVEIRA, P. E.; TATUMI, S. H. **Campo de Dunas Inativas do Médio Rio São Francisco, BA**: Marcante registro de

- ambiente desértico do Quaternário brasileiro. SIGEP - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos. 2002. Disponível em: <http://sigep.cprm.gov.br/index.html>. Acesso em 26 abr. 2011.
- BORGES, P. T. **Instituições Básicas do Direito Agrário**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 1992. 280 p.
- CALMON, P. **História da Casa da Torre**. Fundação Cultural da Bahia, Salvador, 1983. 229p.
- CAMPOS, E. B. A assistência social vulgarizada: o avesso do direito. **Trilhas**, Belém, v.2, n.1, p. 42-48, jul. 2001. Disponível em: <http://www.nead.unama.br/revista/trilhas/pdf/trilhas21_art6.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2002.
- CANIELLO, M.; DUQUÊ, G - Agrovila ou Casa no Lote: A Questão da Moradia nos Assentamentos da Reforma Agrária no Cariri Paraibano. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, nº 4, out-dez. 2006. p. 629- 641
- CARVALHO, D. M. **Política e exclusão social**: um estudo sobre o município de Cametá/PA. Belém: Gráfica Camutás, 1998. 100 p.
- CARVALHO, J. M. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997.
- DIAS, G. L. S. **Estrutura agrária e crescimento extensivo**. 1978. 98f. Tese (Livre-docência), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1978.
- DEMO, P. **Pobreza política como centro da pobreza humana**. Revista Symposium/UNICAP, Recife, v. 3, n. especial, p. 5-18, jul. 1999.
- FERREIRA, L. F. G. **Estrutura de poder e secas na Paraíba (1877/1922)**. 1982. 192f. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1982.
- FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 29 ed. Rio de Janeiro: Record. 1994. 569p.
- GONÇALVES, C.W.P. Os (des) caminhos do meio ambiente. São Paulo. Contexto, 1989 apud SANTOS, R.R. A territorialização do capital e as relações camponesas de produção. **Campo-Território**: revista de Geografia Agrária, v. 2, n. 3, p. 40-54, fev., 2007.
- GUIDON, N. Parque Nacional Serra da Capivara : sítios rupestres e problemática. 1º Seminário Internacional de Preservação de Arte Rupestre de Sítios do Patrimônio Mundial (UNESCO), do dia 22 a 25 de abril de 2004, no Parque Nacional Serra da Capivara, no Piauí. **Revista anual FUMDHAMENTOS**, São Raimundo Nonato (PI), FUNDHAM, v 1, n.5. 2006. p. 77-108.

- HOLANDA, S. B. de. **História geral da civilização brasileira**. 7. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993. Tomo 1: A Época Colonial. Volume 2: Administração, Economia, Sociedade.
- INCRA. **O Brasil Desconcentrando Terras**: Índice de GINI. MDA/INCRA. 2010. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em: 25 jul. 2011.
- LEFEVBRE, H. **The Production of Space**. Malden (USA): Blackwell Publishing, 1991. 454 p.
- LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: Ed. FURB, 2000. 381p.
- MACEDO H. A. M. de. **A antiguidade do homem no Rio Grande do Norte**. A pré-história do espaço norte-riograndense. 1999. História do RN n@ WEB [On-line]. Available from World Wide Web: <URL: <http://www.cerescaico.ufrn.br/rnnaweb/historia/prehistoria/pre1.htm>. Acesso em: 26 abr. 2011
- MARTIN, G. 10 mil anos do homem pré-histórico no Rio Grande do Norte. In:_____. CASTRO, N. L.de (coord.). **Terra Potiguar**: uma viagem pela beleza e pela cultura do Rio Grande do Norte. Barcelona: Bustamante Editores, 1999. p. 24-39.
- MOREIRA, R. As novas noções do mundo (geográfico) do trabalho. **Revista Geográfica**, Bauru, n. 20, p. 10-13. 2001.
- NARAYAN, D. et al. **La voz de los pobres: ¿hay alguien que nos escuche?**. Washington: Banco Mundial. 2000. 311p. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/poverty/spanish/voices/vol1.htm>>. Acesso em: 8 jan. 2003.
- NETO, L. G. Trajetória econômica de uma região periférica. **Estudos Avançados/USP**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 37-54, jan./abr. 1997.
- PINTO, A. T. **O Banco do Nordeste e a modernização regional**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1977. 158 p.
- PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil** 12. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970. 355 p.
- ROMERO, A. A. **Hacia una cultura ciudadana, como garantía de seguridad humana frente al riesgo y los desastres**. Disponível em: <<http://www.crid.or.cr/crid/ESP/SERVICIO/Biblio29.htm>>. Acesso em: 25 set. 2002.
- SIMONSEN, R. **História Econômica Brasil**, Vol. 1, 1500-1820. São Paulo: Editora Nacional. 1937. 478p.
- SODRÉ, N. W. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2. ed., 1967. 404 p.
- SUGUIO, K – **Mudanças Ambientais da Terra**. SÃO Paulo: IG/SEMA/GOV. 2008. 336 p.

- TOBARELLI, M; MELO, M.D.V.C.; LIRA, O. C. de. **A mata Atlântica do Nordeste**. Texto publicado no livro Mata Atlântica – Uma rede pela floresta. Rede de ONGs da Mata Atlântica – RMA. Brasília. 2006. p. 149 – 164. Disponível online: <<http://www.apremavi.org.br/mata-atlantica/uma-redepela-floresta>> Acesso em: 26 abr. 2011.
- VIANNA, F. J. O. Evolução do Povo Brasileiro. Cia. Ed. Nacional, São Paulo. 1933 apud: NOZOE, N. Sesmarias e Aposamento de Terras no Brasil Colônia. **Revista Economia**, Brasília (DF) v.7, n.3, p.587–605, set/dez 2006.

AGRONEGÓCIO, ÁGUA VIRTUAL E SEGURANÇA SOCIOAMBIENTAL

Pilar Carolina Villar Lainé

1. INTRODUÇÃO

A intensificação do comércio internacional pode afetar o ciclo hidrológico dos países agroexportadores, o que acarretaria uma série de impactos socioambientais no meio rural. A demanda crescente de água para a produção das commodities agropecuárias transforma o território e interfere diretamente na disponibilidade desse recurso (CHAPAGAIN; HOEKSTRA, 2008).

O mercado globalizado de commodities permite a transferência de água a grandes distâncias por meio da exportação e importação de matérias primas. O conceito de água virtual pretende justamente contabilizar o volume de água necessário para produzir esses bens (ALLAN, 1992). O Brasil está classificado entre os principais exportadores de produtos agropecuários, e, em consequência, de água virtual. Nesse contexto, os padrões de consumo de outros países afetam os recursos hídricos do território brasileiro, já que a agricultura vai buscar atender essa demanda internacional, independente de limitações ambientais ou preocupações sociais.

Considerando que o governo brasileiro tem incentivado o sistema agrícola de exportação, é necessário inserir no debate agrário a questão da divisão da água no meio rural. Nesse contexto, o presente trabalho busca discutir os impactos causados no território rural brasileiro pela exportação de água virtual por meio das commodities agrícolas. Para isso, ele se divide em três partes: contextualização do agronegócio no Brasil, a relação entre água virtual e produção de commodities e a terceira parte efeitos no campo brasileiro.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

Cada vez mais se percebe a inserção dos produtos agropecuários no sistema capitalista mundial. O Brasil é um ator central na produção de commodities para o mercado externo, consubstanciando um dos maiores exportadores de carne (bovina e frango), café, soja e açúcar. Conforme se visualiza na figura 1, as projeções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA – demonstram um aumento significativo das exportações nos próximos anos:

FIGURA 1: BRASIL: PROJEÇÕES DE EXPORTAÇÃO 2010/11 A 2020/21

PRODUTO	UNIDADE	2010/2011	2020/2021	VARIAÇÃO (%)
ALGODÃO PLUMA	Milhões t	0,5	0,8	68
MILHO	Milhões t	9,1	14,3	56
SOJA GRÃO	Milhões t	29,3	40,7	39
SOJA FARELO	Milhões t	13,9	15,4	11
SOJA OLEO	Milhões t	1,4	1,5	4
SUCO DE LARANJA	Milhões t	2,1	2,7	28
CARNE DE FRANGO	Milhões t	3,9	5,2	34
CARNE BOVINA	Milhões t	1,8	2,3	29
CARNE SUÍNA	Milhões t	0,6	0,8	31
CAFÉ	Milhões sc	33,7	42,09*	25
AÇÚCAR	Milhões t	28,4	41,4	46
LEITE	Bilhões litros	0,2	0,3	50
PAPEL	Milhões t	2,1	2,7	26
CELULOSE	Milhões t	8,9	12,5	41

* Refere-se a 2019/2020

Fonte: AGE/MAPA e SGE/EMBRAPA apud MAPA 2011

O agronegócio é encarado como uma atividade estratégica da economia brasileira, sendo composto por quatro segmentos: insumos para a agropecuária; produção agropecuária básica; agroindústria (processamento); e distribuição (CEPEA, 2010). Nos últimos anos o agronegócio ocupa uma participação fundamental na composição do

PIB Brasileiro¹, tendo atingido níveis recordes no início dessa década (BELTRÃO, 2011). Tais resultados positivos incentivam a expansão da produtividade e das áreas plantadas, que passariam de “62 milhões de hectares em 2011 para 68 milhões em 2021” (MAPA, 2011).

O agronegócio se concentra nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais. Em virtude do preço inferior da terra, espera-se uma expansão das áreas de cultivo, especialmente de cana-de-açúcar e soja, nas áreas de cerrado dos Estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, denominada de “Matopiba” (MAPA, 2011).

A vitalidade do setor de exportações de produtos agropecuários decorre diretamente dessa transformação do meio rural provocada pela instalação de grandes empreendimentos agropecuários que pretendiam “modernizar” a atividade agrícola. A base desse modelo se sustenta na tecnização do campo, permitida pela ação de grupos investidores altamente capitalizados (SAUER, 2008).

Os agroquímicos, a biotecnologia e o maquinário agrícola transformaram a composição técnica e orgânica da terra e expandiram o meio técnico-científico-informacional no mundo rural (SANTOS, 1994). O agronegócio passa a incluir toda a cadeia produtiva relacionada à agropecuária: produção dos bens primários, indústria e comércio de insumos (sementes, agroquímicos, máquinas), comercialização da produção (beneficiamento e venda ao consumidor final) e serviços de apoio (pesquisa e assistência técnica, transporte, entre outros) (GASQUES *et al.*, 2004).

No mosaico de espaços diferenciados que formam o meio rural, o agronegócio se caracteriza como um modelo de produção rural pautado por uma lógica produtivista e pela eficiência econômica. Ele se distingue das formas tradicionais do campo: o latifúndio improdutivo e a pequena propriedade rural. O primeiro interpretou a terra como uma reserva de valor, enquanto a agricultura familiar possuía uma conotação de cultura de subsistência, pouco produtiva e alheia ao mercado internacional (SAUER, 2008). Porém, por traz da tecnologia e da alta produtividade,

1 A participação do agronegócio no PIB brasileiro pode ser consultado no site do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada mantido pela ESALQ/USP. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/>. Acesso: 24/01/2014.

esse tipo rural se fundamenta na mesma estrutura fundiária e lógica capitalista do latifúndio tradicional (FERNANDES, 2004).

A principal distinção entre elas é que o latifúndio improdutivo se cerca por uma imagem negativa e permite a desapropriação; já o território do agronegócio é percebido como o “espaço produtivo por excelência” e representa uma imagem de desenvolvimento, modernidade e geração de riqueza para o país (FERNANDES, 2004). A filosofia de desenvolvimento que alicerça esse negócio se fundamenta unicamente a uma visão de crescimento econômico, alheia aos efeitos sociais e ambientais gerados.

Essa afirmação se torna mais clara ao analisarem-se os resultados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006): dos 4.367.902 estabelecimentos agropecuários, a grande maioria se enquadra na categoria de agricultura familiar² (84,4%), contudo estes ocupam apenas 24,3% da área destinada à agricultura e pecuária. Paralelamente os estabelecimentos não familiares que correspondem ao 15,6%, ocupam a 75,7% das áreas agrícolas e pastagens (IBGE, 2006). Outro dado interessante é que dos 16.567.544 trabalhadores rurais, 74,4% estavam alocados na agricultura familiar. Embora a área cultivada pelos estabelecimentos não familiar seja muito maior, estes empregam apenas 25,6% da mão de obra (IBGE, 2006).

Outra conclusão é que a agricultura familiar é a principal responsável pelo o abastecimento dos gêneros alimentícios básicos do mercado interno: 87,0% da produção de mandioca, 70,0% da produção de feijão, 46,0% do milho, 38,0% do café, 34,0% do arroz, 58,0% do leite, 59,0% do plantel de suínos e 50,0% do de aves. Em contrapartida, ela responde por apenas 16% do total produzido de soja. Esses dados demonstram a vocação da agricultura familiar para o mercado e abastecimento interno contrapondo-se ao agronegócio que visa a produção de commodities internacionais. A atualização do Censo Agropecuário ocorrerá em 2015

2 Considera-se agricultor familiar aquele que se enquadre no artigo 2º, ou equipara-se a ele as atividades previstas no art. 3º da Lei 11.326/2006. Os requisitos principais são não possuir uma área superior a quatro módulos fiscais, utilizar mão de obra da própria família, ter como principal fonte de renda as atividades vinculadas ao estabelecimento agrícola, dirigir o estabelecimento com a família.

e certamente será interessante comparar se houve uma mudança nesse perfil.

O espaço representa a sociedade territorialmente construída. A apropriação desigual do espaço rural revela as contradições do sistema agrícola brasileiro. As novas técnicas empregadas diminuem a necessidade de mão de obra e o tempo de trabalho para produzir os produtos agrícolas, o que confere ao agronegócio uma maior mais-valia em relação ao pequeno produtor (SETTE, 2005; LEFF, 2006). Por meio do aparato tecnológico, as unidades agrícolas tornam-se “vazias de vida”, apesar de sua extensão (SETTE, 2005). Além disso, o sistema internacional agrícola concentra a renda em uma escala internacional.

A cadeia produtiva do agronegócio é controlada por um restrito grupo de empresas transnacionais que controla o comércio dos principais insumos produtivos³ (sementes, agroquímicos e máquinas) e a distribuição de cereais (SILVA, 2008).

A forma de produção do agronegócio pode ser interpretada como a reinvenção da colônia, pois prioriza uma agricultura voltada ao mercado externo, que importa seus principais insumos, e cujos rendimentos beneficiam apenas uma minoria, promovendo a concentração da riqueza, a exclusão ou precarização da mão de obra no campo e a degradação ambiental (SILVA, 2008).

A literatura sobre o meio rural tem ressaltado a relação de expropriação do campesinato pela concentração da renda e do capital. A terra é entendida como o recurso natural chave para transformar a realidade no campo. Contudo, no cenário atual, a água também se torna um elemento gerador de desigualdade, contradição e conflitos. As culturas de exportação exigem grandes quantidades de água, e embora essa substância ao contrário da terra, tenha natureza pública, sua apropriação em muitos casos se dá de forma privada e desigual. Além do uso, a disponibilidade hídrica é afetada pela contaminação difusa gerada pelos agroquímicos utilizados com o intuito de aumentar a produtividade.

3 Para uma abordagem mais detalhada sobre o assunto consulte Silva, 2008.

3. EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE COMMODITIES E A ÁGUA VIRTUAL

A água é um elemento fundamental na produtividade agrícola, sua ausência compromete ou limita a agricultura em diversas regiões do mundo (POSTEL, 1996). Nesse cenário, o comércio de água virtual é considerado um meio de contornar a escassez hídrica de países e regiões. Esse conceito, criado em 1993, pelo Prof. Tony Allan, se referia à quantidade de água disponível no mercado global de commodities agrícolas por meio do cálculo do volume de água embutido na produção de cereais, leite e carnes comercializadas (ALLAN, 1992). Esse conceito tradicionalmente se restringe aos aspectos quantitativos, isto é quanta água é necessário para produzir o produto agrícola. Porém autores como Dabrowski *et al.* (2009) alertam para a necessidade de incluir o volume de água necessário para diluir a níveis aceitáveis a poluição difusa gerada nos corpos hídricos pelos agroquímicos.

Por trás do conceito há uma lógica capitalista, que implica uma divisão mundial ambiental para promover o uso eficiente da água. Os países ricos em água produzem e exportam as commodities que exijam grandes volumes dessa substância; já os países com recursos hídricos escassos, graças a esse mercado internacional de alimentos, poderiam redirecionar suas águas para outras atividades de produção com maior valor agregado (CHAPAGAIN; HOEKSTRA, 2003; KUMAR; SINGH, 2005).

O Brasil, dispondo de uma vasta extensão de terras e água, preenche os requisitos para se tornar um eficiente provedor de commodities, o que como já foi explicitado no item anterior, vem ocorrendo. O potencial hídrico superficial brasileiro representa 12% de toda água doce do planeta e 53% da América do Sul. Além disso, o país tem a maior disponibilidade hídrica do mundo e a rede hidrográfica mais extensa do planeta (55.457 km² de rios, com uma vazão média anual da ordem de 160.000 m³/s) (BORGHETTI *et al.*, 2004). Apesar dessa pujança hídrica, o país possui problemas relativos à escassez decorrentes da distribuição desigual dos recursos hídricos ou da concentração populacional, falta de acesso ao saneamento e progressiva contaminação das águas. Quando se analisa

a disponibilidade hídrica social, isto é, a quantidade de água disponível anualmente por pessoa (m³/hab./ano), o Brasil ocupa o vigésimo sexto lugar (BORGHETTI *et al.*, 2004), o que indica a distribuição desigual do recurso no território.

Inclusive, várias regiões brasileiras já enfrentam sérios problemas de escassez, esgotamento ou contaminação das reservas hídricas, bem como a progressiva degradação das condições ambientais das bacias hidrográficas. O caso mais emblemático de escassez diz respeito ao semiárido nordestino, onde a seca expulsa os sertanejos de suas terras desde o século passado. As políticas públicas falharam no enfrentamento do problema, as mais recentes, o Programa Água Doce e o Programa Um Milhão de Cisternas também não conseguiram resolver a situação e a obra da Transposição do São Francisco, apesar de ter consumido o dobro do orçamento previsto, ainda não foi concluída.

A água não é um problema restrito ao semiárido, a bacia do São Francisco⁴, a bacia do Rio Paranaíba⁵, especialmente nos estados de Goiás e Minas Gerais, e a bacia do Rio Uruguai no Rio Grande do Sul apresentam um quadro hídrico crítico ou muito crítico, em virtude do avanço da agricultura e dos projetos de irrigação. Deve-se destacar também a situação alarmante do balanço hídrico nos grandes aglomerados urbanos, como a região metropolitana de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e capitais nordestinas, que têm dificuldade de prover água de qualidade as suas populações (ANA, 2013). A intensificação do uso no meio rural pode agravar o quadro de escassez nos grandes centros urbanos.

4 A Bacia Hidrográfica do rio São Francisco abrange 639.219 km² de área de drenagem (7,5% do país) e vazão média de 2.850 m³/s (2% do total do país). O rio São Francisco tem 2.700 km de extensão e nasce na Serra da Canastra em Minas Gerais, escoando no sentido sul-norte pela Bahia e Pernambuco, quando altera seu curso para este, chegando ao Oceano Atlântico através da divisa entre Alagoas e Sergipe. A Bacia possui sete unidades da federação – Bahia (48,2%), Minas Gerais (36,8%), Pernambuco (10,9%), Alagoas (2,2%), Sergipe (1,2%), Goiás (0,5%), e Distrito Federal (0,2%) – e 504 municípios (cerca de 9% do total de municípios do país). Maiores informações: <http://cbhsaofrancisco.org.br/bacia-hidrografica-do-rio-sao-francisco/caracteristicas-gerais/>. Acesso: 22/05/2014.

5 Essa bacia ocupa a região central do Brasil, ocupa cerca de 2,6% do território nacional e inclui os estados de Goiás (63,3%), Mato Grosso do Sul (3,4%) e Minas Gerais (31,7%), além do Distrito Federal (1,6%). A bacia possui 197 municípios, além do Distrito Federal. Maiores informações: <http://cbhparanaiba.org.br/a-bacia/principais-caracteristicas>.

A exportação da água virtual por meio do agronegócio⁶ é lastreada por um contexto de degradação ambiental marcada pelo uso irracional e degradação dos corpos hídricos, desmatamento, perda de biodiversidade. Esse sistema de produção ameaça, principalmente, as áreas com grande fragilidade socioambiental do Norte e Centro Oeste que possuem as maiores concentrações hídricas do Brasil e importantes biomas brasileiros: a Floresta Amazônica e o Cerrado.

No caso da região amazônica, a expansão do agronegócio se dá principalmente nas regiões de fronteira da Amazônia Legal (BECKER, 2005). Os maiores índices de desmatamento ocorrem no chamado “arco do fogo ou desmatamento” que compreende as seguintes regiões: sudeste do estado do Maranhão, norte do Tocantins, sul do Pará, norte de Mato Grosso e Rondônia, sul do Amazonas e sudeste do estado do Acre (FERREIRA *et al.*, 2005).

Os atores dessa devastação variam de pequenos posseiros a grandes fazendeiros e “grileiros”, porém os principais autores dos danos são agentes de médio e grande porte atrelados aos negócios da madeira, especulação da terra, pecuária ou plantio de soja (FEARNSIDE, 2010). A ocupação da região Amazônica é marcada pelos conflitos rurais, violência contra os povos indígenas e populações tradicionais e exploração do trabalho em condições de escravidão. O Pará é o líder em número de assassinatos rurais e casos de trabalho escravo (CELENTANO; VERÍSSIMO, 2007).

A expansão do agronegócio na Amazônia é preocupante por vários fatores. Essa região possui uma série de ecossistemas e concentra a maior biodiversidade mundial, consubstanciando uma importante reserva genética. A precipitação anual é de aproximadamente 2,3m e o rio Amazonas representa 18% da descarga de água doce no oceano Atlântico. A vegetação e o solo retêm mais de cem gigatoneladas de carbono. A queima da floresta e a mudança no uso e ocupação do solo causam mudanças nos ciclos da água, energia, carbono e nutrientes que podem gerar consequências ambientais e climáticas que extrapolam a escala local (NOBRE, 2002; COHEN, 2007).

6 Para ter um detalhamento sobre a demanda específica de água por produto agrícola no Brasil ver Carmo et al., 2007. Água virtual, escassez e gestão: o Brasil como grande “exportador” de água. Ambiente e Sociedade, Julho-dezembro, vol X, número 2, p. 83 -96.

Sendo assim, apesar da bacia Amazônica constituir a maior reserva hídrica mundial, vários trabalhos alertam que a substituição da floresta por pastagens ou cultivos gera impactos que podem interferir na disponibilidade hídrica como o aumento da temperatura do ar (NOBRE *et al.*, 1991), aumento no albedo da superfície⁷ (RANDOW *et al.*, 2004), e redução da evapotranspiração (SANTIAGO, 2005). Os resultados preliminares de algumas pesquisas apontam que a soja possui um potencial de alteração no regime de chuvas superior aos das pastagens, devido aos seus valores elevados do albedo (COSTA *et al.*, 2007). Esse cenário pode se agravar consideravelmente se os prognósticos sobre as mudanças climáticas se confirmarem.

O Cerrado se consubstancia como a principal fronteira de expansão do agronegócio, o qual transformou a paisagem de estados como Mato Grosso e Goiás, e agora se dirige aos estados do Piauí, Maranhão e Tocantins (MAPA, 2011), que por enquanto, concentram os maiores índices de preservação do cerrado: 92, 89 e 79%, respectivamente (SANO *et al.*, 2008).

A aposta na exportação de produtos agrícolas baseada na fartura hídrica é arriscada, pois ignora que as transformações acarretadas por esse modelo de produção podem comprometer os recursos que o sustentam. Segundo vários estudos, o desmatamento do Cerrado também pode gerar alterações no clima e interferir no regime de chuvas, o que causaria impactos na disponibilidade hídrica local e em outras áreas.

Klink e Machado (2005) fazem uma síntese desses estudos. Os principais efeitos demonstrados nas simulações são que: a conversão do Cerrado em pastagem provocariam uma redução de pelo menos 10% da precipitação e um aumento de 0,5° C da temperatura média do ar superficial. Outro efeito apontado é que as árvores e arbustos do Cerrado permitem o armazenamento da água no solo durante a estação seca, o que é fundamental para o ciclo hidrológico. Além disso, os

7 O albedo é a medida da quantidade de radiação solar refletida por um corpo ou uma superfície. Vários fatores influenciam o albedo da Terra, entre eles a quantidade e tipo de nuvens na atmosfera, material, quantidade de material particulado na atmosfera, presença de neve e corpos d'água na superfície, tipo de cobertura vegetal ou cobertura artificial do solo, tipo de solo nos terrenos arados e quantidade de água retida pelas partículas dos solos

desmatamentos das matas de galeria reduzem os suprimentos de água doce para áreas urbanas.

A ocupação da região do Planalto Central⁸ pelo agronegócio pode comprometer ainda, quantitativa e qualitativamente, importantes bacias hidrográficas, pois nessa região encontram-se as nascentes de importantes rios brasileiros como: Tocantins, São Francisco e Tapajós. Tais considerações provocam uma reflexão sobre a sustentabilidade no longo prazo desse sistema de agronegócio pautado pela exportação de água virtual.

A edição do novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) mostra o poder desse setor econômico. As alterações jurídicas, como por exemplo no instituto das áreas de preservação permanente (APP) e reserva legal (RL) e o tratamento diferenciado das obrigações ambientais para as áreas rurais consolidadas, flexibilizaram consideravelmente a proteção ambiental, bem como privilegiaram aqueles que não cumpriram a lei até 22 de julho de 2008, os quais terão que recompor faixas de APP reduzidas com base no tamanho do módulo fiscal e não no corpo hídrico (art. 61-A). Além disso, as mudanças no regime da Reserva Legal permitem que os proprietários compensem a porcentagem de vegetação devida em sua propriedade por outros meios que não a recuperação da cobertura vegetal na própria propriedade (art. 66, § 5º).

Priorizar esse tipo de agricultura, voltada para a produção externa e baseada na aparente abundância hídrica brasileira, significa ignorar o seu potencial de comprometer as reservas hídricas que a sustentam. Além disso, desconsidera a capacidade que o agronegócio possui de gerar danos irreparáveis que se estendem além do local que os produziu, como a perda da biodiversidade e as mudanças climáticas.

4. IMPACTOS SOCIAIS DO MODELO AGROEXPORTADOR DE ÁGUA VIRTUAL

As discussões sobre o acesso à água gradualmente adquirem destaque nas questões agrárias. Como o solo, a água é um recurso de natureza

8 O planalto central compreende partes dos Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Tocantins e Mato Grosso do Sul.

política (RAFFESTIN, 1993). Toda a produção se dá sobre uma base territorial: o solo, determinado pelo direito de propriedade, que constitui “a relação de poder por excelência” (RAFFESTIN, 1993, p. 230). A água por sua vez é outro fator fundamental, embora nos sistemas de gestão modernos seja eminentemente pública, a sua apropriação se dá de forma privada para praticamente todos os processos produtivos. A terra é um bem natural, porém na lógica capitalista se transforma em mercadoria que possui um preço e gera renda (ROSSINI, 2009). A água passa pelo mesmo processo de capitalização, de um bem natural abundante, ela se torna uma mercadoria escassa, sujeita a precificação.

Segundo o pensamento neoliberal, a inclusão das limitantes ambientais e dos valores sociais relacionados aos recursos naturais depende da criação de mecanismos de mercado que atribuam valores aos bens comuns e estabeleçam direitos de propriedade sobre eles (LEFF, 2006). A crença econômica que a atribuição de um valor monetário corresponde à forma adequada de garantir o uso racional dos recursos hídricos ignora o fato da impossibilidade de internalizar todos os valores dessa substância vital para a vida. Os preços atribuídos à água a transformam em insumo produtivo, cujos custos são incorporados ao preço final das commodities produzidas. Essa precificação não vai incentivar uma mudança do comportamento da produção agrícola, desde que haja demanda e os preços das commodities sejam superiores aos custos monetários da produção agrícola que não incluem as externalidades sociais e ambientais geradas.

O agronegócio se apropria do espaço geográfico e de tudo o que ele contém: terra, água e demais recursos naturais (ROSSINI, 2009). A água, uma vez apropriada pelo agronegócio, é entendida como um recurso sujeito a exploração, tornando-se mais uma fonte de acumulação de capital. A capacidade de utilização desse recurso é intensificada pelo aparato tecnológico que alicerça esse negócio. A tecnologia garante o acesso à água, seja pela construção de cisternas, perfuração de poços ou derivação dos cursos de água.

Em contrapartida, na agricultura familiar, a água está diretamente atrelada ao sustento e subsistência das pessoas que trabalham na terra (MARTINS, 1980). O pequeno agricultor tem uma capacidade limitada de transformação do seu ambiente, o qual pode ser sensivelmente

impactado pela atuação do agronegócio. Por exemplo, o desmatamento, a contaminação por agrotóxicos e a irrigação das grandes propriedades podem diminuir a quantidade e qualidade da água disponível para os pequenos proprietários.

Como alerta Alier (2007, p. 346) no seu conceito de ecologismo dos pobres, “o meio ambiente é uma fonte do sustento humano”. A agricultura familiar é mais vulnerável e dependente de determinadas condições ambientais. Sua forma de produzir está atrelada a saberes tradicionais e depende das condições ambientais presentes. A alteração dessas condições (disponibilidade de água, agentes polinizadores, contaminação, mudanças no clima) pode comprometer o sustento dessas famílias, que por serem desprovidas de capital, possuem uma capacidade limitada de enfrentamento a essas transformações do meio.

A ilusão de que o crescimento necessariamente gera o desenvolvimento não se comprova na prática. O agronegócio embora gere riqueza, esta não é repartida entre a população rural, pelo contrário, contribui para aumentar o fosso entre ricos e pobres. Há que se superar a concepção de espaço como mercadoria e buscar construir um espaço que reproduza a vida e a expansão das liberdades dos seres humanos (SANTOS, 1997).

5. CONCLUSÃO

A consolidação do papel agroexportador do Brasil, possibilitada entre outros fatores pela disponibilidade de águas, pode comprometer as reservas hídricas e agravar as desigualdades sociais. A exportação de água virtual tem permitido que uma minoria se beneficie de um recurso de natureza pública. O modelo adotado pelo agronegócio necessita ser revisto de forma que a riqueza gerada seja melhor distribuída e que as externalidades do processo de produção sejam incluídas. Caso contrário, esse modelo pode interferir de maneira significativa na segurança hídrica, alimentar e ambiental do país, visto que ele ameaça a disponibilidade de água para as gerações futuras, promove a destruição de importantes biomas brasileiros e contribui para intensificar o processo de êxodo rural e precarização da agricultura familiar.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2013**. Brasília: ANA, 2013. Disponível em: http://arquivos.ana.gov.br/institucional/spr/conjuntura/PDFs%20agregados/ANA_Conjuntura_Recursos_Hidricos_Brasil_capitulos_.pdf. Acesso: 22 de maio de 2014.
- ALLAN, J.A. Fortunately there are substitutes for water otherwise our hydropolitical futures would be impossible. In: Conference on Priorities for Water Resources Allocation and Management: Natural Resources and Engineering Advisers Conference, July, 1992. Southampton. **Proceedings**, pp. 13-26. London:ODA, p. 13–26
- ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007. 384p.
- BECKER, B. K.. Geopolítica da Amazônia. **Estudos. avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, Abril, p. 71-86, 2005 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext &pid=S0103-40142005000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 de Julho de 2011.
- BELTRÃO, K. **Agropecuária compensa déficit externo da indústria e serviços**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2011/01/agropecuaria-compensa-deficit-externo-da-industria-e-servicos>. Acesso em: 28 de julho de 2011.
- BORGHETTI, N.; BORGHETTI, J. R.; ROSA, E. F. F. **Aqüífero Guarani – A verdadeira integração dos países do Mercosul**. Curitiba, 2004. 214p.
- CARMO et al., 2007. Água virtual, escassez e gestão: o Brasil como grande “exportador” de água. **Ambiente e Sociedade**, Julho-dezembro, vol X, número 2, p. 83 -96.
- CELENTANO, D.; ADALBERTO V. **O avanço da fronteira na Amazônia: do Boom ao colapso**. Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2007, 46p.
- CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA, ESALQ/USP. **O PIB do Agronegócio**. Dados de 1994 a 2010. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/>. Acesso em: 23 de julho de 2011.
- CHAPAGAIN, A.K. and HOEKSTRA, A.Y. Virtual water flows between nations in relation to trade in livestock and livestock products. **Value of Water Research Report Series**. Delft, the Netherlands, n 13. 2003. 202p.

- CHAPAGAIN, A.K.;HOEKSTRA, A.Y. The global component of freshwater demand and supply: An assessment of virtual water flows between nations as a result of trade in agricultural and industrial products. **Water International**, v. 33, n. 1, p. 19-32, 2008.
- COHEN, J. C. P.; BELTRÃO, J. C.; GANDU, A.W.; SILVA, R.R. Influência do desmatamento sobre o ciclo hidrológico na Amazônia. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 59, n. 3, p. XXX 2007. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 de julho 2011.
- COSTA, M.H.; YANAGI, S.N.M.; SOUZA, P.J.O.P.; RIBEIRO, A.; ROCHA, E.J.P. Climate change in Amazonia caused by soybean cropland expansion, as compared to caused by pastureland expansion. **Geophysical Research Letters**, Washington, v. 34, n. 7, p. L07706.1-L07706.4, 2007.
- DABROWSKI, J. M.; MURRAY, K.; ASHTON, P. J.; LEANER, J. J. Agricultural impacts on water quality and implications for virtual water trading decisions. **Ecological Economics**, v. 68, n. 4, p. 1074-1082, 2009.
- FEARNSIDE, P.M. Consequências do desmatamento da Amazônia. **Scientific American**. Brasil Especial Biodiversidade, pp. 54-59, 2010.
- FERREIRA, L. V.; VENTICINQUE, E.; ALMEIDA, S. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 19, n.53, p. 157-166, 2005.
- FERNANDES, B. M. Agronegócio e Reforma Agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XVII, 2004, Gramado - RS. **Anais** Tradição x Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- GASQUES, J. G.; REZENDE, G. C.; VERDE, C. M. V; SALERNO, M. S.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; CARVALHO, J. C. S. **Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil**. Brasília, IPEA, 2004. 43p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**: Resultados Preliminares.Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>. Acesso em: 23 de julho de 2011.
- KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. A conservação do Cerrado brasileiro. In. Megadiversidade: desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade no Brasil. Belo Horizonte: Conservação Internacional. v. 1, n. 1, p. 147-155, 2005

- KUMAR, M. D.; SINGH, O. P. Virtual Water in Global Food and Water Policy Making: Is There a Need for Rethinking? **Water Resources Management**, v.19, n. 6, p. 759-789, 2005.
- LEFF, E. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 555p.
- MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo, Hucitec, 1980. 181p.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. **Brasil projeções do agronegócio 2010/2011 a 2020/2021**. Brasília, junho de 2011. 58p
- NOBRE, C. A.; SELLERS, P.J.; SHUKLA, J. Amazonian deforestation and regional climate change. **Journal of Climate**, Washington, v.4, n.10, p.957 - 987, 1991.
- NOBRE, C. Amazônia e o carbono atmosférico. **Scientific American Brasil**, edição 6, nov, 2002. Disponível em: http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/a_amazonia_e_o_carbono_atmosferico.html. Acesso em: 5 jul. 2011.
- POSTEL, S. **Dividing the Waters**: Food Security, Ecosystem Health, and the New Politics of Scarcity. Washington (DC): Worldwatch Institute. 1996. 76p.
- RANDOW, C.V.; MANZI, A. O.; KRUIJT, B.; OLIVEIRA, P.J.; ZANCHI, F.B.; SILVA, R. L.; HODNETT, M. G.; GASH, J. H.C.; ELBERS, J.A.; WATERLOO, M. J. Comparative measurements and seasonal variations in energy and carbon exchange over forest and pasture in South West Amazonia. **Theoretical and Applied Climatology**, Wageningen, v. 78, p. 5-20, 2004.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993. 236 p.
- ROSSINI, R. E. A Produção do Novo Espaço Rural: pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais no campo. **Campo - Território**, v. 4, p. 5-28, 2009.
- SANO, E. E.; ROSA, R.; BRITO, J. L. S.; FERREIRA, L. G. Mapeamento semidetalhado do uso da terra do Bioma Cerrado. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, DF, v. 43, n. 1, p. 153-156, jan. 2008.
- SANTIAGO, A. V. **Simulações dos efeitos da cobertura vegetal no balanço hídrico da bacia do rio Ji-Paraná, RO**. 2005. 70 f. Tese (Doutorado em Física do Ambiente Agrícola) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba. 2005.

- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**. Globalização e meio técnico - científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. 190p.
- SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. 4 ed. São Paulo. Hucitec, 1997. 60p.
- SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Embrapa, Brasília, v. 30, p.9-80, 2008.
- SETTE, D. M. Os climas do cerrado do centro-oeste. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 1, n. 1, p. 29-42, 2005.
- SILVA, M. A. M. . Produção de alimentos e agrocombustíveis no contexto da nova divisão mundial do trabalho. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 9, n. 1. p. 63-80, 2008.

AGRO-COMBUSTÍVEIS: O AVANÇO DO CAPITAL SOBRE O TERRITÓRIO *LLANERO* COLOMBIANO E O DISCURSO DAS MUDANÇA CLIMÁTICA¹

Óscar Emerson Zúñiga Mosquera

Edvania Tórres Aguiar Gomes

1. INTRODUÇÃO

O processo de globalização da agricultura, durante os séculos XIX e XX, iniciou um novo período com o comércio de alimentos e com aplicação de novos processos e métodos técnico-científicos que permitiram uma reestruturação da produção caracterizada por: aumento da produtividade; redução dos custos; e expansão do mercado em regiões antes não exploradas.

Nas últimas décadas do século passado, essas transformações promoveram a mudanças no mapa do mundo político-econômico e contribuíram para a construção de novos territórios. O continente latino-americano rico em recursos naturais e matérias primas se mostra como um possível cenário de disputas entre o Brasil, uma potencia regional, e a China, potencia mundial, pelo acesso a essas matérias-primas fundamentais às suas economias de maior valor agregado. A presença da potencia asiática vem se consolidando nas últimas décadas. No período 1990-2007 os produtos de origem chinesa com destino à América Latina passaram de 2% a 4,6%, sendo que as exportações latino-americanas para esse país passaram de 0,3% a 2,5%. Nesse mesmo período o Brasil incrementou o comércio com Argentina (passando de

¹ Algumas ideias apresentadas neste artigo foram discutidas nos encontros com os pesquisadores do *Centro de Investigación de los Espacios Rurales* (CIER) da *Universidad Nacional Abierta y a Distancia* (UNAD). Colômbia. O autor agradece a contribuição do Centro e dos pesquisadores.

13% a 26%) e Bolívia (de 12% a 38%)². A nossa hipótese é que o discurso da mudança climática potencializa o cenário de apropriação dos recursos naturais (como em outras épocas foi o discurso da fome e do desenvolvimento), pois abrem novas opções de mercado relacionadas às energias renováveis, entre elas os agro-combustíveis, contudo, o discurso climático simplifica o debate sobre sua sustentabilidade restringido o problema a uma redução das emissões de CO₂.

Essa hipótese pode ser verificada por meio de estudos locais como o que realizamos na região colombiana conhecida como a Altiplanicie llanera, e mais especificamente o município de Puerto Gaitan. Essa área é o epicentro de interesses dos capitais nacional e internacional dedicados ao desenvolvimento de projetos do agronegócio, com destaque para a produção de agro-combustíveis, que é estimulada pelo discurso da mudança climática. Dito isso, o presente trabalho pretende apontar como o discurso da Mudança Climática se consubstancia como um dos principais fatores que permite o avanço do capital sobre o território de Puerto Gaitan.

2. REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES TERRITORIAIS NO CAPITALISMO GLOBAL

A discussão, aqui, parte da realidade empírica para a análise das bases sobre as quais os discursos e práticas contemporâneas se apropriam dos territórios, tornando-os espaços segmentados. Para Santos e Silveira, o conceito de território é “um nome político para o espaço de um país” (2008, p. 20) e cuja formação é dada pela sobreposição de técnicas, as quais são agrupadas em períodos. Neste contexto, o meio técnico-científico-informacional contribui para o movimento de tudo o que é relacionado com a produção, além de gerar a segmentação do espaço em territórios, como se fossem mercadorias, que entram na disputa pela sedução do capital em busca de seus investimentos. Assim, temos, como exemplo, as chamadas garantias fiscais e laborais, a fraca legislação

2 Um detalhado estudo da presença da China na América Latina se encontra no trabalho de Cardoso e Holland (2010).

ambiental e as *free zones*, todas elas formas de manutenção e de atração do capital nos territórios.

Considera-se a noção do território para esclarecer que são os nexos econômicos, nacionais e internacionais, no marco de investimentos para a reprodução dos capitais presentes no território, que produzem espaços luminosos e opacos (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 264). Tais nexos econômicos geram ou acentuam as diferenças e debilidades dentro do mesmo conjunto social, seja em seu recorte físico e/ou administrativo, o que acaba por ocasionar, nesse contexto, o surgimento de vulnerabilidades. O espaço iluminado, como afirma Elias (2003), ocorre porque há uma difusão de novas tecnologias e o conhecimento de sua existência, porém não ocorre a difusão do conteúdo das inovações, sendo este os passos iniciais no processo de diferenciação e fragmentação dos territórios.

No entanto, segundo a ideia elaborada por Castro (2002), as regiões de interesses para o capital compartilham uma dupla elaboração discursiva que inclui as ideias de serem zonas abandonadas, pobres, atrasadas, e ao mesmo tempo zonas de permanente investimento do capital, que as percebe como fonte de riqueza e exploração. Levando-se em consideração a função da produção, será oportuno fazer menção aos agro-combustíveis como um fator concreto de transformação do território, objeto desta discussão.

2.1 TERRITÓRIO E DISCURSO CLIMÁTICO: *INSIGHTS* NA PROBLEMATIZAÇÃO DOS AGRO-COMBUSTÍVEIS

Existem duas grandes iniciativas na produção dos agro-combustíveis, são elas: o Etanol e o Biodiesel. O primeiro, um álcool produzido principalmente da cana-de-açúcar, se apresenta como menos poluente por não ter mistura com nenhum derivado de fontes fósseis. O biodiesel, pelo contrário, é uma combinação, em diferentes níveis, entre um óleo ou gordura e o diesel de origem fóssil, sendo classificado entre B2 (mais impuro) até B100 (mais puro). Comparado ao etanol, além de ser mais poluente, a matéria-prima do biodiesel é mais diversificada, uma vez

que pode ser obtido a partir de um amplo grupo de plantas como a soja, mamona, algodão, girassol, dendê e milho.

Para compreender melhor os efeitos gerados pelos investimentos de capital sobre os territórios, é necessário levar em consideração que, no caso dos agro-combustíveis, eles não representam apenas o fomento da produção de um organismo vegetal que interage com o solo e o clima. Os investimentos de capital – em sua forma de agro-combustíveis – devem ser seduzidos para se estabelecer em um determinado território, tornando-o assim, o grande cenário para instalar todos os andaimes tecnológicos que tornam possíveis a circulação rápida do capital. Ainda assim, o capital

[...] não tem fidelidade ao lugar, este é continuamente extorquido. O lugar deve, a cada dia, conceder mais privilégios, criar permanentemente vantagens para reter as atividades das empresas, sob ameaça de um deslocamento. (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 116).

Desta forma, é necessária uma maior verticalização no estudo desta forma de energia renovável, que vincula noções como território e discurso, devendo-se problematizar alguns dos enunciados utilizados na sua difusão e aceitação social³. As mudanças no território pelos agro-combustíveis ajustam a relação natureza e sociedade aos interesses do capital na procura de maior eficiência na obtenção de retornos econômicos. Os agro-combustíveis além de provocar impactos ambientais, econômicos e sociais sob os territórios, estabelecem uma ilusão de legitimidade viabilizada pelo discurso climático⁴, que os torna um fator chave na mitigação dos problemas do efeito estufa, pois

3 Um exemplo interessante é a resenha que faz o grupo Cosan, um dos maiores produtores e exportadores de açúcar e etanol do mundo: “Desde o lançamento dos veículos flex no Brasil, em 2003, o uso do etanol em substituição à gasolina evitou a adição de mais de 100 milhões de toneladas de gás carbônico (CO₂) na atmosfera. Essa quantidade equivale dizer, por exemplo, que dois importantes países da América do Sul - Colômbia e Peru, juntos - deixaram de emitir CO₂ por um ano”. Ver: www.cosan.com.br/cosan2009/web/conteudo_pti.asp?idioma=0&tipo=33407&conta=45&id=115766.

4 A noção utilizada aqui, opera sob os a partir dos trabalhos de Michel Foucault, para quem o discurso é uma forma de exercício do poder que regula a forma como os fenômenos e as palavras constroem a realidade. Assim, existe sempre uma disputa pela enunciação e estabelecimento do discurso na sociedade que reproduz determinados interesses.

esse tipo de combustível ajudaria a reduzir os gases que provocam o aquecimento global e as mudanças climáticas. Essa parceria dos agro-combustíveis com o discurso da mudança climática, incentivada por vários mecanismos econômicos, entre eles o Protocolo de Kyoto, favorece a expansão de seus cultivos e incentiva a ganância dos investidores.

Para Sant'Anna Neto (2008), existe uma diferenciação dos territórios, em função do estágio do aparato técnico-científico-informacional, entre aqueles em que os fenômenos naturais, como o clima, ainda exercem um papel determinante e nos quais esses fenômenos são minimizados. À vista disso, a relação entre as comunidades humanas e o clima é determinada pelos modos de produção e, mais especificamente, pelo nível de desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional.

O principal aliado na expansão da produção dos agro-combustíveis na atualidade sobre os territórios é o discurso da mudança climática e sua necessidade de redução das emissões de CO₂, em particular derivado da combustão automotiva. A verdade construída pelo discurso da mudança climática serve de guarda-chuva para veicular outros conceitos que, através das estratégias de intervenção, por parte tanto dos governos quanto dos organismos não governamentais e multistaduais, ajudam na configuração dos territórios. Assim, a partir do discurso climático emergem conceitos chaves para os estudos ambientais e as políticas públicas, tal é o caso da ideia de adaptação. Chesnais (1996) considera a noção de adaptação como referência para se compreender os processos vividos por uma sociedade aos inconvenientes e às desvantagens resultantes de um novo período adaptativo; desta forma, 'adaptação' se converte numa palavra-orde, que obriga à sociedade a assumir os inconvenientes do atual processo de globalização, negando qualquer possibilidade de reorientar a origem dos problemas em curso.

Sob a roupagem de gerar combustível limpo, o processo de produção de agro-combustíveis possui vários aspectos críticos, como a utilização de pouca mão de obra, deslocamento de comunidades nativas, a concentração de terra, exaustão do solo, degradação dos recursos hídricos, desmatamento, insegurança alimentar e o estabelecimento de monoculturas, o que demonstra ser uma atividade voltada,

exclusivamente, para o grande capital global⁵. O caso de Puerto Gaitán ilustra esse cenário.

3. CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS E SOCIOECONÔMICAS DE PUERTO GAITÁN

3.1. Geografia

A República da Colômbia está localizada no Noroeste da América do Sul. Delimitada ao Norte pela República do Panamá e pelo Mar do Caribe; ao Leste pela República da Venezuela; ao Sul pelo Peru, Equador e Brasil e; ao Oeste pelo Oceano Pacífico. Possui 1.141.748km² de área terrestre, onde combinada com a plataforma continental soma 2.070.408km². É dividida em 32 departamentos e um Distrito Capital, chamado Bogotá.

Na Região Sudeste chamada *Orinoquia*⁶, pertencente ao departamento do *Meta*, encontramos o município de *Puerto Gaitán* (Figura 1), que possui uma área de 17.499 km² e está localizado a 210km de distância da capital do departamento, *Villavicencio*. Topograficamente compreende uma grande área de estrutura plana, conhecida como *Sabanas de la Altillanura*, que possui relevo ondulado a fortemente ondulado, com altitudes superiores a 150m acima do nível do mar.

Pode-se destacar a composição de quatro amplas paisagens geomorfológicas: Planície de inundação; relevo acidentado; montanhoso estrutural e flúvio-planalto. Possui um clima quente com oito meses de inverno e quatro de verão, sendo que a temperatura média é de 30 °C.

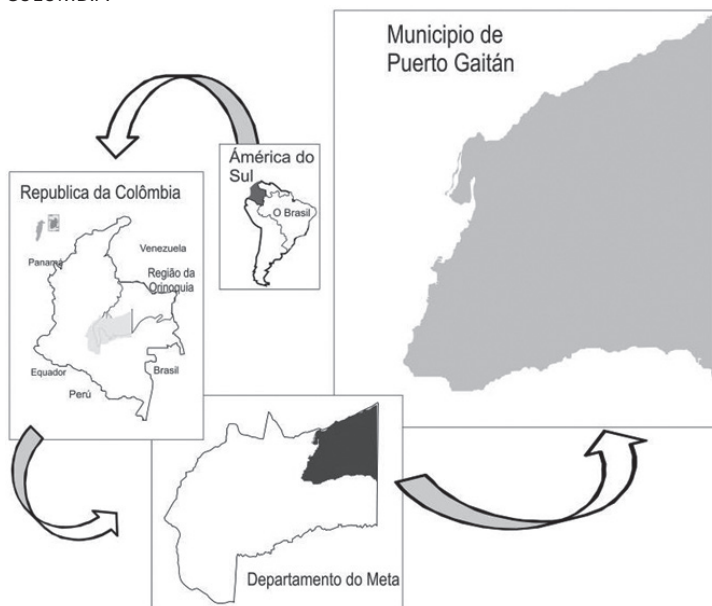
Segundo a classificação *Köppen*, o clima corresponde a uma savana tropical úmida, pois há precipitações inferiores a 61mm de chuva durante o mês mais seco. Segundo o sistema de Zonas de Vida do

5 A estrutura do grande capital global, que possui investimentos na produção ou comercialização dos agro-combustíveis, está dividida em dois tipos, mas absolutamente articulados, quais sejam: o capital que procura onde fazer investimentos rentáveis, como é o caso dos fundos de investimentos; e as empresas que já estão no setor e procuram monopolizar toda a cadeia produtiva (Cfr. Wilkinson et. al., 2008b).

6 A Colômbia está dividida em seis regiões biogeográficas: Amazônica, Andina, Caribe, Insular, Orinoquia e Pacífica.

Holdridge, prevalece na região a zona do bosque tropical úmido. O município possui um afluente do rio *Meta* e outros rios menores como: *Muco*, *Planas*, *Tillava*, *Manacacias* e *Iteviare* (GOBERNACIÓN DEL META *et al.*, 2004).

FIGURA 1. LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DO *PUERTO GAITÁN* NA REPUBLICA DA COLÔMBIA



Fonte: Elaborado pelo autor.

Devido à sua localização na zona tropical, o município de *Puerto Gaitán* está sob a influência do deslocamento das massas de ar da Zona de Convergência Intertropical ou ZCIT. A precipitação total média varia entre 2.000 e 2.700mm de chuvas anuais e os meses entre dezembro e março se mostram como o período mais seco devido à ocorrência dos ventos alísios, predominantes nesta época do ano, e que migram do Nordeste em direção ao Sul da ZCIT. A estação chuvosa se estende de março a novembro, pois neste período os ventos alísios do Sudeste começam a ser dominantes, deslocando da ZCIT para o Norte. A umidade relativa do ar, média anual, é de 79%, os valores de umidade

relativa são menores nos meses do período seco e altos nos meses de maior precipitação: maio e junho. O número efetivo de horas de brilho solar é modificado, principalmente, pela inclinação do relevo, mas, no geral a região recebe boa luz solar, registrando 1.898h em sua média anual.

3.2. Perfil Socioeconômico

O Município conta com 22.199 habitantes, destes estão: 26,71% em área urbana e 73,28% em área rural. A população indígena é de 9.593 habitantes, 43,21%, a qual está distribuída em nove resguardos⁷. O índice de Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI) corresponde a 65,54%. (REPUBLICA DE COLOMBIA et. al., 2009)

Esta região de altiplano é um importante centro agropecuário do país, com destaque para a produção de gado. A implantação da atividade pecuária foi realizada a partir de programas de reforma agrária estabelecidos desde o Estado e resultantes de processos de desapropriação de terras de antigas comunidades indígenas. A partir do final do século XX, tornou-se uma região economicamente importante, devido a culturas como cana-de-açúcar, dendê, borracha, arroz, milho e soja.

Em 2007, a Secretaria de Agricultura divulgou alguns dados relacionados à produção agropecuária na região, os quais registravam: gado (155.520 cabeças), dendê (11.000ha), borracha, cana-de-açúcar, milho (1.000ha) e soja⁸ (com 10.000ha e com uma previsão de atingir 12.000ha em três anos)⁹.

7 O Resguardo é uma instituição legal sociopolítica de origem colonial espanhol na América, formada por um território reconhecido de uma comunidade de ascendência ameríndia, com título de propriedade coletiva ou comunitária, que se rege por um estatuto especial autônomo, com pautas e tradições culturais próprias.

8 Espécies vegetais: *Elaeis guineensis* Jacq, *Hevea brasiliensis*, *Saccharum officinarum* L, *Zea mays* e *Glycine Max*, respectivamente.

9 Essas culturas foram implementadas com apoio de centros de pesquisa e de tecnologia na Colômbia e de entidades internacionais (como o CIAT), incluindo algumas do Brasil (EMBRAPA), na produção de agricultura tropical e soja, respectivamente. No desenvolvimento dessas culturas ter contribuído centros de pesquisas nacionais como CORPOICA e a Universidade Nacional, e internacionais como CIMMYT, CIAT e EMBRAPA.

No caso particular de *Puerto Gaitán*, atualmente, existem três tipos de produtores: os pequenos colonos, agricultores e pescadores transitórios; os grandes proprietários de fazendas de gado e; grandes investidores de capital nacional e/ou internacional. (Ibidem).

No entanto, há certos aspectos estruturais que colocam *Puerto Gaitán* em desvantagem competitiva, uma vez que sua infraestrutura rodoviária não possui a condição adequada para suportar o fluxo do comércio gerado com o mega projeto agroindustrial, pois, das seis rodovias que o município possui, apenas duas são classificadas como em bom estado, outras três não são asfaltadas e estão em condições consideradas regulares e a última rodovia está em condição precária. Além da infraestrutura rodoviária deficiente, o município tem problemas com erosão em diferentes graus.

4. A INTERNACIONALIZAÇÃO DE *PUERTO GAITÁN* ATRAVÉS DOS AGRO-COMBUSTÍVEIS

O mercado mundial de energias renováveis, no qual o etanol e o biodiesel estão inseridos, é liderado pela União Europeia, que fixou a meta de incorporar 20% de energias renováveis e 10% de agro-combustíveis como forma de iniciar a substituição do consumo de fontes fósseis a partir de 2007; o governo dos EUA, por sua vez, no mesmo ano, propôs uma meta de investimento em torno de US\$ 35 bilhões em combustíveis renováveis e alternativos; a China incorporou em sua matriz energética 20% de etanol; e o Brasil, pelo Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) no ano 1975, aliou a produção de etanol a partir de cana-de-açúcar e em 2004 criou o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) (WILKINSON et al., 2008a).

Na Colômbia, a principal cultura para obtenção de agro-combustíveis é a *Elaeis guineensis* Jacq ou dendê. Este cultivo chegou ao país, primeiro no departamento do *Valle do Cauca*, como planta ornamental em 1932. Porém foi a partir ano 1945, no departamento do *Magdalena*, que foi produzida com interesse de cultivo comercial. Após a chegada da *United Fruit Company*, o cultivo se expandiu de uma área de 18.000ha, em 1960,

para 360.000ha em 2010, passando o país a ocupar a primeira colocação na América Latina e quarta posição no mundo, como produtor de óleo de palmeira.

Os departamentos com maior número de cultivos são: *Meta, Cesar, Santander, Magdalena, Nariño, Casanare, Bolívar, Cundinamarca e Norte de Santander* (Figura 2). No município de *Puerto Gaitán*, foram estabelecidos, segundo o Plano Agropecuário da região, como parte da agenda de produtividade, cinco cultivos estratégicos: dendê, soja, cana-de-açúcar e mandioca visando à produção de etanol. Tal Plano ratifica a convicção de que

[...] o desenvolvimento do setor agropecuário colombiano está no altiplano da Colômbia e, especialmente, em Puerto Gaitán, porque aqui estão dadas as condições para produzir alimentos e biocombustíveis para a Colômbia e para a demanda mundial (REPUBLICA DE COLOMBIA, 2009. p. 18) (tradução nossa)¹⁰

Um dado que mostra a importância desta região no cenário econômico mundial é o Índice de Competitividade. Classificação feita pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL. Enquanto a maioria dos índices para avaliar esta região estaria abaixo da média (por exemplo, Poder Econômico avaliado em 6/23; Governo e Instituições em 16/23; Finanças em 12/23 e; Recursos Humanos em 12/23), o índice Internacionalização da Economia atingiria a maior pontuação entre todos, 23/23. Outro elemento importante é a sua posição geográfica estratégica. Tal posição garante proximidade com a capital do país (que representa o maior mercado interno¹¹), com a Venezuela, com o Oceano Atlântico e com a Europa (Ibidem).

Dessa forma se justifica a chegada de capital nacional e internacional para o desenvolvimento de mega-projetos agroindustriais nas últimas

10 Texto original: “Esta convicción, además de la certeza que el desarrollo del sector agropecuario colombiano está en la altillanura colombiana y especialmente en Puerto Gaitán, pues aquí están dadas las condiciones para producir los alimentos y los biocombustibles que Colombia y el mundo demandan”.

11 Em virtude da topografia acidentada típica do país andino a distância entre as cidades é reconhecidamente destacada em horas, nesse sentido a distância entre Bogotá e este município é de quatro horas e meia.

décadas. Isto provocou o aumento nos preços da terra, precedidos por uma contrarreforma agrária executada por grupos narco-paramilitares¹². Estima-se que cerca de 400 mil hectares estavam nas mãos de traficantes de drogas.

Recentemente, a região tem sido centro de debate da Lei 160 de 1994¹³, a qual limita a capacidade de compra de terra na região segundo a Unidade Agrícola Familiar (UAF)¹⁴. No entanto, os empresários estrangeiros têm realizado algumas manobras, para a compra de grandes quantidades de terra para o estabelecimento de monoculturas, utilizando-se para isso de diferentes nomes jurídicos, o que infringe as disposições da lei.

Segundo as denúncias, os principais compradores de terra na região são as empresas chinesas e brasileiras. Os chineses fazem um tipo de investimento classificado como de neocolonialismo agrário (RAMONET, 2009): compram a terra, importam os insumos, a maquinaria e a mão de obra, sendo que o destino final da produção é a própria China. Atualmente os investimentos de capital brasileiro são representados pela empresa *Mónica Semillas*: a subsidiária do grupo brasileiro está procurando a compra de terra, através de vários títulos de propriedade, buscando com isso infringir a Lei 160. Tal estratégia foi denunciada na Comissão Quinta do Senado colombiano¹⁵.

As transnacionais do agronegócio também estão procurando fazer investimentos na região. A empresa Cargill, tem um projeto chamado “Colômbia Agro”, e está em processo de aquisição de terras para iniciar o seu processo produtivo. A empresa *Poligrow*, de capital italo-

12 O conceito *Narco-paramilitarismo* é uma derivação do fenômeno paramilitar que com o pretexto de guerra *contra-insurgente* serviu para roubar, deslocar e assassinar a população civil, em aliança com setores econômicos e políticos da Colômbia. (MEDINA, 1994)

13 A Lei 160/94 define a Unidade Agrícola Familiar como uma empresa com núcleo de produção agrícola, pecuária, aquicultura e/ou extensão florestal que permite a família trabalhar e formar seu patrimônio, por isso limita a quantidade de terra que pode ser comprada em uma região do país.

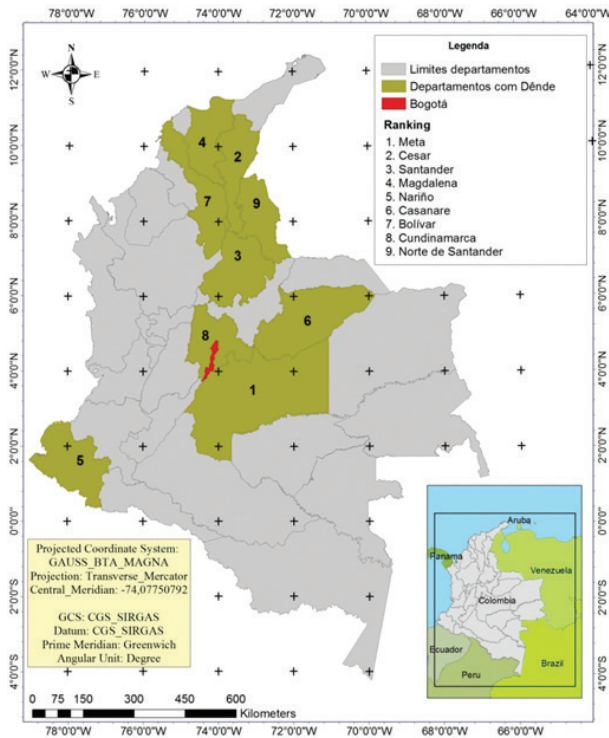
14 A lei define a UAF como a empresa do núcleo de produção agrícola, pecuária, aquicultura e extensão florestal que permite a família trabalhar e a formação de seu patrimônio. A lei define a UAF como a empresa do núcleo de produção agrícola, pecuária, aquicultura e extensão florestal que permite a família trabalhar e a formação de seu patrimônio.

15 Cf. http://www.wilsonarias.com/index.php?option=com_content&view=article&id=493:extranjerizan-la-tierra-colombiana-polo-democratico-alternativo&catid=58:boletines-de-la-cu-cul&Itemid=167

espanhol, tem interesse na produção de óleo de palmeira e para isso tem cultivado cerca de 15.000ha no departamento do *Meta*. O grupo brasileiro *Amaggi*, conhecido mundialmente por ser um dos maiores grupos do agronegócio, e exportador de soja, tem planejado a compra de 100.000ha para a semeadura desse grão e a construção de uma usina para seu processamento e armazenamento.

Considerando o capital nacional, dois tradicionais grupos econômicos do país estão representados no agronegócio: O grupo Santo Domingo, que está investindo no país com o intuito de produzir grãos, principalmente, soja e milho, visando no curto prazo atingir o mercado interno e em longo prazo, o mercado global e; o outro grupo é ligado à propriedade de Luis Carlos Sarmiento, que também tem interesse no desenvolvimento de cultivos na região: sua empresa de investimentos, *Corficolombiana*, associou-se a outra empresa, *Unipalm*, e juntas esperam atingir, até 2015, 12.000ha de plantio de palmeira para a produção de óleo. De acordo estas empresas em parceria, isso converteria a região na maior produtora da América Latina.

FIGURA 2 – LOCALIZAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS COM CULTURA DE PALMEIRA DE ÓLEO PARA A PRODUÇÃO DE BIODIESEL



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Fedepalma (2011)¹⁶

5. O PAPEL DA MUDANÇA CLIMÁTICA

O mercado dos agro-combustíveis na Colômbia tem sido fortemente influenciado pelo discurso da mudança climática, que é veiculado principalmente pelos estudos e publicações do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC)¹⁷. O IPCC é o responsável por elaborar os relatórios nos quais se apoia boa parte das políticas climáticas dos países

¹⁶ A numeração representa a hierarquia de importância segundo a área de palmeira entre os departamentos, assim o departamento do Meta ocupa o primeiro e o departamento do Santander fica no último do ranking.

¹⁷ Desde a análise foucaultiana mencionada anteriormente, o IPCC cumpre com os procedimentos para ser um agente regulador do discurso e seu exercício de poder.

ligados à Organização de Nações Unidas (ONU). É no âmbito desses relatórios – o primeiro deles foi elaborado no ano 1990 e o quarto em 2007¹⁸ – que se responsabiliza a emissão de Gases Efeito Estufa (GEE) como a principal causa do aquecimento global e, com isso, da mudança climática, no qual o gás carbônico (CO₂), derivado de combustíveis fósseis, aparece como o fator chave dos problemas ambientais na atualidade e, assim, se justifica toda uma estratégia para controlá-lo.

Um exemplo é a Lei Nº 629, de 27 de dezembro de 2000, onde o país ratifica o Protocolo de Kyoto, e estabelece junto aos países do Anexo I, objetivos como o de desenvolver auxílios para a produção e uso dos agro-combustíveis e reduções do metano e CO₂, durante o período de vigência do Protocolo, 2008-2012.

Para atingir este objetivo foram criados mecanismos para auxiliar no cumprimento das metas estabelecidas - os Mecanismos de Flexibilização. São eles: Comércio de Emissões (CE); Implementação Conjunta de projetos (IC) e; Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Os países emergentes, como a Colômbia só podem participar na venda do MDL aos países pertencentes ao Anexo I, com a finalidade de adquirir os Certificados de Redução de Emissões (CRE)¹⁹. As opções para obter os CRE's são:

- Melhoria da eficiência energética no setor dos transportes, indústria e energia;
- Substituição de combustíveis fósseis nos transportes e uso de energia alternativa;
- Ampliação da gestão florestal e proteção para as já existentes; produção de bioenergia a partir de resíduos de culturas e novas culturas;
- Criação de herbívoros associada com maior qualidade nutricional e de cultivo de árvores e;

18 O quarto relatório foi elaborado no 2007 mas impresso e publicado no ano 2008.

19 Unidade de Redução Certificada de Emissões (CER) - Igual a 1 tonelada (métrica) de dióxido de carbono não-emitido, reduzido ou sequestrado, por meio de um projeto do MDL, calculada utilizando o *Potencial de Aquecimento Global (GWP)*. Estas unidades podem ser utilizadas por países do Anexo I como forma de cumprimento parcial de suas metas de redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE).

- Gestão dos resíduos associados à recuperação de metano e reciclagem.

De acordo com essa lista, não está claro como o MDL pode ser uma boa alternativa para o país e, especialmente, para as populações que são afetadas pelas alterações climáticas, deixando muitas dúvidas sobre a possibilidade de concretização das metas do Protocolo de Kyoto, que em seu Artigo 12º traz como um de seus objetivos: a contribuição para o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento.

Sendo assim, quem está se beneficiando dos CREs? A resposta parece indicar a poderosos grupos econômicos e políticos do país, como o setor Palmicultor o qual anunciou a aprovação pela Organização das Nações Unidas do *Proyecto Sectorial Sombrilla MDL para la captura de metano, desplazamiento de combustibles fósiles y cogeneración de energía renovable*. O relatório de dito projeto destaca que:

Dadas as condições do mercado internacional de carbono, estão previstas receitas adicionais ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, MDL, entre US\$1.885.000 e US\$2.639.000, por ano. A expectativa é que esta receita seja gerada por 10, 14 ou 21 anos e o preço pode oscilar, dependendo do direcionamento futuro do mercado de carbono e o posicionamento da CER.²⁰ (CENTRO ANDINO PARA LA ECONOMÍA EN EL MEDIO AMBIENTE, 2004. p.15) (tradução nossa).

A aprovação deste projeto deu sinal verde para o que é, em sua primeira fase, o maior projeto mundial de captura e mitigação de metano, baseado na gestão de águas residuais. De acordo com o estudo de pré-factibilidade do potencial de geração de CRE's para o setor Palmicultor em Colômbia, esse negócio tende a crescer.

20 Texto original: Dadas las condiciones del mercado internacional de carbono, los ingresos adicionales por año por MDL podrán ser entre US\$1'885,000 y US\$2'639,000. Estos ingresos se generarían por 10, 14 o 21 años, y el precio podría variar hacia arriba, mantenerse estable, o reducirse, dependiendo en el rumbo eventual del mercado y la estrategia de colocación de los CER.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço do capital no território *Llanero* colombiano acontece pela atividade de pelo menos três fatores: o controle do território, desenvolvimento de novas técnicas de cultivo e o discurso da mudança climática que deu legitimidade à produção dos agro-combustíveis, mascarando os problemas que ocasiona esta produção. Ancorado em dispositivos como a necessidade de salvar o planeta, de mitigar os efeitos da mudança climática, o agronegócio vem expandindo seu domínio em territórios de comunidades locais.

O problema é que ditas transformações são feitas sem ter um consenso sobre a mudança climática. Assim, a sociedade e os governos são alvo de informações em discussão por grupos de cientistas independentes aos interesses do IPCC e das petroleiras. Ainda não sabemos como as transformações do território podem reduzir ou aumentar as vulnerabilidades das populações, o que se sabe é que o catastrofismo global do discurso climático terá seus impactos sob as realidades regionais. O certo é que o avanço dos agro-combustíveis, tido como sustentável no território, parece ser inevitável diante da força dos interesses econômicos envolvidos e da capacidade limitada de contraposição do Estado ou das comunidades locais.

Nesse contexto, o aprofundamento nas discussões sobre as alterações climáticas que vem ocorrendo pode ser uma forma de enfrentamento, desde que inclua as vozes científicas dissonantes e as comunidades locais afetadas. Porém, infelizmente, muitos dos governos progressistas locais parecem aceitar a hipótese da mudança climática, desconsiderando os possíveis danos de ações como mitigar e adaptar. Outro caminho, é que os grupos ambientalistas problematizem os discursos desde os quais realizam seu ativismo, com o objetivo de expor quais são os outros interesses do catastrofismo ambiental e climático.

7. REFERÊNCIAS

- CARDOSO, E.; HOLLAND, M. **¿Sudamérica para los chinos?:** Un análisis basado en el comercio. Madrid: Fundación Carolina, 2010. 70p. Disponível: <http://www.fundacioncarolina.es>. Acesso em: 09 de maio de 2011.
- CASTRO, I. E. Seca versus seca. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: CASTRO, I. E. *et al.* (org.) **Brasil: Questões atuais da reorganização do território**. Recife: Bertarand Brasil, 2002. p. 283-324.
- CENTRO ANDINO PARA LA ECONOMÍA EN EL MEDIO AMBIENTE. 2004. Estudio sobre prefactibilidad para la identificación y evaluación del potencial de generación de certificados de reducción de emisiones a través del mecanismo de desarrollo limpio para el sector palmero en Colombia. **Resumen ejecutivo**. AGOSTO. Disponível em: www.fedepalma.org/document/2005/resumen_ejecutivo_MDL.doc. Acesso em 09 de maio de 2011.
- CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xama, 1996.
- ELIAS, D. **Globalização e agricultura: A região de Ribeirão Preto - SP**. São Paulo: Edusp, 2003. 408 p
- FEDEPALMA. **La palma de aceite**. Disponível em: <http://www.fedepalma.org/palma.htm> Acesso em 22 de Nov de 2010.
- FOUCAULT, M. A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- GRUPO INTERGUBERNAMENTAL DE EXPERTOS SOBRE CAMBIO CLIMÁTICO. **Tercer Informe de Evaluación. Cambio Climático**. Impactos, adaptación y vulnerabilidad. Suiza: IPCC. 2001. 92 p.
- INSTITUTO DE HIDROLOGÍA, METEOROLOGÍA Y ESTUDIOS AMBIENTALES - IDEAM. **Información técnica sobre gases efecto invernadero y el cambio climático**. Santa fé de Bogotá, IDEAM-METEO/008-2007. 97 p.
- MEDINA, C. G.; TELLEZ, M. A. **Violencia parainstitucional, parapolicial y paramilitar en Colombia**. Bogota: Rodríguez Quito editores, 1994. 254 p.
- NACIONES UNIDAS. **Convenio Marco de las Naciones Unidas sobre Cambio Climático**, 1992.
- _____. **Protocolo de Kyoto** de la convención marco de las naciones unidas sobre el cambio climático, Naciones Unidas, 1998.
- REPÚBLICA DE COLOMBIA. **Plan prospectivo agropecuario** Puerto Gaitán 2020. Puerto Gaitán, 2009. 361 p.

RAMONET, Ignacio. Neocolonialismo agrário. *Le Monde Diplomatique*, 10 de fevereiro de 2009.

Revista Dinero. **Los nuevos llaneros**. Disponível em: <http://www.dinero.com/caratula/edicion-impresa/articulo/los-nuevos-llaneros/113492> Acesso em: 26 Fevereiro 2011.

SANT'ANNA NETO, J. L. Da climatologia geográfica à geografia do clima. Gênese, Paradigmas e aplicações do clima como fenômeno geográfico. *Revista da ANPEGE*, 61-88, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 12 ed. Rio de Janeiro, Editora Record, 2008. 471 p.

WILKINSON, J.; HERRERA, S. Subsídios para a discussão dos agrocombustíveis no Brasil. In: Maia, K. *et. al.* (org.) **Agrocombustíveis e a agricultura familiar e camponesa: subsídios ao debate**. Rio de Janeiro: REBRIP/FASE. 2008a. Disponível em: <www.boell-latinoamerica.org> Acesso em: 13, Jan, 2011. p. 24-57

Alimentos, Energía y Justicia Social en Brasil. In CONFERENCIA SOBRE POLÍTICAS E INVESTIGACIÓN: “Alimentos, Energía y Justicia Social en América Latina” **Palestra** apresentada na Conferencia sobre políticas e investigación, 10 de noviembre 2008, The New School, Nueva York. Disponível em: <http://www.observatorylatinamerica.org/_esp/articulos_esp.html>. Acesso em: 13, Jan, 2011. 22 p.

POSSE DA TERRA E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM DOMICÍLIOS COM INSEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA DA MATA E SEMIÁRIDO BRASILEIROS

Amália Leonel Nascimento

Sandra Regina Maia

Pedro Israel Cabral de Lira

1. INTRODUÇÃO

O Brasil ocupa lugar de destaque na América Latina por suas políticas públicas e organizações sociais voltadas à Reforma Agrária, entretanto, não dispõe de um reordenamento fundiário importante, desrespeitando tais políticas (SOUZA, 2006). A concentração de terras e a desigualdade regional ainda existem e são comprovadas pelo Índice de Gini da estrutura agrária, que agravou-se nos últimos anos, de 0,857 em 1985 e 0,856 em 1995 para 0,872 em 2006 (IBGE, 2006).

Paralelamente, a situação de insegurança alimentar no campo vem melhorando. Os últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, de 2004 e 2009, mostram redução da proporção de domicílios com moradores em situação de insegurança alimentar na zona rural (de 43,6% para 35,1%), embora ainda pior que o meio urbano (de 33,3% para 29,4%) (IBGE, 2009; 2010).

No Nordeste, região de tantos desafios quanto oportunidades na garantia da segurança alimentar e nutricional pela sua diversidade e desigualdade, em 2009, quase metade da população (46,1%) apresentava algum grau de insegurança alimentar, de proporções mais elevadas

também no meio rural (IBGE, 2010). E em meio à sua diversidade, dois ecossistemas característicos se destacam: a Zona da Mata e o Semiárido.

A Zona da Mata possui uma área de configuração muito peculiar, de clima e solos favoráveis à produção de alimentos, tendo a monocultura açucareira como atividade econômica dominante. O isolamento, o desemprego sazonal, a fragilidade dos demais sistemas produtivos (fruticultura, pequenas lavouras de mandioca) e a precariedade das demais atividades econômicas locais fazem dela uma área de grande vulnerabilidade social e, portanto, mais exposta aos problemas de saúde física e mental, que resultam de condições desfavoráveis de vida (LIRA *et al.*, 2003; COSTA; LUDERMIR, 2005).

O Semiárido é caracterizado pela aridez do clima, a imprevisibilidade das precipitações pluviométricas e pelo risco de secas. As características do meio ambiente condicionam fortemente a sociedade local a sobreviver, principalmente, de atividades econômicas ligadas basicamente à agricultura e a pecuária. A justificativa da escassez de chuvas tem alimentado, historicamente, o quadro de vulnerabilidade e miséria no Semiárido (BRASIL, 2005a; SILVA, 2007).

O Nordeste rural reúne praticamente a metade dos estabelecimentos familiares e camponeses do Brasil, responsáveis por 43% do PIB agropecuário dessa região, mobilizando apenas 40% da superfície e 27% dos financiamentos públicos. A produtividade por hectare é, portanto, superior à média nacional, mas, sobretudo nas grandes fazendas da região, com pecuária extensiva e plantação de cana-de-açúcar (SABOURIN, 2007).

Ainda nas áreas rurais, as formas não monetárias de acesso ao alimento, como a produção para autoconsumo, são extremamente importantes, principalmente, para as populações mais pobres, mas são poucas as pesquisas que refletem sobre essa relação entre produção e segurança alimentar como o reflexo de mudanças socioeconômicas e ecológicas mais profundas nessas populações (IBGE, 2009; NODA, 2007; NASCIMENTO; ANDRADE, 2010).

Este estudo procurou caracterizar a posse da terra e produção doméstica e agropecuária de alimentos em domicílios rurais nordestinos em diferentes ecossistemas, a Zona da Mata e o Semiárido, em especial, sua relação com a segurança alimentar das famílias.

2. POSSE DA TERRA E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM DOMICÍLIOS COM (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR

Foi realizado um estudo transversal entre março e junho de 2005, com 250 famílias rurais de Gameleira/PE, e 208, de São João do Tigre/PB, em conglomerados escolhidos intencionalmente, a partir de levantamentos realizados junto às Secretarias Municipais de Saúde, considerando dois critérios de seleção: risco socioeconômico e existência de crianças menores de cinco anos.

Gameleira, um município de 24.003 habitantes e IDH de 0,590 em 2000, pertence à Zona da Mata de Pernambuco, caracterizada pela monocultura da cana-de-açúcar, distinguindo-se pelo seu elevado contingente populacional em condições de pobreza. São João do Tigre, um município do Semiárido da Paraíba com 4.481 habitantes em 2000, segundo o IBGE, e um IDH de 0,527, faz parte, há alguns anos, do maior conglomerado geográfico delimitado de pobreza no Brasil, assumindo situações críticas em longos períodos de seca (PNUD, 2000; LIRA; BATISTA-FILHO, 2006).

No que se refere à produção agrícola das famílias, inicialmente foram coletadas informações quanto à agricultura doméstica, cultivada no quintal ou ao redor da moradia, representando uma atividade que poderia prestar-se ao consumo da família e/ou, ocasionalmente, à comercialização. As respostas se referiam ao mês anterior ao da entrevista. Em seguida, a produção agropecuária, geralmente praticada em maior escala e/ou em áreas não contíguas ao domicílio, e a criação de animais, foram questionadas referente à safra do ano anterior ao período da pesquisa.

Para avaliação da situação de insegurança alimentar, foi usada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), constando de 15 perguntas centrais, com resposta “Sim” ou “Não” sobre a experiência nos últimos três meses de insegurança alimentar, compreendendo desde a apreensão de que a comida possa vir a faltar até a vivência de passar todo um dia sem comer. Cada resposta afirmativa do questionário equivale a um ponto, variando a contagem de 0 a 15 pontos, considerando o valor zero como a condição de ausência; 1-5 pontos como insegurança leve; 6-10

pontos como insegurança moderada e 11-15 pontos como insegurança grave (SEGALL-CORREA *et al.*, 2003).

No que se refere à EBIA, sensível ao desenvolvimento social, econômico e a diversidade cultural, a escala difere entre grupos populacionais do Brasil e deve ser utilizada inserida nos instrumentos de coleta de informações das pesquisas, tal qual é feito aqui, a fim de auxiliar no estudo das complexas relações entre os vários fatores relacionados à insegurança alimentar (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011).

Os questionários passaram por processo de revisão e codificação durante o trabalho de campo até uma validação final em nível de supervisão central antes da digitação. Os dados foram digitados em dupla entrada, utilizando o programa estatístico Epi Info, versão 6.04 e as análises estatísticas, realizadas com o auxílio do Statistical Package for Social Science (SPSS), versão 12.0.1. A associação entre as variáveis, efetuada pelo teste qui-quadrado de Pearson, considerou como nível de significância estatística valores de $p < 0,05$.

Os projetos foram aprovados pelo Comitê de Ética do Instituto Materno Infantil Prof. Fernando Figueira (IMIP), sob o protocolo nº 386, atendendo às normas regulamentares de pesquisas envolvendo seres humanos - Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde.

Como resultado, foi encontrado na área rural de Gameleira, Zona da Mata de Pernambuco, e São João do Tigre, Semiárido da Paraíba, um quadro de insegurança alimentar grave (30,0% e 27,4%, respectivamente), sem diferença estatística, ainda que alguns dos percentuais mais adversos fossem observados no Semiárido, região que enfrenta históricos ciclos de secas, mais vulnerável, portanto, a surtos agudos de fome (Tabela 1).

Descrita por Castro (2008) como uma região de condições de solo e clima mais propícios à agricultura, a Zona da Mata apresentou os menores índices de posse de terra para plantio e pecuária (26,8% e 3,2%, respectivamente). E o Sertão, mesmo com o histórico de criação de animais, apresentou grande percentual de famílias sertanejas (78,4%) que não dispunham de terras para a pecuária (Tabela 1).

O cultivo de hortas e pomares domésticos esteve presente em menos da metade dos domicílios da zona rural de Gameleira e de São João do Tigre (47,2% e 26,0%, respectivamente), estando mais presente a criação

doméstica de animais (54,4% e 69,7%) (Tabela 1). Essa prática voltada, em geral, para o autoconsumo teve como principais produtos em Gameleira: coco, acerola, manga, jaca, laranja, goiaba, graviola, banana, milho e mandioca, além de animais como galinhas, bovinos. Em São João do Tigre, o cultivo esteve limitado ao mamão, acerola, goiaba, coentro, cheiro verde e pimenta, com a criação de galinhas, caprinos, suínos e bovinos.

A produção agropecuária foi mais frequente em São João do Tigre. Mais da metade da população rural de Gameleira havia praticado a agricultura (56,4%), enquanto em São João do Tigre, 89,9% das famílias rurais cultivaram algum produto (Tabela 1). Quanto ao tamanho das propriedades estudadas, no Sertão houve predomínio de áreas inferiores a cinco hectares, enquanto que na Mata, áreas maiores que cinco hectares estiveram mais presentes.

TABELA 1 – INSEGURANÇA ALIMENTAR, PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E POSSE DA TERRA DE FAMÍLIAS NA ZONA RURAL DE GAMELEIRA (PE) E SÃO JOÃO DO TIGRE (PB), 2005.

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO (%)	GAMELEIRA N=250	SÃO JOÃO DO TIGRE N=208	P-VALOR
ESCALA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR			
INSEGURANÇA AUSENTE	14,0	11,5	0,373
INSEGURANÇA LEVE	21,6	18,8	
INSEGURANÇA MODERADA	34,4	42,3	
INSEGURANÇA GRAVE	30,0	27,4	
PRODUÇÃO DE ALIMENTOS			
HORTA OU POMAR EM CASA	47,2	26,0	<0,001
CRIAÇÃO DOMÉSTICA DE ANIMAIS	54,4	69,7	0,001
ATIVIDADE AGRÍCOLA	56,4	89,9	<0,001
ATIVIDADE PECUÁRIA	8,8	51,0	<0,001
ÁREA DE PRODUÇÃO < 5 HEC	45,6	68,9	<0,001
ÁREA DE PRODUÇÃO > 5 HEC	54,2	31,1	<0,001
POSSE DA TERRA PARA PLANTIO			
TERRA PRÓPRIA	26,8	36,1	<0,001
TERRA ALHEIA	29,6	55,8	
SEM TERRA	43,6	8,2	
POSSE DA TERRA PARA CRIAÇÃO			
TERRA PRÓPRIA	3,2	12,0	<0,001
TERRA ALHEIA	2,4	9,6	
SEM TERRA	94,4	78,4	

Fonte: Nascimento, 2010.

Foi encontrada, portanto, uma maior diversidade de produtos nativos e de cultura permanente em hortas e pomares na zona rural de Gameleira, embora que disponíveis em menos da metade dos domicílios. Ao identificar as áreas alimentares do Brasil em 1946, Josué de Castro já alertava para a insuficiência desses cultivos e seu papel quase decorativo na Zona da Mata (CASTRO, 2008).

Embora a flora e fauna do Semiárido sejam menos variadas que a Zona da Mata, a agricultura e a criação de animais, tanto doméstica quanto agropecuária, estiveram mais presentes para as famílias rurais de em São João do Tigre. Lira e Batista-Filho (2006), encontraram mais de 80% dos chefes de família entrevistados exercendo atividades rurais ou extrativistas por conta própria na região.

Nos últimos 10 anos, cresceu consideravelmente em São João do Tigre a posse de terras, graças à titulação via reforma agrária ou programa de reassentamento no município. Todavia, esse crescimento não foi acompanhado pelo aumento do número de estabelecimentos de agricultura familiar, maior em relação à Gameleira, mas proporcionalmente menor em área agricultável. E embora a agricultura familiar tenha crescido em Gameleira, representando 86,2% dos estabelecimentos agropecuários, segundo o Censo Agropecuário de 2006, metade das terras produtivas nesse município foi ocupada pelas lavouras de cana-de-açúcar (IBGE, 2006).

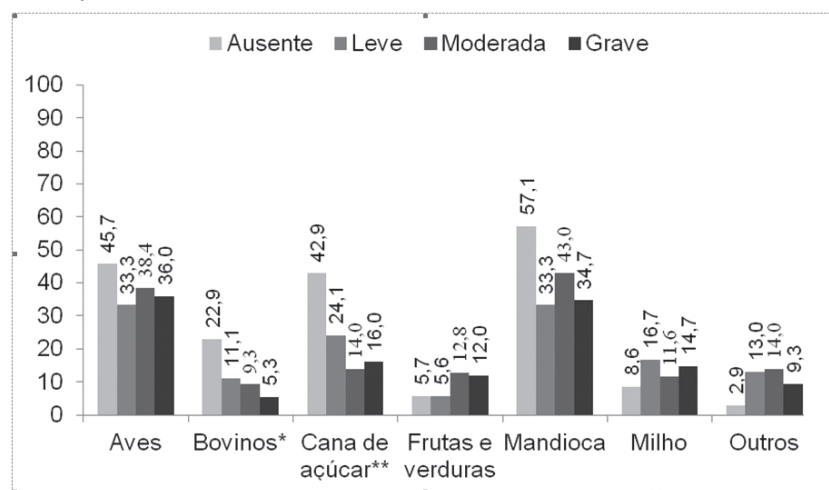
No Semiárido, cerca de 90% do número de estabelecimentos rurais têm área inferior a 100 hectares, o que, no contexto de suas características físicas dos solos e da escassez relativa de água, teria reduzidíssimas possibilidades de geração de excedentes acima da linha da sobrevivência (BRASIL, 2005b). Maior é a sua concentração de terra na Zona da Mata, em particular nos municípios pernambucanos especializados no cultivo da cana-de-açúcar. Nos locais onde se situam unidades industriais de transformação da cana, o tamanho médio da unidade produtiva excede os 200 hectares (CAVALCANTI *et al.*, 2002).

Referente aos principais cultivares da zona rural de Gameleira, a produção de mandioca foi a mais frequente (40,4% das famílias), seguida pela cana-de-açúcar (20,8%) e o milho (13,2%), além de frutas e verduras, feijão, batata doce e inhame. Um terço das famílias criavam aves e apenas 10,4% gado, com produção ainda de ovos e leite.

Entretanto, apenas para as famílias que plantavam cana-de-açúcar ou desenvolveram pecuária bovina, a segurança alimentar apresentou-se significativamente maior na Zona da Mata (Figura 1).

Segundo o IBGE (2006), o cultivo de cana-de-açúcar foi responsável pelo aumento de 679% da receita de Gameleira de 1996 a 2006, e a pecuária extensiva de gado, representou nesse último ano, 94% da receita de criação de animais. Portanto, essa associação positiva pode ser justificada tanto pela disponibilidade de terras para essas atividades como pelo caráter principal de geração de renda de ambas, embora concentrado numa minoria, com mercados antigos e já estabelecidos, diferente dos demais produtos.

FIGURA 1 - PREVALÊNCIA DA INSEGURANÇA ALIMENTAR SEGUNDO TIPOS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (%) DE FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA (PE), 2005.



Fonte: Nascimento, 2010.

Nota: *p < 0,05, **p < 0,01

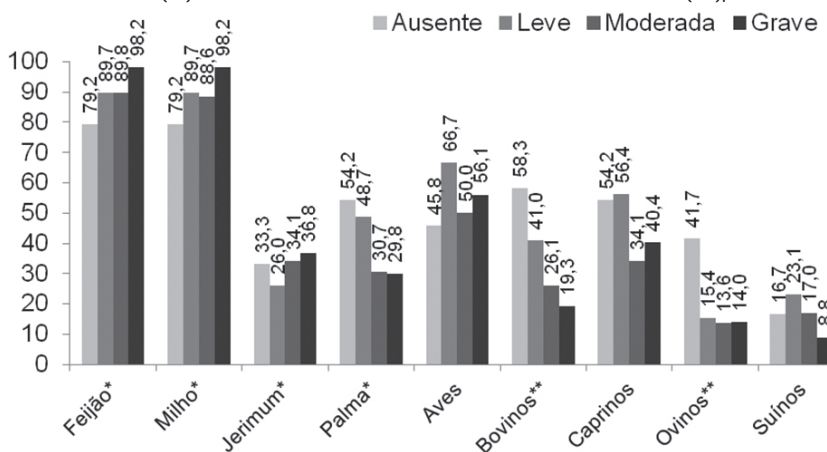
Enquanto a produção açucareira cresceu na Zona da Mata, as terras utilizáveis diminuíram em 41% em apenas uma década, acompanhada por um maior consumo de adubos e agrotóxicos (IBGE, 1998; IBGE, 2006). Desde a década de 30, era denunciado o desmatamento da região através das queimadas e clareiras para o cultivo da cana, além de poluir e despovoar os rios com seus dejetos e resíduos de produção do açúcar.

O plantio quase que exclusivo da cana também substituiu a policultura de hortas e pomares (CASTRO, 2008).

O que resistiu foi o cultivo fácil e barato da mandioca, conforme Figura 1. Sem grandes exigências de solo, clima ou mão-de-obra, essa raiz esteve presente na produção agrícola de grande parte das famílias aqui estudadas, não estando associada, entretanto, para a garantia de sua segurança alimentar, provavelmente por gerar em 2006 apenas 1,4% de todo o valor da produção vegetal de Gameleira, conforme último censo (IBGE, 2006).

Na zona rural de São João do Tigre, a agricultura caracterizou-se pela produção de feijão, milho, palma e jerimum (90,9%, 90,4%, 36,5% e 28,8%, respectivamente) e a pecuária pela criação de aves, caprinos, bovinos, ovinos e suínos. O plantio de palma e a criação de caprinos e bovinos mostraram-se inversamente relacionados à condição de insegurança alimentar dessas famílias, indicando melhores condições, portanto, para quem os produz, enquanto o cultivo de feijão, milho e jerimum foi diretamente proporcional (Figura 2).

FIGURA 2 - PREVALÊNCIA DA INSEGURANÇA ALIMENTAR SEGUNDO TIPOS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (%) DE FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO TIGRE (PB), 2005



Fonte: Nascimento, 2010.

Nota: *p < 0,05, **p < 0,01

Em 2006, a receita agropecuária de São João do Tigre foi menor que a de Gameleira, mesmo se desconsiderada a cana-de-açúcar dos cálculos da última, mas apresentou um crescimento de 113% em relação aos dez anos anteriores, graças ao aumento da produção animal. São João do Tigre ainda teve um pequeno aumento de suas terras produtivas (12%), com presença de sistemas agroflorestais, agricultura orgânica e outras práticas de proteção ou preservação do solo (IBGE, 2006).

Aqui, a palma merece atenção especial pela sua grande adaptação à região, servindo de alimentação para esses rebanhos no período de estiagem prolongada, apresentando valor nutritivo e produtividade claramente superiores a do milho (FERREIRA *et al.*, 2009).

As produções de feijão, milho e jerimum no Semiárido foram mais presentes nas famílias com maior insegurança alimentar, possivelmente numa tentativa de melhorar a disponibilidade de alimentos nesses domicílios, diante de uma situação já grave (Figura 2). As famílias recorreriam a essas culturas mesmo em declínio, pela falta de investimento e mercado estabelecido, pouca mão-de-obra e valor agregado, pelo menor prejuízo em perdas durante as secas (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003; PESSOA; SOUZA; SCHUCH, 2006; CASTRO, 2008).

Nascimento (2010) também encontrou monotonia e pobreza do regime alimentar na zona rural de Gameleira, podendo estar relacionadas à opção por um sistema de produção monocultor e latifundiário na Zona da Mata, que inviabilizaria uma produção suficiente para o autoconsumo dessas famílias, pouco se alterando da alimentação encontrada na II Pesquisa Estadual de Saúde e Nutrição em Pernambuco, em 1997 (BATISTA-FILHO; MIGLIOLI, 2006).

A atual lógica de mercado e transição nutricional fazem com que os camponeses aspirem não somente atender a sua sustentação, mas fazer parte de uma sociedade do consumo e ter acesso a outros bens (BATISTA-FILHO; RISSIN, 2003; GRISIA; SCHNEIDER, 2008). Entretanto, o trabalhador rural da zona açucareira, com baixo poder aquisitivo e sem uma cultura de autoconsumo suficiente, também não teria acesso aos alimentos disponíveis no mercado local (LIRA; BATISTA-FILHO, 2006).

Ademais, o período de entressafra da cana-de-açúcar traria consigo aumento do desemprego e acentuaria a miséria, desnutrição, carência de micronutrientes e insegurança alimentar dessa população, num ciclo vicioso que se repete a cada moagem da cana (BATISTA-FILHO; RISSIN, 2003; CASTRO, 2008).

A insegurança alimentar no interior dos Estados da Paraíba e Pernambuco permaneceu apresentando pior situação na zona rural, segundo estudo de Vianna e Segall-Corrêa (2008) e pesquisa desenvolvida pela Universidade Federal de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2011). As populações rurais brasileiras ainda têm sido negligenciadas e até depreciadas, apesar de historicamente serem relacionadas à produção de alimentos, principalmente, o segmento da agricultura familiar, cuja produção dos gêneros é direcionada ao abastecimento do mercado interno brasileiro (MENASCHE; MARQUES; ZANETTI, 2008; MURRIETA *et al.*, 2008).

Esse quadro conduziria contingentes de trabalhadores à extrema pauperização, migrando para outras atividades não agrícolas, muitas vezes também precárias, empregando parte dessa mão de obra excedente, enquanto os demais enfrentam o desemprego ou o êxodo rural, fruto de uma estrutura social excludente ainda vigente no meio rural (PERESTRELO; MARTINS, 2003; LIRA; BATISTA-FILHO, 2006; OLIVEIRA *et al.*, 2009).

Um dos grandes problemas do Semiárido seria a visão ainda distorcida, reducionista e fragmentada das soluções tecnológicas e do utilitarismo economicista do combate à seca, numa das áreas de domínio de clima semiárido do mundo que mais possui capacidade de armazenamento de água (BATISTA; MIGLIOLI, 2006; SILVA, 2007).

Há de se pensar numa economia articulada, com agricultura de forragens complementares a pastagem nativa, que não se restrinja apenas à palma, e que tenha o bode e a galinha também como elos da cadeia de segurança alimentar do sertanejo, além de outros complementos alimentares que podem ser produzidos com manejo adequado e satisfatória produtividade no sertão (BATISTA, 2001). E, se por um lado os efeitos da seca no Semiárido são exacerbados, na Zona da Mata, a percepção de risco pelos impactos socioambientais da expansão da monocultura sucroalcooleira ainda são ignorados (BORGES, 2009).

A distribuição de terras por uma reforma agrária bem estruturada, diversificação da produção com assistência técnica adequada e o desenvolvimento de atividades não-agrícolas através da pluriatividade no campo são alternativas para a Zona da Mata, mas que ainda tem avançado pouco (CARLINI-JUNIOR; SILVA; LISBOA-FILHO, 2004; GEHLEN, 2004; MACHADO; SILVA-JÚNIOR, 2009).

3. CONCLUSÃO

Os resultados do presente estudo indicam a predominância do cultivo de cana-de-açúcar e pecuária extensiva de gado na Zona da Mata associados à segurança alimentar das famílias, apesar da produção e criação de outros produtos em menor escala na região. No Semiárido, a produção bovina, ovina e a plantação de palma para sua criação também se apresentaram favoráveis à situação de segurança alimentar. O plantio e criação domésticos parecem não ter sido suficientes para contribuir na melhoria de condição das demais famílias.

Ainda, essas duas populações nordestinas, embora localizadas em ecossistemas claramente distintos, encontram-se em situação de grave insegurança alimentar e desigualdade na distribuição de terra. Transformações que refletem o subdesenvolvimento nesse complexo regional, expressão da monocultura e do latifúndio, do feudalismo agrário e da subcapitalização na exploração dos recursos naturais no Nordeste, violam os direitos humanos básicos, denunciado por Josué de Castro há mais de sessenta anos.

Faz-se necessário e urgente, portanto, um olhar diferenciado e coletivo dos setores público, social e privado para a complexidade desse Nordeste rural e suas pluralidades, com ações que garantam o acesso à terra, o fortalecimento da agricultura familiar e estímulo aos canais de comercialização de seus produtos, com preservação da zona da Mata e convivência com o Semiárido na busca por sistemas alimentares sustentáveis.

E nessa ótica, a questão da segurança alimentar no Nordeste rural perderá seu foco na questão do fornecimento de alimentos e passará a representar um elemento central das estratégias de desenvolvimento da

região, na luta pela inclusão econômica e social nos meios de produção, promoção da soberania alimentar, melhoria da qualidade de vida, preservação da cultura e resgate da cidadania.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATISTA-FILHO, M.; MIGLIOLI, T. C.. **Alimentação e nutrição no Nordeste**. Recife: Série Publicações Científicas do Instituto Materno Infantil de Pernambuco. 2006. 101 p.
- BATISTA FILHO, M.; RISSIN, A.. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 181-191, 2003.
- BORGES, J. R. P. O Processo de Avanço das Lavouras de Cana-de-Açúcar em Assentamento Rural e seus Impactos à Saúde Humana e ao Ambiente - Um estudo de percepção de riscos socioambientais. In: CONGRESSO DE MEIO AMBIENTE DA AUGM, 6., 2009. **Resumos...** São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.ambiente-augm.ufscar.br/uploads/A3-007.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2010.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro**. Brasília: Ministério da Integração Nacional. 2005a. 35 p. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br>>. Acesso em: 17 jul. 2010.
- _____. Ministério da Integração Nacional. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido**. Brasília: Ministério da Integração Nacional. nov. 2005b. 134 p. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/pdf/developmento_regional/pdsa.zip Acesso em: 15 ago. 2010.
- BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 10, pp. 312-347, 2003.
- CARLINI-JUNIOR, R. J.; SILVA, F. J.; LISBOA-FILHO, W. A Pluriatividade na Zona da Mata de Pernambuco: o turismo rural como uma viável alternativa econômica. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 6, n. 16, p. 7-14, dez. 2004.
- CASTRO, J. **Geografia da Fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 322 p.
- CAVALCANTI, C. et al. Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco. **PROMATA**. Recife, n. 135, fev. 2002.

- (Série Trabalhos para discussão). Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/135.html>. Acesso em: 7 jun. 2010.
- FERREIRA, M. A. et al. Estratégias na suplementação de vacas leiteiras no semiárido do Brasil. **R. Bras. Zootec.**, Viçosa, v. 38, n. spe, jul. 2009.
- GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 2, jun. 2004.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 46, n. 2, jun. 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 1995-1996**, n.1. Rio de Janeiro, 1998.
- _____. **Censo Agropecuário 2006**: resultados preliminares. Rio de Janeiro, p.1-146, 2006.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: segurança alimentar 2004. Rio de Janeiro, v. 30, p.1-133, 2009.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Segurança Alimentar: 2004/2009. Rio de Janeiro, 2010.
- KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORREA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, jan. 2011.
- LIRA, P. I. C.; BATISTA-FILHO, M. Alimentação, saúde e nutrição de conglomerados urbanos e rurais da zona da mata (PE) e do semiárido (PB): **relatórios técnicos**. CNPq. Recife: UFPE, 2006.
- LIRA, P. I. C. et al. Saúde e nutrição de crianças de áreas urbanas da Zona da Mata Meridional de Pernambuco: resultados preliminares de um estudo de coorte. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.**, Recife, v. 3, n. 4, dez. 2003.
- MACHADO, M. R. I. M.; SILVA JÚNIOR, J. P. A Mesorregião da Mata Pernambucana e os Impactos Socioambientais Gerados em Função do Monocultivo da Cana-de-açúcar. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS, 10, 2009, Campina Grande. Políticas de (Des)envolvimento da/na região Nordeste: Uma Leitura crítica geográfica. **Anais...** Campina Grande, 2009.
- MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C.. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Rev. Nutr.**, Campinas, vol. 21, p. 145-158, 2008. Suplemento.
- MURRIETA, R. S. S. et al. Consumo alimentar e ecologia de populações ribeirinhas em dois ecossistemas amazônicos: um estudo comparativo. **Rev. Nutr.**, Campinas, vol. 21, p. 123-133, 2008. Suplemento.

- NASCIMENTO, A. L.. **Do campo à mesa, insegurança alimentar e exclusão social de famílias em dois Nordeste brasileiros: o da Mata e o das Secas**. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição em Saúde Pública) – Departamento de Nutrição. Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE).
- NASCIMENTO, A. L.; ANDRADE, S. L. L. S. Segurança alimentar e nutricional: pressupostos para uma nova cidadania? **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 62, n. 4, p. 34-38, out. 2010.
- NODA, H. Agricultura Familiar na Amazônia, Segurança Alimentar e Agroecologia. In: REUNIÃO AMAZÔNICA DE AGROECOLOGIA, 1., 2007. **Anais...** Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2007. 1 CD-ROM.
- OLIVEIRA, J. S. et al. Estado nutricional e insegurança alimentar de adolescentes e adultos em duas localidades de baixo índice de desenvolvimento humano. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 22, n. 4, ago. 2009.
- PERESTRELO, J. P. P.; MARTINS, I. S.. Modernização rural: transformações econômicas e suas implicações demográficas, epidemiológicas e nutricionais nos municípios de Monteiro Lobato e Santo Antônio do Pinhal. **Saude soc.**, São Paulo, v. 12, n. 2, dez. 2003.
- PERNAMBUCO (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Superintendência das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional. **Avaliação da (In)Segurança Alimentar nas Regiões de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco**. Recife, PE, 2011. 138 p.
- PESSOA, C. C.; SOUZA, M.; SCHUCH, I. Agricultura Urbana e Segurança Alimentar: estudo no município de Santa Maria – RS. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, n. 13, v. 1. p. 23-37, 2006.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano do Brasil**. PNUD, 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 6 ago. 2010.
- SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?. **Soc. estado**, Brasília, v. 22, n. 3, dez. 2007
- SEGALL-CORRÊA, A. M. et al. (In)Segurança alimentar no Brasil. Validação de metodologia para acompanhamento e avaliação da segurança alimentar de famílias brasileiras. **Relatório técnico**. Campinas: UNICAMP, 2003.
- SILVA, R. M. A.. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 3, p. 466-485, jul-set. 2007.
- SOUZA, V. F. **Acampar, assentar e organizar: relações sociais constitutivas de capital social em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema**.

2006. 199 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Faculdade de Engenharia Agrícola. Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP.

VIANNA, R. P. T; SEGALL-CORREA, A. M.. Insegurança alimentar das famílias residentes em municípios do interior do estado da Paraíba, Brasil. **Rev. Nutr.**, Campinas, vol.21, p. 111-122, 2008. Suplemento.

COSTURANDO COM FIOS INVISÍVEIS: A Fragmentação do Território Rural



Este livro montado na Editora Universitária da UFPE, composto nas famílias Minion Pro para o texto e Rotis SemiSans Std para os títulos e demais destaques.

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife - PE CEP: 50.740-530
Fones: (0xx81) 2126.8397 | 2126.8930 | Fax: (0xx81) 2126.8395
www.ufpe.br/edufpe | livraria@edufpe.com.br | editora@ufpe.br



ISBN 978-85-415-0578-9



9

788541

505789

